



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Patricia Elisa Rivera Prosdocimide

**Feminismo de Base Comunitária em Contexto de Periferia Urbana: Iniciativas  
que Discutem Questões de Gênero na Maré (RJ)**

Rio de Janeiro

2017

Patricia Elisa Rivera Prosdocimide

**Feminismo de Base Comunitária em Contexto de Periferia Urbana: Iniciativas  
que Discutem Questões de Gênero na Maré (RJ)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clara Maria de Oliveira Araújo

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

R621 Rivera Prosdocimide, Patricia Elisa..  
Feminismo de base comunitária: iniciativas que discutem questões de gênero na Maré (RJ) / Patricia Elisa Rivera Prosdocimide. - 2017. 285 f.

Orientadora: Clara Maria de Oliveira Araújo.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Ciências Sociais.  
Bibliografia.

1. Violencia contra a mulher – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Mulheres – Condições sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Feminismo - Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Araujo, Clara Maria de Oliveira, 1958-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU- 343.541

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Patricia Elisa Rivera Prosdocimide

**Feminismo de Base Comunitária em Contexto de Periferia Urbana: Iniciativas  
que Discutem Questões de Gênero na Maré**

Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora, ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de Agosto de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clara Maria de Oliveira Araújo (Orientadora)  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Dr (a). Lorena Lima de Moraes  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE

---

Dr (a). Claudia Miranda  
Escola de Educação - UNIRIO

---

Dr (a). Lia de Mattos Rocha  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Dr. José Eduardo Leon Szwako  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

### **Notas Prévias**

A presente tese foi produzida no âmbito do convênio entre o Governo Brasileiro e Dominicano, CAPES, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, sendo que ela foi produzida de acordo com a norma – padrão de língua portuguesa usada no Brasil.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta tese à minha família e às mulheres das periferias da América Latina...

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos moradores da Maré e, em especial, as mulheres envolvidas nas iniciativas investigadas por este estudo, mulheres estas que me ensinaram e me acolheram de uma forma muito especial...

Agradeço a todas as instituições e organizações que participaram desta pesquisa e, em particular, a equipe de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz, do Espaço Casulo, do Centro de Referência da Mulher da Mare-Carminha Rosa (CRMM-CR), do programa Maré de Sabores das Redes de Desenvolvimento da Mare (Redes), e do grupo Mulheres Ao Vento, que me permitiram observar e participar de suas oficinas, assim como sou profundamente grata às educadoras e educandas das mesmas pela atenção que me dispensaram durante o trabalho...

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro que permitiu e garantiu a pesquisa...

À Comissão Fulbright por ter garantido as condições materiais para a realização da pesquisa que me levou a concretizar meu sonho de alcançar o doutorado...

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), incluindo seus funcionários e professores, que contribuíram para meu crescimento ao longo destes quatro anos...

Agradeço à professora Dra Clara Maria De Oliveira Araújo que orientou este trabalho, pela amizade, paciência, conselhos e acolhida...

Agradeço aos membros da banca (Dr. Lorena Lima de Moraes; Dra. Claudia Miranda; Dra. Lia de Mattos Rocha; Dr. José Eduardo Leon Szwako) por aceitarem participar deste momento tão importante de minha vida acadêmica...

Ao professor Dr Celso Sánchez e ao pesquisador Daniel Renaud Camargo agradeço pelo apoio e pelos conselhos em momentos difíceis da realização deste projeto, eu não iria conseguir sem sua ajuda. Obrigada pela solidariedade...

Obrigada professor Ronaldo Lobão por me ajudar antes mesmo de me conhecer e por todo o apoio, aprendizados e confiança...

Agradeço pelas contribuições valiosas de Aparecida Fonseca Moraes e Ignacio Cano durante minha qualificação...

Agradeço meus colegas da turma de 2013/2017, pelos momentos de trocas, pelos debates, parcerias, apoio e aprendizados coletivos. Agradeço em especial ao meu colega e amigo Brazão pelo companheirismo e ajuda.

Agradeço às minhas colegas do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG) pelas ricas trocas de ideais, conversas e trabalho em coletivo.

A meus pais, Guillermo Arturo Rivera e Maria del Carmen Prosdocimi de Rivera, sem os quais eu não teria a força, a fé e confiança em mim mesma para realizar este sonho. Se hoje em dia sou uma “*revolução*” é porque vocês semearam os valores que me possibilitaram “*ser mais*”...

A meus irmãos, Alejandro, Michel, Ines, Federico e Mel, agradeço pela paciência com minhas ausências, todo seu apoio durante esta trajetória, pelas milhares de conversas e mensagens que trocamos e que me mantiveram com os pés no chão...

Aos meus familiares, tanto os que continuam conosco quanto os que já partiram para o mundo espiritual, agradeço por todo amor, apoio, sabedoria e proteção...

Ao meu companheiro, parceiro, namorado e melhor amigo Victor Duarte, que vivenciou os altos e baixos desta caminhada ao meu lado, agradeço pela paciência, amor, carinho e ajuda. Continuamos crescendo juntos...

Sou grata à família Da Silva Duarte por estarem presentes tanto nos momentos de alegria quanto nas horas mais difíceis deste processo, bem como por me acolherem e me fazerem sentir que tenho uma família aqui no Rio...

Agradeço a Lia, Felipe, Mariana, Edson Jacques Hazan e Eliane da Costa Alves pelo abrigo, carinho, apoio e por todos os bons momentos que passamos juntos...

A Ubirajara Zeferino de Carvalho “Bira” e à Pastora Claudia agradeço por me ensinarem a observar, escutar e compreender melhor a Maré...

Agradeço minhas famílias da arte e da dança que fizeram questão de me lembrar o quanto preciso disto para meu bem – obrigada ao Grupo Aguasalá, Dembaia, DC Casineros, ACM, UA...

Agradeço a todos meus amigos, amigas, parceiros e parceiras (incluindo os que se encontram em outros países) que me deram amor, apoio, força, luz e axé. Mas em especial, agradeço a Vivi S., Lorena O., Rogerio B., Carol, Vivi Mel, Marlucy, Priscila “Pri”, Neide, Barbara “Babi”, Andreza, Simone, Nathalia, Damian, Rodrigo, Juju, Xuxu, família Montinard, Afronaz, Claudia, Johanna, Catalina R., Jimena, Valentina, Ana Paula, Thais, Ines, Analice, Edil, pessoal do Ativa Breakers, Cata L. e Vanessa B, “*É nós*”!

Após sete anos, olho para minha trajetória no Rio e me surpreendo com todos os aprendizados deste caminho longo e inesperado que abracei com todas as minhas forças e me entreguei completamente. Sinto-me abençoada e literalmente afortunada, não somente pela experiência acadêmica que tive aqui no Brasil, que me possibilitou um novo olhar para o mundo, mas também por ter conhecido pessoas incríveis que hoje chamo de amigos. Sou eternamente grata pela oportunidade de crescer como ser humana e de aprender com/nesta cidade maravilhosa que hoje possui um cantinho especial em meu coração e que considero como um lar. Enfim, sou imensamente agradecida a todos os seres que cruzaram meu caminho, amigos de distintas partes do Rio que me acolheram com muito carinho e amor durante estes anos. Obrigada por compartilharem lições, momentos, experiências e lembranças que permanecerão comigo pelo resto desta vida...

Por fim, agradeço a Deus e meus Santos por sempre me acompanharem...



A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo

*Nelson Mandela*

## RESUMO

RIVERA, Patricia Elisa Prosdocimide. *Feminismo de Base Comunitária: Iniciativas que discutem questões de Gênero na Maré (RJ)*. p. 286. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho desenvolveu uma investigação acerca de pedagogias criativas de feminismo de base comunitária produzidas por mulheres para trabalhar questões de gênero e violência contra a mulher (VCM) no contexto do conjunto de favelas da Maré. A pesquisa procurou estudar as questões, conceitos, motivações que orientam as práticas e dinâmicas educativas de indivíduos e coletivos de mulheres no esforço de compreender o papel da sociedade civil na promoção da igualdade de gênero na Maré. As iniciativas que foram estudadas incluem as seguintes: as oficinas do Centro de Referência Da Mulher da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR); O Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GS-LPP); O Projeto Maré de Sabores das Redes de Desenvolvimento da Maré; o projeto autônomo do grupo de Mulheres ao Vento; as oficinas do Espaço Casulo. Localizadas em 4 distintas comunidades, estas iniciativas foram descritas e analisadas com base em categorias definidas a partir de reflexões sobre dados obtidos através do cruzamento de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida. As experiências estudadas nesta pesquisa focam nas perspectivas de mulheres dos territórios, de mulheres das periferias da América Latina, de mulheres que resistem em contextos de violências e que, em meio a esses contextos, produzem pedagogias que desconstróem e descolonizam modos de pensar e, subseqüentemente, mudando formas de agir.

Palavras-chave: Pedagogias Decoloniais. Feminismo de Base Comunitária. Violência de Gênero (VDG). Violência contra a Mulher (VCM).

## ABSTRACT

RIVERA, Patricia Elisa Prosdocimide. *Community Based Feminism: Initiatives that discuss gender in Maré (RJ)*. 2017. p 286. Disertation (PhD in Social Sciences) Institute for Social Sciences, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil, 2017.

This thesis investigates Brazilian feminist community based efforts, which utilize creative pedagogies, to work on gender issues and violence against women (VCM) in the favelas of Maré. Rio de Janeiro. The research sought to study the issues, concepts, and motivations that guide the practices and educational dynamics of individuals and women 's groups in the effort to understand civil society's role in promoting gender equality. The initiatives studied include: Women's Reference Center of Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR); The Gender and Sexuality Group of Fight for Peace (GS-LPP); The Maré de Sabores Project of the ONG Redes da Maré; the project Mulheres Ao Vento; workshops held at Espaço Casulo. Located in four distinct communities, these initiatives were described and analyzed based on categories defined from reflections on data obtained through participant observation, semi-structured interviews and life histories. The experiences studied in this research focus on the perspectives of women from distinct territories, living in the peripheries of urban centers in Latin America, women who resist in contexts of violence and who, in the midst of these contexts, produce pedagogies that deconstruct and decolonize ways of thinking, and subsequently, changing gender biased attitudes.

Key-words: Decolonial Pedagogies. Community based feminism. Gender Based Violence (GBV). Violence Against Women (VAW).

## RESUMEN

RIVERA, Patricia Elisa Prosdocimide. *Feminismo de Base Comunitária: Iniciativas que discuten temas de Género en Maré (RJ)*. p. 286 Tesis (doctorado en Ciencias Sociales) Instituto de Ciencias Sociales, Universidad del Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

El presente trabajo desarrolla una investigación sobre las pedagogías creativas de feminismo de base comunitária realizadas por mujeres, para trabajar temas de género y violencia contra la mujer (VCM) en el contexto del conjunto de las villas miserias de la Maré. La investigación intentan estudiar las cuestiones, conceptos, motivaciones que orientan las prácticas dinámicas de individuos o colectivos de mujeres en el esfuerzo de comprender el papel de la sociedad civil en la promoción de la igualdad de género en la Maré. Las iniciativas estudiadas incluyen las siguientes: Oficina del Centro de Referencia de la Mujer de la Maré-Carmiña Rosa (CRMM-R); el Grupo de Género y Sexualidad de Lucha por la Paz (GS-LPP); el Proyecto Maré de los Sabores de las Redes de Desarrollo de la Maré; el Proyecto Autónomo del Grupo de Mujeres al Viento; las Oficinas del Espacio Casulo. Estas iniciativas, localizadas en cuatro distintas comunidades, están descriptas y analizadas en base a categorías definidas, a partir de reflexiones sobre datos obtenidos por medio de cruzamiento de la observación participante; entrevistas semi-estructuradas e historia de vida. Las experiencias estudiadas en esta investigación se focalizan en las perspectivas de las mujeres de la periferia de América Latina, de mujeres que resisten en contextos de violencias y que, en medio de esos contextos, producen pedagogías que destruyen y descolonizan modos de pensar y subsecuentemente, cambian formas de comportamiento.

Palabras-claves: Pedagogias Decoloniais. Sociedad Civil. Feminismo de Base Comunitária.

Violência de Género (VDG). Violencia contra la Mulher (VCM).

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AISP – rea Integrada de Segurança Pública

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAM – Centro de Artes da Maré

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior

CCRMM-CR – Centro de Referência da Mulher da Maré – Carmina Rosa

CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CHP – Centro de Habilitação Provisória

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONLUTAS – Comitê Nacional de Lutas

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CUT – Central única dos Trabalhadores

CV – Comando Vermelho

DEAMS – Delegacia Especial de Atendimento  Mulher

DJ – Disk Jockey

DST – Doença Sexualmente Transmissível.

EUA – Estados Unidos da América

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAD – Gender and Development

GDI – Gender Related Development Index

GEM – Gender Empowerment Measure

GGI – Global Gender Gap Index

GS-LLP – Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta pela Paz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEM – Instituições Econômicas Multilaterais

IIG – Índice de Igualdade de Gênero

INDG – Índice Nacional de Desigualdade de Gênero

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAV – Laboratório de Análise da Violência

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LPP – Luta Pela Paz

MAT – Movimento de Advocacia Internacional

MC – Mestre de Cerimônia

MFT – Movimento Feminista Transnacional

MMT – Movimento de Mulheres Transnacionais

NEPP-DH – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos

NIAC – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania

OI – Organização Internacional

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PADE – Pesquisa em Africanidade e Dança na Educação

PCSVDF - Pesquisa de Condições socioeconômicas e Violência Doméstica e familiar contra a Mulher

PIB – Produto Interno Bruto

PJ – Pastoral da Juventude

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPCIS – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais

PSTU – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

RFT – Rede Feminista Transnacional

RMT – Rede de Mulheres Transnacionais

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SPM – Secretaria Especial de Polícia para Mulheres

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

SUS – Sistema Único de Saúde

TC – Terceiro Comando

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para a Mulher

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

VCM – Violência contra a mulher

VDG – Violência de Gênero

VDGCM – Violência de Gênero contra a Mulher

WWF – Fórum Econômico Mundial



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Conjunto de Favelas da Maré evidenciando a localização de diferentes comunidades. ....	41
Figura 2 - Valores Estaduais do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero. ....	102
Figura 3 - Mapa de Distribuição do IIG entre os estados brasileiros em 2012 .....	103
Figura 4 - Quadro de Prevalência de Violência doméstica ao Longo da Vida.....	108
Figura 5 – Quadro de Prevalência de Violência Doméstica ao longo de 12 meses .....	108
Figura 6 - Classificação das Iniciativas .....	135
Figura 7 - Banner do Centro de Referencia de Mulheres da Maré – Carmina Rosa .....	149
Figura 8 - Fotografia do Painel de fotos das atividades de costura e crochê do CRRM-CR construído pelas voluntárias argentinas Luciana Gabrielloni e Anita Agostino na sede da instituição. ....	150
Figura 9 - Fotografia das mulheres envolvidas com as oficinas de costura do CRMM-CR, retirada com smarthphone.....	151
Figura 10 - Fotografia do cartaz da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, retirada no CRMM-CR.....	164
Figura 11 - Participante da oficina escrevendo sobre as características de uma mulher idealizada pelos padrões impostos pela mídia convencional.....	170
Figura 12 - Fotografia da barraca da luta pela paz na campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violencia contra a mulher.....	176
Figura 13 - Educando das oficinas da luta pela paz explicando sobre sexualidade para participantes das atividades da campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violencia contra a mulher .....	176
Figura 14 - Fotografia das participantes da oficina de gastronomia da maré de sabores .....	185

Figura 15 - Fotografia de aula teórica realizada durante as atividades do grupo Mulheres ao Vento .....	189
Figura 16 - Fotografia de roda de conversa realizada durante as atividades do grupo Mulheres ao Vento .....	189
Figura 17 - Fotografia de aula de yoga oferecida pelo Espaço Casulo .....	201
Figura 18 - Fotografia do folder das oficinas de defesa pessoal feminista wen-do oferecidas pelo Espaço Casulo .....	202
Figura 19 - Folder da aula de salsa oferecida pelo Espaço Casulo.....	204
Figura 20 - Fotografia de roda de conversa realizada durante atividades do Espaço Casulo.....	207
Figura 21 - Informações Sobre As Mulheres Entrevistadas .....	285

## SUMARIO

<b>PALAVRAS PRELIMINARES .....</b>	<b>20</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>1. JUSTIÇA DE GÊNERO, SOCIEDADES CIVIS E FEMINISMO TRANSNACIONAL</b>	<b>49</b>
1.1 Contribuições da Perspectiva Decolonial para pensar a Igualdade de Gênero na América Latina. ....	52
1.2 Reflexões sobre o conceito de ‘Justiça de Gênero’ .....	58
1.3 Considerações sobre os movimentos sociais .....	68
1.4 O conceito de Sociedade Civil e sua ampliação .....	75
1.5 Redes Transnacionais Feministas e o Movimento Feminista Transnacional .....	82
<b>II. CONQUISTAS E DESAFIOS EXISTENTES PARA A IGUALDADE DE GÊNERO ..</b>	<b>90</b>
2.1 - Conceito de Gênero Enquanto Ferramenta Analítica, Política e Científica .....	90
2.2 – Reflexões Sobre a Igualdade de Gênero a partir de Índices e outras pesquisas. ....	97
2.3 – VDG e Pesquisas sobre UPPs nas Comunidades: Questões que Permanecem .....	117
2.4 - A Conquista do Movimento Feminista: Lei Maria da Penha .....	122
2.5 - Discussão Sobre as Estratégias de enfrentamento a VCM.....	126
2.6 – Estratégias Educativas para a Igualdade de Gênero .....	128
<b>III. METODOLOGIA .....</b>	<b>130</b>
3.1 - Pesquisa Qualitativa, Observação Participante e Entrevistas.....	131
3.2 - Metodologia de Análise dos dados.....	140
<b>IV. PERCORRENDO O TERRITÓRIO EM BUSCA DE CRIATIVIDADES OUTRAS.</b>	<b>142</b>
4.1 – Resultados das Observações Participantes.....	148
4.1.1 – O Centro de Referencia da Mulher Da Maré - Carminha Rosa (CRMM-CR) .....	148
4.1.2 - O Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GS-LPP).....	164

4.1.3 – Projeto Maré de Sabores – Redes da Maré .....	177
4.1.4 – Mulheres Ao Vento .....	187
4.1.5 – Espaço Casulo .....	196
4.2 Semelhanças e Distinções que surgiram na Observação Participante .....	208
<b>V. HISTÓRIAS TRAZIDAS PELA MARÉ: CATEGORIAS LEVANTADAS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....</b>	<b>214</b>
5.1 Histórias de Vida e os Sujeitos Politicos .....	214
5.2 Espaço, Reconstrução e Representação .....	232
5.3 Estrutura Social e Ação.....	237
5.4 Desenvolvendo Pedagogias Feministas de Base Comunitária .....	243
<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>248</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>281</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>283</b>

## PALAVRAS PRELIMINARES

Minha inclinação para estudar a sociedade e as relações entre os indivíduos parte de uma preocupação com minha própria identidade e como eu percebo a mim mesma. Nasci e me criei entre vários mundos. Filha de pai dominicano, negro, e mãe argentina, branca, tendo passado uma grande parte de minha infância e juventude nos Estados Unidos, acabei por desenvolver uma identidade híbrida, mestiça, ou, aproveitando as palavras da feminista Gloria Anzaldua, uma “identidade que atravessa várias fronteiras”. Neste sentido, pude transitar entre diferentes mundos, esferas, grupos e países que influenciaram diretamente na construção de minha própria identidade. Destaco ainda o papel que representou o fato de minha família parterna, mesmo diante de um contexto machista e conservador, ser estruturada em torno de mulheres que, embora não se auto identificassem enquanto feministas, eram líderes de suas famílias, trabalhavam para sustentar seus lares, esforçavam-se para transmitir a seus filhos valores de respeito, além de pensarem por conta própria e expressarem suas opiniões.

Por outro lado, não poderia deixar de comentar como a história da família de minha mãe também ajudou a construir minha identidade. Minha avó, minha mãe e minhas tias me ensinaram a importância de ter um pensamento independente, de tentar entender a complexidade de uma situação olhando para os distintos lados de uma história, de compreender que o simples fato de ser mulher no passado representava uma série de limitações e, sobretudo, reconhecer a importância de viver sua própria vida, independente das expectativas dos outros. Assim, foram as mulheres de minha família que reforçaram em mim a visão de que nascer mulher não deve ser encarado como algo ruim, que não deve ser entendido como desvantagem ou fraqueza, mas sim, que se trata de uma benção. Enfim, tais mulheres me ensinaram que ser mulher equivale a engenhosidade, poder, inteligência e, definitivamente, que o fato de nascer mulher nunca deve ser razão para submeter um ser à opressão, submissão e exclusão.

Destaco também o papel de meu pai, que me ensinou a ser humilde, perseverante e disciplinada, bem como me ensinou a encarar o *Outro* como um ser merecedor de respeito. Me mostrou a importância de ouvir as histórias de vida das pessoas e de aprender a partir destes

relatos, a aprender a partir das experiências do *Outro*, sempre me chamando a atenção para o papel que representava a educação formal na trajetória de vida destes indivíduos.

Com relação à minha formação acadêmica, por sempre estudar áreas interdisciplinares, pude entender que existem vários caminhos diferentes para conceber os fenômenos a partir de uma visão integradora. Neste sentido, a perspectiva interdisciplinar me possibilitou olhar para uma questão considerando diferentes abordagens e, deste modo, me permitindo encarar um problema a partir de diferentes ângulos. Também é preciso frisar o papel que atividades com o corpo desempenharam em minha vida, seja através da dança ou da ginástica artística, que me mostraram uma outra forma de conhecer ao mundo, os *outros* e a mim mesma, me apresentando uma nova linguagem, outra forma de comunicar e de mergulhar na subjetividade de um indivíduo.

Também preciso destacar a influência da força da mulher Latina e caribenha para a formação de minha própria identidade. Gostaria de chamar a atenção para um fato histórico que conecta o tema desta pesquisa e a história de meu país, a República Dominicana. Me refiro especificamente ao caso das irmãs Mirabal, verdadeiros símbolos de resistência feminina, exemplos de mulheres fortes e insubmissas com a coragem necessária para enfrentar homens poderosos em nome daquilo que acreditavam ser justo, mesmo em uma época marcada pelo medo. As “*mariposas*”, como ficaram conhecidas, foram homenageadas com a data do dia 25 de Novembro para representar o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Quando cheguei ao Brasil tinha a intenção de desenvolver uma pesquisa sobre “o papel da organização comunitária no empoderamento da mulher”, porém, na prática, por meio de trabalhos de campo pude perceber uma grande diferença entre o modo como tais questões eram desenvolvidas no Brasil em comparação com outros países<sup>1</sup>. Diante desta divergência comecei a realizar observações no Morro do Palácio, em Niterói, no Morro da Providência e na Maré seguindo um método etnográfico<sup>2</sup>. Tais observações me levaram a perceber grande quantidade de relatos sobre situações de violência de gênero e, em especial, violência contra a mulher. Diante da constatação do problema da violência de gênero decidi realizar um estudo sobre as políticas

---

<sup>1</sup> Demonstrando, por exemplo, grandes diferenças com relação a como isto é tratado em meu país, a República Dominicana.

<sup>2</sup> Até então sendo orientada pelo professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Ronaldo Lobão do departamento de Antropologia e Direito, na condição de bolsista Fullbright.

públicas de segurança sobre as mulheres em um momento que coincidiu a implantação das UPPs com minha entrada no doutorado. Porém, com o desenrolar da pesquisa sobre as UPPs, incluindo conversas informais tidas com moradores, foi possível constatar que não existia uma relação observável entre o aumento da violência contra a mulher<sup>3</sup> e o processo de implantação das UPPs<sup>4</sup>, cabe ressaltar que na Maré existia uma forte resistência por parte dos moradores contra a implantação das UPPs, que tem como umas principais consequências a militarização do território e alternância de poder entre traficantes e o Estado. Durante minha fase de qualificação percebi que as UPPs não seriam um projeto de longo prazo e nem seria formalmente implementado nas comunidades da Maré e no Morro do Palácio, de modo que acabei optando por mudar o foco da pesquisa para ações de combate à violência de gênero em contextos de periferia, o que explica a reestruturação deste projeto ao longo de seu percurso. Assim, por querer trabalhar não somente com a prevenção da violência, mas também diretamente no combate a violência de gênero, decidi investigar como as mulheres da periferia desenvolvem soluções pedagógicas criativas para dar conta da atuação insuficiente do poder público nestes territórios. A opção por estudar, especificamente a Maré se deve ao fato de que comparativamente, com relação às demais comunidades observadas, apresentar um maior número de iniciativas que trabalham com questões de gênero.

A inserção no campo de trabalho e o acesso as mulheres responsáveis por estas iniciativas voltadas à igualdade de gênero na Maré foi possibilitada, em grande parte, pela ajuda do ativista inglês, Damian Platt que me auxiliou no sentido de me apresentar à iniciativa Luta Pela Paz, o que possibilitou minha entrada neste território, além de contribuir para minha participação como voluntária na organização sem fins lucrativos (ONG) Luta Pela Paz

A partir de minha inserção na Luta Pela Paz pude conhecer a assistente social Vivi Carmen que, em 2011, me apresentou formalmente aos outros participantes que iriam fazer parte

---

<sup>3</sup> Foi ressaltado durante a qualificação que, caso eu desejasse manter o foco do estudo nas UPPs deveria me inserir em um novo local de estudo que me possibilitaria acesso a dados, de modo que seria obrigada a deixar a Maré e o Morro do Palácio, algo que eu não gostaria diante de já ter um envolvimento com as comunidades e, portanto, pretender dar um retorno social para as comunidades.

<sup>4</sup> Com a entrada das forças armadas na Maré, e a partir do conhecimento do caso de meninas que haviam sido vistas com soldados, e que foram repreendidas pelo poder paralelo, além de conversas informais com moradores que apontaram a inexistência de pesquisas que estudassem o processo de implantação das UPPs e sua relação com a violência na Maré, bem como pela minha inserção no ambiente acadêmico que evidenciou a existência de poucas pesquisas que tratam dos efeitos da pacificação na vida de comunidades, diante do fato de a implantação das UPPs ainda ser considerado um processo relativamente recente.

do Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GSLPP) inserindo-me nas atividades deste coletivo, e, bem como, no final de 2014 e início de 2015, me colocou em contato com outras mulheres, especificamente do CRMM-CR, das Redes, da vila Olímpica, entre outros.

O contato com o grupo Mulheres ao Vento se deu a partir de uma das fundadoras deste grupo que fazia parte do GSLPP e que me convidou para acompanhar as atividades do novo grupo.

Além disso, conheci de forma independente dois mediadores, primeiramente tendo contato com Bira, que anteriormente havia trabalhado na Luta Pela Paz e que me apresentou para a Pastora Claudia. Ambos mediadores locais me estimularam a sair da ONG e circular por outros espaços da Maré para entender os contextos e as distintas relações, regras e dinâmicas existentes neste território. Deste modo, destaco que estes sujeitos tiveram um papel importante para me ajudar a entender a realidade e o cotidiano de uma comunidade de periferia, incluindo as complexidades das relações sociais e as subjetividades presentes neste contexto.

Por fim, fui apresentada ao grupo de dança Active Breakers por uma amiga (Amanda Baroni) – o que me possibilitou conhecer além do contexto das comunidades investigadas, uma maior circulação no território do conjunto de favelas, assim como outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

Assim, ao iniciar os estudos do doutorado, possuía a intenção de investigar a violência de gênero, e particularmente a violência contra a mulher (incluindo a violência doméstica e a violência efetuada por parceiros íntimos), bem como as formas como as políticas públicas de gênero se manifestavam na prática. Embora tenha começado a ponderar sobre questões ligadas ao tema desta tese desde muito cedo em minha vida, o contato oficial com esta temática se deu diante do mestrado e de um trabalho profissional inserido no Campo do Desenvolvimento Internacional<sup>5</sup>, na República Dominicana e no Haiti<sup>6</sup>. Para além deste primeiro contato oficial com o tema, o presente estudo é, em grande parte, resultado de questionamentos levantados

---

<sup>5</sup> É formado por organizações e instituições de caráter diferenciado (ex: organizações cristãs, ONGs, fundações, associações etc) que visam promover políticas vinculadas a direitos sociais, ao combate da pobreza etc.

<sup>6</sup> Além do trabalho desenvolvido na República Dominicana e no Haiti, também tive a oportunidade de participar de ações na Bósnia e na Palestina, que me possibilitaram pensar, por exemplo, os diferentes limites que enfrentam meninas e meninos para conseguir acessar a educação, bem como as particularidades presenciadas durante uma situação de guerra/conflito armado; assim como foi possível perceber o protagonismo das mulheres na luta por melhorias das condições de vida de suas comunidades, o papel das mulheres na organização das lutas, na construção de modelos comunitários de gestão de conflitos e no ativismo em torno da garantia de direitos sociais básicos.



durante o cumprimento do período de estágio<sup>7</sup> na Universidade Federal Fluminense (UFF) como bolsista Fulbright<sup>8</sup>. Paralelamente, comecei a realizar observações e participar das iniciativas da organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos Luta Pela Paz (LPP)<sup>9</sup>. Assim, consequentemente esta tese também é o resultado de um olhar estrangeiro, da tentativa de entender um mundo-estrutura-contexto-cotidiano-cultura que, apesar de ter similaridades com a minha, apresenta diferenças significativas. Assim, este estudo parte do olhar de uma mulher latina-caribenha-mestiça-migrante de classe média que teve a oportunidade de morar em diferentes países, vivenciando distintos contextos e realidades sociais. Portanto, este trabalho é fruto das reflexões, da curiosidade e da superação de tensões associadas a estranhar o familiar, que surgem por observar e ser observada<sup>10</sup> como mulher estrangeira, latinoamericana, mas não brasileira.

Como feminista e cientista social, o que provocou maior interesse e motivação em mergulhar numa pesquisa desta natureza foi à necessidade de conhecer e reconhecer o papel invisibilizado da mulher brasileira, especificamente de mulheres da periferia e o conhecimento que elas produzem. Qual foi e qual é o papel dessa mulher na história da sociedade brasileira?

---

<sup>7</sup> A Bolsa Fulbright é um programa de intercâmbio de estudos internacional patrocinado pelo Bureau of Educational and Cultural Affairs do Departamento de Estado dos EUA. A bolsa Fulbright me proporcionou as condições para fazer campo no Brasil, como corolário de minha atuação como pesquisadora na área de Direitos Humanos, voltado para grupos de risco, jovens e mulheres, em vários cenários: Bósnia, América Latina e Caribe. Esperava-se que o trabalho de campo resultasse na definição de meu objeto de pesquisa de doutorado.

<sup>8</sup> O estágio na UFF foi realizado sob orientação do professor do departamento de Direito e Antropologia, Ronaldo Lobão.

<sup>9</sup> Luta Pela Paz é uma organização não governamental (ONG) que combina artes marciais como boxe, judô, capoeira, etc. junto com iniciativas educacionais para trabalhar com jovens no Conjunto de Favelas da Maré. No período em que a autora participou das iniciativas da LPP, seu trabalho voluntário estava focado no trabalho do grupo de Gênero e Sexualidade da LPP. Através de seu trabalho de campo na LPP, pude conhecer os participantes dos projetos, suas famílias, pessoal que trabalha na LPP, indivíduos e organizações que trabalham com iniciativas similares (ex. Redes da Mare, Centro de Referência para a Mulher na Mare, Associação dos Moradores, Médico da Família, Centros das artes da Mare, Museu da Mare, etc.) líderes comunitários, mediadores, pastores, etc. estas pessoas serão pilares na minha pesquisa de doutorado.

<sup>10</sup> No livro *Cabeça de Porco* Luiz Eduardo Soares afirma, “Mesmo sendo, por hipótese, sempre o mesmo, o corpo será sempre diferente na visão dos que observam, de acordo com as relações que se estabelecem entre quem olha e quem é olhado. Essa diferença não expressa mudanças do corpo observado. O que muda são os olhares, ou melhor, as relações nas quais se projetam esses olhares e as condições em que esses olhares produzem visões do corpo. Quer dizer se o olhar transporta para a imagem daquilo que é olhado um pouco da pessoa que olha, se o olhar transporta para imagem a relação entre o que vê e o que é visto, deduz-se que ver é relacionar-se... não há pureza nem objetividade no olhar. Nossa visão das coisas e das pessoas é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações” (p. 173, 2006).

Conhecer essa mulher e o que ela significa na sua comunidade foi o que fundamentou a curiosidade que me levou a investigar as resistências e as lutas de mulheres da periferia. Assim, parto de um interesse pela prevenção e combate ao fenômeno da VDG nas favelas<sup>11</sup> cariocas, particularmente a VDGCM e a violência doméstica, inicialmente pelo fato de que esta e a violência familiar eram abordadas de forma constante, às vezes explícita, nas conversas informais com moradores no Morro do Palácio<sup>12</sup> e na Nova Holanda. Subsequentemente, a ideia desta pesquisa nasceu a partir das reflexões relacionadas às mudanças, conseqüências e impactos da “pacificação”<sup>13</sup> da Maré nas vidas dos moradores, especificamente as mulheres. Observações, trabalhos de campo e conversas me possibilitaram refletir sobre a educação de base comunitária produzida na Maré e seu importante papel na transformação social destes territórios. Desta forma, optou-se por não desviar completamente do tema, mas focar na força, poder e trabalho de mulheres da Maré, dedicadas a mudar os padrões tradicionais de gênero e que ultimamente ajudam na prevenção, combate e eliminação da desigualdade.

---

<sup>11</sup> O conceito de favela é associado a um assentamento urbano informal densamente povoado e caracterizado por apresentar baixas condições de infra-estrutura. O termo brasileiro “favela” tem origem em uma planta de mesmo nome (*Cnidocolus quercifolius* (popularmente chamada favela por produzir uma semente em formato de favas)) e está associado à história da Guerra de Canudos. No Brasil, os moradores de favelas foram historicamente estigmatizados como “classes perigosas”.

<sup>12</sup> Morro do Palácio encontra-se no Bairro Ingá, localizado em Niterói, situado ao lado do departamento de Direito e Antropologia da Universidade Fluminense Federal (UFF). A favela tem somente duas entradas, situando-se em uma área muito favorecida pela sua localização e vista ao mar. Não existe uma pletera de projetos sociais. O posto de saúde, localizado na entrada principal da favela, é a única instituição da rede de atendimento à mulher em situação de violência na favela.

<sup>13</sup> Em 2008 o governo introduziu e adotou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) como a nova “lógica” de atuação do estado nos territórios onde existe conflito armado entre a polícia e facções criminosas. Segundo Sonia Fleury, “ao invés dos confrontos recorrentes, com a entrada da polícia nos territórios das favelas e sua posterior retirada retornando a normalidade do convívio dos moradores com domínio dos traficantes, optou-se por uma estratégia de ocupação policial permanente, assegurando desta forma o monopólio da coerção ao Estado” (2012, p.195). No caso da Maré, as comunidades que fazem parte foram ocupadas pelo exército em março de 2014, sobre o argumento de que a UPP iria ser implantada. Em junho de 2015 os militares desocuparam as comunidades da Maré. Nenhuma UPP foi criada e a pesquisa de Sousa (2017) aponta que, além disso, a violência aumentou de forma que os moradores relataram não se sentirem mais seguros.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é aquela que emprega atos violentos contra mulheres por razões de gênero. Trata-se de um fato social que faz vítimas em todo o mundo. É preciso lembrar que a violência contra a mulher muitas vezes não se restringe às vítimas primárias, mas também afeta uma série de pessoas ligadas à vítima principal, sendo, portanto, um problema que afeta mulheres, homens, crianças, jovens, adultos e idosos. Dados da ONU apontam que os custos da violência contra as mulheres para a economia mundial representam cerca de 2% do PIB global, aproximadamente 1,5 trilhões de dólares<sup>14</sup>. No caso do Brasil, estima-se que 40% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência ao longo de suas vidas, que 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida no ano de 2016 e que a cada hora duas mulheres são assassinadas, na grande maioria dos casos por parceiros ou parentes próximos<sup>15</sup>. Diante destas questões torna-se evidente a importância de educação que promova a igualdade de gênero, capaz de auxiliar no combate à violência contra a mulher, representando uma educação feminista que considere as realidades específicas das mulheres brasileiras, incluindo, as mulheres das periferias e suas comunidades.

Portanto, partimos da perspectiva de que a violência de gênero é uma expressão de desigualdades estruturais e também multidimensionais que colocam em risco a inclusão social das vítimas e de novas gerações - os filhos das vítimas (COSTA et al., 2015). Ela inclui o estupro, a violência doméstica, a mutilação, o homicídio, o abuso sexual, a coerção física e psicológica, e constitui um problema grave de saúde pública, em nível mundial (PITANGUY, 2010). A violência doméstica e a VCM são consideradas como formas de violência de gênero (VG), sendo entendidas como violações aos direitos humanos e se identificam como consequências dos fatores sociais relacionados a uma sociedade patriarcal. Apesar de “violência contra a mulher” e “violência de gênero” significarem fenômenos diferentes, as estatísticas existentes e a história brasileira demonstram que, na violência doméstica, eles estão sobrepostos.

---

<sup>14</sup> Ver em: <[www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/](http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/)>

<sup>15</sup> Ver em: <[www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/](http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/)>

A Convenção de Belém do Pará traz a definição de VCM como sendo “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (BARSTED, 2011). Deste modo, a violência doméstica, quando é praticada contra uma mulher, é um tipo de VCM e violência de gênero. Ambas as formas de violência estão presentes em todas as classes sociais, em diferentes sociedades, e compõem um conjunto de relações sociais que as tornam complexas de serem compreendidas (MORGADO, 2008).

Tomando isto em conta, concordo com a autora Iris Marion Young (1990, p. 62), que compreende violência como um fenômeno da injustiça social<sup>16</sup> em vez de um mau moral individual, pelo seu caráter sistemático e sua existência como prática social. Aqui, considera-se a VDG como uma forma de opressão, não tanto pelos atos em si, que comprovam a seriedade do fenômeno no Brasil, mas pelo fato de que o contexto social faz com que esses atos sejam possíveis e muitas vezes aceitáveis, ou naturalizados. Portanto nesta tese a violência é vista como prática social e sistemática, porque é dirigida a membros de um grupo, sendo que, neste caso em específico, focamos na VDG sofrida por mulheres.

A presente pesquisa estudou as questões, conceitos e motivações que orientam as práticas e dinâmicas educativas de indivíduos e coletivos de mulheres que abordam questões de gênero e sexualidade em contexto de periferia urbana do conjunto de Favelas da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O estudo aborda uma série de temas interligados, tais como as políticas públicas para mulheres, movimentos sociais, a relação entre neoliberalismo e feminismo, entre outros, com o objetivo de explicitar os desafios que as mulheres enfrentam e ainda precisam enfrentar no Brasil enquanto seres<sup>17</sup> dignos de respeito, bem como para demonstrar que mesmo diante de uma infinidade de fatores econômicos, sociais e culturais que reforçam os padrões da colonialidade, as mulheres brasileiras resistem, avançam e lutam para melhorar suas vidas e as vidas de suas comunidades. Em termos gerais, o foco da pesquisa nas

---

<sup>16</sup> Esta concepção de injustiça se refere a duas formas de constrangimentos: opressão e dominação (Young, 1990, p. 39).

<sup>17</sup> Ressalto seres sem colocar ênfase no sexo nem no gênero do indivíduo, com base na premissa de que os indivíduos, todo cidadão brasileiro, deve ter as mesmas oportunidades e condições dignas de vida apesar de seu sexo, raça, etnia, classe.

iniciativas centradas na promoção da igualdade de gênero<sup>18</sup>, que subseqüentemente está ligada às lutas de mulheres, pretende reconhecer experiências de resistência e estimular a construção de alianças feministas anticapitalistas/antihegemônicas (MOHANTY, 2003a), atentando para a consciência de que “a subalterna não pode falar” (SPIVAK, 2010) e a responsabilidade ética (SPIVAK, 2012) que representaram uma orientação valiosa quando considerada minha posição privilegiada como pesquisadora, estrangeira, de classe média, latinoamericana e caribenha.

Nos últimos vinte anos, assistimos a uma proliferação de trabalhos acerca da masculinidade na produção acadêmica brasileira e internacional que tratam sobre o papel dos padrões de gênero no comportamento de homens e meninos (MATTOS, 2014; LOPES & LEITE, 2013; RAMOS, 2009, 2011a). Leituras sobre concepções de gênero e VCM sublinham o modo como os padrões de gênero estão enraizados, mas também destacam o fato de que tais padrões são transformáveis. Ao mesmo tempo, apontam que as análises sobre o tema do poder nas relações de gênero e sobre as concepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher no mundo contemporâneo são fundamentais para questionarmos os ditames culturais e identificar brechas para novos rumos nas relações entre homens e mulheres, jovens e adultos (NASCIMENTO & SEGUNDO, 2011). Deste modo, desnaturalizar os processos de socialização de gênero e o uso assimétrico do poder por parte de homens (e de mulheres) e não tolerar que a violência contra a mulher passe impunemente pela sociedade parece ser um caminho para a construção de relações mais justas e igualitárias (NASCIMENTO, 2014, p. 224).

O desejo pessoal de não querer focar na vitimização de mulheres foi prioritário, pois a realidade observada em campo não refletia a vitimização como a característica mais marcante do ser. Mas sim, o fato de que, apesar de sofrerem diferentes formas de violência, as mulheres superam, se organizam e constroem soluções criativas para melhorar suas vidas, das suas famílias e de suas comunidades. Assim, esta pesquisa parte da premissa de que a completa emancipação da mulher na sociedade brasileira e no mundo ainda representa uma realidade distante de ser alcançada. Além disso, o presente estudo foi pensado a partir de uma preocupação e inquietude

---

<sup>18</sup>O conceito de Igualdade de gênero é abordado nesta tese como fazendo parte das ações e projetos políticos e sociais de feministas que apontam as implicações das diferenças entre mulheres e que visam acabar com padrões de gênero que fazem com que a opressão e subordinação cultural e estrutural sejam experimentadas por mulheres, homens e outros gêneros.

com os altos índices da violência de gênero, particularmente aquela sofrida por mulheres<sup>19</sup> em meio ao panorama das inúmeras e indispensáveis pesquisas que tornam clara a banalização do problema. Considerando as recorrentes histórias de mulheres vítimas de VDG que passam diariamente nas notícias e redes sociais, diante disso foram desenvolvidos convênios internacionais, leis nacionais e campanhas, enfim, foram realizados esforços que levaram aos avanços sociais, políticos e jurídicos no combate à VDG, que chamam a atenção para a gravidade e a seriedade deste fenômeno no mundo atual.<sup>20</sup>

O recorte deste estudo se deu em torno das experiências e perspectivas de mulheres de grupos distintos e de diferentes comunidades localizadas no conjunto de favelas da Maré<sup>21</sup>, situadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2015, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população brasileira é de 204,9 milhões de habitantes (IBGE, 2016), sendo 48,5% de homens e 51,5% de mulheres, o que ressalta a importância de ações destinadas a garantir a proteção da maior parcela da população nacional contra situações de VDG.

Quanto ao grupo investigado, importa dizer que por meio do cruzamento de observações participantes, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas o estudo investigou aspectos político-organizacionais e a ação engajada dessas sujeitas, observando as pedagogias que emergem desses contextos e, especificamente, as pedagogias voltadas para questões de gênero. Entendo que os conhecimentos destas mulheres devem ser valorizados não só porque são

---

<sup>19</sup> Neste caso não faço referência apenas as mulheres brasileiras, mas também mulheres da América Latina e de outros continentes.

<sup>20</sup> Essencialmente, levando em conta a contínua e extensa documentação de VDG e a desigualdade de gênero no Brasil, o crescente investimento por instituições feministas e outras dedicadas ao trabalho de desenvolvimento social, visa compreender se a crescente base de conhecimento sobre o fenômeno está conduzindo a ações eficazes ou resultando em algum progresso na redução de VDG. No entanto, para os fins desta investigação, foca-se a promoção da igualdade de gênero no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Trata-se de um tema intrinsecamente ligado à discriminação de gênero - uma questão histórico-cultural, que ao longo dos anos vem promovendo uma relação assimétrica entre homens e mulheres, padrões e crenças que legitimam e ainda mantêm a desigualdade e iniquidade experimentada por mulheres e que fazem com que a VDG e a VCM continuem sendo tolerados, permitidos e banalizados, muitas vezes aceitos.

<sup>21</sup> Neste trabalho utilizarei o termo Conjunto de Favelas ao invés de Complexo, pois o termo Complexo costuma ser visto de forma pejorativa, estando ligado a uma discriminação discursiva dos territórios que associa os moradores destes territórios ao sistema penitenciário. É preciso destacar que os moradores da Maré que contribuíram para este estudo costumam se identificar como: a) moradores das comunidades em que vivem, referindo-se aos nomes específicos destas comunidades; b) como moradores da Maré; c) como moradores de Bom Sucesso (quando se referindo a pessoas desconhecidas ou de fora da comunidade).

produtoras de processos sociais, mas porque podem fornecer outras perspectivas válidas e ricas para a Educação, Ciências Sociais e para os Estudos Feministas. Elas representam as formas pelas quais mulheres da periferia estão desconstruindo e descolonizando modos de pensar e, subsequentemente, mudando formas de agir. Enfim, as práticas dessas mulheres podem contribuir para a discussão sobre o que seria um feminismo do sul, um feminismo proveniente das periferias da América Latina e, portanto, um feminismo tecido a partir das perspectivas e contextos brasileiros, sendo, assim, um feminismo de base comunitária.

Considerando que o feminismo, de modo geral pode ser entendido como um movimento plural, com muitas correntes, visões, ideologias e lutas, neste estudo optamos por encará-lo a partir de uma perspectiva fundamentada nas singularidades e demandas provenientes da própria comunidade, sendo, portanto, um feminismo que se desenvolve em torno da resolução de problemas locais e, desse modo, entendido como um feminismo de base comunitária. A visão de um Feminismo plural destaca a diversidade nas linhas de pensamento dos estudos feministas que abrangem múltiplas identidades e alianças presentes nos movimentos sociais. Como exemplos de vertentes dentro do feminismo, é possível citar: o feminismo liberal; feminismo radical; feminismo socialista; feminismo pós-colonial<sup>22</sup>; feminismo decolonial<sup>23</sup>; feminismo anti-colonial<sup>24</sup>; feminismo lésbico; feminismo negro; feminismo indígena; ecofeminismo; além de outros. Assim, partimos da perspectiva de que, no Brasil, muitas vezes as mulheres identificadas

---

<sup>22</sup> O feminismo pós-colonial parte da teoria pós-colonial que, por sua vez, influenciou o desenvolvimento da teoria e do feminismo decolonial. A teoria pós-colonial surge a partir das guerras de independência na Ásia e África, tomando tais eventos como um ponto de partida histórico para entender relações de opressão e invisibilização impostas pela sociedade ocidental, incluindo os estudos sobre subalternidade, apresentando grande influência dos estudos lingüísticos.

<sup>23</sup> O feminismo decolonial, assim como a teoria decolonial, parte do momento histórico da invasão-dominação da América pelos povos europeus, datado a partir do ano de 1492. O Feminismo decolonial entende que o fim do colonialismo não representou o fim da colonialidade, de modo que a colonialidade, neste sentido, é entendida como uma sequela do processo colonial. Assim, o Feminismo Decolonial representa um projeto político que entende que a teoria deve caminhar junto das práticas políticas coletivas e entende que as experiências dos indivíduos nas lutas sociais produzem teorias e conhecimentos, contrariando uma concepção de feminismo hegemônico, que se baseia em uma série de privilégios construídos a partir de critérios de raça, classe social, status etc. É preciso destacar que o feminismo decolonial, assim como a teoria decolonial incorporam fundamentos da teoria anti-colonial, do feminismo anti-colonial e do feminismo anti-racista.

<sup>24</sup> A concepção de um feminismo anti-colonial se baseia na ideia de lutar contra as formas de poder colonial, estando ligado ao feminismo anti-racista.

como feministas nem sempre se autodeclaram<sup>25</sup> como tal; porém, diante de suas atitudes, posicionamentos e ações, torna-se possível identificar traços do que seria entendido como um feminismo que apresenta fortes influências do feminismo negro, mas ao mesmo tempo se utiliza de fundamentos provenientes de outras vertentes do feminismo.

Aqui o foco está em mulheres-sujeitos que fazem parte de grupos de distintas organizações da sociedade civil<sup>26</sup>. O trabalho dessas mulheres envolve iniciativas educativas sobre questões de gênero em estruturas distintas<sup>27</sup>, que vem sendo desenvolvidas na Maré - um território onde existem fatores que refletem a relação entre a sociedade civil e o Estado (exemplos: falta de serviços básicos, a violência armada entre facções rivais e com a polícia, existência de preconceitos impostos aos moradores etc) -, no que se refere ao afastamento do Estado de sua responsabilidade com os direitos sociais dos moradores, e a transferência deste dever às organizações e instituições da sociedade civil. Neste sentido, esta tese se apoia na perspectiva de que os movimentos sociais combinam uma diversidade de padrões de interação com o Estado, a qual pode prescindir da oposição mobilização *versus* institucionalização (CARLOS, 2015).

No conjunto da Maré existe uma série de iniciativas identificadas como projetos sociais. Tais projetos são elaborados e implementados por organizações privadas que trabalham na esfera de interesse público. É preciso destacar que os temas de gênero e direitos de mulheres foram encaixados recentemente nos esforços dessas instituições. Deste modo, a presente tese tem como objetivo geral estudar a relação entre a sociedade civil e a igualdade de gênero através da

---

<sup>25</sup> O conceito de feminismo no Brasil muitas vezes assume uma conotação pejorativa, devido aos discursos vinculados a grupos políticos e setores conservadores da sociedade.

<sup>26</sup> Neste trabalho o conceito de Sociedade civil é entendido como um terreno de disputa, contraditório e fragmentado assolada por relações de poder democráticas e não democráticas, onde problemas de racismo, sexismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão e subordinação estão presentes (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Os grupos que fazem parte da sociedade civil são diversos atores coletivos que expressam um sem-número de causas e interesses, caracterizado por distintos níveis de institucionalização e burocracia, cujos incluem instituições do poder público, organizações sociais (OS), organizações não governamentais (ONGs) ou no caso do Brasil, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, organizações de base, movimentos sociais.

<sup>27</sup> Estruturas distintas apontam para a diferença entre movimentos, organizações e instituições da sociedade civil, onde os processos de ação coletiva política se diferenciam, particularmente em termos jurídicos relacionados aos processos de institucionalização, como por exemplo, a obtenção de uma CNPJ, a realização de nível de qualificação adiantados pelo Ministério de Justiça, que resultam na criação de distintas parcerias com o poder público, governo federal, empresas, organizações internacionais.



observação de cinco iniciativas<sup>28</sup> voltadas para a questão de gênero, na maioria dos casos focada na ampliação da autonomia e em ações protagonizadas por mulheres no conjunto de favelas da Maré. Estuda-se a relação entre a sociedade civil e a igualdade de gênero, por meio do que se designa “pedagogias criativas subalternas” criadas e desenvolvidas por mulheres que acreditam ser necessário mudar os padrões de gênero na Maré. Destaco que a pesquisa parte da hipótese de que a percepção das atrizes varia conforme o tipo de organização em que estão inseridas.

Essas mulheres investigadas fazem parte de grupos, coletivos e organizações da sociedade civil, e estão diretamente envolvidas na implementação e execução das iniciativas voltadas para a questão da igualdade de gênero no conjunto de favelas da Maré. Não se trata de revelar aqui uma nova história, uma novidade; trata-se de visibilizar o que foi feito, o que está sendo realizado neste momento e o que continuará como um legado destas mulheres para suas comunidades. As experiências estudadas nesta pesquisa focam nas perspectivas de mulheres dos territórios, de mulheres das periferias da América Latina, de mulheres que resistem em contextos de violências e que, em meio a esses contextos, produzem pedagogias criativas. Assim, este trabalho pretende chamar a atenção para a necessidade de a academia ouvir as vozes dos territórios e, em especial, as vozes das mulheres das periferias, vozes estas que são produtoras de conhecimentos pedagógicos de gênero.

As pedagogias estudadas nesta tese de doutorado se fundamentam em teorias feministas, nos estudos de gênero e na pedagogia crítica. A dimensão criativa de tais iniciativas se reflete na medida em que: a) são produzidas de forma espontânea; b) promovem um esforço de contextualização que criativamente conecta as discussões sobre igualdade de gênero aos cotidianos dos moradores das comunidades; c) fomentam discussões e atividades que não costumam estar presentes nestes territórios. A perspectiva da subalternidade presente em tais pedagogias se verifica na medida em que: a) são produzidas em territórios de periferias por/com moradores destas localidades; b) partem de saberes populares/empíricos produzidos no contexto das próprias comunidades; c) pois são desenvolvidas em um território historicamente marcado por relações de colonialidade e poder; d) pois estão inseridas no contexto de um sistema neoliberal que tende a priorizar os conhecimentos e práticas produzidos pelas elites. Neste

---

<sup>28</sup>A palavra iniciativa é utilizada para refletir as dinâmicas híbridas das práticas pedagógicas das mulheres entrevistadas, colocando ênfase no processo de ação e reflexão e para reconhecer as diferenças que surgem entre estas, cujas compartilham o desejo de combater a desigualdade de gênero. Iniciativa será o termo utilizado ao longo desta tese para referir às ações educativas estudadas.

sentido, a presente pesquisa poderia contribuir para ajudar a conectar movimentos sociais, a academia e a comunidade, num esforço de refletir sobre uma práxis pedagógica produzida por essas mulheres, de forma atenta as singularidades da Maré. Allene Lage afirma:

Outro aspecto importante na formação do sujeito crítico e criativo tem a ver com as áreas e temas das pesquisas e as possibilidades de vivências das experiências de campo oportunizado pelo processo de coleta de dados, mais especificamente aqueles que levam o estudante ao encontro da realidade e de suas contradições. Nesta direção, as lutas sociais surgem como um espaço de aprendizagem acadêmico-político diferenciado, quer seja pelo dinamismo deste lugar, quer seja ainda pela urgência da inovação metodológica que possa romper com a subalternização que as metodologias tradicionais impuseram a muitas experiências sociais de luta e a seus processos educativos. (2009, p. 7006)

As leituras existentes sobre as implicações da pedagogia feminista apontam sua característica de ser ancorada na teoria pedagógica libertadora e sua relevância como modelo, fundamentada nos impactos e princípios do feminismo, para a criação de sociedades mais igualitárias (MURACA, 2015; KOROL, 2007; SANDELL, 1991). Embora princípios básicos feministas incluídos na educação tenham resultado na criação de novas teorias e pedagogias feministas, por outro lado há também o desenvolvimento de modelos de ensino alternativos.

Tendo por base um referencial teórico-metodológico influenciado, sobretudo pelas Ciências Sociais, pela Educação e por estudos sobre Movimentos Sociais, e considerando as perspectivas e preocupações que teóricos pós-coloniais e dos estudos de descolonização, em especial o feminismo decolonial, têm considerado a respeito dos impactos da globalização e, especificamente, as consequências das políticas de neoliberalismo e a interação entre fatores de níveis micro e macro. De tal forma, esta pesquisa considera a observação da teórica Chandra Talpade Mohanty (2012b, p. 509), que destaca como a ligação entre a economia política e cultura permanece crucial a qualquer forma de teorização feminista.

A partir das reflexões levantadas por Mohanty (2012a), é possível entender a importância de tecer relações entre o local e o global nos estudos sobre gênero e sobre mulheres e, especificamente, estimular um esforço no sentido de contextualizar as conjunturas e singularidades envolvidas na conformação das realidades dos territórios das mulheres que produzem uma *educação popular feminista*, neste caso, utilizada em iniciativas de educação não formal voltadas para a questão de gênero na Maré. Diante de tais apontamentos, passo a refletir acerca das seguintes indagações: o que tais experiências podem nos informar à respeito da educação de gênero no Rio de Janeiro? Em que medida o discurso de tais iniciativas se aproxima

ou se distancia da fala e da realidade de mulheres da localidade, e que compreensão isto pode fornecer com respeito ao feminismo contemporâneo no Brasil?

Situado no campo identificado por Spivak (1992) como “Feminism in Decolonization”<sup>29</sup> ou feminismo na descolonização, esta tese parte da premissa de que, para enfrentar as estruturas de opressão de gênero é necessário entender as relações de gênero, a iniquidade estrutural e o privilégio patriarcal<sup>30</sup> moderno<sup>31</sup>. Deste modo, seria preciso, não apenas produzir um esforço no

---

<sup>29</sup> Aqui desejo empregar o sentido que Spivak apresentou em seu artigo, *Teaching for the Times*, onde atribuí a conceitualização de “feminism in decolonization” como uma reformulação política do título “women in development” no seu discurso sobre multiculturalismo nas instituições de ensino superior, ao mesmo tempo querendo chamar a atenção para a importância de certos elementos que a autora destaca no seu livro, *An Aesthetic Education in the Era of Globalization* (2012). Referindo em particular as discussões incluídas no capítulo *Culture: Situating Feminism e Teaching for the Times*, consideramos as observações da autora no entendimento da relação entre a globalização econômica e as políticas de desenvolvimento no Brasil, as consequências desta relação nos trabalhos dirigidos a igualdade de gênero e, conseqüentemente, tomando em conta esta análise quando ponderando sobre a educação como ferramenta libertadora, criadora de solidariedade coletiva e a responsabilidade ética do educador. Estas questões são importantes tanto quando considerando a posição de pedagogias feministas subalternas e as mulheres que as desenvolvem, quanto minha posição enquanto pesquisadora observando as iniciativas voltadas a igualdade de gênero, incluídas nesta pesquisa. Em outras palavras, as discussões de Spivak fornecem ferramentas metodológicas para interrogar o trabalho produzido por instituições e organizações sobre a educação de gênero; a co-optação dos movimentos sociais; necessidade de cuidados epistemológicos; o papel poderoso de afeto e hábito na formação do intelecto; a heteronormatividade reprodutiva como princípio fundamental; e a atenção necessária às estruturas de responsabilidade intergeracional e de gênero (SPIVAK, 2012). Portanto, nesta tese de doutorado, *feminismo in decolonization*, refere-se não só ao processo em que estive ativamente se envolvida enquanto pesquisadora, através do processo de escrita da tese e análise desenvolvida para estudar as pedagogias feministas de base comunitária produzidas por mulheres da Maré, mas também para analisar, ponderar e descreve o processo de tornar-se consciente do sistema global-capitalista e tudo o que isso implica tanto para o indivíduo dedicando-se a produção de conhecimento, quanto para as pessoas envolvidas nos esforços educativos vistos como um caminho para emancipação. Feminismo em descolonização enfatiza questionar as fronteiras bastantes institucionalizadas do conhecimento e da produção do conhecimento que de forma mandatória torna alguns ininteligíveis ou indignos de uma melhor vida. O uso da conceitualização de “Feminism in decolonization” indica o reconhecimento que existe uma divisão de classe em quem se apropria da globalidade e que está sujeita à globalização; as mulheres experimentam as dinâmicas globais de forma diferente; e gênero é importante não apenas como uma preocupação política de inclusão, mas como “nosso primeiro instrumento de abstração” (SPIVAK, 2012, p.30). Mesmo, que o trabalho de Spivak esteja baseado nas experiências da autora como professora universitária nos EUA, contexto bastante distinto do contexto acadêmico no Brasil, considero as observações da teórica pós colonial importantes quando pensando a pedagogia feminista no Brasil, tanto as criadas no sistema do ensino superior quantas as desenvolvidas por esforços locais-de base. Desta forma, concordando com Spivak (2012) gênero pode ser entendido como umas das maneiras originais de entender a diferenciação, subsequentemente demonstrando como a análise feminista fornece uma base contínua para a reavaliação de nossas práticas críticas tanto como acadêmicos quanto ativistas.

<sup>30</sup> A noção de privilégio patriarcal se constrói a partir da concepção de Patriarcado que, em termos gerais, é entendido como o sistema de relações de poder e opressão que outorga aos homens privilégios e direitos que são negados às mulheres e aos indivíduos entendidos como estando para além da categoria homem-heterossexual, e gera uma organização hierárquica fundamentada em diferenças sexuais que, por sua vez, determina o acesso a determinadas oportunidades.

<sup>31</sup> É necessário ressaltar a posição de Rita Laura Segato (2013, 2014) que afirma que no mundo pré-colonial – entre os povos indígenas e africanos, por exemplo - já existiam sociedades que reproduziam conceitos e comportamentos que poderiam ser relacionados a uma concepção de “patriarcalidade de baixo impacto”, porém, a autora reforça que o

sentido da Decolonização-Descolonização, mas também um esforço de Des-patriarcalização. No entanto, essa compreensão só pode ser alcançada por meio de um olhar interdisciplinar/integrativo, porque tanto a opressão como a discriminação de gênero requerem soluções multidimensionais. Dessa forma, mesmo que o objeto de estudo desta pesquisa esteja focado em cinco iniciativas implementadas por organizações inseridas em um contexto, território e tempo histórico específicos<sup>32</sup>, tenho consciência da existência de conexões e interações entre fatores de distintos níveis (ex. global, nacional, regional, local, interpessoal, subjetividade etc), de modo que faço questão de produzir um esforço interdisciplinar ao considerar e incluir conhecimentos e perspectivas de outras áreas, tal como a sociologia, antropologia e ciência política, na abordagem do tema e na análise. Neste sentido, concordo com Barragán, Lang, Mokrani Chávez e Santillana (2011, p. 90) que entendem a importância de:

Pensar o feminismo como um saber – como uma genealogia, como uma proposta para transformar a vida a partir de um olhar integral – permite-nos dialogar tanto com a academia e com os discursos políticos, quanto com as lutas individuais e coletivas das mulheres, para transformar um sistema político, social e econômico desigual e injusto.

Uma análise crítica-feminista-decolonial sobre o discurso de gênero e desenvolvimento utilizado na implementação de ações sociais focadas na justiça de gênero assenta-se sobre um pensamento integral. Por outro lado, acredita-se que esta tese possa sublinhar a necessidade de incluir as experiências de mulheres subalternas dentro das iniciativas e pedagogias de gênero desenvolvidas por organizações da sociedade civil e, do mesmo modo, no sistema de desenvolvimento social. O caminho para compreender a vida e a cultura de mulheres do Brasil e da América Latina trata-se de uma tarefa complexa, sobretudo pela diversidade e pluralismo das realidades existentes nestes territórios, mas também pela escassez de estudos realizados sobre estes grupos sociais, que é evidenciado pela limitada produção acadêmica sobre o assunto, bem como pela dificuldade de acessar as informações utilizadas por organizações e instituições que

---

Patriarcado Colonial Moderno introduzido a partir do colonialismo é super-hierarquizado e agravou as diferenças coloniais existentes entre homens e mulheres. Tal discussão promovida por Segato (2013, 2014) parte, em um primeiro momento, de uma crítica ao Feminismo Eurocêntrico Hegemônico que se baseia numa visão de universalidade/igualdade da categoria mulher, depois, em um segundo momento, considera uma crítica à posição de Lugones e Oyronk Oyewumi que afirmam a inexistência de gênero no mundo pré-colonial com base em estudos etnográficos que apontam a existência de distintas relações de gênero em meio às sociedades indígenas e africanas.

<sup>32</sup> Baseado na premissa que contexto é uma característica que define gênero, já que gênero e desigualdades interseccionais variam em como eles são organizados, dependendo do espaço, lugar e tempo. As relações de gênero variam entre as sociedades e grupos.

visam ou incorporam iniciativas para combater e/ou eliminar a desigualdade de gênero. O feminismo brasileiro e o feminismo latino-americano, enquanto movimentos que fazem parte do sistema de desenvolvimento e que procuram através de esforços educacionais ensinar sobre gênero, cultura e questões ligadas a mulheres do Brasil e da América Latina, precisam ser compreendidos à luz das experiências e práticas de mulheres de suas respectivas localidades, neste caso, considerando os contextos específicos do Rio de Janeiro, do país e da região em que se encontram as comunidades investigadas. De acordo com Lizbeth Paravisini Gebert (1997), “o feminismo, se é para levar ao seu objetivo de garantir às mulheres uma existência tão completa e multifacetada quanto possível, deve responder às condições em que essa existência deve se desenrolar” (p. 4, tradução nossa).

Se considerarmos conhecimento local, definido por Escobar (2001), como um modo de consciência baseado em um lugar específico, que conhecimentos podem fornecer essas iniciativas sobre igualdade de gênero na Maré? O que significa igualdade de gênero para as educadoras e para os participantes – como é esse processo de aprendizagem? As mulheres que implementam essas iniciativas consideram que seu trabalho faça parte de um projeto feminista? De que modo tais intervenções abordam o tema de igualdade de gênero e que informações ajudam na compreensão sobre a realidade das mulheres que participam das iniciativas? Se além de cumprir um papel na implementação dessas iniciativas elas também são moradoras da Maré, elas cultivam *teologias pessoais*<sup>33</sup> enraizadas na sua compreensão da realidade do local em que trabalham e moram (ou em que trabalham)? Se sim, como isso é incorporado ao desenvolvimento da iniciativa e à abordagem da igualdade de gênero?

O campo de ação das lutas democratizantes trata-se de uma concepção alternativa de cidadania, a qual, como apontam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 16), representam uma redefinição do sistema político e das práticas econômicas, sociais e culturais. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 16-17) afirmam:

---

<sup>33</sup> O conceito de teologia pessoal foge da definição tradicional de teologia, pois vai além de um estudo sobre a natureza de Deus, ou seja, não está somente relacionado à religiosidade, mas sim, está diretamente conectado com as lutas baseadas em experiências pessoais e produz um pensamento crítico com base nos cotidianos que, utilizando as palavras de Isasi-Diaz e Mendieta (2012) poderia ser entendido como um “cotidiano conscientizado”. Neste sentido, considero a questão apresentada por Escobar, “se é possível encontrar práticas baseadas em locais uma crítica de poder e hegemonia sem ignorar a sua incorporação em circuitos do patriarcado, Capital e modernidade?” (2001, p.142).

O campo de ação de lutas democratizantes se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do “desenvolvimento” e a erradicação de desigualdades sociais tais como as de raça e gênero, profundamente moldadas por práticas sociais e culturais. Essa concepção ampliada reconhece ainda que o processo de construção da democracia não é homogêneo, mas internamente descontínuo e desigual.

Nesse sentido, as pedagogias criativas subalternas estudadas nesta tese fazem parte do processo pelo qual os movimentos sociais historicamente sempre contribuíram: a redefinição dos significados de cidadania, representação política, participação e do “desenvolvimento” em si<sup>34</sup>. Segundo Escobar (2001, p. 155), as lutas baseadas em lugares podem ser vistas como estratégias subalternas de localização, orientadas por redes de localização de base multiescalar. Escobar (op cit) afirma que a atenção deve ser dirigida para as estratégias de desenvolvimento não capitalistas, para as formas cotidianas de resistência, pelo que “as pessoas continuam, de maneira ativa, criando e reconstruindo os mundos em que vivem e seus lugares”. Consciente de que algumas das iniciativas estudadas nesta pesquisa visam ampliar competências e habilidades de mulheres, no esforço de criar mais oportunidades de renda, e que algumas iniciativas estão vinculadas de uma forma mais próxima a um modelo institucional que faz parte do sistema neoliberal de desenvolvimento, interessei-me por estudar essas pedagogias feministas e de gênero por acreditar que elas fazem parte das formas cotidianas de resistência presentes nas comunidades da Maré.

É preciso ressaltar que historicamente as populações de favelas sempre vivenciaram uma situação de abandono por parte do poder público, que ou encontrava-se ausente destes territórios, deixando de fornecer serviços básicos para a população local, ou encontrava-se presente num esforço de controlar tais territórios e seus moradores. Tal relação de abandono, em parte, está relacionada à presença da violência armada nestes ambientes que, entre seus resultados, colocou tais populações em uma condição de “risco social” (ROCHA, 2015, p.337). Neste sentido, é preciso entender que tais populações foram estigmatizadas e passaram a ser vistas como “classes perigosas” ou “populações carentes” que precisariam ser “controladas” / “domesticadas” (op cit). Diante desta perspectiva é preciso relembrar que a cidade do Rio de Janeiro é marcada por um forte contraste social, de modo que as populações de favela são separadas das “regiões nobres” do município por uma “linha invisível” que separa os moradores entre “merecedores de direitos

---

<sup>34</sup> Aqui gostaria de destacar que o processo da criação de pedagogias subalternas está relacionado ao papel da cultura no processo de produção e significação, de significados e práticas, aspectos simultâneos e intrinsecamente ligados à realidade social.

sociais” e “os Outros”, renegados, que ficam à margem e na base de uma estrutura social marcada pelas desigualdades. Neste contexto, destaca-se o processo de transformação vivenciada pela cidade na conjuntura dos grandes jogos (Copa do Mundo e Olimpíadas) que impuseram uma nova agenda sobre tais territórios de periferias, neste sentido, Rocha (2015) afirma que:

As favelas cariocas são hoje cenário privilegiado para refletir sobre diversos ordenamentos sociais e modalidades de gestão urbana, já que em seus territórios encontram-se em execução políticas públicas e ações sociais (de organizações comunitárias, não governamentais e até mesmo do mercado) bastante significativas das mudanças em curso nas grandes cidades brasileiras. (p. 319)

Diante deste momento de grande visibilidade do Rio de Janeiro no cenário mundial, alguns discursos intervencionistas do Estado passaram a ser empregados para justificar a entrada de forças militares nestes territórios, assim como fortaleceram as ações de organizações e “projetos sociais” que, nestes instantes, assumiram um papel de auxiliar no “desenvolvimento comunitário”, na valorização das identidades locais e no reconhecimento de uma “cultura da favela”, neste sentido, Rocha destaca que:

[...] Se por um lado as favelas permanecem sendo vistas como diferentes da cidade (o “outro” da cidade), por outro lado surge no momento atual um novo lugar social para elas. O projeto das UPPs e dos grandes eventos diferenciam as favelas entre aquelas que participam desses projetos (ainda que de forma subalterna e submissa) e as que estão excluídas deles. Para as primeiras, os “projetos sociais” e o “desenvolvimento local” estimulado pelo “empreendedorismo” (ligado principalmente ao mercado cultural e à atividade turística) são abundantes e recolocam esses territórios de outra forma dentro da cidade. Para as últimas, resta a imagem do lócus do perigo e da pobreza que abate a cidade (2015, p. 338)

Como afirmado por Rocha (2015), as favelas cariocas passaram a ser divididas em dois grupos: aquelas que receberiam um projeto pacificador e que, portanto, estariam aptas a integrarem o “restante da cidade”, enquanto, por outro lado, seriam mantidas excluídas as comunidades que não estariam destinadas a receber uma UPP. Diante desta realidade, destaco o caso específico da Maré, que inicialmente estava prevista para receber uma UPP, mas que, nunca recebeu tal unidade de polícia e, além disso, é preciso ressaltar que ao contrario de outras favelas que foram ocupadas por policiais militares, no caso da Maré, tal processo foi realizado pela ação das forças armadas (exército), caracterizando um verdadeiro “esforço de guerra” na tentativa de exercer o domínio sobre esta localidade. Em relação a este processo, Lia Rocha (2015) ressalta que:

[Q] uando falamos em favelas “pacificadas”, estamos nos referindo a territórios ocupados militarmente por uma força que historicamente se relaciona com as populações locais como se estas fossem exércitos inimigos. Ainda que dados de pesquisa apontem para a redução dos índices de letalidade, a relação entre policiais e moradores de favela permanece tensa, desigual e antidemocrática (338-339)

Com relação à ação de tropas militares no contexto de implantação de UPPs em favelas, em concordância com a colocação de Rocha (2015), Franco (2014) destaca que a ação do Estado nestes territórios costuma violar direitos básicos da população local “Não se trata de excessos, nem de uso desmedido da força enquanto exceção: as práticas policiais nesses territórios violam os direitos mais fundamentais, e a violação do direito à vida também está incluída nessa forma de oprimir” (p. 97)

Sobre o processo da tentativa de implantação da UPP na Maré, a pesquisadora e militante Marielle Franco destaca algumas características específicas deste território, chamando a atenção para a contraditória relação de ausência-presença do Estado nestas comunidades, ressaltando, de um lado à ação de militares, de outro, a insuficiência/interrupção de serviços básicos. Neste sentido, embora se localize em uma área da cidade considerada de fácil acesso, ainda assim o território da Maré apresenta restrições à circulação dos moradores e mesmo de prestadores de serviço:

O Complexo da Maré, [foi] alvo de inúmeras operações sob a justificativa de repressão ao tráfico de drogas e posterior implantação de uma UPP [...]. Seu entorno são os bairros de Bonsucesso, Ramos, Caju e a Ilha do Governador, que vivem no limiar dos confrontos. As 16 comunidades circunscritas ao bairro Maré vivenciam uma tragédia iminente. No dia a dia de escolas, postos de saúde, somente a permanência física de seus equipamentos - que são prédios públicos construídos ou em funcionamento -, não soluciona, ou não garante um atendimento de qualidade para os moradores. A Maré é um bairro de fácil acesso, dado que está situada às margens da Av. Brasil e Linha Amarela e Vermelha (vias de grande importância para o estado do Rio de Janeiro). Porém, sempre há relatos de ausência de professores e médicos, por exemplo. (2014, p.97)

Em sua dissertação de mestrado, Franco (2014) aponta que a política de “guerra às drogas” que justificou a implantação do projeto das UPPs sob o argumento da necessidade de o Estado assumir o controle das favelas gerou consequências negativas para ambos os lados, incluindo os moradores, que se viram no meio de uma “zona de guerra” e os policiais que acabaram vítimas destas ações. No fim, o projeto implementado pouco tinha a ver com a identidade e com a realidade das comunidades, de modo que este processo de pacificação produziu um contraste entre os habitantes do território e as tropas “invasoras” (FRANCO, 2014).



O trabalho de campo foi realizado no conjunto de favelas da Maré, área periférica da cidade do Rio de Janeiro e uma das maiores favelas do estado. Neste trabalho consideramos o conceito de Espaço estabelecido por Milton Santos (1988), que compreende, “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...] deve ser considerado com um conjunto indissociável, de que participam de um lado certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (p. 7). Neste sentido, entendemos que o Espaço Social não é neutro, pois reflete um complexo processo histórico, que engloba as histórias das pessoas e do território em si. Neste sentido, a Maré será entendida como “periferia-território-resistência”, para empregar a compreensão sobre esta área considerada por Raúl Zibechi (2015) e Timo Bartholl (2016), quando colocam ênfase na necessidade de se compreender as periferias como parte da luta pela transformação radical da sociedade. Deste modo, acredita-se que essas pedagogias criativas feitas por mulheres do terceiro mundo - também entendidas neste contexto como mulheres que, embora vivenciem uma condição de subalternidade, ainda assim, produzem conhecimentos e ações políticas - não são simplesmente formas de resistência ao sistema patriarcal ou aos padrões de gênero tradicionais que ajudam a manter mulheres em subordinação, mas também fazem parte das práticas de resistências existentes na Maré; em outras palavras, trata-se de uma luta de resistência de baixo para cima (BARTHOLL, 2016, p. 28),<sup>35</sup> tecida pelas próprias sujeitas dos territórios com base em seus contextos específicos e trajetórias de vida.

O Conjunto de Favelas da Maré (Figura 1) situa-se no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, na região da Leopoldina. Fica às margens da Baía de Guanabara, entre três importantes vias de acesso: a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela. A Maré é rodeada por áreas de grande importância econômica, as quais a colocam em posição geográfica privilegiada. O Complexo é composto por 16 favelas, com diferentes características entre si, que apresentam

---

<sup>35</sup> Nesta perspectiva, Bartholl traz à luz certos elementos que precisam ser considerados ao se analisar o impacto de fatores como poder, representação e cultura. Ele afirma: “É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder”. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder –, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. A questão política é a verdade (2016, p. 11).

suas próprias associações de moradores e distintos contextos históricos. As favelas que fazem parte do Conjunto de favelas da Maré são: Baixa do Sapateiro; Morro do Timbau; Parque Maré; Nova Maré; Nova Holanda; Rubens Vaz; Parque União; Conjunto Esperança; Conjunto Pinheiros; Vila do Pinheiro; Vila do João; Salsa e Merengue; Marcílio Dias; Roquete Pinto; Praia de Ramos; e Bento Ribeiro Dantas.

**Figura 1 - Mapa do Conjunto de Favelas da Maré evidenciando a localização de diferentes comunidades.**



Fonte: Redes da Maré e Observatório de Favelas, 2012.

As primeiras comunidades do complexo começaram a se desenvolver na década de 1940 e incluíam o Morro de Timbau, a Baixa de Sapateiro e o Parque Maré. Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro (2013, p. 26), hoje a Maré conta com mais de “140 mil moradores distribuídos em pelo menos 40 mil domicílios sobre uma área de 4,3 quilômetros quadrados, o que representa uma densidade por metro quadrado de 33,25 habitantes, umas das mais altas do Rio de Janeiro”. Embora oficialmente a Maré tenha se desenvolvido a partir da década de 1940, é importante ressaltar que em períodos anteriores esta região já era habitada. Entre os séculos XVII e XVIII a região que hoje corresponde a Maré fazia parte da freguesia de Inhaúma, sendo uma área caracterizada pela presença de manguezais, que acabaram por reduzir o valor de mercado desta região, assim, o baixo interesse do capital por este território permitiu que seus primeiros habitantes se instalassem na região da enseada de Inhaúma construindo casas de palafitas em uma área que era constantemente afetada pelos efeitos da Maré, o que acabou dando origem ao nome desta localidade (DINIZ; BELFORT; RIBEIRO, 2013).

As iniciativas voltadas para a discussão de questões de gênero na Maré investigadas nesta pesquisa pertencem às seguintes comunidades: Morro do Timbau, Nova Holanda, Vila do João e Parque União. Segundo Diniz, Belfort e Ribeiro (2012, p. 19), mesmo com alguns programas de urbanização implementados no século passado, a maioria da população da Maré acabou não sendo reconhecida pelo estado como merecedora dos serviços públicos básicos, o que reflete no descaso do poder público em relação a este território e sua população. É importante destacar que, assim como ocorre em muitas comunidades de periferias da América Latina, a presença da violência é algo marcante que inclusive assume um papel na constituição das identidades dos indivíduos destas localidades. No caso da Maré é possível identificar muitas formas de violência, incluindo não somente a violência de gênero, violência contra a mulher e violência doméstica, mas também a violência armada perpetrada não somente pelo poder paralelo, mas também pelo próprio Estado, sob a forma de violência policial. Neste sentido é preciso lembrar que a violência nestes casos atinge uma grande parcela desta população, restringindo inclusive a circulação de pessoas em meio a estes territórios e produzindo “leis invisíveis” que valem dentro das fronteiras destas comunidades, assim, os moradores destas áreas são afetados de diferentes maneiras (ex: assassinatos/morte de parentes, estigmas associados à população local, repressões etc).

O livro *Memória e Identidade dos Moradores do Morro Timbau e Parque Proletário da Maré* identifica o Morro do Timbau como a comunidade mais antiga da Maré. O morro faz divisa

com as comunidades de Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Vila do Pinheiro e Bento Ribeiro Dantas. Pela Avenida Brasil, as passarelas mais próximas são a 7 e a 8. Conforme Diniz, Belfort e Ribeiro (2012), o nome da comunidade tem sua base na expressão tupi *thybau*, que significa “entre águas”, o que está relacionado à geografia deste território, que corresponde ao o único terreno sólido em meio ao mangue, o que compreende uma característica típica da Maré.

A Vila do João está localizada entre a Avenida Brasil e as favelas Conjunto Esperança, Salsa e Merengue e Conjunto Pinheiros, sendo a passarela 6 a principal forma de acesso à comunidade. Esta localidade começou a ser ocupada por volta de 1980 em virtude da construção de um conjunto habitacional erguido pelo Projeto Rio, do governo federal, que tinha o objetivo de acabar com moradias construídas de forma precária. O nome original da comunidade, remanescente da ditadura militar, foi uma homenagem ao então presidente, General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Situado na Vila do João, o CRMM-CR está localizado na Rua 17, ao lado do Posto de Saúde.

A comunidade de Nova Holanda está situada entre a Linha Vermelha, a Avenida Brasil e as favelas Nova Maré, Parque Maré e Rubens Vaz. Conforme o livro *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda* (2012), a comunidade foi construída pelo poder público na década de 1960, concebida como um Centro de Habitação Provisório (CHP) destinado aos moradores de morros do Rio que foram demolidos para a ampliação da cidade. Os seus primeiros moradores chegaram em 1962, oriundos da remoção da Favela do Esqueleto (atual campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da Praia do Pinto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene e das margens do Rio Faria Timbó, sob a coordenação da Fundação Leão XIII, que controlava tanto o processo de remoção quanto o gerenciamento dos CHPs (DINIZ; BELFORT; RIBEIRO, 2012, p. 84-85). A Associação dos Moradores e o Observatório de Favelas da Maré estão localizados no início da Rua Teixeira, na entrada da passarela 9 da Avenida Brasil. A Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, mais conhecida como as Redes da Maré, tem sua sede na Rua Sargento Silva Nunes. O Centro das Artes da Maré (CAM), localizada na Rua Bittencourt Sampaio, e a LPP, onde o grupo de gênero e sexualidade da LPP implementa sua iniciativa, localizada no final da rua conhecida como a Rua da Teixeira, também estão situadas na comunidade. Em geral, pode-se observar que a Nova Holanda tem um maior número de instituições como ONGs trabalhando “questões sociais” em comparação com comunidades como Marcílio Dias, que tem pouca ou nenhuma presença desse tipo de ação.

A comunidade Parque União está situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Esta área foi ocupada a partir de 1961, conforme pesquisa promovida pelas Redes da Maré que realizou um levantamento histórico no conjunto de favelas da Maré. A comunidade de Parque União surgiu pelo loteamento promovido pelo advogado Margarino Torres, que demarcou lotes e os vendeu por valores acessíveis.<sup>36</sup>

Historicamente os moradores da Maré, e em especial as mulheres, sempre atuaram no sentido de lutar pela melhoria das condições de vida de suas comunidades. Neste sentido, destaco a importância do movimento associativo intitulado “Chapa Rosa” que foi desenvolvido a partir do final da década de 1970, instalado na comunidade de Nova Holanda, e que atuou à frente da associação de moradores por cerca de 9 anos, promovendo uma série de mudanças no espaço da favela, de modo a gerar uma nova forma de relação dos moradores com aquele espaço, auxiliando no fortalecimento das identidades locais (CARVALHO, 2006).

O Centro de Referência da Mulher da Maré – Carminha Rosa (CRMM-CR) está localizado na comunidade de Vila do João, e tem como foco principal o atendimento às mulheres em situação de violência. O atendimento oferecido é interdisciplinar e inclui profissionais das áreas de psicologia, serviço social e jurídica. As aulas incluem oficinas socioculturais onde mulheres aprendem a bordar e costurar. Todos os projetos do CRMM-CR são constituídos pelos seguintes eixos de atuação: atendimento às mulheres, capacitação e empreendedorismo. A interligação desses eixos com os serviços de atendimento disponível e os cursos, oficinas oferecidos pelo CRMM-CR ajudam a construir e consolidar uma rede de enfrentamento das questões relacionadas à violência contra a mulher, bem como auxiliam na divulgação da informação e na promoção de ações de sustentabilidade para mulheres, em especial para aquelas que se encontram em situação de violência doméstica. As oficinas de bordado e costura foram ministradas por mulheres moradoras da Maré. As temáticas ligadas à questão da igualdade de gênero foram incluídas em discussões durante as oficinas e em outros eventos e atividades do CRMM-CR. Tive a oportunidade de participar das oficinas observadas, aprendendo a bordar e costurar, assim como a utilizar essa habilidade na confecção de um conjunto de artesanatos produzidos coletivamente com as participantes das oficinas. Assim, minha participação nessas

---

<sup>36</sup> Esta informação foi obtida pelo seguinte link das Redes da Maré:  
<<http://redesdamare.org.br/blog/uncategorized/parque-uniao-2/>>

oficinas me ajudou a conhecer o espaço, os profissionais, as mulheres participantes e a comunidade.

O Programa de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GSLPP) é uma iniciativa que surgiu de forma voluntária através do apoio da coordenadoria de assistência social, junto com quatro outros indivíduos que fazem parte da equipe. Em 2011, por iniciativa espontânea dos membros e de uma voluntária, começaram a ser organizadas atividades dirigidas, em que se discutiam temas como gênero, sexualidade e raça, entre outros, nas salas da organização. Rapidamente ficou claro para esta equipe que seria necessário manter um diálogo permanente sobre os temas com os jovens e promover uma cultura de equidade de gênero na instituição. Como resultado do amadurecimento deste processo, a equipe elaborou voluntariamente o projeto “Luta pela Paz de Gênero” no ano de 2011, cujo objetivo é garantir um espaço de reflexão para os jovens sobre a realidade que os cerca e sobre como se processam as desigualdades entre homens e mulheres.

O GS-LPP encontra-se inserido nas atividades e esforços da LPP, que tem sua sede principal situada na comunidade de Nova Holanda, na saída da passarela nove na Avenida Brasil, ao final da rua conhecida por moradores como a Rua da Teixeira. A LPP combina artes marciais como boxe, judô, capoeira, entre outras, somada com iniciativas educacionais para trabalhar com jovens. A ONG também desenvolve as mesmas iniciativas na Inglaterra, e atualmente está compartilhando sua metodologia com profissionais em outros países, desenvolvendo iniciativas voltadas para a questão de desenvolvimento social, jovens e esporte. No Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, seus objetivos principais estão centrados em trabalhar com a juventude da comunidade Nova Holanda. Deste modo, a LPP faz parte da rede da sociedade civil da Maré, que inclui outras ONGs, organizações de base e redes. A instituição trabalha há 13 anos na comunidade, enfrentando o problema de jovens em situações de risco, incluindo crime, violência e o tráfico de drogas. Através de meu trabalho de campo na LPP, em 2011, conheci os participantes dos projetos, suas famílias, além de indivíduos e organizações que trabalham com iniciativas similares (ex. Redes da Maré, Centro de Referência para a Mulher na Maré, Associação de Moradores, Médico da Família, Centros das Artes da Maré, Museu da Maré, etc.), líderes comunitários, mediadores, pastores etc, enfim, pessoas que foram pilares fundamentais para a elaboração desta pesquisa de doutorado.

O projeto social Maré de Sabores, iniciado em 2010, combina questões sobre a igualdade de gênero, particularmente questões focadas em mulheres, com o ensino de culinária. Localizado no Parque União, a Maré de Sabores surgiu a partir da demanda de mães de alunos de outros projetos desenvolvidos pelas Redes da Maré. Inicialmente as oficinas eram realizadas na Lona Cultural da Maré, no Parque Maré, divisa entre a Nova Holanda e a comunidade da Baixa do Sapateiro. A professora de culinária que assume um papel de destaque na Maré de Sabores foi criada na Maré, logo se mudou para o bairro da Penha, na Zona Norte, mas continuou frequentando a comunidade pelo fato de os pais terem negócios ali. Atualmente, a Maré de Sabores desenvolve suas atividades na Casa das Mulheres da Maré, no Parque União, onde existem cursos profissionalizantes, oficinas e atendimentos para mulheres moradoras da Maré. Durante a etapa de investigação estive envolvida com os cursos focados na temática de gênero e participei das oficinas de culinária.

O grupo Mulheres ao Vento é um projeto autônomo fundado em 2013 por Andreza Jorge e Simone Alves. O projeto foi criado depois da participação de suas fundadoras em um curso de extensão do departamento de dança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conhecido como Pesquisa em Africanidade na Dança e na Educação (PADE) e oferecido no campus Fundão. Cabe ressaltar que a proximidade entre a Maré e a ilha do Fundão foi um elemento de incentivo, mas em grande parte o projeto autônomo foi criado na esperança de juntar a experiência acadêmica e artística num esforço que visa à melhoria das condições de vida de pessoas da Maré, visto que Andreza Jorge é moradora da Nova Holanda. Assim, o projeto autônomo Mulheres ao Vento visa misturar elementos artísticos com o pensamento crítico feminista, levando em conta o contexto de mulheres moradoras da Maré. Pude observar as oficinas de dança e rodas de conversas dirigidas a temáticas voltadas para a questão da mulher na sociedade brasileira e a igualdade de gênero em geral.

O espaço autônomo feminista Espaço Casulo é uma iniciativa voltada para a conscientização de mulheres para seu autoconhecimento, desenvolvimento pessoal, reencontro e afirmação, e desenvolve suas atividades no Morro do Timbau. O Espaço foi idealizado por três moradoras da Maré que começaram a iniciativa oficialmente em 2016, com sede no Morro de Timbau. Uma das motivações para desenvolver a iniciativa na Maré com este foco foi a observação da visibilidade (física) da violência contra a mulher em espaços no território e o reconhecimento dos poucos espaços “seguros” disponíveis para mulheres da Maré onde possam

se reunir e desenvolver a capacidade de autonomia. Além de proporcionar atendimento psicológico, o espaço desenvolve oficinas de artesanato, terapia em grupo com arteterapia, dança, ioga, defesa pessoal, consciência ambiental, ginecologia natural, sustentabilidade, empreendedorismo feminino e materno, entre outras oficinas. A gestão, administração e organização das atividades são feitas por mulheres. As fundadoras identificam o Espaço Casulo como um “espaço autônomo feminista”, o qual tem como objetivo a modificação do contexto machista dominante, construindo uma sociedade mais igualitária entre gêneros. A iniciativa tem como prioridade o apoio à autoestima feminina, empoderamento, independência e coletivização de saberes.

Ainda que as iniciativas a serem estudadas e analisadas não tenham a violência de gênero (VDG) como foco principal, o fato de terem a perspectiva de gênero como pedra angular faz de seu estudo algo importante para a compreensão da ligação entre as micropolíticas de contexto, subjetividades, resistências, as políticas macro da economia global, os sistemas políticos e processos (MOHANTY, 2012) que afetam o alcance da justiça de gênero.

Com relação à organização deste estudo, esta tese está dividida em seis capítulos. O Capítulo I, intitulado “Justiça de Gênero, Sociedades Civis e Feminismo Transnacional” apresenta, em um primeiro momento, uma breve discussão acerca das “Contribuições da Perspectiva Decolonial para pensar a Igualdade de Gênero na América Latina”, na sequência trago algumas reflexões sobre o conceito de “Justiça de Gênero”, para depois comentar as implicações deste conceito para as lutas feministas e ações de movimentos sociais em torno da Igualdade e Equidade de Gênero. Então é apresentada uma discussão sobre a ampliação do conceito de Sociedade Civil e, por fim, este capítulo se finaliza com uma discussão sobre as redes transnacionais feministas e o movimento feminista transnacional, ressaltando a existência de múltiplos feminismos e a importância de uma visão integradora capaz de auxiliar na compreensão

O Capítulo II “Conquistas e Desafios existentes para a Igualdade de Gênero” se inicia com uma discussão sobre a contribuição do conceito de gênero ocidental enquanto ferramenta analítica, política e científica na luta pela Justiça de Gênero, aprofundando o debate iniciado no capítulo anterior. Na sequência é realizada uma comparação de dados, refletindo sobre igualdade de Gênero a partir dos Índices de Gênero e de outras pesquisas, incluindo pesquisas de vitimização e estudos acadêmicos e institucionais que abordam diferentes dimensões da Justiça de Gênero e VCM. Então é apresentada uma breve discussão acerca das pesquisas sobre UPPs



em comunidades, apontando algumas questões que permanecem após este processo de “pacificação” vivenciado na Maré. Na sequência, trago uma discussão sobre a Lei Maria da Penha, destacando como esta política representou uma grande conquista do movimento feminista em torno da promoção da justiça de gênero. Depois é apresentada uma discussão sobre as Estratégias de enfrentamento a VCM, para, por fim, comentar os tipos de estratégias educativas adotadas por tais mulheres.

O Capítulo III “Metodologia” revela as escolhas teórico-metodológicas aplicadas neste estudo, explicando os procedimentos e técnicas utilizadas e suas implicações para a pesquisa. Em um primeiro momento são apresentados alguns comentários sobre Pesquisa Qualitativa, Observação Participante e as entrevistas, explicando os procedimentos de coleta de dados empregados durante as atividades de campo da investigação. Em um segundo momento é apresentada a metodologia de Análise dos dados, comentando alguns detalhes sobre a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin e suas implicações para o estudo.

O Capítulo IV “Percorrendo o Território em Busca de Criatividades Outras” apresenta, em um primeiro momento, os resultados das observações participantes revelando detalhes sobre cada uma das iniciativas, iniciando com o Centro de Referência da Mulher na Maré – Carmina Rosa (CRMM-CR), passando para o Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GS-LLP), o Projeto Maré de Sabores (Redes da Maré), o Projeto Mulheres ao Vento, o Espaço Casulo e, por fim, trago um breve debate sobre as semelhanças e distinções reveladas pela Observação Participante.

O Capítulo V “Histórias trazidas pela Maré: Categorias levantadas através das entrevistas semi-estruturadas” apresenta as categorias que emergiram a partir das falas das mulheres entrevistadas, em um primeiro lugar, são apresentadas as “Histórias de Vida e os Sujeitos Políticos”, na sequência, “Espaço, Reconstrução e Representação”, então “Estrutura Social e Ação” e, por fim, “Desenvolvendo Pedagogias Feministas de Base Comunitária”.

No Capítulo VI “Considerações Finais” apresento as conclusões reveladas a partir de uma reflexão sobre os resultados e análises com base no referencial teórico-metodológico da pesquisa. Além disso, apresento uma definição do conceito de Feminismo de Base Comunitária, discutindo as implicações desta conceitualização para as lutas em torno das melhorias de condições de vida de mulheres de periferias da América Latina e, em especial, mulheres da Maré.

## 1. JUSTIÇA DE GÊNERO, SOCIEDADES CIVIS E FEMINISMO TRANSNACIONAL

Desde a década de 1980, as reivindicações feministas e a igualdade de gênero vêm sendo colocadas na agenda política brasileira. Neste sentido, vários avanços se concretizaram com respeito à igualdade de gênero no Brasil ao longo dos últimos anos como, por exemplo, a aprovação de políticas públicas significativas para o avanço da igualdade e da justiça de gênero no Brasil, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, e a Lei do Femicídio<sup>37</sup>, em 2015, além da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, em 2005, entre outros.

Embora não seja possível indicar aqui estudos mais sistemáticos, numa observação inicial se pode sugerir que os direitos das mulheres e os avanços na igualdade de gênero no Brasil hoje sofrem retrocessos. Considerado por alguns como golpe de estado, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para a presidência, foi seguido de ações da administração de Michel Temer com grandes e pesadas implicações sobre a luta feminista e a luta pela igualdade de gênero. O desmonte institucional, a mudança de status da Secretaria Especial Para as Políticas das Mulheres (SPM)<sup>38</sup>, junto com a extinção de secretarias como a de Igualdade Racial e Direitos Humanos, bem como a ausência de mulheres no primeiro escalão ministerial após a reforma de 2016, marcou uma nova fase no desafio da justiça de gênero no país.

Existem pesquisas que apontam que a variação entre políticas públicas de gênero resulta tanto de características institucionais em nível macro (por exemplo, capacidade do estado, grau de centralização) quanto de fatores políticos que moldam a estrutura, o papel e os recursos de ações políticas das mulheres, as quais coordenam e implementam políticas de gênero que visam combater fenômenos como a VCM (FRANCESHET, 2010). Esse tipo de estudo sublinha como o contexto institucional e político de uma nação pode afetar a implementação de políticas públicas de gênero. Em outras palavras, mudanças no governo e crise econômica, são exemplos de fatores que influenciam e restringem a capacidade da SPM no Brasil. Sobre o que possibilitou tais

---

<sup>37</sup> Lei 13.104. Femicídio é um conceito associado ao assassinato de mulheres pelo fato de ser mulher, trata-se de uma das formas mais extremas de VDG e VCM.

<sup>38</sup> Utilizo mudança de status para referir ao extingo do SPM, que hoje em dia está vinculado ao Ministério de Justiça e Cidadania.

retrocessos é uma questão levantada no artigo “Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos?” (ZANATTA et al., 2016, p. 3), segundo os autores:

O contexto político-governamental atual, com uma presença maciça de grupos representando conservadorismo religioso, pode tornar impossível democratizar a saúde pública e de gênero, que as condições essenciais nos permitirão preservar e avançar em aspectos positivos da igualdade, a justiça, a luta contra as desigualdades e melhores condições de saúde para as mulheres e brasileiros em geral.

Diante dos retrocessos que o Brasil está experimentando desde 2016 com respeito à igualdade de gênero, em um momento em que presenciamos à ascensão política de grupos conservadores com fortes tendências fundamentalistas, o discurso contra uma suposta “ideologia de gênero”, a exclusão da educação de gênero do currículo escolar, e a série de manifestações feitas por mulheres refletindo suas preocupações. Assim, torna-se importante lembrar e identificar as conquistas que se deram, não só para refletir sobre o que de fato foi conquistado, mas também para analisar e propor ações de continuidade ao projeto feminista no Brasil, identificando e produzindo esforços para a superação das barreiras que ainda permanecem.

Esse novo cenário nos leva a refletir sobre o caminho que estamos trilhando e a ponderar sobre como agir/ reagir diante dessa realidade, que de fato não é algo novo – pelo contrário, é um problema que os feminismos brasileiros e latino-americanos já tiveram que enfrentar. Em relação à perspectiva de uma Educação de Base Comunitária, autores como Torres (2007 *apud* ORTIZ & BORJAS, 2008) e Camargo (2017) chamam a atenção para a importância de se considerar o Legado das lutas sociais da América Latina como fundamento para construir um pensamento próprio, um pensamento revelado a partir das vozes destes territórios, um pensamento capaz de integrar saberes locais e globais para pensar a realidade de uma forma crítica, holística, democrática, popular e decolonial. Sobre esta perspectiva, refletindo sobre a visão de Paulo Freire para o desenvolvimento da América Latina, Telmo Adams e Danilo Streck ressaltam que o contexto latinoamericano historicamente é caracterizado por uma cultura do silêncio onde:

[O]s “condenados da terra”, os oprimidos, introjetam a ideologia dominante, mas podem extrojetar os opressores quando, pela reflexão, tomam distância e objetivam as formas de sua presença, expulsando-os de sua cultura. Esta é uma tarefa que exige clareza para compreender que nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico e político. Por isso a concepção pedagógica não pode deixar de compreender a relação com as heranças histórico-culturais que marcaram nosso continente (2016, p. 36)

Em relação ao Legado da América Latina anteriormente mencionado, Torres (2007 apud ORTIZ & BORJAS, 2008) e Camargo (2017) ressaltam algumas metodologias, abordagens e perspectivas desenvolvidas a partir das lutas de movimentos sociais em torno da democracia e do reconhecimento de direitos. Neste sentido, destacam-se como alguns elementos deste Legado Latinoamericano a Pedagogia Freireana, a Comunicação Alternativa, a Filosofia da Libertação, a Teologia da Libertação, a Investigação Ação Participante de Orlando Fals Borda (TORRES, 2007 apud ORTIZ & BORJAS, 2008; CAMARGO, 2017), bem como estou entendendo, no caso deste estudo, que os feminismos latino-americanos também integram tal legado e que, deste modo, podem servir de base para pensar uma Educação Feminista de Base Comunitária.

## **1.1 Contribuições da Perspectiva Decolonial para pensar a Igualdade de Gênero na América Latina.**

Este estudo considera a realidade da Maré, assim como das periferias da América Latina, como um resultado do que o escritor Eduardo Galeano chamou de “abertura das veias da América”, somado ao que autores dos estudos pós-coloniais e decoloniais se referem por colonialidade, que seria uma das formas como a Modernidade se expressa. Dentro deste grupo de autores citados anteriormente, Enrique Dussel (1993) entende que a formação da modernidade teve início com a colonização do território de Abya Yala<sup>39</sup>, de modo que o controle desse território resultou de um projeto de imposição de uma cultura alienígena sobre as culturas endêmicas, acrescido a um processo de exploração e expropriação que deixou marcas nas paisagens, memórias, histórias, corpos e culturas. Assim, para o autor (op cit) a modernidade ocidental depende do colonialismo que por sua vez, possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo global. Deste modo, entende-se que o capitalismo sem o colonialismo não seria possível, sendo a base fundamental deste processo construído sobre a modernidade ocidental, que é construída com base no paradigma de que o ser humano é equivalente ao Homem-branco-europeu-heterossexual do norte global. Em outras palavras, Dussel entende que a América é um produto da tríplice colonialismo-capitalismo mundial-modernidade ocidental.

Para Mignolo (2007), a modernidade se expressa de três formas distintas: através do mito salvacionista do progresso, que aponta o progresso científico e tecnológico da sociedade ocidental como uma maneira de superar todo tipo de problemas da humanidade e que engloba a concepção de que povos não-ocidentais representariam um estágio de pré-civilização que colocaria os europeus em uma posição de “salvadores dos selvagens”, como se os nativos precisassem destes para “evoluir enquanto sociedades”; para além do mito salvacionista, a modernidade também se expressa por meio dos traumas e consequências produzidos pelo

---

<sup>39</sup> Nome dado pelo povo Kuna, originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, ao território que atualmente conhecemos como o continente americano.

processo de colonização que resultam no que os autores do grupo Modernidade-Colonialidade<sup>40</sup>,<sup>41</sup> chamam de colonialidade.

O conceito de colonialidade, por sua vez, se expressa de diferentes formas: a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010), que corresponde à hierarquia racializada<sup>42</sup> imposta pelo processo colonial; a colonialidade do saber (PORTO-GONÇALVES, 2005), que considera a distribuição do conhecimento e o reconhecimento dos saberes norte-eurocêntricos como sendo superiores aos demais, bem como o saber científico em detrimento dos saberes populares; e a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2010), que corresponde a um resultado da colonialidade do poder que molda a existência dos indivíduos de acordo com suas posições na hierarquia racializada da sociedade moderna ocidental. Por fim, a modernidade apresenta uma última faceta, que se posiciona como uma força de resistência contra a colonialidade, a decolonialidade. Considerando esta perspectiva da Decolonialidade enquanto uma força de resistência à colonialidade, assumimos a seguinte concepção de resistência, enunciada por Lugones (2014, p.940) que entende que “[a] resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessário para que a relação opressão-resistência seja uma relação ativa.”.

Ao pensar uma alternativa diante das injustiças e dos apagamentos exercidos pelo processo colonizador, no sentido da busca pela libertação do eurocentrismo imposto, Curiel (2015), falando sobre Aimee Cesarie e Frantz Fanon (1977 apud CURIEL, 2015), entende que a

---

<sup>40</sup>O Grupo de estudos Modernidade-Colonialidade, constituído no final dos anos 1990 e formado por intelectuais latino-americanos de diferentes universidades e centros das Américas, propõe uma renovação epistemológica das ciências sociais na América Latina (BALLESTRIN, 2013).

<sup>41</sup> Destaco a forte influencia deste grupo para construção da teoria do Feminismo Decolonial.

<sup>42</sup> É importante ressaltar que a moralidade cristã apresentou um papel fundamental na construção de um argumento que justificasse a dominação das raças não europeias, além disso, é preciso entender também como o cristianismo influenciou na construção não apenas de uma hierarquia racializada, mas também na formação de um imaginário de dominação do homem sobre a mulher, justificado, inclusive, pela ideia do casal primodial, Adão e Eva, que influenciou a visão do homem como o protetor da mulher e, sobretudo, como o provedor da família. Ainda com base na moralidade cristã, extrapolando para as consequências deste pensamento para a realidade de gênero na América Latina, é possível observar, por exemplo, uma visão histórica que separa as mulheres entre aquelas consideradas “para casar”, das consideradas como “boas amantes”, onde, as mulheres brancas são enxergadas como esposas ideais enquanto as mulheres não-brancas seriam colocadas numa posição de objetificação, servindo para satisfazer os desejos dos homens. Assim, podemos concluir que a moralidade cristã apresentou um papel fundamental para reforçar uma visão binária de gênero centrada no papel dominante do homem-heterossexual-branco-cristão. Deste modo, tal visão Machista e racista produzida pela moralidade cristã (relacionada ao Marianismo) representa mais um exemplo de resquícios da colonização que precisam ser questionados, combatidos e transformados por uma perspectiva de Feminismo Decolonial e de Base Comunitária.

descolonização representa não apenas uma independência entre metrópoles e colônias, ou entre países no norte e do sul global, mas sim um rompimento das relações de poder e de concepções de conhecimento que produzem e reproduzem hierarquias raciais, geopolíticas e de “imaginários” que foram criados no contexto das sociedades ocidentais e coloniais. Deste modo, este trabalho parte de uma concepção de que o machismo e a subalternização da mulher na sociedade moderna ocidental consistem em expressões da colonialidade e, portanto devem ser combatidos a partir de práticas decoloniais. É importante destacar que originalmente as teorias de colonialidade e modernidade não consideravam as implicações do gênero nas relações de poder dentro da sociedade ocidental. Tal entendimento parte dos trabalhos de Lugones (2014) que destaca a importância de conceituar o gênero como uma das formas de opressão colonial e ressalta a necessidade de construir um feminismo que questione os padrões eurocêntricos. Esta visão de Lugones (op cit) foi desenvolvida a partir de uma crítica a forma como Quijano abordou o conceito de gênero em seus trabalhos sobre Colonialidade do Poder<sup>43</sup>, destacando que tal autor baseia sua crítica à modernidade-colonialidade a partir de uma concepção eurocêntrica de gênero, que ao tratar sexo como algo estritamente biológico ignorou a intersecção desta categoria com outras. Maldonado-Torres apresenta uma definição para os conceitos de colonialidade e colonialismo ressaltando as diferenças e conexões entre os termos:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. (2007, p. 131)

Conforme o conceito Sistema Moderno-Colonial de Gênero desenvolvido por Lugones (2014) a colonialidade do poder é sustentada por diferentes formas de dominação, em especial a dominação baseada em critérios de raça e de gênero. Assim, a hierarquia identificada no Sistema de gênero, além de considerar o gênero em si, também abarca aspectos da racialidade e da sexualidade (LUGONES, 2014). É importante destacar que as mulheres investigadas não identificaram suas práticas com as teorias decolonial e pós-colonial, mas a partir de uma reflexão sobre as atividades realizadas com base nas discussões teóricas destes campos, foi possível

---

<sup>43</sup> Para a autora, a maneira como Quijano apresentou o conceito de gênero invisibiliza a forma como as mulheres colonizadas, não-brancas, foram subordinadas e oprimidas.

identificar nestas ações elementos que poderiam ser entendidos como decoloniais ou pós-coloniais. Sobre a perspectiva do que seria uma Pedagogia Decolonial, Walsh afirma que seriam:

[M]etodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado re-existencia; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com (2013, p. 19)

Considerando a existencia de distintos níveis na formação das identidades e subjetividades das populações subalternas, é possível entender que, para compreender os contextos e singularidades destes grupos, torna-se preciso um esforço integrador, capaz de reconhecer esses distintos níveis que conformam tais identidades e subjetividades. Neste sentido, Kimberly Crenshaw (1991) desenvolve o conceito de interseccionalidade a partir de observações acerca de como as discriminações raciais e de gênero tem sido vistas dissociadas, e de como no processo de positivização dos Direitos Humanos, a incorporação da categoria gênero alcançou uma inserção distinta do que ocorreu com a raça, acarretando, desta forma, dificuldades de compreensão da “discriminação interseccional”. Deste modo, a interseccionalidade vai tratar, sobretudo, da associação de diferentes eixos de subordinação e opressão, em outros termos, visa abordar “a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 1991, p. 177). Numa mesma linha de pensamento, podemos refletir acerca do trabalho de Spivack (2010), considerando que as classes subalternas muitas vezes acumulam distintos níveis de subalternidade, em outras palavras, dentro de um mesmo grupo social entendido como subalterno diferentes indivíduos podem ser vistos de formas distintas, por exemplo, diante de um contexto social altamente hierarquizado, podemos observar, como no caso da sociedade brasileira, que geralmente, homens brancos tendem a ocupar os mais altos patamares da hierarquia social, seguidos mulheres brancas, então homens negros e, finalmente, mulheres negras, além disso, outros critérios, como classe social, sexualidade, faixa etária etc, também influenciam tais configurações.

Uma ferramenta que se tem utilizado para desnaturalizar os padrões de gênero é a educação popular de Paulo Freire. Baseada no saber da comunidade, a educação popular incentiva o diálogo, e ajuda os indivíduos a apropriarem-se do conhecimento-conscientização necessário para superar a opressão e atingir a transformação social. A educação popular, como campo de conhecimento e como prática educativa, vincula o ato de ensinar com a política, no



intuito de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana. É o que discute Brandão, em sua análise dos quatro tipos de educação popular<sup>44</sup>, na qual distingue a educação popular como campo de conhecimento, definindo-o como:

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas — imersas ou não em outras práticas sociais —, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (BRANDÃO, 2007, p. 16).

O que se busca refletir é esse processo, que se soma aos esforços realizados por mulheres educadoras que assumem a concepção educativa trabalhando questões de gênero e feminismo na educação não formal na Maré. Trata-se de uma educação popular que emerge do território, das próprias comunidades, tecida pelos seus próprios habitantes no sentido de transformar a realidade local sendo, portanto, também entendida como uma educação de base comunitária. Desse modo, esta pesquisa identifica traços de uma educação popular nas ações que visam combater a desigualdade de gênero, realizadas pelas mulheres investigadas.

Considerando que uma perspectiva de Feminismo de Base Comunitária se estabelece com fortes influências da Educação Popular, trago o aporte de Paulo Freire<sup>45</sup> para entender alguns pontos da ação política produzida por estas mulheres. Em um primeiro momento, a situação da violência de gênero e a violência contra a mulher aparecem como uma condição naturalizada, como contradições que envolvem os indivíduos representando obstáculos de difícil superação, ou, em outras palavras, barreiras que atrapalham a melhoria das condições de vida da comunidade. Neste sentido, entendo que a VDG, VCM e a Desigualdade de Gênero representariam, em uma perspectiva Freireana, uma Situação-Limite (FREIRE, 1987) a ser superada por estas comunidades. Ao decidir modificar suas realidades em torno da resolução de um problema real, neste caso representado pela situação limite, as mulheres passam a se organizar e a produzir

---

<sup>44</sup> Brandão identifica quatro diferentes sentidos da educação popular: 1) como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; 2) como a educação do ensino público; 3) como educação das classes populares; 4) como a educação da sociedade igualitária (2007, p. 3).

<sup>45</sup> No verbete Feminismo, do Dicionário Paulo Freire, Márcia Alves da Silva (2016) afirma que embora Freire não tenha trabalhado especificamente com a discussão feminista em sua obra, sua teoria da Educação Dialógica pode auxiliar a criar condições para a emancipação de mulheres e superação de relações sociais sexistas. Por outro lado, a autora destaca que Freire chegou a receber críticas de feministas por utilizar de uma linguagem masculina, mas entende que o autor empreendeu um esforço para adequar-se às críticas, passando, com o tempo a empregar uma linguagem mais inclusiva.

saberes e fazeres necessários para superar uma situação de opressão naturalizada, deste modo, esta organização, em torno de iniciativas, grupos, coletivos e redes poderia ser entendida como o que Freire (1987) chama de Ato Limite, ou seja, a ação necessária para transpor uma situação limite visando atingir uma condição idealizada e transformadora que, neste caso seria representada pela ausência de uma das formas de violência nas comunidades, ou seja, um Inédito Viável (FREIRE, 1987).

Ainda com relação aos aportes de Paulo Freire para uma perspectiva de Educação de Base Comunitária que parte de uma articulação entre Pedagogia Crítica e Educação Decolonial, embora o autor não esteja diretamente vinculado ao grupo Modernidade-Colonialidade, destaco algumas influencias de Freire para a construção práticas decoloniais como apontado por Motta-Neto (2016) em sua tese de doutorado, onde afirma que as principais contribuições de Freire neste sentido correspondem às seguintes críticas: 1) crítica à inexperiência democrática da sociedade brasileira; 2) crítica a desumanização/massificação/coisificação do ser humano; 3) Crítica à teoria antidialógica da opressão e, em especial, à invasão cultural; 4) crítica ao problema da dependência das relações imperialistas e neocoloniais entre 1º e 3º mundos; 5) crítica à educação e aos sistemas de ensino coloniais; 6) crítica à razão determinista da modernidade e à pós-modernidade neoliberal. Assim, com base neste aporte de Freire, considero fundamental encarar a realidade da Maré, assim como de outras periferias do Brasil e da América Latina, a partir de uma abordagem que considere os impactos resultantes não apenas da luta de classes, mas também da dimensão da colonialidade que, nestes contextos, influenciam diretamente na própria conformação e manutenção desta estrutura social marcada por desigualdades. Neste sentido, Freire (1982) afirma que a educação comunitária deve ir além do ambiente escolar, visto que:

Não podemos esperar que uma escola seja “comunitária” numa sociedade de classes. Não podemos esquecer que a escola também faz parte da sociedade. Ela não é uma ilha de pureza no interior da qual as contradições e os antagonismos de classe não penetram. Numa sociedade de classes toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra essa ordem, subvertê-la. Portanto, uma tarefa que revela muito mais o conflito interior à ordem classista do que a busca de um diálogo que instaure a comunhão de pessoas ou de classes (p. 13)

## 1.2 Reflexões sobre o conceito de ‘Justiça de Gênero’

A justiça de gênero não é um conceito fácil de se definir e descrever apenas com poucas palavras. Goetz (2007) escreve sobre a dificuldade de se definir o conceito de gênero, ao destacar que o termo frequentemente é usado com referência a projetos emancipatórios que promovem os direitos das mulheres através de mudanças legais ou nas esferas política, social e econômica. Ela afirma: “O termo raramente é dado a uma definição precisa e muitas vezes é usado de forma intercambiável com noções de igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e direitos das mulheres” (GOETZ, 2007, p. 16).

Goetz, que busca compreender por que os esforços sobre a reforma da lei e o progresso na exposição de preconceitos de gênero em sistemas jurídicos formais não conseguiram promover a justiça de gênero, argumenta que existem distintas formas de se conceber a “justiça de gênero”. Ela destaca que, quando a justiça de gênero é concebida em termos de direitos e escolhas, ausência de discriminação ou direitos positivos, se define pelo fim das desigualdades que resultam da subordinação das mulheres aos homens (GOETZ, 2007). Ao mesmo tempo, a justiça de gênero pode ser concebida como um processo que, segundo a autora, é diferente da ideia de empoderamento, por sua ligação com a responsabilidade.

A ênfase de Goetz na defesa de esforços para a promoção da justiça de gênero e de “colmatar a divisão público-privada em relação aos sistemas de responsabilização”, leva-nos a pensar sobre a seguinte questão: de que modo as iniciativas estudadas nesta tese fazem ou não fazem isto, e que compreensão se pode fornecer com respeito à igualdade de gênero na Maré? O que fica claro é que existem inúmeras perspectivas que fornecem distintas visões do que exatamente o conceito *de justiça de gênero* implica - um elemento que, à primeira vista, pode ser pensado como fator desafiador, mas que incorpora uma perspectiva multidisciplinar, necessária numa análise sobre questões ligadas à igualdade de gênero pertinentes às mulheres, e que também representa a diversidade de pensamentos feministas, realidades de mulheres, os quais são imprescindíveis ao debate sobre como atingir a igualdade de gênero e a emancipação de mulheres.

O conceito de justiça de gênero tem uma variedade de significados. Definitivamente está correlacionado com a eliminação da desigualdade de gênero e da discriminação contra a mulher.

Segundo Catharine A. MacKinnon, Gênero é um sistema social que funciona para dividir poder, neste sentido, a autora afirma que:

Gênero é, portanto, um sistema político. É dizer que ao longo do tempo as mulheres têm sido economicamente exploradas, relegadas à escravidão doméstica, forçadas à maternidade, sexualmente objetivadas, fisicamente ultrajadas, utilizadas em espetáculos depreciativos, privadas de voz e de cultura autêntica e do direito ao voto, excluídas da vida pública. As mulheres (...) têm estado sistematicamente submetidas à insegurança física, têm sido alvos de denegação e abuso sexual, despersonalizadas e denegridas, privadas de respeito, credibilidade e recursos, e se as têm silenciado, negado a presença pública, a voz e a representação de seus interesses. (2010, p. 294-295)

A justiça de gênero é mais do que simplesmente questionar as relações entre homens e mulheres. Uma característica inequívoca do conceito é sua relação com a cidadania, o estado e o feminismo. O debate em torno do uso do conceito também é complicado. De um lado, alguns feministas acreditam que o uso do conceito pode diminuir o foco necessário sobre a condição das mulheres. Por outro lado, a questão pode proporcionar espaço para um movimento mais abrangente e inclusivo no qual a justiça de gênero não se refere só a mulheres, mas a todos, indiferentemente do gênero com que nos identificamos. Ao assim formularmos questões sobre igualdade de gênero, seria possível que ativistas e não ativistas vissem tais questões com uma nova perspectiva.

Alguns teóricos, ao definir justiça de gênero, enfatizam o oposto: o que seria a injustiça de gênero e quais os desafios para combatê-la? Além da necessidade da equidade de gênero para se conseguir a igualdade de gênero e, por fim, a justiça. Teóricas feministas ocidentais forneceram distintas perspectivas sobre a melhor forma, ou o caminho mais adequado para proceder, a fim de alcançar a igualdade e a equidade de gênero e, por conseguinte, a justiça de gênero. Isso também se refere ao debate sobre reconhecimento ou redistribuição, o qual hoje também inclui a categoria de representação.

Feministas pós-coloniais e do grupo de modernidade/descolonialidade oferecem perspectivas que podem ajudar na compreensão de um feminismo do sul, que leva em conta o contexto e as diferenças das mulheres do sul global, e que poderia determinar caminhos para se alcançar a justiça de gênero, livre do impacto do etnocentrismo, ocidentalismo, heterossexismo e androcentrismo. Ainda hoje, a questão é central no debate sobre a justiça de gênero, particularmente por sua vinculação com o debate sobre feminismo, estado e políticas públicas. Esta seção analisa o conceito de justiça de gênero e sua inserção na área de desenvolvimento. Espera-se, com isso, fornecer conhecimentos referentes à possibilidade de engajar os discursos

políticos e acadêmicos com as lutas e resistências individuais e coletivas de mulheres, focadas especificamente na igualdade de gênero.

Segundo Forst (2007), o pensamento sobre a justiça desenvolveu-se ao longo de linhas amplas: um foco nas mercadorias que as pessoas recebem em esquemas distributivos, comparando sua participação com o que os outros indivíduos têm ou com o que as pessoas precisam ou merecem por padrões éticos, ou ambos. Deste modo, o foco recai sobre a relação entre as pessoas envolvidas e a sua posição relativa dentro de determinado esquema de poder. O primeiro, distributivo, implica o estado final das distribuições e o bem-estar material das pessoas; e o segundo, a justiça política, defende a legitimidade jurídica dos indivíduos (ou grupos) em uma ordem que reivindica ser legítima (FORST, 2007). Forst propõe que isso inevitavelmente produz um problema, que começa quando reconhecemos o perigo inerente no primeiro: o de negligenciar as questões do poder social e político - não do que você tem, mas de como você tratou (FORST, 2007, p. 260). Ele faz questão de destacar que o elemento mais importante no alcance da justiça social é uma mudança nas relações entre indivíduos, e que só isto poderia levar ao alcance de justiça<sup>46</sup> - no caso desta tese, a justiça de gênero. Segundo Forst (2007, p. 263):

Justiça no seu bojo, considerando o foco específico que escolhemos, distribuí-lo, sempre exige uma ordem de relações sociais livre de uma regra arbitrária de alguns sobre outros... Se a justiça se situa em um contexto sócio-histórico e estrutural, as narrativas da injustiça devem ser a base da construção de instituições justas.

Desse modo, justiça de gênero não só teria que abordar o problema da distribuição de bens materiais e não materiais, mas também incluir a eliminação da dominação institucional, da opressão e da dominação (YOUNG, 1990). Isso implica afirmar que dominação e opressão, antagônicos da justiça e da liberdade, são concebidos como estruturais no direito e nas relações de poder, e não como elementos abstratos (YOUNG, 1990). Pode-se entendê-los como algo circular, já que os indivíduos sempre estão na posição simultânea de submeter-se ao poder e de

---

<sup>46</sup> Forst escreve sobre justiça com base no trabalho de Iris Marion Young, *Justice and the Politics of Difference*, que desafia a redução predominante da justiça social para a justiça distributiva. Young analisou criticamente os conceitos básicos subjacentes à maioria das teorias da justiça, incluindo a imparcialidade, a igualdade formal e a subjetividade moral unitária. O relato da justiça de Young concentra-se em questões processuais de participação na deliberação e na tomada de decisões. Seu relato fundamenta-se nos seguintes valores: desenvolver e exercer as capacidades e expressar as próprias experiências, cuja negação é a 'opressão', e participar na determinação de ações de alguém e nas condições de ação de alguém, cuja negação é a 'dominação'. Forst considera que o paradigma distributivo abordado por Young é a maior contribuição feita pela feminista pós-colonialista. Sua crítica levou Nancy Fraser a repensar sua teoria de reconhecimento e redistribuição, e logo criar seu modelo focado em três áreas: redistribuição, reconhecimento, representação.

exercê-lo (FOUCAULT apud YOUNG, 1990, p. 32). Nessa perspectiva, a conceitualização de justiça de gênero precisa tomar em conta que o ‘poder’ faz parte de um processo contínuo, e que tal noção requer uma mudança nas relações de poder. No contexto do Brasil, uma avaliação dos desafios da justiça de gênero teria que considerar o grau em que se incluem e se sustentam as condições institucionais necessárias para a realização de valores vinculados com a cidadania plena das mulheres.

Conseguir a justiça de gênero implica a emancipação das mulheres, o que, como alguns poderiam argumentar, sugere um ideal. A igualdade como ideal supremo está habitualmente acoplada ao ideal da liberdade, considerando-o supremo ou último (BOBBIO, 1995, p. 111). Se consideramos a perspectiva de Bobbio com respeito às díades igualdade-desigualdade, liberdade-autoridade, direita libertária e esquerda igualitária (1995, p. 117), as diferenças que surgem nas perspectivas dos feminismos com respeito à justiça de gênero poderiam ser melhor compreendidas. Bobbio (1995, p. 111) faz questão de identificar quatro questões necessárias quando nos referirmos à noção de igualdade: entre quem? Em relação a que? Com qual critério? E para todos, exatamente todos? Essas são questões salientadas no pensamento feminista crítico, apesar das distintas posições ideológicas. No fundo, essas perguntas salientam as questões pertinentes aos feminismos e à luta contra o androcentrismo e o patriarcado: quem é um indivíduo? Quem é livre? São questões que apontam para a diferença entre a liberdade e a sujeição<sup>47</sup>, e que ressaltam o feminismo como uma história de luta por direitos políticos.

De outro modo, o feminismo ocidental – e as teorias de justiça de gênero nele fundamentadas – tem sido foco de crítica por não levar em conta as diferenças entre mulheres. Tais diferenças são caracterizadas pelo individualismo, refletindo apenas os valores das mulheres de classe média, heterossexuais e brancas e ignorando em grande parte mulheres de diferentes raças e culturas. Por ter-se “prendido à igualdade diante da lei” (BOBBIO, 1995, p. 119), o feminismo liberal ignora que as mudanças institucionais não são suficientes para garantir emancipação e justiça social. O pressuposto indispensável é a existência de direitos individuais, em geral considerados ‘naturais’, e que restringem o âmbito do poder estatal (BOBBIO, 1988, p.

---

<sup>47</sup> No livro *O contrato sexual*, Carole Pateman (1988, p. 22) escreve como a exclusão de mulheres da categoria de indivíduo teve implicações sociais e legais, o que levou a se construir a diferença entre sexos enquanto a diferença entre liberdade e a sujeição. Pateman destaca que a liberdade civil depende do direito patriarcal. Ela não só sublinha como a estrutura da sociedade e a vida cotidiana incorporam a concepção patriarcal de diferença sexual, mas também como o fato de que o ‘contrato original’ sempre dá origem a direitos políticos sobre a forma de relações de dominação e subordinação.

17). A noção de direito individual passa a ser a marca do Estado liberal. Pode-se argumentar que, nesse sistema de pensamento, seria difícil abrir espaço para a ideia de “direitos coletivos” (salvo quando são entendidos como a mera agregação de direitos individuais).

A contribuição de Bobbio na sua distinção política entre direita e esquerda é a diferença que ele identifica com respeito aos conceitos de liberdade e igualdade, que não são simétricos e nem sempre simultâneos. Enquanto a liberdade é um status de pessoa, a igualdade indica uma relação entre dois ou mais entes (BOBBIO, 1995, p. 115). A tensão permanente entre o “direito de autodeterminação dos povos”, um direito coletivo por excelência, e os direitos humanos individuais serve como exemplo. Cabe ressaltar que a igualdade de cidadania, enquanto chave para a luta pela justiça de gênero, não a garante.

Maxine Molyneux identifica que o termo 'justiça de gênero' implica um conceito de justiça que remete a relações sociais e jurídicas que predominam entre os sexos (2010b, p. 183). Segundo Molyneux, a justiça de gênero implica o seguinte:

A justiça de gênero pode compreender diversas concepções de justiça, em um arco que vai desde a simples igualdade a concepções de igualdade diferenciada, estas últimas com o sentido de respeito pela diferença, ainda que acompanhadas de duas condições: que a igualdade siga sendo um princípio fundamental de justiça, e que tanto na letra da lei como na sua aplicação se trate a todos como moralmente iguais. Na linguagem política moderna, a justiça de gênero implica cidadania completa para as mulheres, é assim como geralmente se entende este termo no contexto latino-americano. (MOLYNEUX, 2010b, p. 183)

A autora sugere que na América Latina em geral, no seu uso comum e político, justiça de gênero refere-se à cidadania plena. O reconhecimento da diferença não exclui o fato de que a igualdade permanece como valor intrínseco à justiça, e que na prática e na lei escrita todos os seres são tratados como iguais. Assim, o princípio que rege a ideia de justiça é a igualdade, que, conforme Molyneux (2010b), deve ser observada tanto na produção como na implementação legal, atribuindo-se a todas as pessoas os mesmos valores morais que norteiam a convivência social.

Molyneux (2010a) analisa a cidadania na América Latina e no Caribe pela perspectiva dos movimentos sociais, particularmente os movimentos de mulheres na luta pela justiça. Ela destaca que as lutas de mulheres na região compartilham as seguintes características: existe um alinhamento nas demandas por justiça de gênero com exigências mais amplas pelos direitos

humanos e a restauração da democracia<sup>48</sup>; a reformulação de ideias em torno da cidadania no esforço por uma cidadania ativa<sup>49</sup>; e a compreensão da cidadania como um processo que envolve a superação da exclusão social, a qual é percebida como um fenômeno multidimensional que acarreta diversas formas de marginalização social, econômica e política.

O fator de diferença é priorizado por Molyneux (2010b), que faz questão de sublinhar que existem distintos contextos na América Latina, ressaltando que o caminho para o alcance da igualdade de gênero é diferente a cada país ou grupo. Segundo Molyneux (2010b, p. 192),

A história moderna do direito e de gênero na América Latina é da formação e a reformulação do Estado, também uma história de descontinuidades nacionais e locais e, em alguns países, de uma complexa articulação entre o Estado e modos consuetudinários de regulação social. Assim, apesar da instância aparentemente unificadora que encarna o direito nas instituições e códigos do Estado, não há uma única versão das relações “direito e gênero” ou “gênero e cidadania”.

Conforme mencionado acima, o caminho para o alcance da justiça de gênero diferencia-se em cada país, cidade, comunidade ou grupo, e não existe um só modelo para atingi-lo. A justiça é uma virtude relacional das ações, estruturas e instituições, nas quais as pessoas se defendem como sujeitos sociais e políticos, sejam estruturas de produção e distribuição de bens materiais ou exercícios do poder político (FORST, 2007, p. 260).

Perspectivas feministas recentes (YOUNG, 1990, FRASER, 2007) colocam ênfase na necessidade de compreensão, em simultaneidade, de três dimensões de promoção de justiça (de gênero): redistribuição, reconhecimento e representação; ou, em outras palavras, economia, cultura e política. Tal recorte analítico reforça a compreensão de que todas elas afetariam o alcance da justiça de gênero. Porém, segundo Fraser (op cit), o conceito deve orientar ações no âmbito de instituições ou órgãos vinculados aos poderes legislativo, executivo ou judiciário. As perspectivas de Young, Fraser e Lorena Fries são bastante diferentes com respeito ao tema da distribuição. Cada um sublinha a importância da distribuição na eliminação da igualdade de gênero, mas com ênfases distintas sobre esse elemento.

---

<sup>48</sup> Tais assuntos foram levantados em países que experimentaram a transição de um governo militar ou autoritário para um período designado como “redemocratização”. O movimento feminista e os movimentos de mulheres no Brasil caracterizam-se por sua participação na luta contra o regime político e suas trajetórias históricas com respeito a conseguir melhores condições de vida.

<sup>49</sup> Isto implica concebendo cidadania como algo mais que uma relação legal conferindo direitos de sujeitos passivos, o que implicara participação e ação.



Para Fraser (2007), políticas de distribuição servem para eliminar as desigualdades, mas só a concretização das três dimensões – redistribuição, reconhecimento e representação – possibilita uma melhoria nas condições de vida de sujeitos excluídos e/ou discriminados, como as mulheres. Já Lorena Fries destaca a distribuição como elemento importantíssimo da justiça de gênero. Segundo Fries:

A justiça de gênero, desde um enfoque amplo, é uma condição de desenvolvimento democrático, e implica o reconhecimento de direitos e uma adequada hierarquização e priorização institucional dos direitos das mulheres, tanto como a qualidade de seu exercício. Neste processo, a distribuição de recursos materiais e bens simbólicos joga um papel fundamental. (2010, p. 7)

Fries (2010) enfatiza a necessidade de se realizar a distribuição equitativa de recursos, tanto materiais quanto simbólicos, no âmbito de todos os espaços, inclusive no sistema jurídico. Considerando as dimensões de processo e de produto implícitas na sua conceitualização, uma forma em que o conceito de justiça de gênero pode ser entendido refere-se tanto à adoção de medidas destinadas a reparar as desvantagens que levam à subordinação e à opressão das mulheres pelos homens, quanto pela eliminação total dessas desigualdades. Ao mesmo tempo, qualquer definição de justiça de gênero precisa reconhecer a interdependência entre valores vinculados às ideias de equidade e de paridade no acesso e no exercício dos direitos, e às estratégias implementadas junto aos sistemas e instituições que a Constituição responsabiliza para realizar o reconhecimento dos direitos e a distribuição dos serviços e bens materiais ou imateriais entre mulheres e homens. Young (1990) ressalta a necessidade de se ampliar nossa visão sobre a justiça, chamando atenção particular para as implicações de uma teoria de justiça fundamentada na imparcialidade – algo que ela identifica como uma predisposição de se universalizar o particular.

Em sua obra *Justiça social e a política de diferença*, Iris Marion Young (1990) critica qualquer ideal de justiça que defina a libertação como a transcendência da diferença de grupo. Young (1990) fundamenta-se no princípio de que uma concepção de justiça precisa começar com os conceitos de opressão e dominação<sup>50</sup> em vez de distribuição, enfatizando a necessidade de uma reconceitualização do conceito de igualdade, baseado na diferença. Na sua análise do conceito de opressão, a autora sublinha a forma dos contextos em que grupos identitários de movimentos

---

<sup>50</sup> Young (1990) define *dominação* como um fenômeno estrutural, sistemática que exclui pessoas de participar na determinação de suas ações ou as condições de suas decisões. Ela afirma que a justiça social se refere à eliminação da dominação institucional e da opressão (YOUNG, 1990).

sociais emergiram nos Estados Unidos, e destaca que o conceito de opressão inclui um conjunto de concepções e condições (YOUNG, 1990). Subsequentemente, sua análise serve para sublinhar como o conceito de opressão pode definir a identidade coletiva de grupos sociais que, no longo prazo, se mobilizam em torno de justiça social. Ela divide essas concepções e condições em cinco categorias: exploração, marginalização, impotência ou *powerlessness*, imperialismo cultural e violência. Há um esforço para se construir uma explicação plural do conceito de opressão e, subsequentemente, levantar as distintas formas em que a dominação é experimentada (YOUNG, 1990). Só uma expressão plural do conceito de opressão poderia conceber as percepções em torno das seguintes discussões: nenhuma forma de opressão pode ser adotada com primazia causal e moral; as diferenças entre grupos atravessam vidas de indivíduos de múltiplas formas que podem implicar privilégio e opressão sobre a mesma pessoa em diversos aspectos (YOUNG, 1990).

Segundo Young, na década de 1960 e 1970, novos movimentos sociais de esquerda (movimento feminista, afro-americano, chicano e outros) dos Estados Unidos ajudaram a mudar o significado do conceito de *opressão*. Nesse contexto, em sua nova utilização, o termo designa a desvantagem e a injustiça que algumas pessoas sofrem não porque um poder tirânico as coage, mas por consequências das práticas do dia a dia de uma bem-intencionada sociedade liberal (YOUNG, 1990, p. 41). Nesse sentido, a opressão torna-se conceito estrutural e refere-se à violência estrutural. Suas causas estão enraizadas nas normas, símbolos e costumes não contestados. A opressão encontra-se nos pressupostos das regras institucionais e em suas consequências para a coletividade (YOUNG, 1990, p. 41).

Políticas liberais são formuladas numa base universal, essencialista, em que as diferenças de raça, cultura, gênero e idade muitas vezes perpetuam, em vez de diminuir, a opressão e a dominação (YOUNG, 1990). Young (op cit) aponta as lacunas na teoria da democracia liberal participativa e na conceitualização moderna do Estado quando destaca as ramificações do “ideal da imparcialidade” que fundamenta essas perspectivas. O conceito de “ideal da imparcialidade” utilizado neste capítulo foi traduzido do inglês “Ideal of Impartiality” que corresponde à noção de um Estado neutro, em que as leis teriam o mesmo peso para todos os cidadãos, independente de diferenças de classe social, raça, etnia, gênero, idade etc. Para Young (1990) esta visão de um “ideal de imparcialidade” seria algo utópico, e até impossível, sendo tal impossibilidade verificada por meio das experiências dos movimentos sociais. Assim, Young vai afirmar que o “mito da imparcialidade” funciona como uma barreira contra a democratização do acesso às

oportunidades, reforçando a opressão de determinados grupos e mantendo os privilégios de outros. Deste modo, o ideal de imparcialidade legitima a autoridade burocrática, que por sua vez justifica um processo de tomada de decisão hierárquico e permite que o ponto de vista dos privilegiados seja enxergado como universal (YOUNG, 1990). Isto, como argumenta Young (1990, p. 116), reforça a opressão de determinados grupos, facilita que seus valores sejam ignorados e serve para torná-los “desfavorecidos pelas suas identidades situadas.” Assim, para Young, a distribuição não pode ser o caminho principal nem foco de uma teoria de justiça, porque “restringe o escopo” e não consegue trazer estruturas sociais e contextos institucionais<sup>51</sup> na equação. Segundo Young (1990, p. 21-22), “o foco predominante sobre a distribuição de riqueza, rendimentos e posições ignora e tem a tendência de ofuscar o contexto institucional no qual essas distribuições acontecem”.

Entendo que as lacunas da Democracia Liberal Representativa apontadas por Young (1990) correspondem, no contexto investigado por esta tese, à noção de que a Democracia da América Latina representa uma visão restrita de Democracia fundamentada em uma perspectiva Ocidental, que por sua vez, segundo Mignolo (2003), é resultante dos debates sobre “os direitos das pessoas” produzidos durante o século XVI, no contexto da Revolução Francesa. O debate sobre os “direitos das pessoas” foi responsável por determinar que indivíduos seriam considerados como “humanos”, “cidadãos” e “dignos de direitos sociais”. Por outro lado, é importante destacar uma forte contradição existente neste contexto, onde, os mesmos povos europeus que debatiam sobre os “direitos das pessoas” promoveram desigualdades, opressões, invisibilizações e, em alguns casos, chegando promover a aniquilação de culturas, identidades e subjetividades divergentes da norma (homem-branco-heterossexual-cristão), sob as bandeiras do colonialismo, imperialismo e mercantilismo e, posteriormente, do capitalismo em si. Portanto, com base nesta discussão, trago o aporte de Brenny Mendoza que reflete sobre a existência de uma Colonialidade da Democracia na América Latina para entender que, neste território, a própria Justiça, por estar diretamente relacionada à concepção de democracia liberal ocidental, se encontra perpassada por traumas do processo colonizador, refletidos sob a forma de colonialidade do ser, do poder, do saber e, conseqüentemente, da própria justiça, que também apresenta consequências diretas para a Justiça de Gênero.

---

<sup>51</sup> Young define contexto institucional como qualquer estrutura ou prática, as regras e normas que as guiam, e a língua e símbolos que mediam interações sociais dentro delas, nas instituições do estado, família, sociedade civil e nos espaços de trabalho (1990, p. 22).

Além disso, é necessário reforçar que para Mignolo (2008b) o conceito de Democracia Ocidental, que corresponde ao Norte geopolítico global, incorpora um forte legado lingüístico e filosófico estruturado com base na língua e pensamento Greco-romano, que exclui as línguas e filosofias não-norteeurocentricas. Assim, considerando que as línguas e filosofias fazem parte das identidades, Mignolo (2008a) afirma que existe uma necessidade de olhar para a identidade em política para pensar a Decolonização, indo além de uma visão de Políticas de Identidade, que reforçariam a dominação colonial dos colonizados. Portanto, a ideia de Identidade em Política estaria mais de acordo com o projeto Decolonial-Descolonial, pois produzem teorias políticas que confrontam as formas de pensar que não sejam construídas com base em questões conceituais e no fazer decolonial dos próprios colonizados. Neste sentido, Mignolo afirma que:

Por lo tanto, una interpretación hermenéutica-decolonial de “democracia” comienza por reconocer el ideal “de justicia y equidad” por un lado, y el hecho de que em Occidente, tal ideal se concibió y practicó bajo el nombre de “democracia”. Esta fue La contribución de Occidente a un horizonte de “justicia y equidad” que, como horizonte es único, aunque los caminos para marcha hacia El son diversos. De ahí que mientras La dimensión imperial/colonial de “democracia” es universal y tenemos ya sobradas muestras de que la retórica de paz es una justificación para la guerra, La dimensión de-colonial de “democracia” es pluri-versal: el horizonte es uno, pero los caminos para llegar a El son variados, variadas lenguas, variadas formas e intereses em el conocimiento, variadas religiones, variadas subjetividades, variadas formas de sexualidad, etc. De ahí que “el horizonte único de justicia y equidad tenga como lema la pluri-versidad como proyecto uni-versal”. (2008b, p.46-47).

Young (1990) sugere que a divisão de trabalho, a cultura e a tomada de decisões - três categorias de questões não-distributivas - precisam ser levadas em conta por sua influência sobre a capacidade dos indivíduos de participar na determinação de suas ações e sua habilidade de desenvolver e exercer suas potencialidades (YOUNG, 1990). Destacam-se, nesse sentido, a necessidade da incorporação de uma perspectiva que leve em conta o papel de processos sociais no alcance da justiça social. Young (1990) observa que igualdade implica não só a distribuição de bens sociais, mas também participação completa e a inclusão de todos nas maiores instituições da sociedade, e a oportunidade para que todos possam desenvolver e exercer suas capacidades, além de realizar suas próprias decisões. Uma concepção de justiça que desafia a dominação institucionalizada e a opressão, deveria incluir a visão de um público heterogêneo que reconhece e afirma as diferenças entre os grupos (YOUNG, 1990).

### 1.3 Considerações sobre os movimentos sociais

A discussão sobre movimentos sociais sempre será fundamentada numa análise de como o poder constrange, influencia, cria desigualdades. Trata-se dos constrangimentos sociais e estruturais na agência e autonomia de indivíduos ou coletivos e sua capacidade de atingir necessidades fundamentais no seu bem-estar. A agência de indivíduos está inerentemente vinculada aos condicionamentos e obstáculos estruturais (ARAÚJO, 2012; HAYWARD & LUKES, 2008). No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, surgiram movimentos populares variados, tais como o novo sindicalismo e grupos organizados em torno da luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais (movimentos de “raça”, gênero, sexo, meio ambiente, segurança, direitos humanos) (GOHN, 2005). Movimentos sociais como os feministas, movimentos de mulheres, movimento negro e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) trouxeram (e ainda trazem) uma grande contribuição ao debate sobre justiça social, por meio de suas agendas políticas e da denúncia das desigualdades a que esses coletivos estão submetidos. Em conjunto, provocaram a necessidade de se estabelecer novas posturas frente ao exercício do androcentrismo, racismo, sexismo e do classismo.

Como afirma Giddens (1982), as liberdades civis não se estabelecem sem movimentos sociais, sendo, portanto, objeto de conflitos e produtos da ação humana, passíveis de avanços e retrocessos. Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades (SOARES DO BEM, 2006, p. 1138).

Tomando o Brasil como referência, Gohn (2006) afirma que um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais deve considerar em termos de categorias históricas as diferenças da realidade latino-americana, conforme o passado colonial e o tipo de Estado nacional configurado em lutas nas quais as elites políticas representavam os interesses econômicos subordinados ao capital internacional. Os movimentos sociais emergem da ação coletiva e se realizam através de lutas sociopolíticas, econômicas e culturais. Segundo Gohn (2008), os movimentos sociais se caracterizam por suas demandas, que definem sua identidade,

alianças e oponentes, atores principais, assessores, suas formas de organizar, coordenar e articular. Tais formas geram diversas maneiras de mobilização, comunicação e práticas que, subsequentemente, colocam em pauta questões, preocupações, necessidades, perspectivas, projetos e visões do mundo apoiadas em suas demandas e culturas próprias, na medida em que se sustentam e avançam suas reivindicações (GOHN, 2008). Gohn (1997) ressalta que os movimentos sociais não são caracterizados por rigidez nem estagnação, pois são híbridos, e que é importante estudar os movimentos em suas diferenças históricas. Estão sempre em constante construção.

Nos anos 1990, houve o crescimento de projetos políticos associados com o neoliberalismo, marcando o surgimento de um novo paradigma institucional de políticas públicas<sup>52</sup>. Esse modelo esteve vinculado ao sistema econômico internacional, englobando instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), supostos promotores do “desenvolvimento”<sup>53</sup>. Segundo Arturo Escobar (2007), o conceito de desenvolvimento tem representado nada menos que um processo de acumulação de capital e de progresso técnico, e consiste em um projeto econômico, capitalista, imperialista e cultural que “surge da experiência particular da modernidade europeia e subsequentemente subordina as demais culturas e conhecimentos”. Os movimentos sociais deram uma nova conformação à sociedade civil, que se caracterizou por seu engajamento nas instituições, particularmente organizações sem fins lucrativos (ONGs) da sociedade civil. O trabalho das ONGs passou a se realizar também com esses movimentos, apoiando-os na sua organização e mobilização, como também no seu trabalho educativo. Os países colonizados por potências europeias foram identificados como subdesenvolvidos, de terceiro mundo; e atualmente o termo mais comum é sul global. Os estudos pós-coloniais colocaram em questão as práticas relacionadas a processos de desenvolvimento, identificando que podem ser controversas pela sua relação com as organizações internacionais (OIs) e as instituições econômicas multilaterais (IEMs), agências internacionais e organizações multilaterais, tais como a ONU e o PNUD (Programa das Nações

---

<sup>52</sup> Este paradigma-modelo também é identificado como Pós-Consenso de Washington.

<sup>53</sup> Desde 1945 o conceito de desenvolvimento é uma questão muito controversa, não só porque definições, modelos e sentidos abrangidos e que prevalecem são ocidentais, mas também porque a direção do que constitui desenvolvimento na prática está sendo direcionado pelas mesmas definições ocidentais. O processo, introduzido pelo conceito de desenvolvimento, tem uma história que abrange séculos de colonização que engendraram as relações de poder na América Latina.

Unidas para o Desenvolvimento). Tais relações podem gerar constrangimentos porque, muitas vezes, apresentam um ponto de vista norte-eurocêntrico, ocidental sobre os países que tais organizações identificam fazem parte do “terceiro mundo”, em desenvolvimento”, “subdesenvolvidos”, “países carentes”.<sup>54</sup> Esse discurso, que teóricos pós-colonialistas, e logo os dos estudos de descolonialidade, identificaram como sendo etnocêntricos, reflete uma história de considerações acerca do desenvolvimento de tais países após o final da colonização. Considerar estes países como atrasados, em uma visão linear de desenvolvimento, orientou boa parte das práticas de desenvolvimento (AMIN, 1977; SANTOS, 2005).

As tensões surgidas resultaram no destaque das consequências do neoliberalismo, em termos de fazer parte de um projeto geopolítico capitalista hegemônico fundamentado numa ideologia liberal da democracia, numa conceitualização da modernidade ocidental<sup>55</sup>. Nesse contexto, estudos sobre movimentos sociais começaram a tratar o tema das implicações desse engajamento institucional dos movimentos sociais que emergiram no contexto de transição do regime autoritário e, posteriormente, ocuparam espaços de mediação institucional na relação Estado-sociedade.

Marcelo Lopes de Souza (2009) traz uma perspectiva mais restrita sobre os componentes dos movimentos sociais, considerando os caminhos existentes hoje para seu engajamento com o Estado. Souza (2009, p. 9) indica as diferenças que surgem conforme a ação coletiva e o ativismo, e alinha-se com a perspectiva de Touraine e Castells, identificando a necessidade de que o termo movimento “deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público, relativamente duradouras e particularmente ambiciosas”. Ativismo social é o conceito que ajuda a diferenciar ações coletivas de movimentos. Souza (2009), através de sua crítica ao uso geral do termo movimento para se referir a todo tipo de ação coletiva, ressalta a necessidade de se destacar

---

<sup>54</sup> A vertente que se tornou conhecida como pós-desenvolvimento objetivou uma análise crítica efetiva sobre textos, discursos e representações sobre o desenvolvimento e a construção do subdesenvolvimento.

<sup>55</sup> O termo desenvolvimento, que engloba as relações entre movimentos, organizações e instituições dedicadas a questões sociais, encontra-se também no interior do debate sobre modernização e a modernidade na América Latina. Octavio Ianni (1995), em *Teorias da globalização*, sugere que a modernidade continua se construindo através do processo de modernização em várias partes do mundo, havendo vários caminhos para a modernidade a partir dos quais cada país ou região pode desenvolver a sua. O sociólogo brasileiro faz questão de destacar que a teoria de modernização do mundo leva em si a generalização do capitalismo e noções ocidentais como princípio ‘civilizador’ incluídos nas ideias de crescimento, desenvolvimento, progresso ou evolução. Ianni (1995) afirma que a modernidade está predominantemente determinada pela racionalidade do capitalismo – pragmática, técnica e automática, e produz e reproduz substitutos e virtualidades, em vez de se emancipar de indivíduos e grupos.

as distinções que emergem entre movimento, ação coletiva e ativismo. Ele, então, aprofunda-se na compreensão das diversas formas de organização e práticas sociais dos diversos grupos oprimidos, suas articulações em diferentes escalas, esferas da vida e agendas. Ativismo social é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva pode se considerar ativismo, e todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social (SOUZA, 2009, p. 10).

Essas distinções ressaltam a diversidade nos processos e dinâmicas de contestação de grupos, destacando as diferenças entre suas motivações, interesses, demandas subjacentes relacionadas às especificidades, particularidades de suas realidades<sup>56</sup> significativas na análise dos limites e potenciais de movimentos concretos no Brasil e na América Latina. Tais questões não podem ser analisadas sem que se considere o nível de engajamento de cada um com o capitalismo, particularmente porque este introduz outras dinâmicas, processos e consequências, em particular ao que Souza (2012) se refere como “luta institucional”, em contraposição ou complementarmente à “ação direta”. A fazer essa distinção, o autor salienta a seguinte perspectiva:

É preciso ter em mente, acima de tudo, o risco perene de “cooptação estrutural”, coisas como a disputa e a utilização inteligente de canais participativos podem complementar a ação direta – resguardada, sempre, a maior independência possível das organizações dos movimentos em face do Estado. Ou seja: a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, subordina-se a ela, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário (SOUZA, 2012, p. 6).

A observação levantada por Souza (2012) não está ancorada na perspectiva de que uma iniciativa de participação de cima, vinculada à luta institucional, não possa gerar uma verdadeira participação. Ao contrário, ele quer colocar ênfase no senso crítico, que pode servir para tirar vantagens, identificar a importância de circunstâncias concretas, analisar riscos que devem ser considerados por movimentos sociais ao se utilizar certos canais e certas políticas (SOUZA, 2012).

Raúl Zibechi (2015), considerando o contexto de periferias e espaços urbanos, observa que o conceito de movimentos sociais parece obstáculo na compreensão da realidade desses lugares. Na linha do pensamento de descolonização, Zibechi (2015) ressalta que os marcos analíticos utilizados para descrever e analisar os movimentos sociais não se encaixam na maneira com que uma grande parte dos movimentos na periferia funcionam. Ele propõe uma

---

<sup>56</sup> Souza também destaca geografia, localização como uma característica que precisa ser considerada na compreensão das especificidades dos movimentos e ações coletivas.



conceitualização de movimentos sociais como “movimento societal” ou “sociedades em movimento” (ZIBECHI, 2015). Conforme Zibechi (2012, p. 37), esse conceito pode abranger “as peculiaridades latino-americanas, conformadas por relações sociais diferentes que existem, se reproduzem e crescem ao lado das relações dominantes”. Assim, Zibechi (2015) procura ressaltar a necessidade de se conceber os movimentos nas periferias desde um ponto de vista que, em vez de começar sua análise pela organização ou seus repertórios de mobilização, foque nas relações sociais e nos territórios<sup>57</sup>. É o que o autor denomina “os fluxos e as circulações, e não as estruturas”. Para descrever o deslocamento, a circulação e a fluidez dos movimentos, Zibechi assim as caracteriza:

todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar no qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social. E procuram ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações de ordem pública (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 81, apud ZIBECH, 2015, p. 39).

A perspectiva de Zibechi (2012) sobre os movimentos sociais destaca as diferenças em termos de contexto e processos de resistência, e também a dimensão simbólica de espaço e cultura na construção de identidades, com as quais indivíduos de movimentos sociais se constroem como sujeitos e através das quais fortalecem suas lutas.

Alvarez et al (2017), no livro *Além da sociedade civil: ativismo, participação e manifestação na América Latina*, sustentam a visão de que o ativismo social acontece em uma grande variedade de circunstâncias e espaços, dentro ou além dos limites permitidos. A perspectiva apresentada por Alvarez et al. (2017) coloca ênfase nos efeitos políticos do ativismo e sua relação com as “formações discursivas dominantes e constelações de poder”. Os autores apontam que qualquer conjunto de práticas políticas pode se mover na direção de obscurecer ou desvendar desigualdades, reinscrever ou transgredir relações de poder e exclusão, reificar hierarquias ou desmontá-las (ALVAREZ et al., 2017, p. 4). Nesse sentido, na tentativa de mostrar a complexidade do cenário dos movimentos sociais na América Latina e no sul global, enfatizando a dificuldade de alguns movimentos para se encaixar em distintas estratégias, os autores ressaltam a característica desses de utilizar múltiplas estratégias, ocupando diferentes lugares em distintos momentos. Nesse sentido, Alvarez et al. (2017) tentam se afastar da

---

<sup>57</sup> Segundo Zibechi, o termo território refere-se ao espaço onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, lugares onde os coletivos praticam modos de vidas diferenciados (2015, p. 38).

tendência de se conceber os movimentos sociais em termos binários, para se aprofundar mais nas diversas dinâmicas que caracterizam os movimentos sociais.<sup>58</sup>

Entretanto, espaços institucionais ou não com características propositivas, capazes de colocar novas questões e gerar novas direções para a análise teórico-política, não se constituem como atores sociais ou sujeitos políticos homogêneos, mas se caracterizam pela heterogeneidade e diversidade (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 39). Por isso, existe a necessidade de se estudar os movimentos sociais a partir de um enfoque multidisciplinar que inclua as perspectivas da sociologia, da ciência política, da antropologia, da história e da economia. Tal posição é corroborada por várias feministas e ativistas, que acentuam a necessidade de se incluir uma perspectiva multidisciplinar para entender questões de gênero. Essa discussão serve para reenfatar a questão que foi levantada na introdução desta pesquisa: a interligação entre fatores afeitos à justiça de gênero nos níveis macro e micro. Tal perspectiva fomenta uma reflexão sobre como a mulher, sujeito, subalterna, produtora de conhecimentos, resiste e cria suas próprias soluções para a desigualdade e a injustiça de gênero. Como afirma Molyneux (2010a, p. 22), não existe uma explicação causal teoricamente adequada e universalmente aplicável sobre a subordinação das mulheres e a partir da qual uma descrição geral de seus interesses possa ser derivada.

A opressão das mulheres é reconhecida como sendo de origem multicausal e mediada por uma variedade de estruturas, mecanismos e níveis diferentes, que podem variar consideravelmente ao longo do espaço e do tempo (MOLYNEUX, 2010a). Essa discussão se interrelaciona com as observações de feministas pós-coloniais e de estudos sobre descolonização. Debate-se se vale mais focar nas tentativas de mudanças em elementos objetivos ou se as mudanças estão ancoradas na subjetividade. Em outras palavras, como indicado por Molyneux (2010a, p. 22), as perspectivas que focam entre “homens ou estruturas, leis ou instituições, as relações interpessoais ou todos eles simultaneamente”. Acredita-se que esse tipo de discussão é relevante, decisivo e imprescindível quando se pensam as possibilidades de articulações entre feministas acadêmicas e outras feministas ativistas inseridas no campo da sociedade civil e na

---

<sup>58</sup> Segundo Alvarez et al. (2017), ambas as agendas após o Consenso de Washington e as esferas de suas críticas estão enraizadas num binário que os autores identificam como “o permitido” e o “não permitido.”

educação não formal, o que seria pertinente para a criação de esforços, espaços e ações que vão “além do feminismo e as políticas públicas”.<sup>59</sup>

Ainda que esta pesquisa inclua iniciativas voltadas a questões de gênero desenvolvidas por organizações não governamentais, o objeto não é como as ONGs, em particular, promovem a igualdade de gênero na Maré. As ONGs não substituem os movimentos sociais no Brasil e na América Latina (CADORE, 2014; MOREIRA, 2011; PINTO, 2006). No entanto, concordando com Alvarez, os movimentos feministas, tal como a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem para além da sociedade civil. Alvarez (2014, p. 17-18) afirma:

Ancorados na sociedade civil e se ampliando lateralmente para abarcar diversas instâncias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais.

Aqui a autora concorda com a observação de Ilse Scherer-Warren (1994, p. 6) de que “organização não governamental” e “sociedade civil” não possuem um sentido unívoco.

---

<sup>59</sup> A autora, concordando que os movimentos feministas (assumindo um sentido plural e que implica diferenciação) não conseguiram eliminar as práticas que colocam mulheres em posições de subordinação e opressão, utiliza a frase “para além do feminismo e as políticas públicas” para destacar a necessidade de se repensar as dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina (ALVAREZ, 2014) e os espaços que ocupam, no esforço de ponderar o papel que pode desempenhar a educação popular na concretização de algumas metas do projeto de emancipação feminista. Ponderar sobre formas construtivas que poderiam levar a realização da igualdade de gênero em prática de forma que a justiça de gênero seja ancorada em tentativas para mudanças que fazem uma ponte entre esforços focados em objetividade e subjetividade. Uma grande questão que o feminismo contemporâneo na América Latina e Brasil enfrenta é de se colocar em prática o que se consegue através de políticas públicas, mas é preciso chamar a atenção ao fato de que tentativas para a criação de uma sociedade igualitária onde a mulher realmente goza de libertação-emancipação é algo difícil de conseguir se esforços só focam no objetivo ou só no subjetivo. O caso do Brasil reflete isto. O país conseguiu bastante progresso na igualdade de gênero através de políticas públicas, mas enfrenta a dificuldade de mudar uma cultura machista que torna difícil colocar essas mesmas políticas públicas de gênero na prática, no dia a dia, além de outros fatores que apresentam desafios. Neste sentido, a autora também utiliza a frase, “além do feminismo, além das políticas públicas” para enfatizar o papel da mulher-sujeito e enfatizar a questão que feministas pós-coloniais trazem quando pensam questões relacionadas a feminismo e estado, neoliberalismo e feminismo, desenvolvimento e gênero. Fraser identificou que o sucesso do movimento feminista norte-americano em transformar a cultura permanece em contraste com seu fracasso para transformar instituições (2009, p. 13). Ela afirma que, enquanto ideias feministas de igualdade de gênero se inserem no que ela identifica *mainstream social*, na realidade é difícil enxergar essas mudanças na prática. Mesmo que se possa questionar para quem e por quem se aplica a questão do *mainstream social* de Fraser, cabe ressaltar a observação da , porque sublinha o fato de que as feministas não conseguiram emancipação e justiça de gênero, e a desigualdade e injustiça permanece nas instituições. O “sucesso cultural” que Fraser identifica foi alcançado em contraste com a falha institucional e até pode ser contestado e criticado, porque em um sentido as instituições refletem valores culturais das sociedades em que se encontram e por que instituições muitas vezes refletem as desigualdades e iniquidades da própria sociedade em que se inserem. Porém, a análise de Fraser é significativa quando pensada em torno de como questões de gênero são abordadas dentro de instituições da sociedade civil, cuja missão muitas vezes está vinculada a direitos sociais. Então, de certo modo, aqui nesta pesquisa, a frase “para além do feminismo”, além das políticas públicas, também se refere às resistências-ações que sujeitos empreendem mesmo possuindo conhecimento que trabalham dentro de um sistema, modo de organização que reflete as mesmas desigualdades que se encontram na sociedade em que vivem.

## 1.4 O conceito de sociedade civil e sua ampliação

Processos de democratização<sup>60</sup> em curso, junto com a mudança de normas internacionais, as políticas neoliberais e a reforma do Estado, alteraram as condições em que feminismos e outras lutas por justiça social na América Latina atualmente se encontram e estão sujeitos a prosseguir. Na América Latina, de diversas maneiras, especialmente em ditaduras, houve uma centralidade das agendas na luta contra o estado autoritário e pelos direitos humanos. Na época da redemocratização, os movimentos sociais colocaram ênfase na reivindicação de direitos, exigindo agendas políticas do Estado, o que resultou na manutenção geral do princípio de autonomia estatal. Nesse sentido, segundo Scherer-Warren (2008), os movimentos sociais, particularmente os dos anos 1970 mas não excluindo os dos 1990, foram reconhecidos por sua função pública ao assumir um papel estratégico, tornando-se “sujeitos políticos autônomos”. O Estado centralizado, burocrático e autoritário foi substituído pelo modelo neoliberal, que decidiu compartilhar com a sociedade a responsabilidade de cuidar dos males sociais deixados pela dinâmica exclusionista do mercado de capitais (STRECK & ADAMS, 2012, p. 251). Em termos de cidadania, o neoliberalismo<sup>61</sup> no Brasil resultou no que descreve Osvaldo Coggiola (2003, p. 331): “um revezamento no poder da direita liberal e dos ‘regulacionistas’, com iguais resultados (desmonte industrial, demissões em massa, precarização do emprego, polarização social)”.

Segundo Sader (2005, p. 449), o neoliberalismo tem se tornado a ideologia oficial das “novas democracias”, e começou a ser julgado de acordo com o grau de intervenção do estado na economia, na medida da dimensão da regulação do mercado de trabalho, e no grau de abertura econômica. O neoliberalismo afetou as referências dos paradigmas sobre os movimentos sociais.

---

<sup>60</sup> Com respeito à democratização no Brasil, a Constituição de 1988 é frequentemente utilizada como marcador emblemático do fim da ditadura. Segundo José Murilo de Carvalho, a Constituição de 1988 “apenas tirou do Exército o controle direto das polícias militares, transferindo-os para os governadores” (2008, p. 213), uma organização militarizada, inadequada para garantir a segurança de cidadãos. É importante destacar esta observação por suas implicações com respeito à discussão sobre democracia e justiça, estado e sujeito, bem-estar como direito e na reflexão da complexidade de desafios que enfrenta a democracia no Brasil. Dagnino (2004, p. 140) ressalta que a “dinâmica da construção democrática dos anos 80, alimentada pela conjuntura favorável e pela visibilidade dos movimentos sociais, talvez tenha contribuído para uma visão simplificada do que seriam o desenrolar do processo e as dimensões da disputa que ele implica. Talvez tenhamos superestimado a força política de um dos lados dessa disputa, minimizando os obstáculos que encontraria e o poder dos adversários. Reconhecer e expor a permanência dessa disputa, examinar de modo detido as suas características, esse me parece ser o procedimento que pode, talvez, contribuir para a elucidação dos dilemas e a superação dos limites que enfrentamos hoje”. Este tema será retomado durante a discussão sobre alternativas ao neoliberalismo.

Losekann e Ballestrin (2013) argumentam que isso modificou as formas de luta dos movimentos sociais e sua disposição para o embate. As expectativas de transformações sociais se transfiguram em adesão à dinâmica institucional através das parcerias. A adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão da concepção das políticas públicas como direito, do caráter universal e gratuito dos serviços (LOSEKANN & BALLESTRIN, 2013). O debate em torno do que é designado como a ampliação do conceito de sociedade civil se engaja com as perspectivas críticas de modelos explicativos pensados e baseados nas experiências do norte ocidental na construção da democracia no Brasil e na América Latina.

Losekann e Ballestrin (2013) afirmam que, mesmo que o conceito de sociedade civil tenha sido abrangido e dinamizado por manifestações no sul global, desde a década de 1980 a grande maioria de seus intérpretes com projeção mundial permaneceu situada no eixo teórico do norte global. Desse modo, Losekann e Ballestrin (2013) defendem que o conceito de sociedade civil reproduz uma divisão na organização da informação nas ciências sociais na qual o sul global fornece experiências, enquanto o norte global as teoriza e as aplica. As autoras questionam se o conceito é adequado para entender as realidades do Brasil e da América Latina.

Em sua crítica ao neoliberalismo, David Harvey (2005, p. 78) argumenta que o crescimento do setor de ONGs surgiu da “crença de que a oposição mobilizada fora do aparelho estatal e dentro de uma entidade separada chamada sociedade civil é a potência de política de oposição e transformação social”. O ponto importante é que esse aumento de ONGs no âmbito do neoliberalismo coincide com o período em que o conceito de "sociedade civil" tornou-se central não apenas para a formulação de políticas de oposição, como argumenta Harvey (2005, p. 78), mas também central para os modos de intervenção adotados pelos EUA e países da Europa. A ampliação ou expansão do conceito de sociedade civil refere-se ao discurso que utiliza o conceito ocidental de forma essencialista, universalizando seu uso, aplicação e referência, ignorando contextos históricos ou genealogia crítica (FERGUSON, 2007).

Num esforço para apontar caminhos e modos de agir frente a essa situação, Escobar (2005) propõe que a noção de “pós-desenvolvimento” proposta pelos pós-estruturalistas estaria comprometida não com uma adaptação dos projetos de desenvolvimento eurocêntricos às culturas locais, mas sim com a possibilidade de que as culturas locais alterem os projetos de desenvolvimento eurocêntricos e construam suas próprias noções de bem viver. Escobar (2005, p. 21) identifica os principais atores desse processo: as “comunidades locais”, os novos movimentos

sociais e as ONGs, somados a todos os produtores de conhecimento, em que estão incluídos indivíduos, Estado e movimentos sociais. Na perspectiva de Escobar (op cit), a prática pela qual novos e distintos movimentos sociais já começaram o processo de redefinir o social e os conhecimentos pós-desenvolvimento, como movimento e prática social, possui a capacidade de enfrentar e criar alternativas ao sistema de desenvolvimento neoliberal hegemônico e ocidental. Escobar (op cit) ressalta que ainda existem experiências que são capazes de mudar o curso dos acontecimentos no sul global, e que criam alternativas ao “mundo desenvolvido”.

No artigo “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”, Evelina Dagnino (2004) levanta preocupações quanto aos dilemas e limites que se apresentam em um cenário marcado pela disputa político-cultural entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante. Ambos não constituem projetos políticos distintos e antagônicos, e, conforme a autora, podem ser vistos no contexto do Brasil e de outros países da América Latina. Em outras palavras, Dagnino salienta a necessidade de se repensar a relação entre o Estado e a sociedade civil. Segundo a autora, uma *crise discursiva*<sup>62</sup> vem caracterizando a construção democrática no Brasil, e ela opera em três noções – sociedade civil, participação e cidadania – que a autora identifica como constituintes das referências centrais para o entendimento da *confluência perversa* que delas resulta. De um lado existe o processo de construção da democracia no Brasil, relacionado à criação de espaços públicos, aos marcos legais da Constituição de 1988 e à participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisões sobre políticas públicas.<sup>63</sup> Dagnino defende que a participação da sociedade se tornou central como característica distintiva do projeto de democratização. Do outro lado,

---

<sup>62</sup> Conforme Dagnino, crise discursiva refere-se a uma crise na linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, que obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos (2004, p. 143). Dagnino argumenta que nesta ofuscação se constroem “sub-repticiamente” os modos pelos quais as concepções neoliberais se implementam e progridem, passando a ocupar terrenos insuspeitados (DAGNINO, 2004).

<sup>63</sup> Dagnino identifica dois marcos significativos no percurso da democratização no Brasil. O primeiro é o restabelecimento da democracia formal, com eleições livres e a reorganização partidária, que conforme a autora abriu a possibilidade de que este projeto pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, no nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e no executivo federal (2004, p. 141) E o segundo, que resultou como consequência do primeiro, o confronto e o antagonismo que caracterizou a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores, particularmente na época da ditadura, cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático (2004, p. 141).

apresenta-se o projeto neoliberal, conectado ao Consenso de Washington<sup>64</sup>, do qual emerge “um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 142).

Dagnino identifica e questiona o presente caminho da construção da democracia no Brasil, apontando a ‘tensão’ entre o estabelecimento de espaços públicos significativos para a participação da sociedade civil e a transferência das responsabilidades do Estado, em termos dos direitos sociais dos cidadãos, para a sociedade civil. O que a autora afirma é que, efetivamente, a situação de *confluência perversa* pode estar alimentando um projeto cujo foco não é a consolidação e a organização da ação coletiva política e participativa, mas sim a manutenção de uma democracia elitista e restrita, que, conforme a autora, têm caracterizado o projeto dominante nessas últimas décadas. Segundo Dagnino (2004, p. 144):

A participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, pode acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico.

Para superar essa confluência perversa, são necessárias alterações no modo de se analisar o processo de construção democrática no Brasil, as relações entre Estado e sociedade civil, e a problemática da criação de espaços públicos e sua dinâmica de funcionamento (DAGNINO, 2004, p. 144). A autora destaca a necessidade de se avaliar a maneira com que projetos políticos têm sido conceituados, os deslocamentos nos sentidos pelos quais têm passado as noções de sociedade civil, participação e cidadania, e as implicações destes para o significado de política e democracia e a superação da ‘discursiva perversa’. Dagnino (2004, p. 144) ressalta a necessidade de se compreender que projetos políticos “não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas”. Nesse sentido, a autora não só procura salientar as implicações que resultaram por entender as relações entre o Estado e a sociedade civil constituída não só por sua separação estrutural, mas também incluindo outras divisões estabelecidas pelos projetos de democratização e o neoliberal. Por outro lado, Dagnino (2004) deseja destacar a redefinição de

---

<sup>64</sup> A partir dos anos 1990, a denominação Consenso de Washington foi dada “ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos” (BARUCO, 2005, p. 2).

significados no âmbito da cultura que integram a transformação produzida pelo projeto neoliberal, em vez da reestruturação do Estado e da economia.

Dagnino (2004) chama a atenção para o fato de que existem complexas e múltiplas imbricações entre Estado e sociedade civil, tendo em vista as heterogeneidades intrínsecas a ambos, que não podem ser simplesmente compreendidas em termos de sua separação estrutural, particularmente no que se refere à construção da democracia no contexto brasileiro e da América Latina. Ao explorar o efeito do projeto político compartilhado entre governantes e atores da sociedade civil na construção de novos processos participativos, Dagnino (2004) chama a atenção para a convivência e as tensões entre projetos distintos em torno de propostas semelhantes. Os estudos de Losekann e Ballestrin (2013) e Dagnino (2004) partem de um olhar crítico que destaca a maneira como instituições podem parecer similares no que se refere às suas estruturas legais e institucionais, seus objetivos, mas seus processos deliberativos podem variar consideravelmente, assim como a extensão na qual eles promovem inclusão política ou incidem na formulação das políticas públicas. Outros teóricos (ABERS & VON BÜLOW, 2011) argumentam que, para além desses fatores e na tentativa de explicar a variedade entre instituições, é necessário olhar para a forma como essas se encaixam na tradição da relação Estado-sociedade. Tanto Abers e Von Bülow (2011) quanto Alvarez et al. (2017) ressaltam a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros, e a necessidade de se examinar como essas têm sido usadas, combinadas e transformadas. O caso brasileiro não se abre para uma análise binária, já que seu contexto desafia esse tipo de concepção.

A discussão anterior salienta a complexidade, particularmente a que surge quando sentidos binários e universais são aplicados à conceitualização da sociedade civil. Por outro lado, definir o que compõe a sociedade civil também é um trabalho um pouco complicado. Alguns teóricos indicam que a sociedade civil corresponde à população de cidadãos, ou esfera privada, e abrange suas variadas formas de organização e expressão, com ou sem fins lucrativos, podendo ser legalmente constituídas ou espontâneas e informais (OLIVEIRA & HADDAD, 2001, p. 61). Outros autores identificam a sociedade civil como um espaço que promove formas inovadoras de combate à iniquidade e à desigualdade. Segundo Young (2006, p. 187):

A sociedade civil também é uma importante instância de consolidação e expressão de perspectivas sociais. Ademais, a organização e a mobilização nas esferas públicas da sociedade civil estão entre os meios mais efetivos de se manter as conexões entre representantes e eleitores, e de se efetivar a prestação de contas dos representantes. Aprofundamos a democracia quando encorajamos o florescimento das associações que



as pessoas formam de acordo com os interesses, opiniões e perspectivas que consideram importantes. As atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública.

Sociedade civil, para os fins desta tese, será definida como um terreno de lutas individuais e coletivas, minado às vezes por relações de poder não democráticas e sempre atingido por problemas constantes de racismo, sexismo/heterismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 39). É importante notar as contradições existentes nas organizações da sociedade civil e suas ligações com as demandas das organizações internacionais (OIs), agências multilaterais e companhias. Isso me faz ponderar sobre o desenho, as razões e as formas de implementação, o apoio ou a falta de apoio a projetos educativos informais voltados para questões de gênero. Gohn (2010, p. 124-125), ao tratar de territórios onde vivem contingentes sociais em situação de pobreza, adverte:

A diversidade cultural só é possível florescer em ambiente de respeito e reconhecimento do pluralismo cultural. É necessária a existência de esferas públicas de interação, diálogos e debates para que a diversidade cultural se firme como um direito, um direito cultural. [...] é preciso criar e ativar espaços para a proliferação de formas culturais alternativas às dominantes. Não apenas porque revela sua existência fundamental para o desenvolvimento de práticas cidadãs e para a construção de identidades (existentes ou emergentes), como para o reconhecimento público dessas iniciativas, assim como para a construção de redes associativas.

[...] E para que isto ocorra é preciso que este território seja um lugar de promoção da dignidade, da solidariedade. Deve ser um espaço de reconhecimento da cultura de seus habitantes.

Por exemplo, na Maré, em particular na comunidade da Nova Holanda, existem várias organizações e instituições que fazem parte da sociedade civil, trabalhando com ações sociais focadas nos mesmos temas (cidadania, etnia e raça, gênero, violência etc.). Mas surgem diferenças no desenho e na implementação de ações sociais envolvendo a educação não formal, além de diversas questões. Por exemplo: como e por que surgem, se elas produzem resultados parecidos, se existe coordenação que pode servir como uma rede de proteção, se os desafios enfrentados por uma organização são compartilhados por outras organizações da mesma sociedade civil e o que isto significa para trabalhos de educação informal voltados para questões de gênero.

Na compreensão da relação da sociedade civil com a luta pela promoção da igualdade de gênero, faz-se necessário fazer um registro, ainda que breve, sobre os impactos da globalização, que, se por um lado cumpriu um papel na institucionalização dos direitos humanos e de alguns movimentos, ao mesmo tempo submeteu o Brasil e outros países da América Latina (e do Sul Global) aos efeitos do neoliberalismo econômico. Sem dúvida, a globalização afetou os processos

de alcance da igualdade de gênero através da criação de redes transnacionais e da pressão internacional sobre certas nações para adotar medidas de inclusão das mulheres. Mesmo que seja inevitável a identificação do papel da globalização no crescimento da consciência sobre os direitos de mulheres e a desigualdade de gênero, por outro lado é necessário analisar a lógica subjacente do neoliberalismo e seu impacto no discurso nacional sobre desenvolvimento, a fim de compreender de que forma a igualdade de gênero faz parte da agenda do estado, como é pautada por distintas organizações da sociedade civil, e os fatores que impactam a existência, criação e implementação de ações focadas em questões de gênero. Isto é particularmente importante quando se considera as conquistas que resultaram da institucionalização – ou, como Alvarez et al (2003) identificam, a globalização e a transnacionalização do feminismo nos anos 1990 no Brasil –, em que se pode ver o crescimento do número de ONGs feministas e de esforços dedicados a políticas públicas de gênero, ao mesmo tempo que o sistema neoliberal econômico reduz a presença do Estado e é caracterizado por privatização, desregulamentação e o livre comércio. A problemática da relação do feminismo com o Estado indica a necessidade de compreensão do impacto que teve e tem o projeto de desenvolvimento neoliberal econômico e as políticas que acompanham e que são implementadas pelas administrações do governo brasileiro e seus impactos em geral. Como afirmam Mirla Cisne e Telma Gurgel (2008, p. 70):

O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família, igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos.

A discussão sobre a relação entre o sistema econômico neoliberal e a construção de políticas de desenvolvimento dirigidas à questão de gênero faz parte do grande debate sobre a questão da emancipação, dadas as mudanças nas dinâmicas dos movimentos sociais, particularmente nos anos 1990, às quais esta tese vai se referir como a “crise do feminismo”.

## 1.5 Redes Transnacionais Feministas e o Movimento Feminista Transnacional

Hoje em dia não se fala de um feminismo, senão de múltiplos, que se caracterizam por ser híbridos, culturalmente localizados, marcados por distintas trajetórias, rupturas, perspectivas e debates. Em sua trajetória, percebemos diferentes momentos e demandas de luta que as configuram enquanto vertentes políticas e ideológicas atentas às transformações estruturais e microespaciais da sociedade e da cultura. Para Giddens (1993), o feminismo participa da modernidade de forma reflexiva, procurando assegurar os direitos de igualdade política e econômica e colocando em questão os elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres, os quais estão intimamente vinculados aos processos de construção de nossa identidade. O autor reconhece a contribuição do movimento feminista na modernidade, seja na política emancipatória, seja na política da vida, requisito fundamental para a construção da nossa autoidentidade (GIDDENS, 1993). O feminismo está relacionado ao processo de exclusão praticado na discriminação contra mulheres. Ao mesmo tempo, cabe sublinhar o papel da convergência entre o ativismo transnacional centrado no alcance dos direitos civis, sociais e políticos, como o ativismo feminista, e o discurso sobre desenvolvimento, na criação de ferramentas discursivas e práticas que surgem dessa mesma afinidade. O feminismo transnacional é uma teoria e prática que contempla como a esfera global pode ser considerada constitutiva das políticas de movimentos sociais, particularmente no respeito às diferenças e às fronteiras e na construção da solidariedade que transcende essas fronteiras. Trata-se de uma teoria com grande influência de teóricas pós-colonialistas e de descolonialidade, que de forma crítica visa entender como a globalização e o capitalismo afetam as pessoas em diferentes países, de distintas raças, gêneros, classes e identidades. Apoiase na perspectiva de que o colonialismo configura e continua formando e influenciando a opressão econômica e a política social de mulheres e homens no mundo.

O feminismo transnacional, em um primeiro instante, está enraizado nas perspectivas e críticas sobre o engajamento dos projetos feministas com o sistema neoliberal de desenvolvimento, particularmente os programas de ajustes estruturais. Os anos 1970 foram um período em que as distinções em perspectivas e necessidades entre feministas ocidentais e feministas do “terceiro mundo” (ou sul global) coincidiram – o que, na leitura sobre redes

feministas transnacionais (RFTs), identificam-se como tensões entre o norte global e o sul global. De um lado, observou-se o crescimento na prática de redes feministas transnacionais, em que feministas de distintas partes do mundo começaram a intercambiar ideias, para além das fronteiras nacionais. Foi um período em que se formaram redes transnacionais em torno da percepção de problemas compartilhados. Referenciando o trabalho de Moghadam (2005) e Keck e Sikkink (1998), Aguiar (2007) identificam que as mulheres do norte priorizavam questões de igualdade legal e direitos reprodutivos, enquanto as mulheres do sul global colocavam mais ênfase em questões de desenvolvimento e justiça social. Essas tensões diminuíram porque, por um lado, a questão de VCM consolidou-se como um ponto de convergência, permitindo a ativistas o encontro de uma causa comum (AGUIAR, 2007; PEREIRA, 2008).

Além disso, Moghadam afirma que a transição do modelo econômico keynesiano para o modelo neoliberal no final dos 1970 teve como consequência a feminilização da pobreza (2005). A mudança fez com que a justiça social se convertesse não só em um ponto de interesse para ativistas do sul, como também para ativistas do Norte. No contexto do Brasil, Regina Jardim Pinto afirma:

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões. Estes grupos se organizavam, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. (2010, p. 17)

Matos (2010, p. 83) destaca as diferenças da agenda política das mulheres brasileiras nos anos 1970 e 1980 em comparação com as pautas políticas dos anos 1990, as quais, como ela identifica, demonstram a “difusão assimétrica e desigual das bandeiras do feminismo no campo dos valores e das percepções nas relações cotidianas de gênero até a sua influência mais efetiva na transformação das reivindicações históricas em plataformas de fato, de intervenção no/do Estado”. No Brasil, o feminismo ressurgiu na década de 1970 em um contexto de autoritarismo e repressão do regime militar, no qual as feministas reivindicavam tanto “pela igualdade das mulheres como pela anistia e pela abertura democrática”. A pauta das organizações feministas brasileiras nos anos 1970 estava mais vinculada às necessidades e permanências da vida cotidiana (MATOS, 2010). Santos (2009) observa, quanto ao movimento feminista do Brasil, que os conflitos em seu interior revelam que mulheres negras e brancas tinham agendas distintas, difíceis de conciliar. Segundo Lemos (1997), o principal desafio para o movimento de mulheres negras

nos anos 1970 era estabelecer suas questões essenciais, de um lado, e qual seria a melhor forma de desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos feministas, com fins a organizar o feminismo negro.<sup>65</sup> Matos (2010) destaca que parcelas significativas dos movimentos de mulheres nos anos 1970 e em diante nasceram dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos.<sup>66</sup> Nesse sentido, a agenda política das mulheres no Brasil na década de 1970 não só se dirigia às mudanças no regime político, mas, como Matos (2010, p. 84) ressalta, na estrutura interna do próprio Estado, em suas ações, de modo a superar características críticas do padrão de intervenção estatal.

O ativismo em torno das questões de gênero chegou à agenda de desenvolvimento nos anos 1970, inicialmente, pelo modelo Women in Development (Mulheres no Desenvolvimento), e logo pelo Women and Development (Mulheres e Desenvolvimento). Alvarez (1999) observa que a ‘cooperação internacional’ entre instituições do sistema neoliberal de desenvolvimento muda suas prioridades através do tempo. Ela identifica que cada década marca um foco, uma prioridade distinta (ALVAREZ, 1998). Desse modo, os anos 1970 foram marcados pela solidariedade, os anos 1980 eram conhecidos como a década das parcerias, e a década de 1990 foi identificada como a era do profissionalismo, de impacto e resultados de projetos (ALVAREZ, 1999). O feminismo transnacional dos anos 1970 marcou uma mudança na comunicação e cooperação entre feministas de distintos países, que se reuniam e dialogavam durante as conferências das Nações Unidas e em encontros regionais. A Década da Mulher (ONU) e a declaração do Ano Internacional da Mulher, em 1975, introduz uma série de conferências (Cidade de México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; Beijing, 1995, entre outras). Durante essas conferências, surgiram críticas com respeito ao tipo de direitos pautados, ao essencialismo que universalizava a categoria da mulher, fazendo passar a ideia de que mulheres em todas partes do mundo tinham a mesma experiência e desconsiderando o impacto de fatores como raça e status econômico na vida das mulheres. No entanto, a “globalização das lutas

---

<sup>65</sup> Uma de suas características marcantes do feminismo negro nos 70s era sua contradição direta com o feminismo (GONZALEZ, 1982; LEMOS, 1997; SANTOS, 2009). Lélia Gonzalez (1982) chamava a atenção para o fato de que “as categorias utilizadas pelo feminismo neutralizavam tanto o problema da discriminação racial quanto do isolamento enfrentado pela comunidade negra na sociedade” (p. 100). Lemos (1997) também ressalta a falta por parte das feministas ‘tradicionais’ de não querer discutir desigualdades sociais e raciais.

<sup>66</sup> Mattos destaca como as mulheres dos bairros populares passaram a construir sua ‘dinâmica própria,’ cumprindo um papel importante e político de organizar parte significativa dos primeiros protestos contra o regime militar (SIMÕES, 1985 apud MATTOS, 2010, p. 84).

sociais” traduz-se também nas lutas das mulheres, em novas formas de organização. As RFTs e redes de mulheres transnacionais (RMTs) ganham peso e criam novas formas de ação.

Nos anos 1980, *gender mainstreaming* surgiu como modelo e colocou a equidade de gênero no centro de todas as políticas e implementações das OIs e as agências multilaterais. O modelo de *Gender and Development* (Gênero e Desenvolvimento)<sup>67</sup> surgiu para abranger as questões das relações sociais que produzem as desigualdades de gênero a partir de uma perspectiva construtivista. No Brasil, a partir dos anos 1980, os movimentos sofrem um processo de ampliação e diversificação. Matos (2010, p. 84) destaca ainda que o feminismo no Brasil se caracterizou por “dar as costas ao Estado e suas arenas convencionais”. Segundo a autora:

no intuito de trazer à tona e problematizar aqueles temas ligados às problemáticas das mulheres, houve um primeiro momento de convergência dos movimentos urbanos populares com o movimento feminista... as lutas foram unificadas no objetivo central da transformação da situação da mulher na sociedade, gestada durante os regimes militares, e colocada a prova no momento da redemocratização do país. (MATOS, 2010, p. 84).

Matos (2010), ressaltando a observação de Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), apontam que as feministas no Brasil criaram uma política cultural que valorizava a organização autônoma e as práticas democráticas radicais, em reação à experiência das feministas com a ditadura e a centralização do Estado.

Os anos 1990 são apontados como a década em que os movimentos feministas se globalizaram. Contudo, diversas análises atribuem a esse processo a sua crescente afirmação nas esferas da política internacional, com a realização das conferências das Nações Unidas sobre Direitos da Mulher. A análise desse processo de globalização não se limita à esfera mais institucional, mas também inclui os encontros regionais, como por exemplo, os que aconteceram na América Latina (Colômbia, 1981; República Dominicana, 1999; Brasil, 2005), os quais traçaram redes de solidariedade e militância nos anos 80 e 90.

Em 1995, *gender mainstreaming* foi adotado como estratégia principal para combater a desigualdade de gênero durante a Conferência Mundial sobre Mulheres. O processo de construção de coalizações por parte de RFTs esteve mais em evidência na década de 1990,

---

<sup>67</sup> Barragán et al. (2013) identificam que o modelo GAD estava baseado num feminismo socialista, na crítica pós-estruturalista e desafiava o capitalismo e o patriarcado. GAD levantou críticas à lógica hegemônica que se baseia na ideia de que desenvolvimento econômico poderia empoderar mulheres (Barragán et al..2013). O foco dos projetos do sistema de desenvolvimento neoliberal incorpora o papel dos padrões e normas de gênero e relações sociais para ativismo dirigido a mudanças estruturais.

marcado pelo entusiasmo em torno das conferências organizadas pela ONU, que reuniam diversas organizações, redes e movimentos da sociedade civil (AGUIAR, 2007).

O uso do gênero como categoria analítica expôs as limitações das análises e das políticas essencialistas, pautadas por uma visão universalista da categoria “mulher”, algo que a partir de 1995 começou a ser mudado, inclusive, nas estratégias de ação da ONU, que já não emprega mais a palavra no singular, mas sim no plural. A leitura sobre direitos humanos, políticas públicas e gênero sublinha que o termo gênero tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito. Como as relações desiguais de gênero são estruturantes das relações sociais e afetam não só o tratamento dos direitos humanos, mas também de segurança, economia, etc., as RFTs não se limitam a tratar questões mais explicitamente ligadas à situação das mulheres, como direitos reprodutivos e VCM (AGUIAR, 2007, p. 143). Por exemplo: a Conferência de Beijing apresentou um ponto de inflexão no debate internacional sobre a igualdade entre mulheres e homens e a questão dos direitos das mulheres compreendidos como direitos humanos, debate este que vinha desde o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, encontrando espaço, visibilidade e legitimação jurídica no terreno das políticas internacionais globais. Foi na Conferência de Beijing que o gênero passou a ser usado para se problematizar as diferenças entre homens e mulheres como sendo construções históricas e culturais, as quais estabelecem padrões de comportamentos e valores discriminatórios e produtores de desigualdades, relacionados não só às relações intersubjetivas, mas presentes em todas as instâncias da vida social, de família à religião, da política à economia, das artes às ciências. A abordagem de gênero significou um avanço considerável, não só do ponto de vista teórico da discussão, mas também do ponto de vista de formulações políticas, ampliadas significativamente com este paradigma.

Uma análise da relação entre as organizações internacionais (OIs) e as redes feministas transnacionais (RFTs) serve para entender como questões de gênero e VCM se inserem na agenda da sociedade civil no Brasil. Segundo Aguiar (2007, p. 140):

As OIs servem de espaço para a ação de empreendedores de normas, por vezes financiadoras das atividades destes, e fornecem plataformas organizacionais através das quais as normas são promovidas dessa forma, as OIs constituem estruturas de oportunidade política para as RFTs em sua mobilização para promover novas normas sobre desenvolvimento.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 385-386) apontam que teria havido ao longo dos anos 1990 um “descentramento saudável do feminismo latino-americano, transformando-se este

em um campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo que abarca uma vasta gama de arenas culturais, sociais e políticas. As feministas não só aproveitam oportunidades, mas também as criam a partir de sua participação em espaços institucionais.<sup>68</sup> Trata-se de fazer parte de um projeto mais amplo, de mobilização não só em torno da institucionalização de novas normas, mas também apoiando a mudança social através da reconfiguração da política. A constituição de RFT ajudou a criar instituições e ONGs feministas, e ao mesmo tempo colocou a necessidade de se reconhecer a diversidade entre mulheres, identificar que nem todas as mulheres vivem nas mesmas condições e que existem inúmeros fatores (raça, etnicidade, classe social) que fazem com que algumas mulheres sejam mais vulneráveis que outras. No Brasil multiplicaram-se as modalidades de organizações e identidades feministas. Surgiram distintas visões em torno da questão sobre se a institucionalização do feminismo funcionou a favor ou contra o projeto de emancipação feminista, no Brasil e no sul global.

O feminismo transnacional que se propõe hoje critica a conceitualização da modernidade desde uma perspectiva feminista, pós-colonial e de descolonialidade. Matos descreve o movimento transnacional quando ela afirma:

Um movimento atento às interações entre nacionalidade, raça, gênero e sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente do surgimento do capitalismo global; um movimento autointitulado *altermundialist*, por sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca por maior justiça social. (2010, p. 81)

Feministas como Mohanty (2003a) e Deepika Bahri (2013) destacam que a luta para construir formas de cooperação e tecer alianças anti-capitalistas precisa ser articulada com as especificidades das realidades dos indivíduos de distintas localizações. Para Mohanty (2003a), o capitalismo global é um problema grave que atinge as mulheres, em particular do terceiro mundo<sup>69</sup>. Considerando a perspectiva de Mohanty (2011), o feminismo transnacional pode criar laços de solidariedade fundamentados entre o feminismo acadêmico e as organizações políticas anticapitalistas. Sua proposta envolve a aproximação do feminismo acadêmico com as realidades

---

<sup>68</sup> No Brasil, estes espaços institucionais foram aproveitados por diversas mulheres. Por exemplo, organizações não governamentais de mulheres negras evidencia que estas surgiram em sua maioria nas décadas de 1980 e 1990, compondo um vasto coletivo de ONGs negras e do movimento social no país (SANTOS, 2009). Santos (2009) enfatiza que a perspectiva racial de gênero está intimamente vinculada à natureza dos objetos de luta das ONGs de mulheres negras e se estabelece com a emergência e o desenvolvimento desse movimento no Brasil.

<sup>69</sup> Mohanty (1984, 2003b, 2012), na sua obra mais destacada, “Under Western Eyes,” e logo no seu artigo, “Under Western Eyes Revisited,” procurou identificar nos textos e nas práticas das feministas ocidentais aquilo que ela definiu como a produção da “mulher do terceiro mundo.”



globais onde fatores de gênero, raça e classe atravessam o sul global ou terceiro mundo, que resultará na criação de um feminismo localizado, contextualizado, anticapitalista, anti-imperialista que valoriza a diversidade e as formas cotidianas de resistência da ação coletiva de distintas mulheres em diferentes partes do mundo (MATOS, 2010). O feminismo transnacional que Mohanty (2011) propõe se fundamenta na criação de solidariedade entre feministas que reconhece as diferenças entre as mulheres para superar as relações desiguais de poder.

Yuderkys Espinosa (2009) apresenta suas dúvidas a respeito de um projeto de feminismo transnacional no seu artigo *Etnocentrismo y colonialidade en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional*. Espinosa (2009) questiona se os espaços e comunidades que participam do esquema do feminismo transnacional realmente seriam o lugar onde a verdadeira justiça surge. As dúvidas de Espinosa sobre a possibilidade de um feminismo transnacional, baseado em solidariedade e como modelo de prática, estão relacionadas à questão sobre como reparar a fratura ocorrida entre as feministas autônomas e as feministas “institucionalizadas” nos círculos feministas da América Latina. Espinosa (2009, p. 17) destaca as consequências do engajamento do feminismo com o neoliberalismo:

El surgimiento de este nuevo campo desterritorializado del activismo ha significado una desconexión real de los liderazgos feministas de sus bases, ha implicado un proceso de especialización, profesionalización y tecnocratización del feminismo con sus secuelas de fragmentación y sectorización de las luchas y del movimiento. Implicó la consolidación de una elite feminista que en alianza con las feministas del primer mundo determinan en espacios accesibles solo para unas pocas, los lineamientos del movimiento (2009, p.17).

Na perspectiva de Espinosa (2009), qualquer engajamento com o sistema neoliberal funciona para reforçar e reproduzir os modelos analíticos e conceituais do feminismo hegemônico, incluindo as visões etnocêntricas. Ela aponta a necessidade de se considerar que as feministas institucionais enfrentam distintas realidades em relação a outras mulheres na América Latina e muitas vezes acabam reproduzindo o olhar do ‘outro’, pois em certos casos fazem parte de um extrato superior da hierarquia racializada da sociedade moderna ocidental e colonial que Quijano (2010) aponta como sendo uma expressão da colonialidade do poder, o que resulta no que Espinosa denomina violência epistêmica, que invisibiliza as que são consideradas como a ‘outra’ nas realidades marcadas pelas hierarquias de raça, gênero e classe produzidas pelo colonialismo. Espinosa (2009) destaca a necessidade de se aprender com os processos locais e a ação coletiva de mulheres, as lições e alternativas que podem fornecer a respeito de processos

emancipatórios. Uma perspectiva compartilhada por Espinosa (2009) e Mohanty (2011) é o papel que deveria ter a descolonização na luta para a emancipação da mulher do sul global. Neste sentido, este trabalho aponta para uma perspectiva de Feminismo de Base Comunitaria como uma forma de quebrar esta separação entre o povo e o feminismo apontando iniciativas em que mulheres em suas comunidades produzem práticas decoloniais a partir de experiências de vida de mulheres das próprias comunidades.

O feminismo decolonial é considerado por várias autoras como fundamental na luta contra o sistema capitalista e o patriarcado. A perspectiva decolonial implica numa trajetória de luta contínua na qual podemos evidenciar, reconhecer e valorizar aquilo que Walsh chama de “lugares de exterioridade”, e onde alternativas se constroem (WALSH, 2009b). Um projeto crítico feminista a partir do sul global precisaria se fundamentar numa perspectiva de descolonização. Maria Lugones (2014) observa que o feminismo pode ser um caminho para a descolonialidade. Ao ressaltar que gênero é um conceito ocidental, ela destaca a importância de conceituá-lo como uma das formas de opressão colonial e a necessidade de se construir um feminismo que questione os padrões eurocêntricos (LUGONES, 2014). Lugones ressalta que gênero não pode ser analisado separado de raça; assim, critica teorias feministas generalizantes, que, segundo ela, são excludentes de mulheres com especificidades relativas à raça e classe, e, para superar essa dominação colonial, é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não-ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero. (LUGONES, 2007, p. 193).

Francesca Gargallo Celentani (2014), no seu trabalho *Feminismos desde Abya Yala*, salienta a necessidade de se recuperar as experiências como produtoras de conhecimento. Neste sentido, assim como no *Feminismo de Abya Yala*, uma perspectiva Feminista de Base Comunitaria reforça a importância de recuperar tais experiências de vidas de mulheres das comunidades como produtoras de conhecimentos. Celentani (2014) localiza as contribuições de mulheres indígenas que interpretam a realidade a partir dos conhecimentos produzidos por suas culturas, através de um diálogo intercultural com outros, visando à emancipação feminina. O feminismo de descolonização supõe um exercício de pensamento e ação, práticas políticas e posicionamentos que visam desestruturar o suposto sujeito feminino hegemônico, institucional e essencialista.

## II. CONQUISTAS E DESAFIOS EXISTENTES PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

### 2.1 - Conceito de Gênero Enquanto Ferramenta Analítica, Política e Científica

O desenvolvimento do conceito de gênero constitui umas das contribuições mais significativas para a construção e embasamento das ações de movimentos feministas em torno da reflexão da transformação da vida (LAMAS, 1999). O conceito de gênero forneceu uma nova categoria analítica e explicativa para o estudo das relações sociais, segundo Louro (2001, p.21), “o conceito gênero vai além de servir apenas como uma ferramenta analítica, servindo, ao mesmo tempo, como uma ferramenta política”. A construção social do *sexo* e do *gênero*, a partir dos debates norte-americanos e franceses do final dos anos 1980, influenciou a academia e, em seguida, o movimento feminista brasileiro. Essa influência fez com que a categoria *mulher* fosse substituída pela categoria *gênero*. Santos e Izumino (2005) consideram que esta nova categoria, apesar das divergências sobre sua definição, abre caminho para um novo paradigma nos estudos das questões relativas às mulheres sob uma nova perspectiva que enfatiza a diferença entre o social e o biológico.

Assim, a nova perspectiva, do conceito de gênero enquanto categoria de análise, foi sendo apropriada pelos estudos feministas brasileiros no final da década de 1990, o que trouxe mudanças significativas para as abordagens das pesquisas acadêmicas e para o desenrolar dos debates sobre o tema da violência contra a mulher, incluindo, por exemplo, o tema da vitimização e a análise das dinâmicas dos registros policiais e processos judiciais, a partir da compreensão de que gênero se refere à construção social do masculino e do feminino, servindo, deste modo, como base para a análise das diferentes relações estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade ocidental (SANTOS & IZUMINO, 2005).

Além de influir na perspectiva de análise dos estudos sobre o tema, o uso dessa categoria introduziu, ainda, uma nova expressão para o fenômeno da violência contra as mulheres: o termo *violência de gênero*, como uma categoria mais geral que englobaria a *violência doméstica* e *intrafamiliar*, e embora existissem significativas divergências quanto a isso, a expressão foi também usada como sinônimo de *violência contra a mulher*.

Isso ocorreu mesmo quando o uso do termo pretendia desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Os distintos usos, como afirmaram Wânia Pasinato Izumino e Cecília MacDowell Santos (2005), serviam para apontar a necessidade de definir melhor os conceitos e diferenças conceituais entre as expressões *violência contra as mulheres*, *violência de gênero*, *violência conjugal*, *violência familiar* e *violência doméstica*.

O conceito de gênero foi adotado como categoria epistemológica em substituição ao sexo, a fim de desvincular a discussão das desigualdades existentes entre homens e mulheres dos conceitos ligados à biologia, e, conseqüentemente, demonstrar suas raízes culturais (ELIAS & GAUER, 2014, p.126).<sup>70</sup>

Para Judith Butler (1999) “o gênero não denota um ser substantivo”, ou seja, não seria capaz de definir as identidades, os comportamentos e a sexualidade, bem como os discursos e performances dos indivíduos. A autora entende o gênero como um fenômeno fluído diretamente influenciado pelo contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido, de modo que, neste sentido, gênero seria entendido enquanto uma construção histórica-cultural e não como algo natural-biológico, assim, Butler ressalta que a noção de gênero (assim como a de sexualidade) deve ir além da dualidade macho-fêmea/homem-mulher/masculino-feminino, englobando o espectro de identidades, subjetividades e possibilidades que muitas vezes permanecem à margem diante das categorias heteronormativas vigentes.

Gênero não representa uma simples categoria analítica, mas a resignificação de “corpos” num mundo de contestações, em uma estreita relação de poder (HARAWAY, 2004; WEEKS, 2010). A desigualdade de gênero foi legitimada e baseada em pressupostos que usavam a biologia das mulheres para afirmar sua diferença sexual (SCOTT, 2002). Subseqüentemente, este pressupostos deterministas justificaram e legitimaram a exclusão das mulheres da política e a negação de seus direitos fundamentais. Desigualdades e diferenças sociais surgem de uma preocupação relacionada a noções pré-concebidas em torno das crenças que os indivíduos têm com relação ao que determina a capacidade de alguém para atingir determinados objetivos e oportunidades. Com base no aporte de Judith Butler entendo que gênero corresponde a uma série de expectativas que a sociedade determina para os indivíduos. Em seu trabalho “The End of

---

<sup>70</sup>Gênero diferencia-se do sexo, dado natural, na sua construção. A concepção das diferenças entre os sexos marcada no corpo justificava, assim, as desigualdades políticas entre homens e mulheres, desigualdades essas que só viriam a diminuir com o advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de modo geral, e, mais especificamente, com as reivindicações dos movimentos de minorias sociais iniciados na década de 60, como, por exemplo, o movimento feminista (SILVA, 2010, p. 1).

Sexual Difference”, publicado no livro “Undoing Gender” (2004), Butler tece críticas ao feminismo por não levar em consideração as múltiplas experiências que existem em relação ao gênero, ressaltando que a ideia de gênero hegemônica corresponde ao padrão binário de homem-mulher heterossexuais e destacando que a noção de gênero “é problemática e não pode ser pensada sem o aporte performativo da linguagem e fora das políticas que implementam mudanças nas relações de poder que existem entre os gêneros” (COSSI & DUNKER, 2016). Portanto, para Butler, conforme descrito no livro “Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity” (1999) o gênero é descrito como um ato intencional, um gesto performativo que produz significados (PISCITELLI, 2002), neste mesmo livro, Butler (1999) afirma que a categoria de gênero precisava ser atualizada e que o movimento feminista existente era limitado em relação a como definia o gênero, precisando ir além das limitações de uma concepção binária, sendo entendido pela autora como algo fluído de acordo com os contextos.

O preconceito, a discriminação e a intolerância fazem parte das diferentes formas de violências cometidas contra mulheres e indivíduos ao redor do mundo (SILVA, 2010). Vários trabalhos apresentam que a violência de gênero e, subsequentemente, a violência contra a mulher, são sustentadas por crenças discriminatórias e preconceitos arraigados nas culturas das sociedades (BANDEIRA & BATISTA, 2002; SILVA, 2010). A discriminação está inerentemente ligada a questões de reconhecimento das diferenças sociais. Portanto, está ligada com nossa própria identidade e nossa percepção de como os outros nos percebem. A definição de gênero tem como principal referência no Brasil o estudo de Joan Scott (2002), que entende o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. É, ainda, um modo de dar significado às relações de poder. A autora defende o uso do termo como uma categoria histórica e instrumento metodológico, definido, segundo ela, como elemento constitutivo das relações sociais que tem por base as diferenças entre os sexos como forma primária de significação das relações de poder.

Analisando as feministas francesas e os direitos do homem no seu livro “A Cidadã Paradoxal”, Joan Walach Scott (2002) afirma que o ‘discurso naturalista’ serviu para legitimar diversas formas de dominação e discriminação do homem sobre a mulher. Assim, através de sua análise da luta das feministas francesas para a inserção da mulher na política, ela conceitua “gênero” como categoria útil de análise histórica. Scott explica que as diferenças biológicas entre os sexos invocando a “natureza”, sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais

(SCOTT, op cit, p.17). Quando a autora (op cit) analisa como a biologia das mulheres foi utilizada para afirmar diferença sexual e, subsequentemente, para justificar e legitimar a exclusão das mulheres da política e a negação de seus direitos fundamentais, ela consegue sublinhar a relação entre a exploração dos corpos femininos, os tratamentos diferenciados em função do gênero dos sujeitos e o que significava ser uma ‘cidadã. Neste sentido, Scott afirma que:

[...] O indivíduo político, era tido como sendo ao mesmo tempo universal e masculino; a mulher não era um indivíduo, não só por ser não idêntica ao protótipo humano, mas também por que era o outro que confirmava a individualidade do indivíduo masculino [...] O feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher (2002, p. 34-27).

Joan Scott, assim como Perrot (2001), indica que este ‘determinismo biológico’, foi usado para definir papéis sociais com base nas características físicas de mulheres e homens, apontando que tais papéis foram utilizados para manter a estrutura social. Segundo as interpretações de Daniel Schroeter Simião (2000) a partir da sua leitura das colocações de Scott, era preciso encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de natural, permanente, e igual em todas as épocas e culturas – o sexo – daquilo que por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo – o gênero. Deste modo, a literatura aponta que os papéis designados para homens e mulheres são construídos através da cultura e os significados que carregam são impostos pela sociedade em que vivem os sujeitos (PERROT, 2001; SIMIÃO, 2000).

Independentemente de leis específicas ou disposições constitucionais existirem, outros fatores moldam e influenciam os resultados sociais (SCRIBNER & LAMBERT, 2010). A forma como o outro é percebido define os contornos das relações interpessoais. As preconcepções que construímos sobre esses grupos são transformadas em expectativas e normas e esperamos que as pessoas se comportem de acordo com elas. A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição podem ser marcados pelo sexismo, classismo e o racismo. A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais, de modo que os seres humanos só se constroem como tal na relação com os outros. Segundo Saffioti (1992, p. 210) não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro, mas sim a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do ser-ego, que entra em relação com o outro. A identidade da pessoa adquire sentido, se constituindo através das relações com

outros, o que implica que as relações de gênero refletem concepções de gênero internalizadas. Neste ponto de vista, o indivíduo é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia, além de outros fatores interseccionais.

O conceito de gênero ajudou as feministas a postularem a necessidade de superar noções referentes ao o que era considerado natural - sexo biológico -, e o que é construído socialmente - sexo social -, que forma em cada sociedade humana, a organização das relações entre homens e mulheres que historicamente foi utilizada para colocar mulheres numa posição de subordinação. Neste sentido, a noção de gênero adquire um duplo caráter epistemológico. De um lado, o conceito de gênero funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação, subordinação e opressão, simbólicos e materiais, e de outro, como categoria analítica, científica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais.

A partir do uso do conceito de gênero como ferramenta analítica, política e científica, é possível entender que a Violência contra Mulher (VCM) faz parte de um sistema sócio histórico que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior na escala de perfeição metafísica, produzindo um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade (SILVA, 2010). A violência doméstica contra as mulheres (VDCM), em decorrência da violência de gênero (VDG), é considerada uma forma de VCM que continua sendo banalizada no Brasil.

A violência doméstica pode ser considerada como uma forma de VCM, mas diferencia-se por acontecer em grande parte nas casas de vítimas. Este tipo de violência ocorre no âmbito 'privado', perpetrada por um membro da família que conviva ou tenha relacionamento afetivo com a vítima (GADONI-COSTA & DEL'AGLIO, 2010, p. 16). Osterne (2005) distingue a violência doméstica contra as mulheres da violência contra as mulheres perpetrada por parceiro íntimo ou, a mais conhecida, a violência conjugal, afirmando que violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar, enquanto por outro lado, a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo se refere a toda forma de manifestação de agressividade, ou seja, em sua versão física, sexual, psicológica ou moral, provocada por um cônjuge, companheiro, amante, namorado ou qualquer

parceiro íntimo, mas comumente ocorrendo, embora não necessariamente, no espaço privado do domicílio (2005, p. 58).

Alguns fatores precipitares da violência podem ser facilmente identificados, enquanto outros estão profundamente enraizados no arcabouço cultural e econômico da vida humana, e ao mesmo tempo em que estudos sinalizam que fatores biológicos e outros fatores individuais explicam algumas das predisposições à agressão, é mais comum que interajam com fatores familiares, comunitários e culturais para, assim, criar uma situação propícia às manifestações da violência (OMS, 2002). Não existe uma única causa que leva a violência doméstica nem um só fator que influi a procuração de auxílio ou a decisão de não buscar ajuda. Há vários fatores de risco ligados a autores e vítimas de violência doméstica.

A literatura sobre violência doméstica (SAGOT, 2000; SWAN & SULLIVAN, 2009; CARVALHO, 2013; SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b) aponta as seguintes razões que dificultam a decisão de vítimas de sair de tal situação: medo em geral, medo de ser morto, medo de sofrer mais agressões, ameaças, dependência econômica, dependência emocional, não querer ser separado dos filhos, pressão familiar de sustentar a relação com os filhos, aderir a nações tradicionais dos papéis de gênero, dificuldade de romper o ciclo da violência e banalização do fenômeno. Além de ter dados escassos sobre violência doméstica as mesmas pesquisas sobre o tema (GREGORI, 1993; ALVIM & SOUZA, 2004; SOARES, 2006; MOURA, 2007; ANDRADE, 2008) fortalecem a dicotomização entre violências de âmbito público e privado, na medida em que colocam as mulheres previamente como vítimas dos crimes domésticos. No processo sociocultural de construção da violência doméstica como problema público, a Lei Maria da Penha significa uma forma de valoração intelectual, política e jurídica da violência contra a mulher, que, antes de sua promulgação, se restringia em larga medida aos movimentos feministas (SANTOS, 2013).

Deste modo, o fenômeno da violência vem causando maior preocupação quando esta sofre um processo de banalização, tornando-se algo “natural”, onde a ação violenta não é questionada, restando aos que sofrem a violência, o convívio com ela (SOUZA, 2013, p. 17). Um dos tipos de violência mais banalizada na sociedade brasileira é a violência doméstica contra mulher (VDCM), considerada uma violência interpessoal e comumente assimilada à violência intrafamiliar.



A violência doméstica está intimamente ligada a outros tipos de violências macros e micros. Vários autores chamam atenção à tendência de não colocar a VCM e a violência doméstica como prioridade e dentro da hierarquia de violências no Brasil e suas implicações (CARVALHO, 2013; MOURA, 2006; SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b). A disposição de relacionar a violência doméstica com o privado, cujo significado tem um desfavor na identificação de dinâmicas, impede a identificação de problemas e questões importantes quando pensamos a questões sobre cidadania, direitos e equidade no Brasil. O padrão existente na sociedade Brasileira de evitar chamar certas experiências como ‘violências’ significa que as violências ‘micro’ em especial, aquelas que estejam sentidas no dia a dia por relações de poder e controle, ficam as mais invisíveis, como descreve Moura (2007), não contadas, e com muito menos respostas (SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, p. 128). Por conta de seu caráter multifacetado, a violência doméstica é um problema social, político, econômico e de saúde. Assim, requerer a integração de conhecimentos e serviços os quais abordam um olhar macro e micro e pesquisas que procuram não só mensurar as diferenças entre os homens e mulheres, mas também que investigam os processos nos quais mantém as atitudes e percepções tradicionais dos papéis de gênero.

Ao não incluir a violência doméstica e a VCM em geral como parte do problema de segurança, acarreta nas relações interpessoais não se considerem como fatores facilitadores a criminalidade. Ao mesmo tempo, certo olhar nega, o que muitas pesquisas sobre a violência doméstica e a criminalidade afirmam (FALCKE & WAGNER, 2005, CARRASCO, 2003; FALCKE; WAGNER; MOSSMANN, 2008; GADONI-COSTA & DEL’AGLIO, 2010; SOARES, 2006) do papel que leva o ato de haver observado ou experimentado violência durante a infância, evento relacionada com a multigeracionalidade, na geração do crime, a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Distintas formas de inequidade estão interconectados, e fazem parte de padrões em que a desvantagem numa área é reforçado por outro (BRYSON, 2007).

## 2.2 – Reflexões Sobre a Igualdade de Gênero a partir de Índices e outras pesquisas.

A desigualdade de gênero pode ser medida de distintas maneiras utilizando métodos qualitativos, quantitativos ou uma mistura de ambos. Uma forma de medir as conquistas e mudanças com relação à igualdade de gênero considerando um olhar ao nível macro (internacional e regional) é através de índices. Em geral, índices resumem e classificam observações específicas, sendo medidos com base em indicadores<sup>71</sup>, que por sua vez, podem ser subdivididos em outras categorias. Assim, os índices de gênero servem como critérios para medir o progresso em relação a objetivos específicos e são reconhecidos como ferramentas úteis para comparar distintos países conforme seus respectivos indicadores numa escala macro, que consideram uma visão de cima para baixo.

Do mesmo modo que os índices, também é possível obter informações sobre a Igualdade de Gênero com base em pesquisas desenvolvidas por acadêmicos ou instituições diversas que analisam a desigualdade de gênero incluindo aspectos como o mercado de trabalho, participação política, saúde ou acesso à educação. Contudo, a desigualdade entre homens e mulheres acontece em distintas dimensões e contextos, reforçando a necessidade de um indicador que leve em consideração tais especificidades para medir a desigualdade. O esforço de medir de forma multidimensional o quão desigual é a situação das mulheres em relação aos homens é uma iniciativa empreendida por organizações internacionais desde 1995<sup>72</sup>, mas já de grande importância para o debate sobre a justiça de gênero em todo o mundo (SOUZA, 2012).

Por outro lado, existem pesquisas que indicam que maior desenvolvimento econômico não indica maior igualdade de gênero. Segundo Sequino (2006), o crescimento econômico, num cenário crescente de globalização, não resulta numa maior equidade de gênero em países de

---

<sup>71</sup> Os indicadores de gênero foram desenvolvidos com o objetivo de medir as desigualdades entre homens e mulheres e são representados pelos dados relativos aos elementos a serem medidos com o índice, como exemplos de indicadores que costumam ser utilizados é possível citar saúde, educação, representação política, entre outros.

<sup>72</sup> Em 1995 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou o *Gender Related Development Index* (GDI) e o *Gender Empowerment Measure* (GEM). O GDI e o GEM foram os primeiros índices que incluíram explicitamente dados diferenciados por gênero. O GDI foi desenvolvido para incluir uma dimensão de gênero no índice de desenvolvimento humano (IDH), mede desenvolvimento e não desigualdade. Os dois jogaram um papel importante no debate sobre como construir um índice mais válido e fiável com dados diferenciado por gênero.

América Latina e Caribe. Embora hoje em dia vários índices de gênero tenham sido desenvolvidos, tais índices variam em abordagem e nível de análise (o que determina quais dados estatísticos são incluídos e em que medida são usados), podendo ser descritivos ou analíticos. A metodologia de cada índice de gênero diferencia-se e sua abordagem depende das estatísticas disponíveis. Vários autores (SOUZA, 2012; HAWKEN & MUNCK, 2013; FRIAS, 2008) apontam a utilidade e o valor de índices de gênero, destacando a compreensão que os índices fornecem sobre esta temática para pesquisadores e políticos, mas também reconhecendo que questões permanecem acerca de como interpretar a informação apresentada nestes índices e o quanto são válidos. Segundo Angela Hawken e Gerardo L. Munck (2013), os dados fornecidos pelos índices de gênero são utilizados para a definição de uma agenda, aumentando a conscientização sobre as disparidades de gênero e ajudando a manter informados os governos e uma variedade de organizações responsáveis pelo cumprimento de certos padrões.

Teóricos pós-coloniais e da decolonialidade levantam críticas aos limites das construções metodológicas dos índices, apontando que as representações e noções ocidentais-etnocêntricas produzidas, reproduzidas, sustentadas e presentes no trabalho, discurso e ações de instituições (multilaterais e bilaterais) produzem informações que justificam a implementação de políticas de desenvolvimento nos países que fazem parte do sistema neoliberal. Na tentativa de destacar os efeitos positivos da globalização em termos de comunicação e tecnologia, os defensores da globalização argumentam que o crescimento econômico<sup>73</sup>, facilitado pelas políticas liberais que supostamente estimulariam os investimentos, o comércio e os fluxos financeiros, bem como a privatização da indústria e a redução dos déficits do setor público, teria um efeito benéfico para a igualdade de gênero. Neste sentido, e pensando nos índices de gênero, é preciso questionar os interesses e critérios utilizados para mensurar a igualdade de gênero e se estas produzem informação verdadeiramente representativa da igualdade de gênero, de forma a refletir a realidade de mulheres nos países do “terceiro mundo”, ou se são insuficientes pelo fato de utilizarem padrões que só são adequados para contextos ocidentais, do chamado “primeiro mundo”. Sob esta perspectiva tais índices servem de base para o planejamento de ações voltadas ao

---

<sup>73</sup> Crescimento econômico é mensurado através do produto interno bruto (PIB) e outros variáveis quantitativo. Desenvolvimento econômico inclui as implicações do crescimento econômico na melhoria de aspectos relacionados como educação, saúde, infraestrutura utilizando indicadores sociais como o IDH. O IDH foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificando países nas seguintes categorias: desenvolvido, em desenvolvimento, subdesenvolvido. Tanto o IDH como os índices de gênero fazem parte do projeto de desenvolvimento ocidental.

“desenvolvimento” lideradas por organizações internacionais alinhadas ao sistema neoliberal, neste contexto do capitalismo global.

Uma das maiores críticas levantada sobre os índices de gênero está relacionada ao fato que não podem medir o que é observado em termos quantitativos, pois não incluem outras dimensões significativas na compreensão da desigualdade de gênero. As medidas puramente quantitativas são imperfeitas, como é o caso dos indicadores de bem-estar, que não são capazes de avaliar o desenvolvimento humano de forma abrangente, pois não podem apreender aspectos subjetivos<sup>74</sup> da realidade (SOUZA, 2012). No entanto, como afirmam Gadrey e Jany-Catrice (2005 apud SOUZA 2012, p.10) elaborar indicadores que possam refletir essa realidade da busca pela igualdade permite construir quadros cognitivos sociais mais abrangentes, fundamentais para mover o debate teórico e para análises comparativas. Segundo Souza:

As mensurações fornecem subsídio para mover o debate analítico sobre a igualdade de gênero de uma postura passional para um posicionamento concreto baseado em argumentos objetivos, pois o que é medido e documentado é mais facilmente combatido. Assim, dar visibilidade ao posicionamento desigual de homens e mulheres na sociedade é fundamental para desconstruir o caráter estrutural da desigualdade de gênero, um dos mais persistentes eixos de desigualdade (2012, p.12).

Em 2015, O Fórum Econômico Mundial (WEF), na sua décima edição do relatório- *Global Gender Gap Report* (Relatório Global sobre Lacunas de Gênero) sobre desigualdade de gênero no mundo, incluiu indicadores econômicos e sociais de 144 países e identificou o Brasil no 85º lugar na promoção de igualdade de gênero<sup>75</sup>, sendo que em 2014 o Brasil estava classificado na 71ª posição. Isto significa que o país caiu 14 posições em 2015, resultando na pior classificação desde que o relatório foi iniciado em 2006. Os pesquisadores do WEF identificaram como causas da queda a ampliação do abismo salarial entre homens e mulheres e o menor número de mulheres em cargos de alto escalão, em especial ministérios (p.23), cuja participação era de 26% em 2014 e caiu para 15% em 2015. O *Global Gender Gap Index (GGI)* quantifica a magnitude das disparidades de gênero e acompanha o seu progresso ao longo do tempo, com uma ênfase específica nas disparidades relativas entre mulheres e homens (desagregado por sexo) em quatro áreas-chaves com 14 indicadores em particular: saúde (saúde e sobrevivência), educação

---

<sup>74</sup>Aspectos subjetivos referem-se a percepções, experiências, melhor analisado através de uma metodologia de natureza qualitativa.

<sup>75</sup> WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2015. Geneva, Switzerland, 2015. <http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf>

(desempenho educacional), economia (participação econômica e oportunidades) e política (empoderamento político). Este relatório é distinto de outros por combinar dados quantitativos aos qualitativos, sendo tais dados qualitativos obtidos pelo *Executive Opinion Survey* do WEF.

O relatório serve como ferramenta enquanto os índices são valores de referência para os formuladores de políticas e são construídos com dados disponibilizados por organizações internacionais e obtidos através do *World Economic Forum's Executive Opinion Survey*.<sup>76</sup> Em 2016, na décima primeira edição, o relatório do WEF classificou o Brasil na 79ª colocação, uma melhoria de 8 posições.<sup>77</sup> O relatório aponta que as mulheres brasileiras têm um desempenho melhor que homens nos indicadores de saúde e educação, mas ainda enfrentam acentuada discrepância em representatividade política e paridade econômica. É importante destacar que vários países latinoamericanos receberam classificações significativamente melhores que o Brasil com respeito à representação política. Em termos regionais, dos 26 países da América Latina incluídos no GGI de 2016, dezesseis países se classificaram melhor que Brasil nesta categoria. Em outras palavras, o Brasil se classificou na 17ª posição na esfera de empoderamento político em geral. Nesta mesma categoria, Nicarágua se classificou em primeiro lugar, seguido por Bolívia, Cuba, Costa Rica e Argentina. Olhando para o número de mulheres ocupando vagas no parlamento, o Brasil se destaca na penúltima colocação (24), sendo o segundo país na América Latina e Caribe com o menor número de mulheres no parlamento.

Em nível internacional, com respeito ao número de mulheres ocupando assentos no parlamento, o Brasil ficou com uma das piores classificações, permanecendo no 120º lugar de 144 países (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2016, p.56). A Tabela C13 do relatório indica que a partir de uma análise do número de mulheres em ministérios obteve uma razão de 0.18 classificando o país na posição 82 (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2016, p.57). O Brasil se classificou no lugar 86 em empoderamento político (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2016, p. 120) uma melhoria de sua posição do lugar 89 em 2015, qual inclui as seguintes categorias: mulheres em parlamento, mulheres em ministérios, número de anos mulher como chefe de estado. Ao nível regional, com respeito a mulheres em ministérios, o Brasil está no lugar 19. A qualificação do Brasil, na região, com respeito a mulheres em

---

<sup>76</sup>O World Economic Forum's Executive Opinion Survey

<sup>77</sup> WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2016. Geneva, 2016. [http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF\\_Global\\_Gender\\_Gap\\_Report\\_2016.pdf](http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf)

parlamento e nos ministérios, está em contraste forte com sua posição 6, referente a mulheres em posições de liderança. Isto confirma as observações de pesquisadores que apontam um ‘paradoxo’ representado por a reduzida presença das mulheres no poderes executivos e legislativo diante importantes conquistas logradas no campo de legislação e das políticas voltadas às mulheres (AVELAR, 2013; HTUN, 2002).

Na categoria de participação e oportunidade econômica, Brasil foi classificado no lugar 91 de 144 países (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2016, p.120), caindo dois lugares de sua classificação em 2015. Dos 25 países da América Latina e o Caribe incluído na pesquisa, o Brasil situa-se na 18ª posição (Tabela 5, p.14). O relatório do WEF não só serve para analisar as áreas onde as mulheres enfrentam mais desafios (i.e., representação política, salários baixos), mas também para analisar o impacto que mudanças no governo tiveram na igualdade de gênero no país. Comparando os resultados dos relatórios do WEF de 2015 e 2016, e considerando como o relatório proporciona uma comparação entre as políticas de gênero de vários países, este ajuda a fornecer algumas compreensões sobre o caminho em que está a igualdade de gênero no Brasil e na região. Como nona maior economia do mundo<sup>78</sup>, o Brasil tem a responsabilidade e a oportunidade de se destacar perante países do mesmo porte ao investir na formulação de políticas públicas e ações concretas voltadas para a eliminação da desigualdade de gênero contra mulheres, para, desta forma, atingir um desenvolvimento sustentável em longo prazo. De acordo com os dados do GGI do ano 2016, o desafio brasileiro, consiste em estender os bons resultados da educação para a área de economia e na política. A qualificação profissional feminina deve servir de base para maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal e para remuneração salarial igualitária, além de uma representação política, mais expressiva.

O trabalho de Luísa Cardoso Souza e Carlos Alberto Ramos<sup>79</sup> (2012), *A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um Índice para os Estados Brasileiros*, que fez parte da monografia de Cardoso, constrói o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) (Figura 2). Este índice tem como base Global GGI do WEF (Fórum Econômico Mundial) e é composto por quatro dimensões – economia, educação, política e saúde. Souza e Ramos (2012) elaboraram a INDG a partir da coleta de dados governamentais e de “micro dados” da Pesquisa Nacional por Amostra

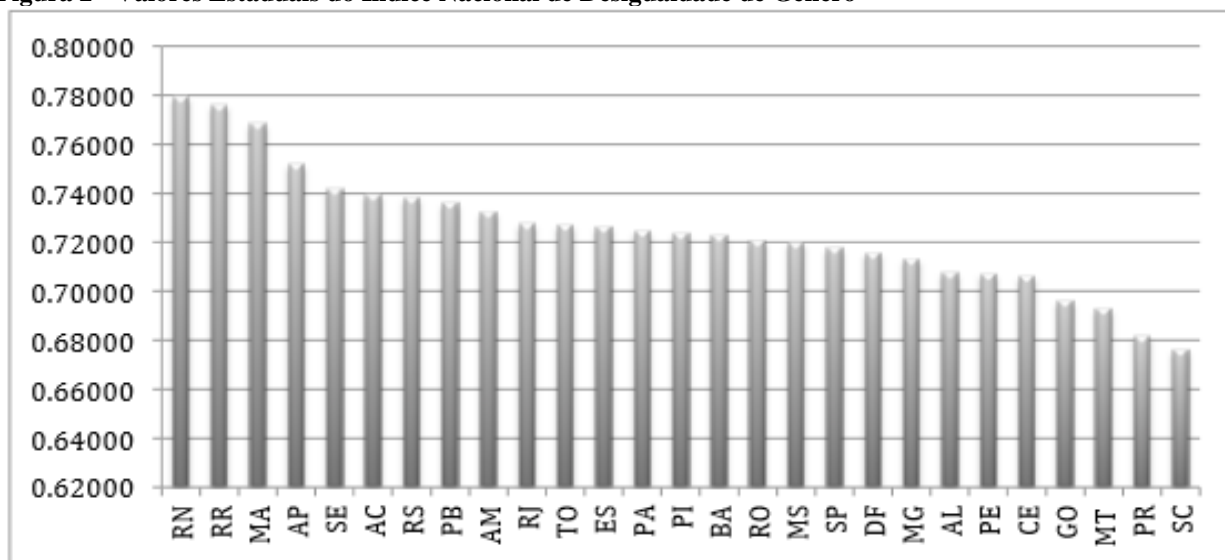
---

<sup>78</sup>De acordo com os números do “World Development Indicators” do Banco Mundial Brasil tem a nona maior economia.

<sup>79</sup> Carlos Alberto Ramos foi orientador da monografia de Luisa Cardoso Souza.

de Domicílios (PNAD). Hoje em dia é um dos trabalhos mais citados com referência ao seu papel na mensuração quantitativa da igualdade de gênero no Brasil. Antes da criação do INDG tanto os órgãos brasileiros não proviam esses indicadores a nível nacional quanto a produção acadêmica brasileira na área estava focada na elaboração de índices de desenvolvimento humano e não exatamente de índices de desigualdade de gênero (SOUZA, 2012). Tendo presente as estatísticas que foram apresentadas acima, ao compilar os trabalhos de Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) e Souza (2012), procura-se entender melhor o cenário da igualdade de gênero no Brasil.

**Figura 2 - Valores Estaduais do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero**



Fonte: SOUZA, 2012, p. 55.

Existem distinções entre o INDG de Souza (2012) e o Índice de Igualdade de Gênero (IIG) (Figura 3) desenvolvido por Bortoluzzo, Matavelli e Massalozzo (2016), visto que cada pesquisa fornece uma perspectiva distinta em que a igualdade de gênero no Brasil pode ser avaliada. Tanto o INDG quanto o IIG usam o GGI como a base de seus índices e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e desagregam os dados por unidade federativa e por sexo. O IIG é uma modificação do INDG, possui algumas distinções e alterações na metodologia. Uma diferença entre estes dois trabalhos observe-se no ano dos dados adquiridos através do PNAD. Ramos e Souza elaboram a INDG utilizando os micros dados da PNAD enquanto Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) desenvolvem seu IIG com os dados adquiridos e fornecidos pela PNAD dos anos 1997, 2002, 2007 e 2012. Em outras palavras, Souza e Ramos (2012) analisam os determinantes da distribuição da desigualdade de gênero, mensurada pelo INDG entre os diferentes estados brasileiros em 2009 enquanto Bortoluzzo,





significativa a composição da dimensão política nos índices, Bortoluzzo, Matavelli e Massalozzo (2016) fazem uma modificação com respeito a dimensão política. No IIG, a razão do percentual de mulheres eleitas com relação ao número de candidatas sobre o percentual de homens eleitos com relação ao número de candidatos, o que revela a preferência do eleitor também com relação ao gênero, é incluído (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MASALOZZO, 2016, p.171). Embora, Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) expressem que a inclusão deste indicador pode mensurar de uma forma mais confiável a evolução da participação da mulher na decisão política. Cabe ressaltar que uma característica de distinção entre o IIG e o INDG é em relação a sua abordagem de análise que considera diferenças na equidade de gênero ocasionadas por alterações em medidas de desenvolvimento econômico. Portanto o IIG apresentara informações sobre a igualdade de gênero conforme um análise que os autores identificam sendo ‘econométrica’ que toma em conta o impacto de variáveis explicativas (i.e., globalização, bem-estar, e o desenvolvimento econômico) nas quatro dimensões do IIG.

Ambas as pesquisas indicam que os estados do Norte e do Nordeste obtiveram pontuações maiores do que os estados do Centro-Sul (SOUZA, 2012) e do Sudeste (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MASALOZZO, 2016) com respeito à dimensão de participação econômica e oportunidades. Os resultados de Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) confirmam as conclusões observadas por Souza (2012), que renda não parece ser um fator determinante para uma maior equidade de gênero. Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016, p.179) ressaltam a observação que os estados considerados mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, figuram entre aqueles com maior desigualdade entre os gêneros. Simultaneamente, sua análise econométrica mostra que estados mais globalizados são mais avançados quanto à igualdade entre os sexos (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MASALOZZO, 2016). Também indicam que os estados com maiores índices no IIG são exatamente aqueles que têm uma melhor qualificação na dimensão de política, isto é, onde a participação de mulheres em cargos escolhidos via eleições é mais evidente (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MASALOZZO, 2016, p. 179).

Ainda com respeito à igualdade de gênero na dimensão da representação política, a pesquisa “Mulheres na Política retrato da subrepresentação feminina no poder”, um relatório da Procuradoria Especial da Mulher (2016a), considerando os resultados das urnas de 2016, para as eleições locais, e as de 2014 para os cargos estaduais e federais, concluindo que nacionalmente os

estados com as melhores colocações para participação política das mulheres em todos os cargos eletivos foram Rio Grande do Norte (1º colocado), Amapá (2º colocado), Distrito Federal (3º colocado) e Maranhão (4º colocado). Em relação aos piores resultados, nacionalmente, as piores colocações foram obtidas pelos estados do Sudeste, em último lugar Espírito Santo, penúltimo Rio de Janeiro e antepenúltimo Minas Gerais. Desta forma, tal pesquisa revela que, com exceção do Distrito Federal, a maioria dos estados com melhores desempenhos no ranking de participação política das mulheres se localiza no Norte e Nordeste, confirmando os resultados da pesquisa de Ramos e Souza (2016) e Bortoluzzo, Matavelli e Madalozzo (2016).

Em relação aos fatores que indicam a baixa representatividade das mulheres na política, o relatório “Equidade de Gênero na Política”, da Procuradoria Especial da Mulher (2016b), considerou uma pesquisa de opinião pública realizada com 1287 pessoas que concorreram nas eleições municipais de 2012 ou nas eleições gerais de 2014, dentre os quais 21% eram mulheres e 79% homens. Do total de mulheres, 54% se autodeclararam brancas, 70% são casadas e 58% tem de 2 a 3 filhos. Os dados revelaram que entre 2012 e 2014: apenas 21% dos candidatos eram do sexo feminino - o que não reflete a proporção de mulheres na população brasileira (50,64%) -; que a política de cotas<sup>81</sup> incentiva as candidaturas de mulheres; 78% dos entrevistados entendem que a lei de cotas contribui diretamente para a eleição de representantes do sexo feminino<sup>82</sup>; 54% dos entrevistados reconhecem que o sistema político brasileiro privilegia indivíduos do sexo masculino, sendo que, quando considerando apenas a opinião de mulheres tal proporção se eleva para 73%, o que indica que as mulheres se sentem em desvantagens com relação aos homens nestes ambientes. Mais de um terço das mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação no ambiente político atribuído a questões de gênero. A pesquisa destacou que não houve diferença significativa na discriminação de gênero entre negros e brancos, mas é preciso ressaltar que, no Brasil, negros ainda possuem uma baixa representatividade política, o que pode ter influenciado neste resultado.

Com exceção do Distrito Federal, Paraíba e Roraima, nos resultados apresentados por Souza (2012), que destaca que a razão entre mulheres e homens ocupando altos cargos é o

---

<sup>81</sup> A lei de cotas identifica que deve haver um mínimo de 30% de candidatos de cada um dos sexos para concorrer aos cargos nas eleições de forma proporcional.

<sup>82</sup> O que revela que, com base na percepção destes entrevistados, existe uma necessidade de políticas de ações afirmativas para garantir a equidade na representação política de gêneros.

subíndice de pior desempenho da dimensão de economia, para todos os estados. Conforme o estudo de Souza (2012) o estado do Rio de Janeiro só apresentou melhor qualificação (0,71615) que outros quatro estados (Mato Grosso, Goiás, Paraná e Santa Catarina) na dimensão de participação econômica e oportunidades. O INDG indica que Roraima e Paraíba obtiveram os melhores resultados e Paraná e Santa Catarina, os piores. A pesquisa de Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) afirma os resultados do INDG identificando o estado de Santa Catarina com o menor valor da amostra (0,64), em 1997 e 2002. Segundo Souza:

As dimensões de Participação Econômica e de Poder Político representam no índice (INDG) geral como as mulheres brasileiras, em maior ou menor intensidade dependendo do estado onde vivem, ainda não usufruem do espaço público da mesma forma que os homens, seja no mercado de trabalho ou no exercício do poder governamental (2012, p. 53).

Nos seus resultados finais o INDG identificou o estado do Rio de Janeiro na décima posição com respeito à igualdade de gênero. Os resultados de Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) acrescentam as conclusões levantadas na pesquisa de Souza (2012) com suas observações sobre a relação entre a igualdade de gênero e desenvolvimento econômico<sup>83</sup>. Os autores afirmam que desenvolvimento econômico não se mostrou estatisticamente significativo com respeito ao nível de igualdade de gênero em geral. Assim, isto reafirma as conclusões da pesquisa de Souza (2012) que já havia indicado que os estados com renda mais alta não necessariamente possuem uma pontuação mais alta no INDG. Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) ressaltam que desenvolvimento econômico impacta de forma favorável a igualdade de gênero com respeito a dimensão de educação. (BORTOLUZZO; MATAVELLI; MASALOZZO, 2016). As pesquisas de Souza (2012) e Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) apontam que houve um crescimento na igualdade de gênero no Brasil, embora também destaquem que o caminho para alcançar a igualdade de gênero no país ainda seja longo.

O estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995-2015” (IPEA, 2017) destacou: um crescimento na proporção de domicílios chefiados por mulheres, passando de 23% em 1995 para 40% em 2015; em termos de educação, em relação à taxa de analfabetismo, apresentou um diferencial racial onde mulheres (com 15 anos ou mais apenas 4,9% eram

---

<sup>83</sup>Bortoluzzo, Matavelli e Masalozzo (2016) mensuram desenvolvimento econômico pelo crescimento percentual do produto interno bruto (PIB) em 5 anos.

analfabetas) e homens<sup>84</sup> brancos apareceram com as menores proporções de analfabetos em relação a mulheres (10,2% eram analfabetas) e homens negros; em 20 anos a proporção de brancos com ensino médio completo dobrou (passando de 12,5% para 25,9%), enquanto a população negra com mesmo nível de escolaridade quadruplicou (passando de 3,3% para 12%)<sup>85</sup>; com relação ao mercado de trabalho a pesquisa mostrou que homens brancos tendem a receber os maiores salários, seguidos de mulheres brancas, depois homens negros, enquanto que mulheres negras tendem a receber os piores rendimentos; em geral, mulheres trabalham uma média de 7,5 horas a mais que os homens por semana; em relação as atividades não remuneradas 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas<sup>86</sup>, além de suas atividades profissionais, dado este que se manteve inalterado no período de 1995 a 2015; com relação ao trabalho doméstico remunerado foi possível notar que ainda é um trabalho predominantemente ocupado por mulheres negras (18%), enquanto 10% das mulheres brancas se encontram nas mesmas condições; o trabalho doméstico não remunerado entre mulheres permanece como um padrão da sociedade brasileira que se manteve praticamente inalterado ao longo do tempo.

A “Pesquisa de Condições socioeconômicas e Violência Doméstica e familiar contra a mulher (PCSVDF)” de José Raimundo Carvalho e Víctor Hugo de Oliveira (2016) se trata de um relatório executivo produzido por um grupo de cientistas de várias instituições<sup>87</sup> que utilizaram os estudos internacionais sobre vitimização combinados com pesquisas domiciliares longitudinais focando na realidade de mulheres nordestinas na tentativa de estabelecer um conjunto de dados únicos longitudinais que permitam o estudo da violência de gênero com abordagem interdisciplinar no Nordeste do Brasil. As cidades englobadas pelo estudo foram: Aracaju (SE); Fortaleza (CE); João Pessoa (PB); Maceió (AL); Natal (RN); Recife (PE); Salvador (BA); São Luis (MA) e Teresina (PI). O estudo investigou diferentes formas de violência doméstica,

---

<sup>84</sup> O número de homens foi apresentado como sendo praticamente equivalente às proporções obtidas para mulheres, tanto para brancos quanto negros.

<sup>85</sup> O que pode estar relacionado às políticas de ações afirmativas (cotas) implementadas pelo governo do PT.

<sup>86</sup> Destaco ainda a importancia de considerar que historicamente as mulheres tendem a manter uma Jornada Tripla de trabalho, uma jornada primária relacionada aos seus trabalhos/empregos, uma segunda jornada relacionada ao trabalho doméstico e uma terceira jornada relacionada à organização das lutas nos territórios.

<sup>87</sup> Pesquisa desenvolvida na região Nordeste do Brasil através de uma parceria entre o Instituto Maria da Penha, Universidade Federal do Ceará e o Instituto para Estudos Avançados de Toulouse e financiada pela SPM, o Banco Mundial e a Universidade de Toulouse, na França.

incluindo emocional<sup>88</sup>, física e sexual, desenvolvendo ações específicas para cada tipo de violência. Entre os dados revelados pela PCSVDF, destaco a Prevalência de Violência doméstica ao Longo da Vida (Figura 4) e Prevalência de Violência Doméstica ao longo de 12 meses (Figura 5):

**Figura 4 - Quadro de Prevalência de Violência doméstica ao Longo da Vida**

State	Violência Emocional	IC de 95%	Violência Física	IC de 95%	Violência Sexual	IC de 95%
Aracaju, SE	26,39	(22,82 - 30,30)	15,44	(12,59 - 18,77)	8,08	(6,01 - 10,74)
Fortaleza, CE	27,01	(23,91 - 30,35)	18,97	(16,28 - 21,98)	6,98	(5,32 - 9,09)
Joao Pessoa, PB	32,59	(29,29 - 36,07)	17,87	(15,25 - 20,82)	8,80	(6,93 - 11,10)
Maceio, AL	30,23	(26,62 - 34,10)	18,44	(15,47 - 21,82)	8,64	(6,57 - 11,24)
Natal, RN	34,82	(30,09 - 39,86)	19,37	(15,60 - 23,77)	8,38	(5,89 - 11,74)
Recife, PE	28,68	(24,88 - 32,80)	17,59	(14,48 - 21,19)	5,16	(3,49 - 7,52)
Salvador, BA	24,02	(21,21 - 27,08)	19,76	(17,16 - 22,64)	7,81	(6,13 - 9,88)
Sao Luis, MA	19,72	(16,78 - 23,03)	12,54	(10,15 - 15,38)	3,67	(2,42 - 5,49)
Teresina, PI	22,10	(18,44 - 26,24)	14,22	(11,22 - 17,84)	6,35	(4,36 - 9,09)

Fonte: CARVALHO & OLIVEIRA, 2016, p. 8.

**Figura 5 – Quadro de Prevalência de Violência Doméstica ao longo de 12 meses**

State	Violência Emocional	IC de 95%	Violência Física	IC de 95%	Violência Sexual	IC de 95%
Aracaju, SE	13,29	(10,64 - 16,45)	5,39	(3,72 - 7,69)	4,31	(2,84 - 6,44)
Fortaleza, CE	12,53	(10,30 - 15,15)	5,54	(4,07 - 7,48)	1,98	(1,15 - 3,32)
Joao Pessoa, PB	13,27	(10,98 - 15,94)	6,04	(4,51 - 8,04)	2,89	(1,86 - 4,42)
Maceio, AL	13,95	(11,34 - 17,04)	7,48	(5,56 - 9,95)	3,49	(2,23 - 5,37)
Natal, RN	16,75	(13,23 - 20,97)	5,50	(3,52 - 8,41)	2,88	(1,52 - 5,25)
Recife, PE	12,43	(9,79 - 15,64)	5,74	(3,97 - 8,18)	1,53	(0,71 - 3,11)
Salvador, BA	9,59	(7,73 - 11,82)	4,73	(3,44 - 6,45)	2,13	(1,31 - 3,41)
Sao Luis, MA	7,49	(5,65 - 9,85)	3,67	(2,42 - 5,49)	0,76	(0,28 - 1,88)
Teresina, PI	10,28	(7,73 - 13,53)	4,38	(2,76 - 6,79)	2,19	(1,12 - 4,12)

Fonte: CARVALHO & OLIVEIRA, 2016, p. 8.

Além disso, sobre o perfil dos agressores, os dados apontaram que a maior parte dos episódios de violência são praticados pelos parceiros atuais ou ex parceiros das vítimas, sendo

<sup>88</sup> A violência emocional é associada à violência psicológica e moral, conforme as definições designadas pela Lei Maria da Penha (a Lei Maria da Penha apresenta as definições para as diferentes formas de VCM).

que os casos de violência sexual e física costumam ser mais frequentes entre ex parceiros. Com relação à exposição dos agressores a situações de violência doméstica na infância, os dados apontam que: a maioria (85,2%) deles efetivamente presenciou (viu e/ou ouviu) atos de violência familiar ao menos uma vez na vida; 10,5% das entrevistadas reportaram que seus parceiros e ex parceiros haviam sido agredidos por familiares pelo menos uma vez durante a infância. Os dados das mulheres em relação à exposição à violência revelam que: 88,7% presenciaram episódios de violência sofrida pela mãe; em relação aos casos de VCM grávidas, a pesquisa aponta que Natal (11, 97%) apresentou as maiores ocorrências de casos de violência na gravidez, seguido de Salvador (6, 90%) e Recife (6,63%).

Potiguara de Oliveira da Paz (2016) investigou as circunstâncias das mortes de mulheres em áreas rurais do Rio Grande do Sul, empregando uma combinação de análises documentais dos registros de ocorrência policiais e entrevistas semi-estruturadas com familiares das vítimas, para revelar os principais fatores que influenciam no assassinato de mulheres: 1) isolamento social; 2) ausência do Estado; 3) condições de pobreza; 4) ausência de oportunidades de emprego para possibilitar autonomia; 5) relações marcadas pela dominação. Considerando a importância da contextualização dos episódios de VCM conforme apresentado pela pesquisa de Paz (2016), levando em conta as circunstâncias e a configuração da VDG, podemos entender as implicações do isolamento social, pobreza, dominação de gênero, falta de oportunidades de emprego e ausência do estado na vida de mulheres da periferia. As pesquisas sobre violência de gênero em outras regiões, como por exemplo, as realizadas na região Nordeste, servem como base para a comparação e contextualização do fenômeno da VDG contra a mulher em distintas regiões do Brasil, possibilitando compreender as semelhanças e diferenças que surgem em contextos regionais e locais distintos, ao mesmo tempo possibilitando um melhor entendimento acerca da natureza dos dados e dos tipos de pesquisas que fornecem uma compreensão acerca do fenômeno da violência de gênero na Maré, no Rio de Janeiro, no Brasil e nas periferias do Sul Geopolítico Global.

O Dossiê da Mulher procura analisar a VCM no Estado do Rio de Janeiro, diagnosticando os principais crimes relacionados à VCM, desta forma focando em distintas formas de violência, incluindo a física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. Os dados do dossiê são provenientes dos registros de ocorrência da polícia civil do estado do Rio de Janeiro, que foram organizados

em diversos volumes<sup>89</sup>. O Dossiê de 2016 (PINTO & MORAES, 2016, p. 9) empregou dados obtidos no ano de 2015 e revelou que com respeito à violência física, especificamente homicídios dolosos, apresentou um total de 4197 mortes, dos quais 360 eram do sexo feminino (8,6% das vítimas), isto revela um maior número de mortes entre homens, e em especial homens jovens, porém não explica o contexto das mortes de mulheres. Em contraste, as mulheres vítimas de lesão corporal dolosa representam a maioria, chegando a 63,7% das vítimas (op cit), isto revela que para cada homem agredido existem duas mulheres sendo agredidas. Um fato interessante é que mais de 40% dos casos de tentativa de homicídios contra mulheres resultam de situações de violência doméstica (op cit). Em relação à violência sexual os dados de 2015 apontam que 4128 mulheres registraram ocorrências como vítimas de estupro, o que compõe 84,5% do total de vítimas (op cit). Com respeito à violência psicológica, especificamente ameaça, as mulheres representaram 65,2% do número total de vítimas (op cit).

O Dossiê de 2017 (PINTO; MORAES; MANSO, 2017), baseado em dados obtidos no ano de 2016, com respeito à violência física, especificamente homicídios dolosos, mulheres representaram 7,9% das vítimas, o que representa um aumento em comparação com os dados do Dossiê de 2016 (PINTO & MORAES, 2016), a maior parte das vítimas de homicídio doloso eram mulheres pardas (46,0%), em geral, a maior parcela de vítimas de violência letal eram mulheres pardas e pretas. A Área Integrada de Segurança Pública 22 (AISP 22) (Rio de Janeiro: Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Mangueiras, Maré, Ramos) fica entre as três áreas onde se destaca um aumento na tentativa de homicídios de mulheres (op cit). Conforme os dados apresentados no dossiê de 2017 (op cit), nos últimos 5 anos houve um aumento de 34% nos assassinatos de mulheres no Rio de Janeiro. Com respeito à lesão corporal (op cit), as vítimas do sexo feminino consistem em 63,8% do total, sendo que a maioria destas vítimas (72,5%) possuem idades variando de 18-44 anos de idade, sendo a maior parte identificadas como mulheres brancas (43,5%), no entanto, cabe ressaltar que a maioria das mulheres que foram agredidas fisicamente eram mulheres pardas e pretas (54,5%), em relação aos anos anteriores é possível notar que houve uma redução de 23% no total de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa. Em 2016 mais de 4000 mulheres foram vítimas de estupro, o que representa cerca de 1 vítima a cada 2 horas (op cit, p.47), por outro lado houve uma redução na tentativa de estupro com relação ao ano anterior,

---

<sup>89</sup> Neste caso, serão analisados 2 volumes.

finalmente, destaca-se, em relação ao perfil das vítimas, que mais de 55% das vítimas de estupro eram meninas de 0-14 anos.

Em face da complexidade característica dos fenômenos da violência urbana, violência interpessoal e a sensação de insegurança, por afetar a vida dos indivíduos, tornaram-se problemas de saúde e segurança pública no Brasil. A violência interpessoal, infligida por outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas, abarca a violência urbana ou comunitária, a qual ocorre geralmente no espaço urbano, ou seja, fora de casa, entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), que podem ser conhecidos ou estranhos (CRUZ; AZEVEDO; GONÇALVES, 2011).

A pesquisa “Recolhendo os Pedacos: Experiências das Mulheres com a Violência Urbana no Brasil”, um relatório da Anistia Internacional, mostra as consequências que as mulheres brasileiras enfrentam como resultado da violência armada, que é um fenômeno quantitativamente dominado pela presença dos homens (2008). A Anistia Internacional reconheceu que as mulheres que residem em favelas precisam de segurança genuína, a qual consistiria em: uma polícia que proteja as mulheres e suas famílias; igualdade de acesso à justiça para todos, independentemente da classe social; proteção para as mulheres e suas famílias para que possam continuar sua luta para defender os direitos humanos; e a necessidade de apoio econômico e social quando as mulheres as quais sofrem tal perda. Dados apontam que as mulheres são as ‘vítimas ocultas’ da violência nas comunidades brasileiras e sofrem com abusos cometidos tanto por agentes do estado como por criminosos, segundo Anistia Internacional (2008).

No seu livro, “Rostos Invisíveis da Violência Armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, Tatiana Moura sublinha a invisibilidade da mulher em contextos de violência armada no Brasil e argumenta que os investigadores e ativistas nas áreas de segurança e criminalidade têm marginalizado sistematicamente as questões de gênero (2007). Moura chama atenção à invisibilidade das mulheres brasileiras, dado o argumento de que elas não são frequentemente mortas ou envolvidas na violência armada. A argumentação de que as mulheres não são as vítimas nem protagonistas principais da violência armada no Rio de Janeiro e a banalização da VCM em geral, resultam numa maior invisibilidade da mulher. Uma das possíveis razões que tornam a violência doméstica ainda prevalente no Brasil pode ser associada à falta de conceber sua relação com outros tipos de violências.

Para além dos índices e das pesquisas desenvolvidas por diferentes instituições, é preciso destacar as chamadas pesquisas de vitimização, que são pesquisas que realizam um levantamento



de informações sobre pessoas que foram vítimas de algum tipo de violência-agressão, revelando dados sobre o perfil das vítimas e de seus agressores. Tais pesquisas são úteis para mapear como a violência incide sobre a população, produzindo uma percepção de como a violência se revela nos territórios específicos, possibilitando identificar padrões sobre quando, onde e como as pessoas são vitimizadas revelando, por exemplo, as probabilidades de vitimização entre diferentes grupos sociais; bem como permitem produzir conhecimentos que podem ser empregados no planejamento e avaliação de políticas públicas dirigidas à proteção de vítimas de VDG. Sobre a metodologia empregada nestas pesquisas, é preciso ressaltar que os dados usados nas pesquisas de vitimização não consideram apenas estatísticas da polícia e do sistema de saúde, mas sim, uma combinação de dados, incluindo questionários/formulários (surveys) que são aplicados à população. O tema de vitimização já havia sido tema do suplemento da Participação político-social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) no ano de 1988, porém incluía outro enfoque, como afirma Barbara Soares (2006):

Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou a primeira pesquisa com dados sobre vitimização, em âmbito nacional, a qual representou, durante muito tempo, a única referência disponível para os (as) estudiosos (as) da violência, ao lado dos dados de mortalidade do Sistema de Saúde. Além de visar os atos delituosos que teriam vitimado a população, essa pesquisa trouxe alguma luz sobre a violência interpessoal e permitiu, ainda, que se vislumbrassem certos aspectos da violência contra a mulher. Ela mostrou que 63% das vítimas de violência no espaço doméstico eram mulheres e em mais de 70% dos casos, o agressor era seu próprio marido ou companheiro. A veiculação desses dados foi fundamental, naquele momento, para revelar outra dimensão da violência e para desmistificar a imagem da família, como um nicho de paz e harmonia. Porém, a pesquisa tinha um caráter genérico e não se propunha a distinguir os tipos de agressão experimentados na intimidade, além de não dispor de instrumental próprio para isso. (SOARES, 2006, p.1).

A VDG ainda não é considerada um problema de segurança pública, mesmo incluído nas responsabilidades das próprias instituições de segurança pública conforme a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra Mulher, o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres<sup>90</sup>, o Plano Estadual de Políticas Para as Mulheres<sup>91</sup> e o Plano Nacional de Segurança Pública<sup>92</sup>. Pesquisas de vitimização fornecem informação sobre como mulheres na cidade do Rio de Janeiro experimentam agressão e crime e podem indicar compreensão sobre a violência de gênero.

---

<sup>90</sup>Acesso através do link <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>

<sup>91</sup>Acesso através do link [http://www.semuma.gov.br/files/2014/03/PEPM\\_Versao\\_final.pdf](http://www.semuma.gov.br/files/2014/03/PEPM_Versao_final.pdf)

<sup>92</sup> Acesso através do link [http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Plano\\_Nacional\\_Segurana\\_Pblica.pdf](http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Plano_Nacional_Segurana_Pblica.pdf)

Vários autores chamam atenção à tendência que prevalece de relacionar a VCM e a violência doméstica com a esfera privada, e suas implicações (CARVALHO, 2013; MOURA, 2006; SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b). A disposição de relacionar a violência doméstica com o privado, cujo significado tem um desfavor na identificação de dinâmicas, impede a identificação de problemas e questões importantes quando pensamos a questão da violência no Brasil. O padrão existente na sociedade Brasileira de evitar chamar certas experiências como ‘violências’ significa que as violências ‘micro’ em especial, aquelas que estejam sentidas no dia a dia por relações de poder e controle, ficam as mais invisíveis, como descreve Moura (2007), não contadas, e com muito menos respostas (SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, p. 128). Por conta de seu caráter multifacetado, a violência doméstica é um problema social, político, econômico e de saúde. Assim, requerer a integração de conhecimentos e serviços os quais abordam um olhar macro e micro e pesquisas que procuram não só mensurar as diferenças entre os homens e mulheres, mas também que investigam os processos os quais mantêm as atitudes e percepções tradicionais dos papéis de gênero.

As relações interpessoais não são consideradas como fatores facilitadores de violência, o contrariando o que afirmam muitas pesquisas sobre a violência doméstica e a criminalidade (FALCKE & WAGNER, 2005; CARRASCO, 2003; FALCKE; WAGNER; MOSSMANN, 2008; GADONI-COSTA & DEL’AGLIO, 2010; SOARES, 2006) sobre o papel que leva o ato de haver observado ou experimentado violência na infância, evento relacionada com a multigeracionalidade, na geração do crime, a violência doméstica e a violência intrafamiliar.

Ao afirmar a noção acima, Soares (2006) no seu artigo, a Violência Doméstica e as pesquisas de Vitimização, acentua o fato que as pesquisas de vitimização servem para identificar o impacto das diferenças entre enfoques, abordagens, tipos de pergunta e pesos atribuídos às distintas formas de violências (2006). A autora chama atenção às limitações das pesquisas sobre a violência urbana e aquelas dirigidas a estudar a vitimização relacionada com a violência de gênero, violência contra mulher (VCM) e a violência doméstica. Na sua análise do que ela indica como uma “fragmentação de perspectivas”, Soares chama atenção ao seguinte fato:

Ocorre que as áreas de pesquisa sobre a violência se mantêm, a via de regra, isoladas umas das outras e as diversas formas de vitimização experimentadas no dia-a-dia são analisadas como se não guardassem, entre si, nenhuma relação. O que se está sugerindo é que a fragmentação das abordagens impede uma apreensão sistêmica dos fenômenos, ora porque os dados descontextualizados perdem seu significado, ora porque fatos e situações

diferentes se misturam em uma mesma categoria analítica, comprometendo a fidedignidade das informações e, de alguma forma, sustentando mitos e estereótipos (2006, p.3).

A literatura sobre pesquisas de vitimização aponta que estes tipos de investigações são úteis porque podem ser empregados para diagnósticos sobre o crime. Além disso, incluíam e revelam as percepções dos indivíduos a respeito da violência. No entanto a literatura sobre as pesquisas de vitimização chama atenção às implicações da falta de diálogo entre diversos campos que estudam a violência e a criminalidade (SOARES, 2006; ROMIO, 2013). Os estudos sobre a violência urbana limitam-se por que não consideram o papel da violência intrafamiliar no ciclo da criação da criminalidade e porque comumente não levam em consideração a participação feminina na violência, seja como agressora ou vítima.

Pesquisas de VCM e violência doméstica não destacam os diferentes padrões, formas de experimentar a agressão e, subsequentemente, a violência porque se limitam a compilar os dados disponíveis sobre mulheres e continuam a pressupor que os homens sejam sempre e apenas os agressores (SOARES, 2006; ANDRADE, 2008). Estudos que incluíam as “fragmentações” descritas acima são limitadas pelas suas formas de analisar e abordar os temas. Para compreender a violência de gênero, particularmente a VCM e a violência doméstica de uma forma mais eficaz precisar-se adotar um olhar mais holístico, multidimensional que inclui a percepção da inerente relação entre os diferentes tipos de violências na sociedade e os diferentes padrões de vitimização, bem como seus impactos nos homens e nas mulheres.

Os dados disponíveis da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização 2007 do Instituto de Segurança Pública (ISP) inclui entrevistas com homens e mulheres, moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, maiores de 16 anos, que foram perguntados sobre suas experiências com o crime. Com o objetivo de investigar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, entrevistou 4.553 pessoas (a maioria era do sexo feminino 53,7%), de 1.750.073 domicílios. Os dados fornecidos pela Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização 2007 possibilitam a identificação de como as mulheres e homens experimentam e percebem certos crimes já que os dados podem ser desagregados por sexos. Por meio do banco de dados de “Pesquisas Sobre As Condições De Vida e Vitimização” (2007). Para uma melhor compreensão sobre a VDG no Rio, realizei uma análise que num primeiradesagregou os dados por sexo para obter informações sobre o perfil das vítimas do sexo feminino, frequência de agressões sofridas e o local onde elas foram vitimas. Isto foi possível

pelo uso do Cross-tabs do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) qual foi implementado para determinar a relação entre os variáveis e teste de qui-quadrado empregado para determinar a independência das variáveis incluídas nesta análise. Uma variável nominal foi criada para analisar si ou não os homens e as mulheres entrevistadas experimentaram agressão (e.g. insulto, batida, espancamento, esfaqueamento, ameaça com faca ou arma de fogo etc.). Na análise do perfil dos entrevistados do sexo feminino, o Cross-tabs foi utilizado depois de selecionar os casos de vitimização apenas das mulheres entrevistadas. As variáveis independentes (descritivas) na análise do perfil de mulheres vitimadas incluem principalmente estado civil e raça-cor. Foram utilizadas as seguintes variáveis dependentes de vitimização: tipo de agressão sofrida; última agressão sofrida; local da agressão.

Quando analisamos os dados considerando o sexo feminino e raça (branca, preta, parda e indígena) surgem várias conclusões que contextualizam as diferenças entre a população feminina. Mulheres de cor branca possuem mais chance de vitimização por amedrontamento ou perseguição e insulto. As entrevistadas de cor preta são as mulheres que apresentam maiores chances de sofrer vitimização por espancamento, tentativa de estrangulamento, esfaqueamento, tiro e ameaça de agressão física. As mulheres indígenas foram as principais vítimas de armas de fogo, seguidas por mulheres brancas.

Mulheres de cor parda e branca reportaram sua casa como o local onde a última agressão foi sofrida. Não houve muita diferença nos dados entre mulheres, segundo cor/raça, no respeito de ter visto uma mulher agredida na vizinhança. No entanto analisando-se as diferenças que surgiram quando os dados são desagregados por sexo encontrou-se que mais homens que mulheres reportaram terem visto uma mulher sendo agredida por seus maridos ou companheiros. Este resultado poderia estar refletindo a tendência de manter a percepção que a violência doméstica é um assunto que pertence a área privada. Mulheres solteiras tiveram maior chance de sofrer agressões/ameaças em locais públicos. O fato que as mulheres casadas tiveram a maior chance de sofrer a última agressão em suas casas ajuda a compreensão da gravidade do fenômeno da violência doméstica no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, ajuda ponderar e contemplar a gravidade do problema a nível nacional.

Entrevistados do sexo masculino sofrem mais vitimização por esfaqueamento ou tiro que mulheres. Em geral as mulheres são as principais vítimas de ofensa sexual e por agressão e ameaça. Os resultados apontam que as maiores das agressões sofridas pelos entrevistados de sexo

feminino aconteceram na sua casa ou a casa de algum parente ou amigo. Os homens reportaram terem sofrido a última agressão/ameaça em um local público ou no trabalho. Considera-se significativo os dados da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização pelo papel que leva na estigmatização das tendências da criminalidade. No entanto, são necessárias mais pesquisas de vitimização e/ou pesquisas sobre as experiências das mulheres com a criminalidade que incluam a metodologia de triangulação e que dedicam uma boa parte a coleção de dados qualitativos. Estas pesquisas devem adotar um olhar mais holístico, multidimensional que inclui a percepção da relação entre os diferentes tipos de violências na sociedade e os diferentes padrões de vitimização, bem como seus impactos nos homens e nas mulheres.

### 2.3 – VDG e Pesquisas sobre UPPs nas Comunidades: Questões que Permanecem

Trago aqui uma breve discussão acerca da relação entre VDG e pesquisas sobre UPPs em comunidades por considerar uma discussão pertinente diante do fato de o processo de “pacificação” da Maré ter ocorrido durante o trabalho de campo desta pesquisa, por ter sido um realizado de forma diferenciada - no sentido de ter envolvido a presença das forças armadas -, e para ajudar a entender como mulheres lidam com mudanças das dinâmicas de poder deste território ocasionadas por este processo de militarização das comunidades. Discussão Sobre as Estratégias de enfrentamento a VCM. Diante destas questões entendo ser necessário considerar as implicações destas pesquisas para entender os impactos que este processo de “pacificação” pode exercer sobre as vidas de homens e mulheres, moradores das comunidades da Maré.

Pesquisas qualitativas sobre as UPPs acentuam a tendência das mulheres brasileiras de procurar ajuda de familiares, amigos. Em vez de procurar ajuda de instituições formais. Relatos etnográficos e jornalísticos colhidos ao longo dos anos 2000 indicaram que violências interpessoais eram tradicionalmente resolvidas dentro das comunidades por chefes de tráfico ou de milícias (RAMOS, 2011b, p.262). Se as UPPs introduzem uma nova ordem na vida cotidiana de moradores de comunidades é possível supor que isto deve ter um efeito sobre as formas que as mulheres destas áreas procuram ajuda com respeito à VCM? Sobre a violência doméstica, Ramos (2011b) afirma que o que está aumentando não são as ocorrências, e sim os registros: como se sabe, o aumento de registros de crimes interpessoais reflete o aumento de confiança na polícia e na justiça e não mudanças nas dinâmicas de violência, que por terem bases culturais - e não criminais - tendem a se movimentar lentamente, como estamos verificando nas áreas com UPPs.<sup>93</sup>

Abordando o mesmo tema “*os Donos Do Morro: Uma Avaliação Exploratória Do Impacto as Unidades De Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*” (CANO, 2012), a primeira avaliação sobre o impacto das UPPS no Rio de Janeiro, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em coordenação com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ),

---

<sup>93</sup>Duas mediadoras da Maré indicaram que não existia uma relação entre a presença dos militares, implementação da UPP com um aumento da VCM em espaços públicos nas comunidades da Maré. A circulação das pessoas ampliou o que pode ter provocado um aumento no número de denúncias. Não existem dados a respeito das comunidades do conjunto da Maré para medir isto.

mostra que as UPPs compõem uma nova forma de lidar com o tráfico de drogas. O projeto das UPPs parece ter atingido um sucesso claro nos seus objetivos centrais de reduzir significativamente a violência letal em territórios conflagrados e acabar praticamente com o controle territorial dos grupos criminosos (CANO, 2012, p. 184). A pesquisa quantitativa aponta que dados coletados mostram que em forma geral as UPPs têm um impacto na redução das mortes violentas. Avaliando uma diminuição no número de vítimas de mortes violentas, homicídios e o número de vítimas fatais de intervenções policiais, as UPPs parecem conseguir uma diminuição da violência letal e dos crimes armados no entorno, na mesma medida em que aumentam os registros da criminalidade não letal (CANO, 2012, p. 105). Particularmente, a avaliação mostra que os crimes não letais, como roubos, estão em ascensão, os quais incluem aumentos significativos em violência doméstica, e estupro (CANO, 2012)

Não obstante, a mesma pesquisa *Os Donos do Morro* revela e identifica um aumento no número de denúncias de violência doméstica. Em relação à violência doméstica, o cenário o efeito aparente da UPP é mais intenso, com incrementos de 66% no entorno de 500 metros - o aumento no entorno é ainda mais marcado em comparação ao da cidade, reforçando a interpretação de um impacto da UPP (CANO, 2012, p. 98). Acredita-se que o aumento nas denúncias de violência doméstica se atribui ao fato que as mulheres não são restringidas pelas regras, pelo poder do tráfico e conseguem ir às delegacias policiais. A violência doméstica persiste dentro de comunidades onde as UPPs operam - fato que pode ser associado à noção que o tema da violência doméstica é uma questão que pertence à área privada não pública e não tem que ver com a segurança pública.

Atendendo as conclusões da pesquisa quantitativa acima mencionada, o relatório, *Transições Parciais Segurança urbana da mulher carioca em quatro comunidades com UPP no Rio de Janeiro*, diferencia-se no fato que se foca nas experiências de mulheres. O diagnóstico piloto da ONU-Habitat documenta as experiências das mulheres em territórios (Borel e Casa Branca / Coroa / Pavão-Pavãozinho-Cantagalo / Salgueiro) de paradigmas e padrões de segurança e insegurança, que os achados mostraram ser “transições parciais”, com uma resultante “segurança parcial” (2012, p.6). O objetivo da pesquisa é mostrar o grau de insegurança e segurança experimentada por mulheres moradoras das comunidades mencionadas acima. A pesquisa se diferencia de outras feitas sobre o impacto das UPPs não só por que se centra nas experiências das mulheres nas comunidades onde instalaram as UPPs, mas por sua natureza

qualitativa. Dados quantitativos não permitem que os indivíduos sempre compreendam "toda a situação". Isto é especialmente verdadeiro no Brasil, onde geralmente poucos dados foram coletados sobre as experiências das mulheres com violência e as estratégias locais que foram implementadas para abordar a VCM-fato citado pelas pesquisas mencionadas neste artigo.

Na avaliação da insegurança e seguranças das mulheres das comunidades incluídas na pesquisa foi afirmado que a maioria das participantes conhecia a Lei Maria da Penha, observação também apoiada pela pesquisa de Carla dos Santos Mattos mencionado acima. Taylor (2014) oferece a sugestão que a possível razão pelo aumento em denúncias pode ser resultado da conscientização sobre Lei Maria da Penha. Um achado fundamental deste Diagnóstico Participativo sobre (In) segurança da Mulher foi que, embora a UPP tenha melhorado a segurança de algumas formas (especificamente, menos violência letal e tiroteios, como descrito pelas mulheres), ela não resolveu certos tipos de violência que atingem especificamente as mulheres (2014, p.42). O diagnóstico concorda com pesquisas que identificaram uma redução em violência letal, mas contextualiza a situação das UPPS nas comunidades através de análises sobre as respostas sobre o que significa segurança, medo, violência, assim como as emoções e reações relacionadas com certas situações (e.g. diminuição em tiro teiro, possibilidade se as UPPS vão embora, questões de moradia, serviços sociais, a polícia na comunidade, etc.). Desta forma oferece outra perspectiva, que quando agrupada com os resultados das pesquisas quantitativas mencionadas acima facilitam a reavaliação de dados adquiridos sobre o tema.

Um dos dados mais relevantes identificados através da pesquisa foi *a mudança nos mecanismos de solução de conflitos* que ocorreu com a UPP, que resultaram em lacunas nos mecanismos existentes (2012, p.36). As tensões nas comunidades, que surgiram a partir da instalação das UPPS, grande parte devido à mudança no controle pelos traficantes para a presença do Estado, demonstram que ocorreram mudanças na forma das mulheres lidarem com a violência doméstica, porém ainda não está claro se a forma de procurar ajuda mudou e por quais razões ainda não procuram ajuda formal (i.e., DEAMS, Centro de Referência das Mulheres, etc.).

Entrevistas e grupo focais revelaram que em todas as comunidades, a lacuna mais visível que as mulheres mencionaram foi que a resposta à violência doméstica era extremamente inadequada (op cit, 2012, p. 42). Este resultado fornece a identificação de uma contradição nos resultados das pesquisas mencionada acima (RAMOS, 2011b; CANO, 2012). Taylor (2012, 43) afirma que em todas as comunidades, mulheres não identificaram as UPPs como lugares que iam



lidar a violência doméstica. Reafirma o que Ramos identificou como uma mudança drástica-ponto de ruptura que experimentam moradores nas comunidades onde tem UPP. Antigamente mulheres procuravam a ajuda do chefe do tráfico com questões de violência doméstica. Taylor (2012, p. 43) afirma que a chegada das UPPS foi marcante porque as mulheres não tinham a quem recorrer no caso de violência doméstica dentro da comunidade e sua segurança dependia do conhecimento ou da indicação por algum conhecido da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM). Desta forma, as participantes expressavam insegurança pela mudança do “poder” na comunidade.

Ana Paula Sciammarélla e Alice Taylor (2012) tomam como base os resultados do diagnóstico piloto mencionado acima e aprofundam a análise sobre a insegurança experimentada pelas mulheres nas comunidades com UPPs no artigo *Insegurança das Mulheres em Comunidades Cariocas com UPPs*. Simultaneamente, realçam as noções citadas acima e salientem a banalização da violência experimentada por mulheres. Elas chamam atenção à continuidade da tendência de colocar a violência doméstica como um tema a parte do problema de segurança pública, como um tema pertencendo ao mundo privado. Esta questão foi ilustrada nos resultados de pesquisas feitas sobre o efeito das UPPs mencionadas acima. Na análise, Sciammarélla e enfatizam a necessidade de mudar atitudes e percepções dos papéis de gênero na sociedade Brasileira.

A ausência, ou a redução, do poder dos traficantes sem uma completa transferência de poder para os policiais da UPP ofereceu parte da explicação para o aumento no número de registros de violência doméstica, mas é notável uma grande demanda pelo oferecimento de serviços para vítimas de violência doméstica (SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012). Esta, como as pesquisas mencionadas acima, salienta e enfatiza o fato que a violência doméstica continua, sendo um grave problema, e que as necessidades das mulheres não estão sendo atingidas de forma satisfatórias (CARVALHO, 2013; CANO, 2012; SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b). A dificuldade de lidar com o problema de violência por causa da construção de gênero e as percepções sobre os papéis de gênero na sociedade foram citadas pelas investigações feitas sobre o efeito das UPPs.

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) diferencia-se das outras pesquisas no fato de apresentar o ponto de vista dos policiais trabalhando nas UPPS (SOARES et al, 2012). A pesquisa foca nas percepções dos policiais das UPPS, como eles percebem o projeto e

compreendem suas responsabilidades e o trabalho que realizam. Baseando-se na noção que o projeto das UPPS é um processo em curso, argumenta que o sucesso das UPPS depende de vários fatores e um deles é a forma que os policiais vem seu trabalho e o projeto na qual trabalham. Avaliando os resultados da primeira etapa desta pesquisa feita em 2010 através de entrevistas de policiais trabalhando em 9 comunidades com UPPs, revelam o seguinte: acreditam que os sentimentos da maioria da população em relação aos policiais das UPPs melhoraram, praticamente todos os policiais entrevistados acham necessário portar fuzil no dia, dia da UPP, não vêem as UPPs como um novo modelo de policiamento (SOARES et al, 2012). Relevante ao tema de violência doméstica, para praticamente todos os entrevistados (95.8%), mediar conflitos e reduzir a violência doméstica são atribuições do policial de UPP (2012, p. 3). Aqui podemos identificar uma contradição com os resultados das pesquisas qualitativas feitas sobre o impacto das UPPS.

De um lado há o policial reconhecendo sua responsabilidade de proteção às vítimas de violência doméstica e por outro lado existe a falta de confiança na polícia e a tendência de vítimas de violência de identificar as UPPs como o lugar para lidar com a questão. Uma razão pela qual esta contradição existe pode ser atribuída ao fato que os policiais das UPPs são da polícia militar o órgão de segurança que normalmente não atende a questões de violência doméstica (policiais civis são quem lidam com as DEAMs). Também temos que considerar o discurso profissional do policial e o discurso na prática. Ao mesmo tempo se deve considerar a alta falta de confiança expressada por moradores das comunidades onde tem UPP com respeito a polícia, fato identificado por todas as pesquisas mencionadas neste artigo. Por se ligar ao Estado-responsável pela legitimação, implementação e a falta de aplicação das políticas públicas, por ser inerentemente uma estratégia de segurança na qual a polícia é caracterizada por alta corrupção e é vista como uma instituição de pouca transparência, as UPPs enfrentaram muita resistência dos moradores de comunidades, que vão questionar os motivos por trás da implementação das UPPs.<sup>94</sup> Estes são indicadores de que vai ser muito difícil mudar a forma que a polícia é vista. Porém também pode constituir a razão porque mulheres moradoras de comunidades vítimas de VDG procuram ajuda de amigos e familiares.

---

<sup>94</sup>Na Maré houve uma alta resistência a militarização relacionada ao processo da implementação das UPPs. Porém o programa das UPPs não foi implementada de forma permanente na Maré.

## 2.4 - A Conquista do Movimento Feminista: Lei Maria da Penha

Contudo nas últimas décadas é possível observar uma multiplicação das áreas para quais são formuladas as políticas de gênero: violência, saúde, direitos reprodutivos e contracepção, educação, sexualidade, geração de emprego e renda, empoderamento, política, entre outras. Trata-se de uma mudança para a qual os movimentos feministas e de mulheres foram fundamentais ao demandar do Estado um posicionamento ativo na promoção da cidadania das mulheres. O fenômeno da violência doméstica se incorpora como objeto de saúde pública revelando-se, nacional e internacionalmente como uma problemática que implica perdas para o bem-estar, para a segurança da comunidade e para os direitos humanos. Assim, compreende um fenômeno que não respeita fronteira de classe social, raça/etnia, religião, gênero, idade e grau de escolaridade (GOMES et al., 2009, p.14).

No Brasil, A lei Maria da Penha prevê o pedido de medidas protetivas e afastamento do agressor quando a vítima está em situação de risco; admite prisão em flagrante e pedido de prisão preventiva em casos de desobediência das medidas protetivas; impede a aplicação de pena de cesta básica e volta a exigir a instauração do inquérito policial (DEBERT & OLIVEIRA, 2007). Quando pretendemos compreender o fenômeno da VCM estamos tentando descobrir formas de opressão, supressão de direitos fundamentais e poder, e a maneira que os indivíduos se tornam sujeitos e objetos dos modos de poder. A hierarquização da diferença decorre de gênero, atitudes e percepções tradicionais que nos relacionamos a mulheres e homens. Silva afirma:

A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual (2010, p.5).

Criar uma sociedade onde a violência de gênero seja verdadeiramente inaceitável depende muito das transformações nas normas de gênero e nas estruturas sociais que discriminam e prejudicam as mulheres (KISS et al, 2012). A pobreza, o nível de educação, e o consumo de álcool e drogas são fatores associados à violência doméstica, mas a mais importante base da

violência doméstica é a desigualdade entre homens e mulheres. A violência doméstica e a VDG em geral são fenômenos relacionados ao processo de socialização, fatores culturais e percepções de papéis de gênero dentro das sociedades. Se considerarmos as relações de gênero e a VDG tal como existem, como práticas instituídas socialmente, poderíamos afirmar que em dado momento da história estas se institucionalizaram como práticas, e como toda prática institucionalizada ao serem transmitidas às gerações posteriores aparecem como imutáveis e naturalizadas: “suas significações não habitam o campo das consciências dos sujeitos, e sim se mantêm através de ideologias que as legitimam e possibilitam a criação de políticas públicas”. (PASSOS, 2006, p.36).

A VDG deve ser entendida e tratada, principalmente, como uma questão social e cultural por ser vinculado à socialização e por estar fundamentada na construção social, sendo relacionada a símbolos culturais. Assim, desigualdades e diferenças sociais surgem de noções pré-concebidas em torno das crenças no quais os indivíduos têm em relação ao que determina a capacidade de alguém para atingir determinados objetivos e oportunidades. No foco desta problemática, destaca-se a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil que reconhece que a dinâmica familiar na América Latina mudou a vida em família não é nem livre de conflitos, nem exclui as desigualdades, os privilégios e as hierarquias de gênero.

Na sua discussão sobre os desafios que enfrenta a Lei Maria da Penha e as razões do por que sua eficácia é desejada Machado (2009, p.159) aponta que a tipificação legal de um conjunto de infrações e de crimes como violência doméstica contra as mulheres em uma série de Estados-nação da região da América Latina e do Caribe é uma novidade dos anos noventa e da atual primeira década do novo milênio. Machado afirma a relação das convenções internacionais com as políticas públicas nacionais:

Tais tipificações legais são o resultado das negociações e correlação de forças entre as propostas das movimentações feministas, sua repercussão nas sensibilidades das organizações internacionais no combate a este tipo de violência e nas sensibilidades nacionais: não só dos Poderes Legislativos e jurídico, como os Poderes Executivos em assinarem e ratificarem os Tratados e convenções Internacionais referentes a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e ao enfrentamento a violência contra as mulheres (2009, p. 159).

Tratados internacionais, voltados para a eliminação da violência contra mulher pressionaram as nações a priorizar, criar e aprovar uma legislação nacional que visasse a proteção das mulheres contra a violência doméstica. No Brasil, a Lei Maria da Penha, legislação nacional,

foi significativa no sentido que a violência doméstica já não é considerada com de menor potencial ofensivo, mas sim como uma violação dos direitos humanos. Políticas públicas dirigidas ao reconhecimento foram motivadas fundamentalmente pelo esforço dos movimentos feministas e de mulheres para dialogar com os Estados (MIRANDA, 2009).

A questão da violência doméstica só começou a ser entendida como um problema do estado no qual demanda de políticas públicas para sua erradicação se tornar plausível. A dificuldade enfrentada pelas mulheres para disputar os espaços políticos com os homens tem sido relacionada com a bastante conhecida divisão dicotômica do mundo em público e privado.

A entrada das mulheres na esfera pública assinalou a abertura de um espaço em que antigamente era designado, de forma exclusiva, aos homens. A esfera pública constitui um poderoso político local, bem como um bom terreno para reconhecimento público do privado (FRASER, 1995; BENHABIB & CORNELL, 1987; HUTCHINGS, 2005). No processo sociocultural de construção da violência doméstica como problema público, a Lei Maria da Penha significa uma forma de valoração intelectual, política e jurídica da violência contra a mulher, que, antes de sua promulgação, se restringia em larga medida aos movimentos feministas (SANTOS, 2013).

A Lei Maria da Penha desempenha um papel fundamental na medida em que colocou a questão da VCM e a violência doméstica na esfera pública, abrindo novos canais e facilitando discursos sobre as formas em que as mulheres e homens experimentam violência, e desenvolveu mecanismos penais e medidas de proteção. Neste sentido, funciona para a autonomia das mulheres brasileiras porque visa garantir seu exercício da cidadania e assegurar seus direitos sociais.

A democracia é um procedimento formal que funciona para capturar as percepções dos cidadãos e converter estes mesmos em resultados; não há nada inerente na democracia que faça o justo ou que garanta a justiça (DOWDING; GOODIN; PATEMAN, 2004, P.5). No entanto, isto não significa que a democracia é só um processo instrumental que não possui o valor do bem. Políticas públicas são úteis porque abrem o caminho para as condições necessárias para obter o ideal da equidade e igualdade. O ideal da autonomia se ancora na produção de normas e instituições que garantam a igual capacidade dos indivíduos para definir e buscar sua concepção de bem, nos casos em que esta impeça que outros busquem sua própria (BIROLI, 2012, p.12). Por outro lado, Paz (2016) considera que o conceito de autonomia está relacionado à ideia de ter

controle/independência na tomada de decisões somada à liberdade de circulação no território. A existência da Lei Maria da Penha faz parte do esforço para a redemocratização das instituições responsáveis por que assegura a proteção da mulher vítima de violência. Serve com um mecanismo de empoderamento no sentido que aumenta a autonomia da mulher por apoiar e assegurar seu direito de viver livre da violência, mesmo que seja só formalmente ou simbolicamente. O exercício da autonomia depende da eliminação da coerção e da subjugação, e é possível uma vez que essa eliminação se efetive (BIROLI, 2012, p.11). Neste sentido, devemos tratar as ações humanas que foram institucionalizadas como fontes de poder (HAYWARD & LUKES, 2008). O estado não determina as ações dos seres, mas pode modificá-las. Afirma Forst:

Normas jurídicas se referem primeiramente a questão sobre ação justificada moralmente, mas a ação segundo leis que valem no interior de uma comunidade jurídica. Regulam as relações externas das pessoas e determinam como uma pessoa deve agir diante de outra segundo os preceitos do direito; também regulam como as relações entre os cidadãos devem ser mediadas pelo interesse universal (portanto a questão sobre o cidadão como autor do direito (2010, p.42).

Enquanto instrumento Jurídico, a Lei Maria da Penha representa um mecanismo para que mulheres possam recorrer ao Estado em busca de ajuda em situações de violência. Assim, esta atua no sentido de aumentar a autonomia da mulher servindo como um instrumento de ação contra a VCM, garantindo a vítima uma chance de responsabilizar aqueles que violaram seu direito de viver livre de violência.

## 2.5 - Discussão Sobre as Estratégias de enfrentamento a VCM

Pesquisas revelam que na maioria de casos mulheres vítimas de VCM não procuram ajuda formal (KISS et al, 2012; SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b). Em 2013 a Secretaria de Transparência fez uma pesquisa onde sublinhou que além do fato das mulheres no Brasil conhecerem a Lei Maria da Penha, mais de 700 mil ainda sofrem agressões no Brasil (2013). Pesquisas sobre UPPS reafirmam que mulheres Brasileiras conhecem a Lei Maria da Penha (SCIAMMARÉLLA & TAYLOR, 2012; TAYLOR, 2012; CESEC, 2012; RAMOS, 2011b), mas também identificam a tendência das vítimas a não procurar ajuda da polícia ou outra ajuda formal. A pesquisa da Secretaria de Transparência (2013) revelou que quase a metade dos participantes prefere soluções que não levem diretamente a formalização da denúncia, o que quer dizer que existe uma tendência a não procurar a polícia. O estudo de Kiss et al (2012) reafirma os resultados indicados pela Secretaria de Transparência a respeito da tendência de vítimas em não procurarem ajuda formal, procurando considerar quanto dos direitos formais e dos serviços obrigatórios são convertidos em proteção para mulheres vítimas de violência.

A pesquisa de Kiss et al (2012) revela a prevalência das normas de gênero e a frequência com que as mulheres procuram ajuda de redes informais versus assistência formal. Mulheres vítimas de violência apresentaram uma probabilidade maior de procurar ajuda de familiares e amigos. Por várias razões, tais como medo do parceiro, vergonha, culpa e apego à relação como parceiro, as mulheres tanto nos ambientes urbanos quanto nos rurais, não procuraram apoio formal e minimizam a importância de sua experiência (KISS et al, 2012, p.9). Dados analisados por Kiss et al. (2012) mostraram que a probabilidade de uma mulher buscar ajuda formal aumentou quando ela foi vítima de consequências concretas e limitantes de violência (ou seja, problemas de saúde, impactos sobre as crianças, situações caracterizadas por níveis graves de violência). Fatores afetando a efetividade das leis sobre VCM na América Latina incluem a falta de conscientização sobre a forma de aplicar uma análise de gênero aos esforços dedicados à eliminação de VCM, a prevalência das normas de gênero e o papel e os recursos de agências políticas das mulheres. Criar uma sociedade onde a VCM seja verdadeiramente inaceitável

depende muito de transformações nas normas de gênero e as estruturas sociais que discriminam e prejudicam mais mulheres (KISS et al, 2012).

Pesquisas antropológicas apontam outras estratégias de enfrentamento que mulheres que foram agredidas utilizaram. No seu artigo “*‘Humildade’ no ‘desenrolo’: força, autoridade e autonomia nas interações entre traficantes e moradores em uma favela carioca*”, Carla Mattos (2012) descreve dois cenários onde mulheres da Nova Holanda usam o “*desenrolo*”<sup>95</sup> como estratégia para enfrentar os conflitos com seus companheiros. Mattos descreve os “*desenrolos*” das mulheres, uma em particular que ela identifica como Michelle, e suas interações com traficantes, na tentativa de sair de um relacionamento violento e manter sua casa. A autora identifica como a “condição” de “mulher fiel” ajuda Michelle ganhar “autorização” e proteção de agressões e ameaças do companheiro (2012). A autora nos deixa identificar como Michelle tem conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, mas que não acessa a lei por medo de ser punida pelo crime armado na favela. Assim, a autora sublinha que de fato o que ajudou esta mulher a se livrar desta situação de violência foi o “desenrolo”, em outras palavras, mesmo tendo conhecimento da lei Michelle recorreu às regras específicas do território para solucionar seu problema. Mattos afirma:

O caso do “desenrolo” sobre o conflito conjugal nos deixa entrever o nexo e manejo complexo entre autoridade – a mulher “fiel”, que não trai o marido – e autonomia – moradora “humilde” diante do representante da força, o agente do crime. A condição de enunciação da Lei Maria da Penha se dá na chave da leitura de adesão à ordem institucional legal. Ainda, a Lei Maria da Penha, enquanto estratégia semântica, além de traçar sutis fronteiras e distinções, qualifica a “negociação” no sentido da resolução do ciclo de violência. Através desse caso, procurei mostrar como a Lei Maria da Penha foi usada em sua ênfase na abstração de cidadania das mulheres em contexto fortemente estruturado pelo sexismo no qual o dispositivo patriarcal regula o exercício da violência. Em sua defesa, Michele valoriza a conduta ética ao longo do processo em que a pessoa que se defende vai se diferenciar do crime “na humildade”, ou seja, considerando o poder do bandido característico desses encontros de força. “Ter disciplina” e “humildade” significa manter-se numa perspectiva equalizadora, mesmo no contexto em que bandido e morador são categorias distintas. Percebe-se uma articulação paradoxal entre igualdade e diferença, entre o lugar de autoridade moral e a “humildade” – esta última significando estratégia de autonomia (p.27, 2012).

Desta forma, a pesquisa de Mattos (2012) fornece compreensão sobre a realidade cotidiana de mulheres, homens, jovens, e outros grupos que moram numa favela onde existe a presença do crime armado – sendo, portanto, um lugar que apresenta uma complexa

---

<sup>95</sup>“*Desenrolo*”, neste contexto, refere-se à ideia de uma negociação.



multiplicidade de poderes (MISSE, 1999), marcado por fronteiras do legal e ilegal (TELLES, 2010), caracterizado por transformações sociais promovidas pela *lei do crime* (FELTRAN, 2012).

## **2.6 – Estratégias Educativas para a Igualdade de Gênero**

Na década de 1990s ocorreu uma proliferação no surgimento de projetos dirigidos a educação por ONGs trabalhando com questões sociais. Projetos sociais desenvolvidas por ONGs ou outras organizações da sociedade civil, são consideradas como formas de educação não formal. Vários autores reconhecem o valor da educação não formal (FREIRE, 1982, 1987, 2002; GADOTTI, 2005; BRAUNSTEIN, 2008; GOHN, 2009), e que a mesma possui potencialmente um papel de extrema importância de contribuição, principalmente quando estão alicerçadas por um olhar social, político e crítico para a questão.

A educação não-formal constitui um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2009). Inclui processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo eixos temáticos como os seguintes: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade. As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extra-muros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas indenitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.

Não se trata do objetivo deste trabalho propor uma alternativa à educação formal ou escolar, nem comprovar que projetos educativos informais desenvolvido por ONGS e outras instituições da sociedade civil são os que são melhor equipados para ensinar temas referentes a gênero e raça e que não são obstante a falhas. Embora o seu papel de introduzir e incluir atividades que promovem diálogo ou que estão entorno de temas visto como "sensíveis" como

gênero e sexualidade, que no caso do Brasil a lei fornece o direito de ser ensinado nas escolas, mas outros fatores como cultura, religião, entre outros, as vezes impedem o ensinamento, é marcante e significativo. Este trabalho tem base na perspectiva segundo Gohn que afirma:

A educação informal, não formal não deve ser definida pelo o que não é, mas sim pelo o que ela é – um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. Esta formação envolve aprendizagens tanto de ordem subjetiva relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas, como aprendizagem de habilidades corporais, técnicas, manuais etc., que os capacitam para o desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando um produto como fruto do trabalho realizado (p.32, 2009).

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas (OAKLEY, 1998), este é uns dos objetivos dos projetos feministas. Na leitura sobre o papel das iniciativas educacionais na prevenção da violência vários autores apontam que a violência de gênero, por estar fundamentado na cultura patriarcal, precisa ser transformada através de ações educativas e culturais que tragam à reflexão de todos a importância de se construir uma sociedade solidária e cooperativa, em que o respeito à dignidade de todas as pessoas não dependa de etnia, sexo, classe, gênero ou orientação sexual (GUTTMAN; MOWDER; YASIK, 2006; ELIAS & GAUER, 2014). Por conseguinte, a mudança de paradigmas passa por uma mudança cultural e educacional, que deve ser implementada já na socialização dos indivíduos. Leituras sobre violência doméstica e criminalidade afirmam a existência de pessoas nas comunidades que observaram e experimentaram episódios de violência na infância (ex. violência doméstica, violência família, violência sexual, violência emocional). Sobre este ponto, a multigeracionalidade compreende o processo de transmissão em que o adulto reproduz a violência vivenciada com seus próprios filhos. Porém, a percepção aprofundada pela Veena Das e Deborah Poole no livro *O Estado e seus Margens*, afirma que “estados de exceção,” diferenças entre exclusão e inclusão, isso que reside dentro e fora da lei, não se tornam aparente como espectros do passado, mas sim no presente, nas práticas enraizadas no dia dia da vida cotidiana (2004, p. 13).

### III. METODOLOGIA

Inicialmente havia um interesse em focar a investigação no enfrentamento e combate à violência em termos de ajuda formal à vítimas de VCM, isto me permitiu entender as especificidades que mulheres das periferias, e neste caso, mulheres da Maré, enfrentam em relação ao acesso à serviços públicos. Deste modo, pude entender como, quando e por que tais sujeitas acessam ou não tais serviços para mulheres em situações de violência. A partir do momento em que passei a circular mais nas comunidades pude ter uma série de conversas informais com mulheres que foram vítimas de violência, que me relataram suas experiências, desafios e a dificuldade de lidar com a situação da violência e, em especial, quando envolve a discussão sobre as relações afetivas entre as vítimas da violência e seus parceiros-agressores. Por outro lado, também foi possível identificar relatos em que ambos (homens e mulheres) praticavam algum tipo de violência em um relacionamento, destacando ainda que tais relatos não se restringiram a casais heterossexuais.

A metodologia desta pesquisa se divide em dois momentos: a coleta de dados (atividade de campo) e a análise dos dados (pós-campo). Para a metodologia de coleta de dados foram empregadas as técnicas de entrevista semi-estruturada, conversas informais e observação participante, tendo os informantes sido selecionados por meio de critério de reconhecimento social. Para a metodologia de análise foi eleita a abordagem de Análise de Conteúdo de Bardin para auxiliar na organização e interpretação dos dados revelados.

As conversas informais realizadas com os moradores da Maré aconteceram dentro de espaços específicos, incluindo salões de beleza, parques, o médico da família, no ambiente das próprias instituições e em casas particulares, enfim, locais caracterizados como espaços coletivos, onde tais mulheres se sentem mais confortáveis para expor suas opiniões e experiências pessoais acerca da temática violência de Gênero.

É importante frisar que, a partir de determinado momento, por conta de minha participação com o grupo de GSLPP, passei a ser relacionada por algumas pessoas das comunidades às temáticas e discussões sobre Gênero e Sexualidade, o que gerou uma série de diálogos neste sentido. Assim, passei a ser procurada ou indicada algumas vezes para conversar

### 3.1 - Pesquisa Qualitativa, Observação Participante e Entrevistas

As pesquisas qualitativas feministas partem da compreensão de que os estudos qualitativos sobre movimentos de mulheres podem contribuir para revelar a diversidade de práticas sociais em diferentes contextos. Nesta tese de doutorado o feminismo é apresentado como um projeto teórico, epistemológico e político que visa participar e contribuir com o processo de desconstrução e construção do conhecimento. Segundo Burton (2001) uma das grandes contribuições que pesquisadoras feministas fizeram para as Ciências sociais foi o esclarecimento da diferença entre metodologia e método. A autora chama a atenção para como indivíduos que historicamente foram excluídos e marginalizados, neste caso mulheres, trouxeram novas perspectivas às considerações teóricas da prática de pesquisa que modificaram de forma profunda os processos investigativos e seus resultados. Conforme Lather, perguntas sobre metodologias, métodos, epistemologias e pedagogias estão, como consequência, ligadas a "abertura de caminhos para produzir e legitimar conhecimentos que tem profundas implicações para pesquisas e pedagogias visando interromper relações de dominação" (1991, p.122).

Ressaltando que cada método e técnica de pesquisa, seja quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa, fornecem uma perspectiva diferente do contexto social observado, sendo que alguns aspectos do mundo social só podem ser revelados a partir do emprego de técnicas e métodos específicos. Neste sentido, o ponto de partida necessário para qualquer pesquisa científica estruturada sobre a perspectiva onto-epistemológica consiste na eleição e tomada de consciência do problema (MORENO & MARTINEZ, 2008). Alguns autores (QUEIROZ, 1999; BURTON, 2001) destacam a importância do pesquisador de Ciências Sociais apresentar seu "posicionamento político-teórico-metodológico" para delimitar a posição do observador em relação ao objeto de pesquisa e esclarecer como e por que isto influenciou na escolha dos métodos empregados no estudo.

Esta pesquisa emprega uma abordagem qualitativa que tem como base o pensamento crítico feminista, as teorias decolonial e pós-colonial, a educação popular e a prática política. A escolha do caminho para o alcance dos objetivos determinados nesta pesquisa surge de uma decisão teórico-metodológica, onde foram selecionados a natureza, as técnicas, métodos e procedimentos considerados como mais adequados. Segundo Queiroz:

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa (1999, p.13).

Questões que motivam uma investigação consequentemente estão relacionadas aos interesses do pesquisador e aos contextos socialmente determinados. Na sua discussão sobre a pesquisa qualitativa, Heloisa Martins (2004) analisa as críticas feitas sobre esta metodologia, mas destaca os benefícios de seu caráter descritivo e narrativo. A autora faz questão de sublinhar como a complexidade dos fenômenos na sociologia e nas ciências sociais dificultam o processo, que ela identifica como a separação de "causas e motivações isoladas exclusivas" (Martins, 2004, p. 291) <sup>96</sup>. Segundo Martins:

Não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos a controle. As reconstruções são "sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas" (DA MATTA, 1991, p. 21). Mas, se por um lado, isso tudo não inviabiliza a observação, por outro, é preciso reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador (p. 22). Com isso quero deixar claro que para mim, como para autores como Thiollent (1980) e Becker (1977), no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre no positivismo — do qual, aliás, partem muitas das críticas feitas à metodologia qualitativa (2004, p. 292).

Conforme esta linha de pensamento, o uso dos métodos quantitativos ou qualitativos depende do problema e dos objetivos da pesquisa. Uma pesquisa de natureza qualitativa tem como base a ideia que a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. A leitura sobre as metodologias qualitativas nas ciências sociais e nas ciências humanas apontam que estas "têm por objeto formal certos fenômenos engendrados pela convivência humana e pela capacidade especificamente humana de simbolização" (NOGUEIRA, 1979, p.4)

A subjetividade é um elemento importante nas pesquisas qualitativas já que nestas se busca entender, compreender atitudes e percepções em relação a um fenômeno particular. Conforme Minayo (2002), a pesquisa qualitativa caracteriza-se da seguinte maneira:

[...] [U] ma pesquisa que trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

---

<sup>96</sup> Martins (2004) discute este tema fazendo referência ao trabalho de C. Wright Mills que enfatiza o papel significativo a imaginação na sociologia. Conforme a visão de Mills sobre a importância da imaginação na construção de conhecimento sociológico, Martins destaca como "todo conhecimento deve ser dirigido a alguém ou a um grupo que dele tem necessidade, e está relacionado ao que ele chamava de "política da verdade" — pela qual um conhecimento teria de se transformar em discurso político eficaz" (2004, p.299).

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (2002, p.21-22).

Segundo Queiroz et al. “na observação participante, o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias” (2007, p.278). A leitura sobre o método de observação participante ressalta a dinâmica vivenciada pelo pesquisador onde (QUEIROZ et al, 2007; VALLADARES, 2007; LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999; MINAYO, 2002) o processo de pesquisa é longo, neste caso, o trabalho de campo assume importância, sendo que a relação que se estabelece com o grupo entre pesquisador-pesquisado e os sentidos produzidos e percebidos nesta relação desempenham um papel importantíssimo. A pesquisa participante valoriza a interação social e deve ser compreendida como o exercício de conhecimento de uma parte com o todo e vice-versa, que produz linguagens, culturas e regras específicas e, portanto o efeito é ao mesmo tempo a causa (QUEIROZ et al., 2007, p.278). Neste sentido, a pesquisa participante considera a inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação.

Na busca de estudar as experiências e percepções de mulheres que implementam iniciativas voltadas a igualdade de gênero e o processo vivenciado por elas, optei por empregar uma mistura de métodos qualitativos que incluem as seguintes técnicas: observação participante; entrevistas individuais (e duas entrevistas em grupo); e estudos bibliográficos. Também foram utilizados como fontes de informação os materiais produzidos pelas mulheres que implementam estas iniciativas voltadas a questão da igualdade de gênero, incluindo os cartazes de eventos, materiais de divulgação das atividades, listas de leituras utilizadas para abordar temáticas de Educação de Gênero com mulheres, os cronogramas das atividades das iniciativas, além de banners e pôsters produzidos.

Num primeiro momento desta pesquisa realizou-se uma busca documental, do tipo revisão de literatura para entender o que já havia sido dito sobre esta temática. Assim, a metodologia utilizada nesta tese demarca o início do trabalho com a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental. No caso da pesquisa bibliográfica, Minayo relata que “se trata de um confronto de natureza técnica que não ocorre diretamente entre o pesquisador e os atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar, dentro de um contexto histórico-social” (2002, p.

53). A revisão da literatura adotou como critério a inclusão de textos que versam sobre os seguintes descritores: em primeiro momento, foram investigados textos relacionados ao tema “políticas públicas de gênero na América Latina”, “políticas públicas de gênero no Brasil”, “movimento feminista no Brasil” e “movimento de mulheres no Brasil”; num segundo momento, realizei uma busca por leituras sobre “violência urbana no Rio de Janeiro”, “Mito da Guerra”, “Políticas públicas de segurança nas Favelas (incluindo UPPs)” e “impactos da violência na vida de mulheres de favelas”; após este momento, passei a investigar as pesquisas sobre “Violência de Gênero”, “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência contra parceiros íntimos” e, comecei a estudar diferentes “estratégias de enfrentamento e combate à violência”; então, passei a pesquisar estudos sobre “terceiro setor”, “ONGs”, “sociedade civil” e “consequências sociais do neoliberalismo”, sempre relacionando com “Violência, Jovens e Mulheres”; finalmente, com base nas informações obtidas até este momento foi possível refletir sobre os possíveis caminhos teórico-metodológicos a serem empregados nesta tese, considerando um levantamento de trabalhos sobre “Estudos Decoloniais e Pós-coloniais”, “Estudos Feministas (considerando diferentes vertentes, mas particularmente os feminismos decolonial e pós-colonial)”, “Pedagogia Crítica”, “Interseccionalidades” e “Educação Popular” para, a partir destas referências, refletir sobre o que estou entendendo por Feminismo de Base Comunitária.

Este esforço investigativo serviu para organizar as ideias para uma boa compreensão do fenômeno da desigualdade de gênero no Brasil em geral e, subsequentemente, nas favelas cariocas. Este primeiro esforço possibilitou a organização inicial desta tese de doutorado. Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por auxiliar no planejamento do estudo, é parte fundamental da organização inicial de qualquer trabalho acadêmico de pesquisa. Desta forma, entende-se que a partir da revisão da literatura conforme o problema torna-se possível enxergar com mais clareza o objeto de pesquisa, os objetivos e hipóteses, assim como pode revelar possíveis direcionamentos para a metodologia, análise de dados e as considerações finais. A prática de pesquisa bibliográfica não foi restrita apenas ao início da investigação, de modo que consultas bibliográficas e acervos particulares colaboraram com informações que contribuíram para a construção de novos conhecimentos e reflexões acerca da luta política e ações educativas das mulheres do campo, ao longo da pesquisa.

Foi realizada a observação nas sedes onde as participantes desenvolviam suas iniciativas voltadas a igualdade de gênero. Estas iniciativas foram escolhidas porque foram identificadas

como sendo as únicas que trabalham questões de gênero na Maré<sup>97</sup>. A localização diferencia-se dependendo do local onde as atividades das iniciativas eram implementadas. Foram observadas as iniciativas nas seguintes localidades (Figura 6 - Classificação das Iniciativas): sede do Centro de Referência da Mulher na Maré (CRMM); Vila do João a sede da LPP na Nova Holanda; Casa da Mulher - Parque União; Mulheres ao Vento - Centro das artes da Maré (CAM); Espaço Casulo - Morro de Timbau. Cabe ressaltar que realizei um trabalho de campo específico onde observação participante e entrevistas semi-estruturadas foram feitas ocorreu entre o final de 2014 até agosto 2016. As observações variavam entre duas e cinco horas e aconteceram várias vezes na semana.

**Figura 6 - Classificação das Iniciativas**

<b>Organização de Base</b>	<b>OSCIPs</b>	<b>Instituição Pública</b>
Mulheres ao Vento	Luta pela Paz	CRMM-CR
Espaço Casulo	Maré de Sabores	

Fonte: A autora

Cada iniciativa tem uma trajetória histórica, diferentes objetivos, além de um público alvo e metodologias distintas. No entanto, algumas semelhanças surgem tanto nas motivações das fundadoras e coordenadoras quanto nas estratégias empregadas. De todas as iniciativas identificadas, apenas a equipe do GS-LPP trabalha de modo específico com educação de gênero atuando com jovens de ambos os sexos, paralelamente às atividades focadas exclusivamente no público feminino. Destaca-se ainda que o Espaço Casulo fornece atendimento psicológico a meninas e mulheres. As outras quatro iniciativas têm como objetivo trabalhar especificamente as com mulheres da Maré.

Com base nas informações reveladas a partir da revisão bibliográfica, somadas aos resultados das observações participantes, foi possível estabelecer um roteiro (APÊNDICES) para entrevistar as mulheres identificadas como informantes estratégicas para compreender a educação de gênero na Maré. A entrevista é uma estratégia de coleta de dados, caracterizada por um processo de interação social entre o entrevistador e o entrevistado, que pode consistir de

<sup>97</sup> Existe uma outra iniciativa além das investigadas, que não foi contemplada pela pesquisa, pois é focada em discutir, majoritariamente, questões sobre sexualidade e em especial sobre o movimento LGBT, que embora seja uma discussão relacionada ao debate sobre igualdade de gênero, ainda sim já foram desenvolvidas pesquisas sobre esta especificamente.



perguntas fechadas ou abertas<sup>98</sup> ou um conjunto dos dois tipos, podendo ser estruturada ou semiestruturada<sup>99</sup>. O entrevistador, com o uso de um roteiro que inclui assuntos focados no problema central da investigação, obtém informações do quem está sendo entrevistado. A entrevista permite a obtenção de informações através da fala individual dos atores sociais, qual pode obter dados com respeito a valores, atitudes e opiniões revelando condições estruturais, sistemas de valores, normas, símbolos (MINAYO, 2002).

Nesta pesquisa optou-se para utilizar o método de entrevista semiestruturada. Cabe ressaltar que optei por utilizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres que desenvolvem estas iniciativas, entendidas como criadoras das pedagogias feministas de base comunitária, para confrontar não somente a visão que as diferentes sujeitas têm da iniciativa, mas também, no caso de esforços inseridos em instituições com uma cultura institucional forte, contrastar as percepções destas sujeitas em relação às ações da própria instituição com a concepção revelada nos documentos.

Foram realizadas entrevistas complementares com moradores das comunidades, profissionais da sociedade civil da Maré e outros informantes entendidos como detentores de informações relevantes para compreender o contexto da pesquisa, considerando, em particular, os assistentes sociais, psicólogos, líderes comunitários, profissionais da rede de atendimento da mulher na Maré<sup>100</sup>, mediadores locais e pastores. Ao todo foram entrevistados 18 atores da sociedade civil, 19 moradores das comunidades, além de 7 informantes que, embora não sejam moradores das comunidades investigadas apresentaram conhecimentos e informações relevantes para o estudo, incluindo pesquisadores, funcionários de uma creche em Niterói e membros de

---

<sup>98</sup> Perguntas fechadas são aquelas cujas respostas são objetivas e diretas, tais como “sim”, “não”, “idade”, “nome”, “estado civil” etc. Perguntas abertas são aquelas que envolvem respostas mais amplas e elaboradas, mais subjetivas, que permitem ao entrevistado um maior grau de liberdade para se expressar.

<sup>99</sup> Entrevistas estruturadas são aquelas que seguem um roteiro/formulário de forma estrita, enquanto que as semi-estruturadas permitem um maior grau de liberdade e espontaneidade, partindo de um roteiro, mas adaptando as perguntas de acordo com os entrevistados ou com as condições da entrevista.

<sup>100</sup> A Rede de Atendimento à Mulher na Maré inclui as seguintes instituições; o Centro da Referência da Mulher da Maré (CRMM), os Centros de Municipal de Saúde ou melhor conhecidos como os postos de saúde (aqui geralmente é o primer atendimento de saúde com o nível mais básico) que são 8 em total (Posto de Saúde da Nova Holanda, Samoro Machel, Elis Regina, Ramos Américo Veloso Marcilio dias, Ruben Vaz, Hélio Smidt, Clínica da Família Augusto Boal); Unidade Pronto de atendimento (UPA) na Vila do Joao, ela tem uma complexidade maior que os postos de saúde menor que os hospitais; a Clínica São Camilo; o Hospital de Bonsucesso; Delegacia da Mulher no Centro da cidade; Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC); Centro de Referência Especializado de Assistência Social; organizações não governamentais (ONGs), principalmente as Redes da Maré, Luta Pela Paz (LPP), Instituto Vida Real e Projeto Uerê por que tem uma assistente social e psicóloga.

associações de moradores de outras comunidades. As entrevistas informais serviram tanto para definir melhor o objeto e objetivos da pesquisa como, subseqüentemente, definir e recortar as perguntas incluídas no roteiro das entrevistas semiestruturadas, bem como para compreender a realidade em que estas iniciativas voltadas a questão de gênero estão inseridas, além de servir para avaliar os desafios e potencialidades que estas iniciativas enfrentam nas suas respectivas localidades e compreender o contexto social em que estão inseridas. A intenção de envolver os mediadores locais nas entrevistas complementares compreende o fato de estas pessoas serem identificados pelas próprias comunidades (critério de reconhecimento social) como referências (informantes estratégicos) para entender o contexto local, as dinâmicas e regras do território e suas implicações na realidade de mulheres, assim como por conta de serem procurados pelos moradores das comunidades em busca de ajuda, informações ou assistência, por serem antigos moradores da região e/ou por estarem diretamente envolvidos com os esforços da sociedade civil, o que gera uma maior proximidade destes com suas comunidades. A ajuda fornecida pelos indivíduos mencionados acima possibilitou mapear as instituições, organizações e grupos que fazem parte da sociedade civil da Maré no esforço de criar uma lista de profissionais que trabalham com o tema da igualdade de gênero no território que poderiam contribuir a esta pesquisa, assim como possibilitou compreender como tais iniciativas mantêm suas atividades em meio às singularidades do território, incluindo, por exemplo, as estratégias adotadas para lidar com o poder paralelo. Isto serviu para identificar tanto as diferenças e semelhanças que existem entre estas favelas, quanto para demonstrar a diversidade existente entre as iniciativas focadas na igualdade de gênero na Maré.

Para as entrevistas semiestruturadas foram selecionados 17 atores sociais – mulheres (Figura 21 - Apêndice) -, escolhidas em função de suas participações em contextos sociais e envolvimento nas atividades e práticas da iniciativa focada na igualdade de gênero. Com exceção de três entrevistadas a maioria mora<sup>101</sup> na Maré, na Zona Norte e na Ilha do Governador. Do número total de mulheres (17) entrevistadas que fazem parte das equipes de coordenação das iniciativas voltadas à questão da igualdade de gênero, 11 são moradoras da Maré, sendo residentes das comunidades Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Marcilio Dias e Moro do Timbau. Ainda com respeito ao local em que residem as mulheres entrevistadas, onze se identificaram como moradoras da Maré, sendo cinco destas residentes de Nova Holanda. Com a

---

<sup>101</sup> Cabe ressaltar que uma das entrevistadas que atualmente reside na Zona Sul foi criada em Irajá

exceção de uma mulher entrevistada, a maioria delas são moradoras da Maré e implementam suas iniciativas voltadas a igualdade de gênero nas suas respectivas comunidades ou em comunidades próximas. Além das entrevistadas que residem na Maré, quatro moram na zona norte e duas em bairros da zona sul. Das dezessete mulheres entrevistadas seis são casadas ou moram com seus parceiros. Além disso, é interessante ressaltar que as entrevistadas têm entre 2 a 14 anos trabalhando nas organizações e grupos onde desenvolvem as iniciativas voltadas a igualdade de gênero.

Das dezessete entrevistadas, doze trabalham dentro de ONGs (em duas instituições diferentes), três implementam suas iniciativas através de um projeto autônomo e duas desempenham atividades ligadas a questão da igualdade de gênero em um espaço reconhecido como autônomo e feminista. A faixa etária das entrevistadas varia entre 26 e 60 anos de idade. Conforme as respostas das entrevistas e questões iniciais do roteiro de pesquisa foi possível perceber que nove estão na casa dos trinta anos, três possuem idades entre 26 e 29 anos e quatro encontram-se na faixa etária acima dos quarenta anos.

A respeito da categoria cor/raça, a maioria (12) das mulheres entrevistadas identificaram-se como sendo pertencentes à raça negra. Quatro das mulheres consideram-se brancas e uma reconheceu-se como parda. Das mulheres entrevistadas que trabalham e moram na Maré, oito se identificaram como negras. Em termos socioeconômicos<sup>102</sup> treze das dezessete mulheres entrevistadas se entendem como de baixa renda enquanto quatro se identificam como pertencentes à classe média. As mulheres entrevistadas de baixa renda são moradoras da Maré ou outras partes da Zona Norte. Neste sentido, ressalto que a renda média mensal<sup>103</sup> das mulheres pertencentes às organizações de base está em torno de R\$ 1.120,00.

Em termos de nível de escolaridade, a maioria das mulheres entrevistadas, quinze das dezessete mulheres, tem o ensino superior completo ou estão cursando. Cinco das mulheres entrevistadas possuem pós-graduação, cinco tem ensino superior completo e quatro estão

---

<sup>102</sup> Destaco o fato de que nem todas as mulheres se sentiram a vontade para divulgar seus salários específicos. Neste sentido, as entrevistadas apenas identificam como se entendem com relação à suas condições socioeconômicas.

<sup>103</sup> É preciso frisar o fato de que boa parte dos ganhos financeiros destas mulheres está associada a outras atividades profissionais para além de suas atuações com as iniciativas investigadas. Como exemplos de atividades extras apontadas pelas entrevistadas estão atividades docentes (ex: aulas de gênero), produção de artesanatos, bolsas de estudos etc.

atualmente cursando o ensino superior, sendo que uma das entrevistadas está para completar seu doutorado. Duas das mulheres entrevistadas possuem ensino médio completo.

A maioria das entrevistas semiestruturadas foi realizada individualmente<sup>104</sup>. Duas foram feitas em grupo devido ao tempo restringido por questões de trabalho e local de moradia das entrevistadas. Todas as entrevistas foram iniciadas com as perguntas fechadas sobre informações básicas da entrevistada. As perguntas abertas incluídas no roteiro não foram perguntadas em uma ordem fixa. Em outras palavras, eram realizadas perguntas abertas seguindo uma mesma ordem para cada entrevista, tanto porque muitas vezes a resposta que uma participante fornecia a uma questão se relacionava com outra pergunta incluída no roteiro, mas não era a que seguia formalmente. Isto foi feito intencionalmente para não atrapalhar a fala das entrevistadas. Com as responsáveis pelas iniciativas focadas na igualdade de gênero, as entrevistas foram realizadas no espaço da instituição, no mesmo horário em que eles e elas costumam frequentar e durou entre meia hora e uma hora e meia. Só uma entrevista foi feita fora do local onde a iniciativa acontece, isto devido a que a entrevistada estava cursando na faculdade em um local longe da localização de onde as atividades aconteciam, e seu tempo estava restringida.

Um roteiro que consiste de vinte perguntas foi desenvolvido, incluindo perguntas fechadas que fornecem informações básicas (idade, raça, nível escolar etc.) sobre as mulheres, além de perguntas abertas focados no problema de investigação. Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas em dispositivo digital (formato MP3) e transcritas por um indivíduo, cujo português é sua língua materna, e logo foram impressas. As entrevistas foram enviadas aos entrevistados se eles desejavam uma cópia.

---

<sup>104</sup> As entrevistas semiestruturadas geralmente começaram com uma explicação da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Depois que o participante aceitasse assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era perguntado se o entrevistada(s) precisava beber água ou ir ao banheiro para logo evitar possíveis interrupções.

### 3.2 - Metodologia de Análise dos dados

Tanto as respostas que as mulheres responsáveis por estas iniciativas forneceram quanto os aspectos observados *in situ* foram analisados. Foi realizada uma Análise de Conteúdo, seguindo a concepção de Bardin (2011), onde foram considerados os silêncios, as expressões e hesitações que as mulheres expressaram durante as entrevistas semi-estruturadas. Bardin (2011) entende a Análise de Conteúdo como um método que emprega um conjunto de técnicas de análise de comunicação descrevendo os conteúdos das mensagens de forma objetiva e sistemática. Neste sentido, a sistematização dos dados foi realizada em quatro etapas: 1) a primeira consistiu de uma leitura horizontal dos dados para obter uma compreensão de cada entrevista e detalhes sobre seu contexto; 2) a segunda etapa, mais rigorosa, corresponde à sistematização dos dados em focos temáticos que resultou na identificação de categorias analíticas, nesta etapa também foram identificadas as palavras e expressões recorrentes que surgiram a partir da análise do que foi dito nas entrevistas; 3) na terceira etapa foi realizada uma sistematização vertical onde se comparou o conteúdo dos distintos focos temáticos nos diferentes casos; 4) na última etapa da sistematização dos dados, buscaram-se identificar as recorrências, pontos de convergência e divergência e o estabelecimento de relações com variáveis importantes como, por exemplo, classe social e raça.

Foram empregadas entrevistas semi-estruturadas buscando compreender: 1) o significado de igualdade de gênero para estas mulheres; 2) as razões pelas quais elas se dedicam a desenvolver estas iniciativas; 3) como as pedagogias que elas desenvolvem contribuem para o processo da organização e da participação política das mulheres, como sujeitas políticas, na Maré. Algumas perguntas focavam nas motivações ou o que levou estas mulheres a trabalharem especificamente não apenas com gênero, mas com a questão da mulher na sociedade brasileira, e outras questões englobam as estratégias que elas adotam na aplicação de suas pedagogias. Assim, foi realizada uma descrição do processo de constituição das iniciativas a partir do resgate da trajetória destas mulheres, entrecruzando-as com observações participantes e os documentos apresentados pelas responsáveis. Analisar os conteúdos das entrevistas e observações realizadas e articular essas análises aos pressupostos teóricos tomados como referência foi, sobretudo, um exercício de tradução de diálogo, entre diferentes saberes e experiências.

A metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) em geral envolve três momentos distintos: 1) a pré-análise, que corresponde a uma etapa de contato preliminar com o campo compreende uma escolha/seleção dos materiais que servirão de foco para as análises que, neste caso, envolvem tanto os resultados transcritos das entrevistas informais e observações participantes como a revisão da literatura para, a partir deste cruzamento de dados, definir a hipótese e delimitar o objeto e objetivos da pesquisa, assim como fornecem pistas para a construção dos roteiros das entrevistas semiestruturadas e possibilitam o estabelecimento dos Indicadores<sup>105</sup>; 2) a Exploração do Material, que corresponde ao procedimento de “codificação”, que envolve a sistematização dos dados levantados na pré-análise procurando identificar as Unidades e Registro<sup>106</sup> e de Contexto<sup>107</sup> e; 3) por fim, o Tratamento dos resultados, corresponde a ordenação dos dados com base em critérios definidos pelo investigador a partir das etapas anteriores de forma a levantar categorias<sup>108</sup> com base nas Unidades de Registro.

As categorias definidas a partir destes procedimentos foram: a) *Histórias de vidas*<sup>109</sup> e os *Sujeitos Políticos*; b) *Espaço, Reconstrução e Representação*; c) *Estrutura social e ação*; d) *Desenvolvendo Pedagogias Feministas de Base Comunitária*. É importante destacar que cada categoria levantada contém subcategorias que serão discutidos ao longo do texto.

---

<sup>105</sup> Indicadores segundo a concepção de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) correspondem a elementos contidos no conteúdo das mensagens que permitem produzir inferências sobre outra realidade.

<sup>106</sup> Unidades de Registro representa o menor recorte de ordem semântica que pode ser apreendido do texto, compreendem temas, objetos, palavras-chaves, personagens e documentos relacionados ao tema central do estudo.

<sup>107</sup> Unidades de Contexto permitem compreender a unidade de registro, ou seja, fornecem uma explicação sobre as unidades de registro de uma maneira mais aprofundada e abrangente.

<sup>108</sup> A categorização consiste no agrupamento em razão de características comuns entre as Unidades de Registro com base em temas e proximidades lingüísticas (léxico/sintaxe) entre os elementos.

<sup>109</sup> Neste caso, optou-se por considerar histórias de vida enquanto categorias analíticas e não como metodologia de análise, pois entendo que, no caso deste estudo, as histórias de vida destas mulheres emergiram como uma categoria-chave para compreender a realidade local, as estratégias organizacionais e as conjunturas que influenciaram a construção das pedagogias criativas desenvolvidas para trabalhar Educação de Gênero na Maré.

#### IV. PERCORRENDO O TERRITÓRIO EM BUSCA DE CRIATIVIDADES OUTRAS

Neste capítulo, trazemos os resultados das observações realizadas com as lideranças femininas responsáveis pelas iniciativas que trabalham questões de gênero na Maré que serviram de base para ajudar na construção do roteiro e das abordagens a serem utilizadas nas entrevistas semi-estruturadas. Optei por fazer uma descrição detalhada de cada grupo por entender que somente a partir de um detalhamento seria possível compreender as análises seguintes.

Observou-se que as mulheres que criaram e que são encarregadas de implementar e desenvolver estas iniciativas focadas na igualdade de gênero criam estratégias e, especificamente estratégias pedagógicas-criativas, que vão desde a divulgação das reuniões, elaboração de cartilhas, até ações mais estruturadas, como a elaboração de seminários em conjunto com outras organizações focados em distintos temas, mas sempre com um foco em temáticas relacionadas a mulher na sociedade ou questões ligada a gênero. Desta forma, consideramos que tal estudo pode contribuir para a construção de alternativas pedagógicas, bem como pensar alternativas ao desenvolvimento<sup>110</sup>, particularmente aqueles que propõem uma visão do futuro distinto ao tipo de desenvolvimento relacionado ao projeto neoliberal, que conseqüentemente faz parte do modelo institucional da globalização capitalista e hegemônica<sup>111</sup>. Por outras palavras desejou-se estudar o trabalho destas mulheres na Maré focando nas ações que estas realizam em torno da temática da igualdade de gênero, para contribuir ao debate acerca de epistemologias alternativas do sul global.

Tal investigação também procurou identificar perspectivas dos "subalternos", ou "oprimidos", nas interações da vida real, cotidiana até mesmo para questionar esta posição de suposta inferioridade que tais sujeitos estão submetidos. A importância do papel que deve levar a

---

<sup>110</sup>Alternativas ao desenvolvimento implica que limites sejam estabelecidos e que crescimento econômico seja subordinado a imperativo não econômicos, conforme Santos e Garavito (2006).

<sup>111</sup>Conforme Santos e Garavito (2006, p.33), projetos econômicos de desenvolvimento foram concebidos e aplicados de "cima para baixo", sendo baseados em políticas elaboradas e implementadas por agências nacionais e internacionais tecnocráticas, sem consultar as comunidades afetadas por estas políticas. Este tema foi discutido e aprofundado no capítulo I desta tese.

interseccionalidade<sup>112</sup> quando estudando espaços, práticas que visam combater, eliminar a opressão de mulheres, é destacado.

No caso do trabalho destas mulheres, as práticas que elas desenvolvem são significativas ao ato de traduzir perspectivas teóricas em práticas de conhecimento. Trata-se do que Boaventura de Sousa Santos (2009) identifica como a necessidade de uma Ecologia de Saberes para superar um pensamento abissal. Santos (2009) identifica que o pensamento pós-abissal implica num aprendizado do sul global através de uma epistemologia do sul global. Para Santos (op cit), o pensamento moderno ocidental é "abissal" - ou seja, trata-se de um pensamento incapaz de dialogar com outras formas de conhecimento -, enquanto que formas de pensamento não-ocidentais tem sido e são tratados de maneira deplorável pelo pensamento moderno ocidental<sup>113</sup>. Deste modo, o conhecimento produzido pelo pensamento não-ocidental é excluído, renegado, considerado não existente, invisibilizado simplesmente porque não faz parte do que é concebido como o domínio de inclusão. Neste sentido, Santos afirma que o pensamento abissal:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o Universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. [...] Essa distinção invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais (2009, p. 23-24).

A Ecologia de Saberes descrita por Santos (op cit) valoriza experiências de vida e distintas formas de conhecimento e aponta que a "universalização" do conhecimento não é representativa de todos os tipos de conhecimentos existentes no mundo, sendo que, particularmente, não é representativo dos conhecimentos provenientes do sul geopolítico global.

Alternativas ao desenvolvimento não podem ser concebidos sem levar em conta que a justiça social global não pode ser alcançada sem a justiça cognitiva global, noção esta que está

---

<sup>112</sup> Interseccionalidade leva em consideração um grupo de fatores, diversos como raça, classe, sexualidade, que contextualizam a realidade de uma pessoa.

<sup>113</sup> Cabe ressaltar que na perspectiva de Santos (2009) a modernidade Ocidental, que é caracterizada pela sua abordagem "universal" é um modelo sócio-político fundamentado na tensão entre a regulação social e emancipação social que, segundo o autor é uma dicotomia que não é aplicável a territórios coloniais, já que estes mesmos não foram concebidos como localidades aonde este iria se aplicar. Santos indica que esta distinção que forma a base dos conflitos modernos está fundamentada em outra dicotomia mais específica a qual joga um papel importantíssimo na fundamentação da modernidade Ocidental, cujo é relacionado ao colonialismo, e especificamente consiste na apropriação e a violência.



baseada na ideia de que a resistência política precisar ser fundamentada em uma resistência epistemológica. Portanto, a resistência política deve reconhecer a diversidade de epistemologias, além de reconhecer e valorizar a pluralidade de conhecimentos que se encontram para além dos limites do conhecimento científico. Em outras palavras, as experiências destas mulheres da Maré, entendidas como experiências subalternas, promovem tanto a interação e interdependência entre conhecimento científico e não científico quanto também promovem o que Santos (2009) identifica como imprescindível “a resistência contra as linhas abissais”, a articulação entre as experiências subalternas através de ligações locais e globais. Neste sentido, Santos (op cit) afirma:

Todas as formas de conhecimento mantem práticas e constituem sujeitos. Todos os conhecimentos são testemunhas já que o que eles saibam da realidade (sua dimensão ativa) sempre é refletido no que revelam sobre o sujeito deste conhecimento (sua dimensão subjetiva) (2009, p.33, tradução nossa).

A Ecologia de Saberes proposta por Santos valoriza a relação entre o conhecimento científico e o não científico, apontando que existem outros tipos de conhecimentos na vida real, para além da racionalidade da ciência moderna, que devem ser valorizados e reconhecidos como conhecimentos válidos e relevantes para compreender as dinâmicas do Sul Global. Conforme Santos (2009), ao colocar ênfase na intersubjetividade e na dimensão intercultural, a Ecologia de Saberes destaca a necessidade de incluir a diversidade das experiências como a pluralidade de condições em que pessoas vivenciam. Esta discussão está relacionada ao debate sobre a importância da categoria “mulher” como uma categoria que implica a pluralidade e a discussão sobre o feminismo, como teoria e prática antirracista, anticapitalista e anticlassista. Além disso, tal discussão está inter-relacionada ao debate sobre movimentos sociais na luta para justiça social, e as maneiras que grupos e indivíduos agem para resistir e lutar contra estruturas sociais de opressão e subordinação.

Giddens (1993) postula que somente uma teoria social que considere o fator de processo pode compreender a relação entre estruturas sociais e ações. Numa linha parecida, Iris Marion Young (1990) em sua teoria de justiça social, apresenta uma crítica à tendência das teorias de justiça ocidentais aderirem a um modelo distributivo, colocando ênfase nos processos, nos padrões e no papel de relações. Com base na perspectiva de Foucault, que postula que o poder só existe em ação, Iris Young (op cit) entende que as relações sociais são definidas por dinâmicas de dominação e opressão, deste modo, a autora faz questão de distinguir o papel da ação e o rol de

ação social. Conforme a teórica (op cit, p. 29), uma teoria social deve conceituar que a ação produz e reproduz estruturas e que a ação social é distinta em que leva como referência, médio ou objetivo estas estruturas e relações. Desta maneira, Young (1990) destaca a necessidade de incorporar o elemento do contexto institucional como fator que influencia a habilidade de indivíduos participarem e determinarem suas ações, desenvolverem e exercerem suas capacidades, bem como a função de relações sociais e processos que ultimamente jogam um papel não só nas decisões dos indivíduos, mas também na identificação de “diferenças de grupo” que podem promover solidariedade, organização e mobilização, práticas e ações dirigidas a justiça social. Segundo Young (1990, p.22), contexto institucional deve ser entendido num sentido mais amplo que inclua:

[...] Todas as estruturas ou praticas, as regras, normas que os orientam, e o linguagem de símbolos que mediam as interações sociais dentro delas, em instituições do estado, família, sociedade civil e no local de trabalho.

Esta observação de Young (1990) é significativa para a análise dos movimentos sociais e ação coletiva, bem como para a compreensão das ações dos sujeitos dentro de grupos. Deste modo, entendemos tais grupos como espaços cujos esforços estão dirigidos à justiça social, como projetos emancipatórios, como é o caso das iniciativas estudadas nesta pesquisa. Segundo Mohanty (2013, p.970), um relato explicativo da natureza sistêmica do poder, é uma explicação sócio-política, "que permite o reconhecimento desses momentos de possibilidades e ruptura que os movimentos contra hegemonia podem utilizar para construir solidariedade que atravessa as fronteiras". Neste sentido, se destaca a observação feita por feministas pós-coloniais e decoloniais sobre a relevância de análises sistemáticas da decolonização e sobre as alternativas de resistência à colonialidade presentes na práxis feminista. Do mesmo modo, as formas de solidariedade política que constituem a base das lutas feministas e raciais para justiça, são processos que ainda precisam ser estudados dados seus papéis na decolonização do saber e do poder, questões necessários para superar as barreiras e desafios relacionados às estratégias neoliberais, tais como a individualização e a despolitização. Mohanty (2013, p.971) observa que questões de opressão e exploração em termos de processos coletivos, sistemáticos e instituições são marcadas pelas dimensões de gênero e raça, enfrentando a dificuldade de serem ouvidos quando narrativas neoliberais impedem ou invisibilizam a relevância da experiência coletiva ou redefinem tais experiências como um produto do consumo. Por isso, o autor (op cit) destaca o

perigo que surge quando toda experiência refere-se ao individual, quando ocorre um afastamento entre o indivíduo e a coletividade. De acordo com Mohanty (2013), quando o social é considerado apenas em termos pessoais, as críticas feministas podem parecer irrelevantes, de modo que a única maneira de superar tal condição seria confrontando a epistemologia hegemônica e o próprio sistema capitalista neoliberal global.

Nos seus trabalhos, Mohanty (2003, 1984) critica as tendências de teóricas ocidentais a universalizar e colonizar as experiências de mulheres do terceiro mundo destacando a cumplicidade de feministas com projetos imperialistas, capitalistas neoliberais e as limitações de projetos focados na geração de conhecimentos na/para a academia. Neste sentido, uma pesquisa que se propõe estudar as experiências e práticas de mulheres, criadoras de pedagogias criativas dirigidas a igualdade de gênero na Maré, contribuem ao que Mohanty se refere como a "historização e contextualização de estudos feministas", sendo considerada uma prática fundamental para a decolonização do saber e do poder.

Reconhecer as resistências particulares de mulheres que trabalham na Maré com a promoção da igualdade de gênero pode ajudar a demonstrar a importância de compreender as histórias heterogêneas de todas mulheres em oposição às representações monolíticas das mulheres do Terceiro Mundo como silenciosas e destituídas da capacidade de agir por conta própria, o que Gayatri Spivak (2012) chama de "Formação Masculina, ideológica e imperialista" e pode até influenciar o "intelectual metropolitano".

O feminismo decolonial e feminismo transnacional<sup>114</sup>, através de suas críticas ao discurso hegemônico ocidental e suas imagens associadas, problematizam essas construções de perspectivas e ações. Neste sentido, o feminismo da decolonização subentende incorporar a teoria feminista às experiências organizativas, metodologias, teorias epistemológicas e práticas de luta de mulheres indígenas, migrantes, afrodescendentes, camponesas, periféricas, latinoamericanas, desconhecidas, ausentes, invisibilizadas ou não suficientemente representadas na literatura feminista baixo hegemonia do Norte. Conforme a feminista dominicana Ochy Curiel:

---

<sup>114</sup> O feminismo transnacional é uma teoria e um compromisso com a prática, que reconhece as diferenças e as fronteiras ao mesmo tempo que constrói a solidariedade que transcende essas fronteiras. Ela critica o feminismo ocidental para ser utilizado como um referente para comunidades de cores, etnias distintas e exige uma descentração do discurso hegemônico ocidental. Antiglobalização e anticapitalismo são componentes centrais deste projeto de descentralização e descolonização. Tanto o feminismo transnacional como o feminismo na descolonização foram discutido no início desta tese.

Um processo de descolonização desde as experiências situadas das latino-americanas e Caribenhas supõe então resgatar diversas propostas epistemológicas e políticas re-localizando o pensamento e ação para anular a universalização, característica fundamental da modernidade ocidental. A descolonização para nostratasse de uma posição política que atravessa o pensamento e a ação individual y coletiva, nossos imaginários, nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de atuar e de ser no mundo e que cria uma espécie de “*cimarronaje*” intelectual, de práticas sociais e da construção do pensamento próprio de acordo a experiências concretas. Trata-se do questionamento do sujeito único, ao eurocentrismo, ao ocidentalíssimo, a colonialidade do poder, ao tempo que reconhece propostas como a hibridação, a polissemia, o pensamento outro, subalterno e fronteiro (2009, p. 3).

Conforme a discussão acima, este estudo se propôs a estudar como as pedagogias destas mulheres na Maré contribuem para a construção de um feminismo “*Desde El Sur*”<sup>115</sup>. Neste sentido, esta pesquisa de doutorado chama a atenção aos seguintes pontos revelados pelas ações destas mulheres: a) contribuir a ações focadas na inclusão de um foco de gênero pós-colonial e contra-hegemônico nas práticas educativas para o desenvolvimento de sujeitos críticos; b) apoiar a perspectiva da necessidade de políticas para mulheres e as políticas públicas de gênero; c) desconstruir os elementos que normalizam as relações desiguais entre homens, mulheres e outros gêneros; d) promover estratégias para a construção de novos imaginários do que representa ser mulher e ser homem; e) promover a educação de gênero e a pedagogia feminista decolonial e de base comunitária como uma estratégia para a decolonização.

As seguintes perguntas gerais surgem a partir da análise dos dados: que compreensão fornece estas iniciativas com relação às alternativas ao “desenvolvimento” e fortalecimento democracia no Brasil? Que conhecimentos poderiam proporcionar esta pesquisa estudando as práticas e experiências destas mulheres e articulando tais iniciativas à literatura sobre alternativas ao desenvolvimento, movimentos sociais, gênero na educação, e sobre a discussão acerca de um feminismo transnacional?

---

<sup>115</sup> Uma perspectiva “*Desde El Sur*” parte de uma concepção de Epistemologias do Sul desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2010) e subentende a necessidade de olhar para epistemologias outras para além da concepção hegemônica ocidental de conhecimento norte-eurocêntrico, ressaltando, sobretudo, as experiências criativas produzidas em meio aos contextos dos territórios do Sul Geopolítico Global.

## **4.1 – Resultados das Observações Participantes**

### **4.1.1 – O Centro de Referencia da Mulher Da Maré - Carminha Rosa (CRMM-CR)**

O CRRM-CR (Figura 7 - Banner do Centro de Referencia de Mulheres da Maré – Carmina Rosa) foi criado em 2000 no contexto do “Projeto Cidadania das Mulheres” integrante do “Programa Regional Piloto de Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar Contra a Mulher”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), que recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). A CEPIA foi responsável pela execução do programa na Vila do João entre 2000 e 2002. Em geral o CRRM-CR naquela época teve como objetivos principais contribuir para a prevenção e diminuição da violência intrafamiliar cometida contra as mulheres, bem como criar e articular o desenvolvimento de uma rede de solidariedade e apoio entre serviços que atendem mulheres dentro e fora da Maré. Em 2004 foi terceirizado e ficou sob a administração da UFRJ. Ao longo dos últimos doze anos o CRRM-CR atuou em um projeto integrante, de extensão do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), um Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ). Destaco que o nome da instituição presta uma homenagem à pedagoga e militantes de direitos humanos das mulheres, Carmina Rosa.

**Figura 7 - Banner do Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa**



Fonte: A autora, 2016.

As atividades do CRRM-CR estão focadas em três áreas temáticas que incluem o atendimento à mulher, capacitação e empreendedorismo. Também é oferecido apoio psicológico, social e jurídico, além de oficinas de crochê, costura, dança, teatro, além de oficinas focadas na temática da negritude como, por exemplo, oficinas de turbantes. As oficinas que foram observadas incluíram as de costura e crochê (Figura 8 - Fotografia do Painel de fotos das atividades de costura e crochê do CRRM-CR construído pelas voluntárias argentinas Luciana Gabrielloni e Anita Agostino na sede da instituição.8), além dos eventos pontuais que aconteceram terças e quinta feiras, por volta das 10 horas da manhã, entre agosto e dezembro de 2016. As oficinas sempre foram ministradas por moradoras da Maré, que já tinham uma relação estabelecida com os colaboradores do CRMM-CR por terem participado de outras oficinas, eventos e grupos do CRMM-CR. Pelo menos um assistente social costumava participar destas atividades, colaborando e tomando notas durante as oficinas. Duas meninas argentinas fazendo estágio estiveram presentes, e participaram ocasionalmente quando estavam no local. Os grupos observados eram

pequenos, permanecendo entre seis a oito mulheres, sem contar a professora. Foi possível perceber que a maioria das mulheres que participaram das oficinas tinha uma idade acima dos 50 anos, com a exceção de duas.

**Figura 8 - Fotografia do Pannel de fotos das atividades de costura e crochê do CRRM-CR construído pelas voluntárias argentinas Luciana Gabrielloni e Anita Agostino na sede da instituição.**



Fonte: A autora, 2016.

As oficinas de costura (Figura 9) e crochê observadas ao longo da pesquisa serviram não só para que as participantes aprendessem uma nova técnica que poderia resultar numa renda adicional, mas também possibilitavam um espaço para a construção e fortalecimento de relações, uma atividade social onde as mulheres tinham a oportunidade de conversar entre si, trocando suas experiências, histórias e afetividades de maneira que as oficinas acabam assumindo, também, a função indireta de uma “terapia”. Uma das estratégias principais do CRMM-CR para combater a VCM é a criação de laços, relações e redes entre mulheres. Tal estratégia pode ser vista como um passo importante para a construção de uma rede não só de ajuda, proteção e auxílio, mas também de solidariedade. Para tanto, o dialogo serve como principal método pedagógico. Neste sentido, é colocada ênfase no que Paulo Freire (1987) se refere como “dialogicidade”. Segundo Freire, o diálogo pode ser entendido como um fenômeno humano constituído pela palavra verdadeira, a

qual guarda algumas dimensões interligadas: a ação e a reflexão, a teoria e a prática que unidas permitem desenvolver uma Práxis (FREIRE, 1987). A dialogicidade é um elemento fundamental, constitutivo tanto na educação popular libertadora como nas pedagogias crítica e decolonial reforçando que a educação deve se basear nas experiências vividas. Na pedagogia do Oprimido, o diálogo e a capacidade das pessoas de estarem *no e com* o mundo em que podem nele intervir, é o que Freire (1987) postula que vai servir para superar e dar fim aos desafios de uma realidade opressora. O diálogo coletivo é uma metodologia utilizada por todas as iniciativas estudadas nesta pesquisa, porém diferenças surgem nas práticas pedagógicas das mulheres. Cabe ressaltar que os temas relacionados a gênero costumam ser trabalhados de acordo com suas aparições nas discussões, porém existem oficinas que ocorrem paralelamente e que são focadas em temas que envolvem a perspectiva de gênero e, particularmente, saúde reprodutiva, diferentes tipos de violência de gênero, além de outras temáticas.

**Figura 9 - Fotografia das mulheres envolvidas com as oficinas de costura do CRMM-CR, retirada com smarthphone**



Fonte: A autora, 2016.

Todas as mulheres que participaram das oficinas eram mães de família e donas de casa, sendo que as que tinham acima de cinquenta anos alegaram que não possuem o costume de circular pela favela, nem sair muito de casa. Algumas falaram de ir à igreja ou precisar ir a Bonsucesso para uma diligência, mas a maioria de seus afazeres diários restringe-se aos deveres da casa. Quando saíam de casa, tais mulheres limitavam-se a freqüentar locais como supermercados, farmácias, comércios ou igrejas que se localizam nas redondezas de suas residências. A participação destas mulheres nas oficinas oferecidas pela CRRM-CR mostrava uma interrupção do padrão das atividades características de seu dia-a-dia. Duas das mulheres que



participaram das oficinas eram casadas, as demais estavam separadas. Durante a investigação foram realizadas diversas conversações com as participantes, que descreveram relatos de vida onde se podia observar o impacto que teve a separação do marido no aumento das responsabilidades que estas tiveram que assumir, não só como cuidadoras do lar, mas também financeiramente. O papel de mãe foi tema recorrente nas conversas das mulheres sendo normalmente associado a expressões de felicidade, questões familiares, identificada como uma condição feminina e também mencionado como um dos motivos para sua falta de tempo para dedicar-se a outras coisas. Dos grupos observados, a maioria das mulheres separadas não costumava se casar de novo e isto é particularmente significativo em mulheres acima dos cinquenta anos.

Em geral se a oficina não está dando continuidade à outra, é verbalizado que está se iniciando uma nova lição, então a oficina começa com a professora explicando os detalhes da nova lição e as formas de proceder diante do novo projeto. A maioria das lições precisava de mais de uma aula para ser concluída. Havia algumas lições na oficina de costura que levaram três aulas para finalizar devido a técnica e a mão de obra necessária para concluir o artesanato. Muitas vezes as mulheres completavam seu artesanato em casa. O restante do tempo das oficinas consistia na execução do trabalho que as mulheres estavam aprendendo e a conversação coletiva (momentos de exercício do diálogo). As conversas das mulheres participantes focavam em vários assuntos como programas que passaram na TV, discutiam suas intenções de voto para prefeito, falavam a respeito de um evento que aconteceu na comunidade, sobre a orientação dada durante as oficinas acerca da mão de obra do artesanato, da cobrança de uma que faltou aula, dos conflitos no território, da perda de familiares, dos “filhões”, etc.

Durante as oficinas os temas levantados pelas participantes surgiam de forma orgânica, isto é, porque em parte as oficinas passam a funcionar como um espaço de sociabilidade, o que, por um lado pode ser visto como algo positivo porque o que está sendo discutido se encontra intimamente relacionado ao processo construtivo e discursivo que está sendo realizado neste tempo e espaço específicos, por outro lado, não é possível medir o quanto as próprias participantes se aprofundaram nas noções, categorias e pensamentos apresentados a partir da perspectiva de gênero em outras oficinas.

Na organização das oficinas, os temas relacionados à igualdade de gênero, que fazem parte da educação de gênero, somados a conceitos provenientes dos estudos feministas, como por

exemplo, saúde reprodutiva, auto-estima, direitos políticos, dominação, VCM, autonomia, entre outros, não foram colocados em uma ordem particular a serem discutidos numa cronologia específica. Não houve um planejamento previsto no sentido de escolher um certo tema ou temas a serem discutidos pontualmente durante as oficinas. Aicineira e o assistente social responsáveis pela atividade não predeterminaram as temáticas das discussões. Isto não ocorreu por uma falta de organização da professora nem do assistente social, mas sim pela característica da metodologia pedagógica que utilizam no CRMM-CR para abordar estes temas, aonde ao invés de apresentar o tema a ser debatido de maneira impositiva, a professora e assistente social esperam, observam e interpretam a direção em que a conversa do grupo está fluindo e depois, a partir daí, identificam um tema, relacionado com a perspectiva de gênero, que poderiam reforçar partindo do assunto revelado na conversa do grupo de mulheres. Deste modo, a estratégia adotada para incluir a perspectiva de gênero foi de natureza orgânica, ocorrendo de maneira espontânea, em que esperavam que situações e temas relacionados surgissem nas conversas de forma natural em vez de impor um tema, determinando a direção da conversa. Em outras palavras, se surgem temas relacionados ao corpo da mulher, saúde reprodutiva, violência doméstica, entre outros, é porque a aicineira ou assistente social o abordou depois que tais temáticas surgiram nas conversas das participantes. Neste sentido, as próprias participantes têm certo controle sobre o que é discutido nas oficinas.

Esta metodologia de abordar temas relacionados a questões de gênero empregadas pela professora e pelo assistente social foi escolhida levando em conta a sensibilidade necessária para abordar certos temas, já que tais discussões podem estar relacionadas a crenças, eventos e experiências delicadas nas vidas destas mulheres. Em geral, discussões sobre temas relacionados à igualdade de gênero só foram levantadas a partir do fluxo de conversas das mulheres participantes das oficinas. A assistente social ou outro funcionário do CRMM-CR na atividade de acompanhar as oficinas apontavam questões relacionadas ao tema da conversa, mas que integrava um elemento que não só introduzia uma ideia ligada à perspectiva de gênero, mas que também incentivava o pensamento crítico relacionado com uma situação, estimulando a prática de reflexão. Isto destaca a noção Freireana sobre o pensamento crítico, pois segundo Freire, “não há um diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro” (1987, p. 46). Freire considerava o pensamento crítico é alcançado ao perceber a realidade como um processo (op cit). Assim, nas oficinas o assistente social presente introduzia perguntas e comentários dirigidos a

fomentar o pensamento crítico. Por exemplo, durante os momentos de socialização de uma das oficinas de costura, a conversa girava em torno das atividades e eventos que iriam ocorrer no CRRM-CR para apoiar a campanha de 16 Dias de Ativismo pelo fim da VCM, que ocorreu antes do 25 de novembro, no dia internacional de combate à VCM. Diante deste contexto, a estagiária argentina ficou responsável por confeccionar cartazes que incluíam desenhos de diferentes tipos de mulheres, ilustrando a diversidade feminina de corpos, cabelos, cores, formatos, entre outras características que foram colocadas junto a mensagens relacionadas ao direito que a mulher tem sobre seu corpo, sobre o direito de viver livre de violência, sobre a data do dia internacional de combate à VCM, além de outras mensagens. No momento da explicação sobre os objetivos dos cartazes surgiu uma discussão sobre as outras atividades que iriam ocorrer no CRMM-CR, incluindo uma preocupação em tornar uma intervenção na fachada do CRMM-CR e do posto de saúde onde iriam pendurar os cartazes e sobre as outras atividades. Paralelamente à explicação havia um grupo de três mulheres falando sobre seus familiares, onde relatavam casos de mulheres que elas conheciam que haviam sofrido um tipo de VCM. Logo, no fluxo da conversa algumas participantes começaram a se questionar se o que haviam sofrido seria ou não caracterizado como uma VCM e por quê. A assistente social entrou na conversa perguntando sobre os distintos tipos de violência, questionando se "a violência física é o único tipo de violência que a mulher pode sofrer". Diante de tal questionamento, a maioria das mulheres que se envolveu diretamente na conversa já havia participado de outras oficinas do CRMM-CR, as demais, mesmo não se pronunciando, permaneceram retidas na conversa, assistindo as participantes respondendo o questionamento da assistente social. No fim da oficina, a professora compartilhou sua experiência de haver sofrido VCM por parte do esposo uma única vez e relatou como ela agiu para que isso não se repetisse. Esta experiência revelada pela professora mostrou a complexidade não somente de situações de VCM, mas também, da posição da assistente social, de saber lidar com uma situação onde se percebe se o que foi dito por alguém em uma posição de autoridade pode ser tomado de forma "errada" pelas participantes.

Tendo em mente que a desconstrução de padrões de gênero<sup>116</sup> fazem parte de um longo processo, é comum que tanto as mulheres responsáveis pelas pedagogias criativas quanto as participantes, às vezes expressam ideias e percepções que estão enraizadas na cultura machista do

---

<sup>116</sup> Que representam uma luta contra hábitos diários enraizados na cultura moderna ocidental que reforçam uma posição machista.

sistema patriarcal moderno. Ou seja, a desconstrução de gênero na sociedade moderna trata-se de um trabalho árduo, complexo e de longo prazo. As responsáveis pelas oficinas podem possuir “maior” nível de consciência e pensamento crítico acerca da temática da VCM, pois trabalham há algum tempo com o tema e, por isso, supostamente dedicaram-se a estudar, refletir, discutir, desconstruir e internalizar a perspectiva de gênero, porém ainda assim isso não significa que as atividades do CRMM-CR, nem outras iniciativas estudadas por esta pesquisa, estejam completamente isentas de visões, expressões e ações enraizadas na cultura machista do sistema patriarcal moderno. Desconstruir crenças arraigadas na subjetividade e práticas patriarcais modernas que a pessoa leva anos internalizando não é um processo que se consegue de um dia para outro, leva-se anos e isto é algo que se pode perceber tanto nas participantes como nas criadoras das pedagogias investigadas. Neste estudo, partimos da concepção de que esta internalização faz parte de um processo de reconstrução da consciência ou, o que Bell Hooks (1999) chama de processo de *"self-recovery"*, que compreende um esforço de auto recuperação que uma mulher desenvolve e está inter-relacionado ao processo que leva a mulher a se auto declarar feminista.

Em algumas ocasiões observou-se que a assistente social, prestando atenção ao que foi dito pela professora, decidiu intervir para reforçar um valor ou ideia ligada à igualdade de gênero ou para indicar uma ideia que o CRMM-CR não apóia. Por exemplo, a professora descreveu como ela agiu quando o marido dela tentou bater nela. Ela contou que bateu tão forte no marido que ele nunca mais se atreveu a levantar a mão para ela. A professora explicou que não procurou ajuda, que não ficou sofrendo, que decidiu resolver o problema com suas próprias mãos e afirmou que ela mesma foi responsável por nunca ter sofrido violência, por ter conseguido impedir com sua própria força. Então ela agiu por conta própria, bateu no marido, deu nele de uma forma onde ele teria que pensar duas ou três vezes antes de tentar em bater nela de novo. Porém na vida dela, a professora só teve essa única experiência onde o esposo tentou agredi-la fisicamente, mas onde ela não permitiu e reagiu de uma forma violenta. Enquanto contava sua experiência pessoal a professora refletiu e concluiu que consegue entender porque algumas mulheres permanecem numa situação de violência por muito tempo, que cada caso é um caso e que ela, de certa forma, “teve sorte” por conseguir se defender.

Diante do relato da professora, a assistente social notou que a mesma agiu combatendo violência com violência e decidiu entrar na conversa com a questão, *"você teve a coragem de*

*agir, mas e as mulheres que não conseguem sair de uma situação de violência? E se você não houvesse conseguido fazer com que seu marido parasse de bater em você? E se sua reação fizesse ele reagir de uma forma mais violenta?*<sup>117</sup>”. Neste momento, a estagiária argentina entrou na conversa com o comentário, “*será que a violência é a melhor forma de combater a violência?*”. A professora respondeu que naquela época ela reagiu dessa forma porque foi a forma que ela encontrou no momento e que hoje em dia ela não sabia se iria reagir dessa forma se isso acontecesse novamente, mas que de nenhuma forma ia deixar o marido bater nela. Dali, na conversa com as participantes tanto a professora como as participantes refletiram sobre os outros modos que a professora poderia haver agido, e trouxeram relatos de histórias sobre o que aconteceu quando outras que elas conhecem agiram de um modo ou de outro. E assim, com base em relatos, reflexões e debates vão sendo levantadas as informações necessárias para a construção de uma rede de proteção, que podem ajudar a direcionar as mulheres em vítimas de violência, para que estas saibam, por exemplo, onde ir para procurar ajuda, levando em conta as particularidades da comunidade. O CRMM-CR está localizado na Vila do João, então as moradoras percebem que é um local de acolhimento. Todas as mulheres que este estudo entrou em contato através das oficinas e eventos eram moradoras da Vila do João. As únicas vezes que se teve conhecimento de mulheres moradoras das outras comunidades da Maré visitando o CRMM-CR foi porque foram encaminhadas para a instituição por outra organização ou ONG dado a severidade da situação. Foi observado que em grande parte este encaminhamento é feito por parte dos assistentes sociais que pela natureza do seu trabalho tendem a ter uma maior proximidade com as famílias, muitas vezes morando nas comunidades da Maré. Embora a ajuda dos assistentes sociais seja procurada por parte de moradores que aprendem que os assistentes sociais são um ponto de referência muitas vezes porque fazem atendimento com os filhos, outras vezes por que já ouviram “de boca a boca” que na organização tem alguém que pode ajudar em certos assuntos. Além do CRMM-CR, as mulheres reconhecem os lugares designados, que são aqueles identificados formalmente como os que fazem parte da rede de proteção e atendimento, mas em geral nas discussões expressavam suas histórias pessoais ou de amigas, onde o acolhimento em geral era feito por parte de familiares e amigos, apontando para a necessidade de muitas vezes ter que se mudar, e até mesmo se esconder, para dar um fim a situação de VCM.

---

<sup>117</sup> Cabe ressaltar que estas perguntas não foram feitas uma traz a outra. Conversas curtas procederam as perguntas e a professora não era a única pessoa que respondia.

O dialogo serve como uma ferramenta de reflexão nestas oficinas e muitas vezes incentiva o grupo a pensar sobre situações e eventos que as participantes nunca tiveram a oportunidade de compartilhar ou nem menos falar sobre. Neste sentido, o ato de compartilhar, de dialogar e trocar com o grupo leva tais mulheres a refletirem sobre assuntos que são marcantes e que nem sempre se sentem preparadas para enfrentar ou falar sobre. De forma integrada às reflexões promovidas pelo grupo surge o debate sobre o processo histórico de dominação que vivenciam, que pode levá-las a buscar informações de diferentes temáticas que correspondem à vida feminina e, assim, construírem mudanças nas relações de gênero para transformar suas vidas e seus contextos para criar e reforçar as redes de solidariedade feminina. Um exemplo peculiar revelado através da observação desta iniciativa foi uma conversa que aconteceu entre as participantes de maior idade<sup>118</sup> que se centrou no “planejamento da vida de viúva”, ou, em outras palavras, na criação de planos e estratégias para se preparar para a morte do marido. Uma das participantes de maior idade estava descrevendo tudo que o esposo fazia para ajudá-la, incluindo auxiliar com as compras e o sistema de organização que ele desenvolveu para guardar a comida nos armários da cozinha. Ela expressou que não sabia como ia conseguir sobreviver se alguma coisa acontecesse com o esposo. Diante dessa inquietação da participante as outras mulheres indicaram que ela precisava começar a se preparar logo e que já começasse a assumir todas as responsabilidades, pois afinal o esposo dela era mais velho e de idade avançada. Uma deu a sugestão de começar a acompanhar o esposo para ver onde e como ele fazia a compra e logo também observar e ajudar guardando a comida. A senhora expressou que ela tinha medo que o esposo pudesse implicar com essa tentativa dela assumir tal responsabilidade, já que ele passou muitos anos acostumado a fazer as compras sozinho sem a participação dela. Diante disto, outra senhora indicou que mesmo que ele não gostasse era melhor para ela aprender a lidar com essas situações agora do que esperar e correr o risco de depois não saber como agir. Outra senhora deu a sugestão para a mulher se esforçar para aprender algo novo a cada dia, assim vai acumulando conhecimento sobre as responsabilidades do esposo aos poucos e quando perceber terá aprendido tudo o que precisa, mas, caso não consiga aprender a tempo, ela não precisa se preocupar, pois afinal algumas das mulheres ali já passaram por isso e estariam ali, de braços abertos, disponíveis para ajudá-la. Por serem mais velhas estas mulheres lidam com questões que só pessoas de sua idade compreendem

---

<sup>118</sup> Estas participantes se tornaram grandes amigas e se conheceram através de sua participação em outras oficinas, particularmente no cine clube. Frequentemente marcavam para beber chá ou café na casa de uma delas. Com a exceção de duas, a maioria delas morram sozinhas, sendo separadas ou viúvas.

e, por isso, são capazes de ajudar outras mulheres a atravessarem tais desafios. O CRMM-CR foi a única iniciativa observada que tinha um maior número de mulheres de maior idade.

Em outras ocasiões, pela natureza da conversa, nem a assistente social, nem os estagiários intervinham com uma pergunta ou através de comentários. Optavam por escutar e esperar até que um momento adequado se apresentasse para realizarem intervenções. Estes casos precisavam de uma sensibilidade psicológica. Nestes momentos normalmente a conversa entre as participantes se desenrolava de modo que uma comentava sobre uma situação significativa, um evento de sua vida que foi particularmente marcante. Muitas vezes quando estas situações surgiam não se podia identificar no fluxo da conversa um tema específico relacionado ao evento da história de vida da participante. Estas situações são justamente as que revelam o elemento terapêutico que foi mencionado acima. Por exemplo, durante uma oficina, enquanto o grupo estava no processo de finalizar um artesanato, uma conversa se desenvolveu por conta de umas das participantes de maior idade ter marcado uma consulta médica para um check up geral, o que gerou perguntas sobre a localização e sugestões sobre lugares mais baratos para a realização de consultas médicas, etc. O hospital de Bonsucesso foi mencionado recebendo comentários positivos e negativos por parte das participantes que realizaram uma classificação com notas para cada serviço oferecido pela unidade. Meia hora depois desta conversa, quando o fluxo da discussão entre as participantes havia tomado outro rumo, outra senhora de maior idade, comentou “*eu acho que eu sofri um aborto, foi minha mãe que quis*”, diante desta colocação outra participante indagou, “*como assim?*” e a partir daí a senhora começou a relatar a sua experiência em que teria sido forçada, por sua própria mãe, a fazer um aborto.

Ela contou que estava muito nova quando aconteceu, disse que tinha por volta de dezesseis anos e que ela por muito tempo não tinha certeza se isso realmente havia ocorrido, pois ela não conseguia se lembrar direito, mas ainda assim, sofria constantemente com pesadelos. Naquela época ela tinha uma relação com um homem que inicialmente a mãe não aprovava por ser bem mais velho que a filha e, para agravar ainda mais a situação logo descobriram que tal homem era casado e tinha família, o que fez com que sua mãe proibisse o contato entre os dois. Segundo a senhora, ela era muito nova, inocente e inexperiente, gostava dele e ele sempre a procurava e com isso ela acabou se envolvendo emocionalmente. Quando descobriu que estava grávida contou para a mãe porque entrou em desespero e não sabia o que deveria fazer. Uma noite quando ela estava dormindo, a mãe acordou e pediu que ela a acompanhasse até um local.

Quando chegaram ao tal lugar deram para ela algo que a fez sentir-se bêbada, sonolenta, grogue e então apagou. Depois disso, ela acordou em casa sentindo muitas dores. A senhora contou que ela não se lembrava do evento, mas que teve vários pesadelos e quando mencionava os detalhes dos sonhos para a mãe, sua mãe nunca indicou nada sobre se havia feito aborto ou não. Uns anos depois conversando com a mãe, a mãe dela admitiu para ela que havia de fato levado ela para um lugar onde fizeram o aborto. Logo a senhora contou que quando ela ficou grávida pela segunda vez, do mesmo homem, apesar de ser casado, ela não informou para a mãe que estava grávida devido ao que aconteceu na primeira gravidez onde a mãe a forçou a ter um aborto. Por medo do que poderia acontecer, a senhora de maior idade contou que ela foi embora da casa da mãe e morou por um tempo na rua. Nem a mãe nem familiares ficaram sabendo onde ela estava por muito tempo. Até que uma tia a encontrou na rua e contou para sua mãe onde ela estava, mas a gestação dela já estava muito avançada. Eventualmente ela voltou para a casa da mãe.

Algumas participantes demonstraram grande surpresa e assombro com a história relatada pela senhora, indagando "*como assim?*", "*porque ela fez isso?*", ou "*onde você foi a morar quando você morou na rua?*", entre outros questionamentos que incentivaram respostas da senhora de maior idade. A estagiária argentina, ficou ouvindo com atenção, porém sem fazer comentários, e a assistente social agiu da mesma maneira. Aparentemente a assistente social permaneceu calada para dar conta de um processo de reflexão interno, para decidir se deveria ou não intervir, e, caso agisse, como deveria proceder para abordar ou contornar a discussão da melhor forma, considerando o tema polêmico e delicado e a necessidade de respeitar a senhora que, além de possuir maior idade, também é evangélica. A conversa tomou outra direção quando alguém perguntou à senhora de maior idade sobre seu filho. Dali em diante a conversa ficou em torno do filho que havia estudado, explicando que quando alguém ia até sua casa procurando seu filho ela logo afirmava que ele estava ocupado estudando e pedia que a pessoa voltasse noutro momento para garantir que seu filho permanecesse focado nos estudos. No final das contas, a assistente social deixou a conversa fluir e não fez perguntas nem comentários dirigidos ao aborto, optando por realizar perguntas sobre o estado emocional da senhora indagando, por exemplo, "*hoje em dia você se sente do mesmo modo quando você descobriu isso da sua mãe?*", o que direcionou a conversa entre as participantes e a senhora de maior idade a discutir sobre o papel dos pais na vida de seus filhos. Em vez de abordar o tema do aborto partindo diretamente de uma discussão sobre as razões pelas quais as mulheres optam por realizar ou não um aborto, a



assistente social decidiu seguir pelo lado emocional para destacar a dificuldade e complexidade em torno de uma decisão desta magnitude. Neste sentido, a metodologia da assistente social reflete uma base na educação popular feminista já que se fundamenta na construção coletiva do conhecimento. A metodologia da assistente social leva em conta aspectos objetivos e subjetivos, entendendo que a realidade é construída pelas participantes, tanto pela via da razão como pela via da emoção. Conforme a percepção de Vieira & Charf (2012, p. 163), “É uma forma dialógica de educar – com base na realidade das pessoas participantes, com elas, e não para elas”. O ato de contar sobre a experiência marcante representa um rompimento com o silêncio, uma reflexão sobre o que aconteceu. Freire (1987, p.44) afirma que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação, reflexão”. O tema de aborto é muito difícil de ser abordado num contexto como o da Maré pela sua ligação a pensamentos, valores e crenças conservadores relacionados, sobretudo à religiosidade cristã e, em especial, evangélica. As outras mulheres entrevistadas nesta pesquisa também comentaram sobre a dificuldade de abordar o tema de aborto na Maré, tema que será discutido posteriormente.

A observação das oficinas serviu para identificar outros temas que se entrecruzam com as discussões de gênero, como a migração e a violência. Muitas famílias que moram na Maré migraram de outros estados do Brasil e também de outros países. Na Maré existe grande número de moradores advindos das regiões Norte e Nordeste do Brasil, incluindo, principalmente, estados como o Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Ao longo da pesquisa foi possível entrar em contato com pessoas de todos os estados mencionados acima, além de indivíduos que tinham família na Bahia e Maceió. Também foi possível entrar em contato com alguns estrangeiros morando em distintas comunidades da Maré. Neste sentido, pude conhecer indivíduos e famílias de angolanos morando na Vila do João e no Parque União, além de um Haitiano vivendo em Nova Holanda. Algumas pessoas chegaram a morar na Maré quando eram pequenos, sendo que na maioria das vezes migraram com os pais e familiares. A história das razões e condições que levam os indivíduos a migrarem ou morarem na Maré são bastante variadas. No caso do CRMM-CR o grupo de mulheres das oficinas consistia de uma grande mistura. Algumas eram cariocas que passaram toda a vida ou uma boa parte dela morando na Vila do João, outras chegaram de outros estados uns anos atrás. A mais nova do grupo, que tinha 34 anos, era do Piauí e estava menos de um ano morando na Maré, junto com uma tia.

Ela não costumava se envolver nas discussões coletivas e expressava forte timidez. Observou-se nela o hábito de interagir mais em conversas particulares do que nas conversas em grupo. Raramente ela intervinha com uma pergunta ou comentário nas discussões entre mais de três mulheres. Embora caiba ressaltar que no final das oficinas, em certas ocasiões ela chegou a se soltar e acabou se envolvendo em algumas conversas com um maior número de mulheres. Durante a observação foi possível notar que se por acaso alguém chamava atenção ao fato de ela não falar ou por contribuir pouco com a conversa, tanto as mulheres de maior idade como a assistente social presente, faziam questão de ressaltar que cada um falava no momento que se sentisse mais confortável e que ninguém deveria se sentir pressionado ou obrigado a se expor. Durante conversas com a senhora piauiense, foi possível descobrir que fazia pouco tempo desde que ela migrou para o Rio e que, além de uma tia, não tinha familiares e não conhecia muitas pessoas na comunidade, e muito menos na cidade. Quando morava em Piauí ela sempre trabalhou, desde pequena, ao chegar ao Sudeste, além de procurar trabalho, estava aprendendo a ser manicure e aprendendo a costurar para gerar uma renda.

Numa conversa onde uma senhora de 56 anos relatou uma experiência marcante, descrevendo como o segundo casamento dela terminou por conta do esposo haver ficado com a irmã dela. Ao ouvirem o relato as participantes comentaram sobre a situação, algumas apontando que conheciam alguém que havia passado por isso também, outras expressando surpresa falando “*como é que pode?*”, e logo a senhora incentivou outras a relatarem experiências de vida que tinham elementos parecidos. Como estava na hora do encerramento da oficina alguns participantes já estavam se despedindo, mas a assistente social e a estagiaria, assim como mais três mulheres permaneceram no local. No final do relato de uma senhora de 55 anos, solteira, que morava com os dois filhos, a senhora do Piauí começou a contribuir a conversa. Inicialmente ela começou contando como era a vida dela no Piauí e pouco a pouco foi revelando que ela tinha dois filhos e havia sido casada por catorze anos com seu ex esposo. A senhora piauiense explicou que ela havia casado cedo, mas que gostava de ser casada, gostava da sua família, gostava de sua vida. Ela contou que tinha uma irmã que uns quatro anos atrás havia engravidado do namorado, mas que a família nunca havia conhecido ele por que eles moravam longe. Dois anos atrás a mesma irmã ficou grávida de um segundo filho, mas nesta ocasião a família começou a achar estranho que ainda não haviam conhecido o pai dos filhos e passaram a pressionar a garota.

A senhora do Piauí explicou que sua irmã vinha visitá-la e que, um dia, simplesmente revelou que o pai de seus filhos era, na realidade, seu marido. Emocionada, mas controlando o choro, a senhora do Piauí explicou como ela tomou a decisão de vir ao Rio de Janeiro. Ela contou que falou para a irmã e esposo que ficassem juntos, falou com sua tia no Rio e planejou a viagem. Neste momento a estagiaria interrompeu seu pensamento perguntando sobre seus filhos e ela explicou que já tinham 16 e 17 anos e um já estava trabalhando. Logo ela deu os detalhes de como ela chegou no Rio em ônibus desde Piauí, como ela não tinha ideia de onde nada ficava, nem sabia como chegar à casa da tia. Neste instante outra participante explica como ela nem sabe como chegar a certos lugares no centro da cidade, imagina se ela estivesse chegando no rio pela primeira vez. Outra comenta sobre a coragem que a pessoa tem de vir a viver tão longe de onde são. A senhora de Piauí expressou que sabia que iria ser difícil, mas que se conseguisse trabalho já ia conseguir alguma estabilidade. Uma senhora de maior idade comentou, *“é por isso que você está aqui, aprendendo, fazendo algo. Melhor coisa que você pode fazer é aprender algo novo”*. A assistente social deu reforço ao comentário da senhora de maior idade, apontando o quanto positivo era que a senhora de Piauí havia tomado a iniciativa de ir ao CRMM-CR procurando informação sobre as oficinas e as amizades que havia feito. Em outras palavras, ela encaminhou a conversa para focar nos aspectos positivos, as conquistas que a senhora da Piauí conseguiu no tempo que estava no Rio. A senhora piauiense expressou que já havia feito algumas amizades e comentou sobre ter descoberto que uma das participantes da oficina morava na mesma rua que ela. No final da conversa a senhora de Piauí, na sua reflexão, comentou que depois de haver experimentado essa situação e se mudar, mesmo com todas as dificuldades que se apresentaram, reparou que não tinha sido feliz com o esposo por muito tempo.

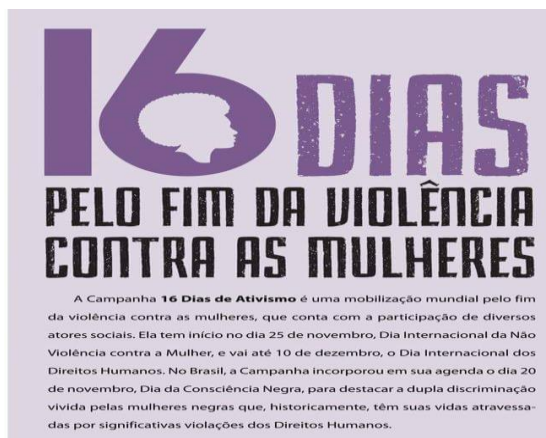
Este exemplo ressalta a necessidade de levar em consideração um conjunto de fatores existentes que fazem parte da realidade de mulheres participando das iniciativas estudadas nesta pesquisa. Foi possível observar que tanto nas atividades do CRMM-CR como em outras iniciativas estudadas nesta pesquisa, as mulheres responsáveis utilizam o recorte da interseccionalidade para avaliar o perfil das participantes, na compreensão da realidade que as participantes enfrentam, e para decidir como abordar certos temas e fazer previsões de assuntos que possivelmente podem surgir durante certas conversas. No caso da senhora do Piauí, ao saber que ela, como mulher, migrante e moradora da Maré se encontrava desempregada, a procurar ajuda no CRMM-CR, a diretora da instituição não só a informou sobre as oficinas de crochê e

costura, mas também indicou outras oficinas informativas, explicou a função do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), sua localização e como chegar partindo da passarela seis. Também a informaram sobre os programas sociais que podem ser acessados por indivíduos e famílias, bem como outras oportunidades que existiam no Centro de Referência da Mulher, no fundão. As oficinas serviram tanto para aprender uma técnica que poderia abrir as portas para a geração de renda como para criar laços e amizades com outras mulheres. No entanto também para se aprofundar em temas voltados a questão de gênero e a VCM, entrando em contato com percepções e experiências distintas, de modo a considerar opções e noções nunca concebidas para refletir, dialogar e criar coletivamente. Frequentando as oficinas a participante também conheceu melhor os indivíduos que trabalham no CRMM-CR ampliando sua rede de pessoas conhecidas. Participando dos eventos a mulher poderia ajudar na criação de solidariedade com outras mulheres, podendo vir a, por meio deste processo, conhecer novas pessoas e ter novas experiências, possibilitando uma ampliação da circulação dessa mulher na comunidade. O posto de saúde que fica ao lado do CRMM-CR pode se tornar um lugar aonde a senhora vai em busca de ajuda ou orientação com respeito a assuntos médicos básicos. O conhecimento sobre os programas sociais e os serviços da CRAS leva a possibilidade de ter algum planejamento ou solução, uma ajuda financeira de curto prazo que poderia servir como suporte e não como a substituição de uma renda completa. Visitar o CRAS poderia funcionar para ampliar a circulação dessa mulher na cidade em geral, além de diminuir o medo associado a caminhar pelas ruas de uma cidade desconhecida. Destaco ainda a participação do CRMM-CR na campanha mundial dos 16 dias pelo fim da violência contra as mulheres<sup>119</sup> (Figura 10) que representou um momento de produzir ações de ativismo pela eliminação da VCM.

---

<sup>119</sup> Campanha iniciada em 1991 no dia 25 de Novembro que é o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher e que são realizadas atividades de ativismo contra a violência contra a mulher, que chegou ao Brasil em 2003.

**Figura 10 - Fotografia do cartaz da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, retirada no CRMM-CR**



Fonte: A Autora, 2016.

#### **4.1.2 - O Grupo de Gênero e Sexualidade da Luta Pela Paz (GS-LPP)**

O Grupo de gênero e sexualidade da Luta Pela Paz (GS-LPP) foi criado em 2010 a partir da colaboração de seis profissionais, alguns funcionários da ONG Luta Pela Paz e uma voluntária. Originalmente a assistente social havia tentado iniciar algumas atividades em torno da questão de gênero, mas enfrentou dificuldades, particularmente pela carga de trabalho. Porém, a oportunidade surgiu a partir de inquietações compartilhadas pela assistente social, pela advogada, pela estagiária da assistente social, o coordenador de programas, o professor de filosofia e a voluntária. A adesão ao grupo era espontânea e voluntária, nada é obrigatório e os esforços, organização do grupo não surgiram da vinculação com outro projeto ou fundos adquiridos pela ONG LPP. Foi uma incitativa de natureza informal, autônoma, fundamentada no ativismo dos indivíduos que faziam parte do grupo. Reuniões foram feitas para discutir a necessidade deste tipo de trabalho no espaço, e na Maré de uma forma geral, para decidir os temas mais significativos tomando em conta os contextos da Maré e os perfis dos educandos, além de decidir o que seria exatamente o trabalho que desejavam empreender.

Os conhecimentos adquiridos por experiência e prática como os que fornecem os atendimentos sociais e psicológicos, reuniões com os pais, observação dos comportamentos e discursos de educandose funcionários nas aulas de classe e nas aulas de artes marciais, observação do convívio na Maré, foram levantados e discutidos pelo grupo no processo de

identificar o que seriam os temas em o grupo iria focar-se. Dos seis membros do GS-LPP, quatro eram moradores da Maré. O grupo identificou que trabalhar questões de gênero, particularmente padrões e normas tradicionais de gênero, era imprescindível e necessário devido ao público (crianças a partir 7 anos e jovens de até 29 anos) que frequentavam as atividades da ONG – sendo estes jovens e crianças moradores da Maré.

Uma coisa que chamou a atenção dos profissionais em um primeiro momento foram os tipos de vestimentas que algumas meninas usavam para frequentar as oficinas pedagógicas e as aulas de artes marciais, bem como o fato de os programas educacionais terem uma procura maior entre mulheres/meninas, ao contrario dos projetos de esportes que eram dominados pela presença masculina. Especificamente o que chamou atenção era o tipo de vestimentas que algumas meninas usavam para frequentar as aulas de artes marciais e educacionais e porque o programa de educação tinha um número maior de meninas enquanto os homens evadiram muito, e o programa de esportes um número maior de homens.

Todos os membros do grupo tinham conhecimento sobre gênero, mas suas experiências à respeito de temas relacionados às discussões sobre gênero e a atuação em trabalhos que englobem tal temática costumava variar de pessoa para pessoa. A equipe inicial era formada por pessoas que já trabalharam em algum momento na sua vida com a temática. A assistente social fez uma pós-graduação na UERJ e na Fiocruz. O professor de filosofia já trabalhou para a ONG Promundo, ministrando oficinas sobre sexualidade. A advogada também apresenta interesse pelo tema, lia de forma autônoma sobre gênero, política públicas para a mulher etc, de modo que possuía certo conhecimento sobre o assunto. As assistentes sociais tinham conhecimento pela natureza do trabalho, também porque o recorte de gênero aparece muito no campo de serviço social. A voluntária passou anos pesquisando e trabalhando em instituições que promoviam a perspectiva de gênero. A única que não tinha experiência formal, mas tinha um entendimento de vida, de militância, era a coordenadora de projetos. Ela foi identificada como peça fundamental para o trabalho acontecer, porque ela, que antigamente lutava boxe, era a articuladora que organizava a entrada dos educandos nos cursos, sendo que muito deste trabalho era inspirado em sua própria trajetória de vida. Os membros do GS-LPP se juntaram e, segundo seus relatos, encontraram uma causa, um desejo comum, uma intenção fundamentada na concepção de que a perspectiva de gênero era algo que precisava ser articulada num espaço para os jovens que

frequentavam a LPP. Inesperadamente, o grupo foi composto por indivíduos que ofereceram uma visão multidisciplinar.

Primeiramente foi decidido se o grupo iria trabalhar somente com meninas, com meninos, ou misturando ambos. Havia iniciativas na Maré que os membros do grupo sabiam que trabalhavam com mulheres especificamente e outro grupo que trabalhava questões de LGBT. Por fim o grupo decidiu trabalhar com meninas e meninos juntos porque acreditavam que era necessário criar um espaço onde ambos estariam presentes ouvindo uns aos outros. O diálogo e o ato de “ouvir o outro” foram questões destacados como fundamentais no trabalho de desconstrução. A violência em geral e a violência familiar eram duas manifestações sociais que foram consideradas na tomada de decisões, principalmente porque afetam ambos os gêneros, mulheres e homens, meninas e meninos.

O primeiro curso de GS-LPP, conhecido como o projeto piloto, ocorreu em setembro de 2011, em uma sala de aula da LPP, e foi focado em conceitos básicos como cultura, distinção de gênero e sexo, feminismo, homofobia, DST e HIV, além de outros. Os educandos interessados se inscreviam espontaneamente. Ao contrário de outras atividades da LPP, como a aula de cidadania, não era obrigatório fazer parte do GS-LPP, participar era uma escolha voluntária por parte do aluno. O projeto piloto de GS-LPP ajudou a definir a metodologia pedagógica do grupo, repensar o conteúdo que seria utilizado nas aulas, refletir sobre a melhor maneira de abordar certos temas na sala de aula e a necessidade de continuar os esforços do grupo principalmente por os desafios que enfrentaram no projeto inicial e o fator de haver aprendido nas aulas que questões de gênero precisam ser “trabalhadas” por muito tempo, de forma contínua. Oito educandos completaram o primeiro curso de GS-LPP.

Desde 2011 o GS-LPP teve quatro edições do curso de gênero que foram voltadas para o público de 14 a 29 anos, mas tiveram um ou dois educandos de 13 anos. Cada curso serviu para acrescentar o material com qual a equipe trabalhava, também para repensar as técnicas pedagógicas para abordar os temas e para aperfeiçoar a logística interna do grupo. Desde o projeto piloto o grupo identificou certos elementos fundamentais no processo do ensino sobre gênero e sexualidade. Além de identificar temas que precisaram ter mais tempo para abordar, a reflexão e grupos focais feitos com educandos previamente revelaram o seguinte: o importante papel da roda de conversa; a inclusão de atividades que fazem os educandos trabalharem com outros sentidos em quanto trabalhando um tema voltado a questão de gênero; quão crítico é

abordar temas não só fornecendo um olhar de outros lugares e países, mas também incorporando a realidade dos educandos; abordando questões raciais e de classe social junto a questões de gênero em vez de abordar tais temas de forma separada; e o papel da criatividade no ensino e na educação libertadora; a necessidade de ter dois educadores presentes para cada oficina. A equipe de GS-LPP planeja reuniões a cada dois semanas. Embora as vezes não conseguem realizar as reuniões devido as responsabilidades e demandas relacionados a seus cargos e empregos formais na instituição.

O GS-LPP desenvolveu uma metodologia que foi organizada em um manual conhecido como Manual de Gênero e Sexualidade da LPP e é utilizado como referência para a abordagem de temas nas aulas. O manual foi elaborado, escrito, revisado por todos os membros da equipe de GS-LPP e está fundamentado nas experiências que a equipe teve ensinando o curso de gênero e sexualidade na Maré. O manual está dividido nas seguintes seções: 1 - Cultura e natureza: implicações nas relações de Gênero e Sexualidade; 2 - Etnocentrismo e preconceito: suas implicações nas relações de Gênero e Sexualidade; 3 - Gênero; 4 - Sexualidade; 5 - Diversidade Sexual; 6 - Vulnerabilidades; 7 - Direitos Sexuais e Reprodutivos; 8 - DSTs e Aids; 9 - Aborto; 10 - Gravidez na Adolescência; 11 - Paternidade. Cada tema incluído no manual inclui seis técnicas distintas com seu próprio objetivo. Dentro das técnicas foram identificados passos específicos junto com exercícios, praticas, perguntas além de outras atividades que podem ser utilizados para abordar o foco da aula e guiar a discussão. Alguns são para introduzir um conceito principal, outros são para fomentar o pensamento crítico e o ultimo geralmente é para refletir. No final de cada técnica são sugeridos outros exercícios para abordar o tema principal. O curso aborda os temas em uma ordem especifica que foi discutido pela equipe. Existe uma sequência definida que a equipe entendeu ser melhor para abordar e introduzir alguns temas considerando o público alvo com quem trabalham. É importante destacar que o gênero não é o primeiro tema a ser abordado, de modo que parte-se de uma discussão sobre a cultura e a natureza que destaca o processo de naturalização dos papeis tradicionais que são designados a homens, mulheres, meninos e meninas. Neste foco, os professores utilizam uma dinâmica para discutir a diferença entre a biologia e o processo de socialização. Em cada oficina dois educadores estão presentes. Os dois dinamizadores também discutem e planejam a metodologia pedagógica e as atividades que utilizaram para abordar um tema específico considerando os objetivos destacados para a oficina. Depois da oficina os educadores escrevem um relatório sobre os



acontecimentos<sup>120</sup>, com detalhes sobre aula e o que foi discutido, e então enviam para todos os membros da equipe de GS-LPP. Nas reuniões da equipe de GS-LPP os membros conversam sobre as observações levantadas nos relatórios das oficinas e as consideram em termos da abordagem dos temas principais.

De todas as iniciativas estudadas na pesquisa a única que abordou o tema de vulnerabilidade como foco de uma oficina foi o GS-LPP. As oficinas de vulnerabilidade são abordadas depois de um exercício exploratório para determinar o que os educandos sabem sobre vulnerabilidade. Em outras palavras a conversa é focada em questões como – “O que significa vulnerabilidade?”, “Como se sente uma pessoa quando esta vulnerável?”, “Que tipo de coisas nos podem colocar em uma posição de vulnerabilidade?”, entre outras. Uma das oficinas observadas que abordou o tema vulnerabilidade, teve o objetivo de focar como a visão de masculinidade dominante na cultura brasileira torna os homens vulneráveis a determinadas situações. Nesta aula em particular a dinâmica foi realizada em uma sala de aula na LPP, com 15 educandos. Os professores apresentaram estatísticas, organizaram uma roda de conversa e um trabalho em grupo para abordar o tema. Foi apresentada pelos educadores uma lista de perguntas sobre situações de risco, cujos indicadores são oficiais. A lista inclui as seguintes questões: I) “Quem morre mais por armas de fogo: homens, mulheres ou ambos?”; II) “quem morre mais na infância: homens, mulheres ou ambos?”; III) “quem morre mais por acidentes de trânsito: homens, mulheres ou ambos?”; IV) “Quem se envolve mais em brigas: homens, mulheres ou ambos?”; V) “Quem morre mais por problemas cardíacos: homens, mulheres ou ambos?”; VI) “Quem se envolve mais com drogas: homens, mulheres ou ambos?”; VII) “quem apanha mais na infância: homens, mulheres ou ambos?”; VIII) “quem se envolve mais em situações de roubo: homens, mulheres ou ambos?”; IX) “quem se envolve mais em situações de furto: homens, mulheres ou ambos?”; X) “quem sofre mais acidente de trânsito?”. Diante destes questionamentos os educandos foram separados em grupos menores, de 3-4 integrantes, onde precisavam discutir cada questão e chegar a uma conclusão coletivamente. Os jovens deveriam responder quais os indivíduos mais vulneráveis

---

<sup>120</sup>Antigamente os relatórios eram escritos a mão. A partir de 2012 a equipe coletivamente decidiu que os relatórios e os planos das oficinas, desenvolvido pela dupla de educadores, precisavam ser enviados ao GS-LPP. Criaram um grupo de e-mail que acertava que todos os membros podiam acessar os planos de aula, os relatórios, deste modo abriam discussões coletivas através de e-mail, sobre a abordagem de temas, comportamento e situações particulares com educandos, técnicas pedagógicas e reflexões sobre os acontecimentos nas oficinas. Embora, devido as responsabilidades de seus empregos formais, a abertura do e-mail para o grupo ajudou com o planejamento de reuniões e atividades, substituição de educadores quando precisaram, e também com o compartilhamento de responsabilidades.

para cada situação, sendo as opções: homem, mulher ou ambos. Ao final, os grupos apresentaram suas respostas, o dinamizador foi colando as respostas no quadro e perguntou sobre como os grupos chegaram a tal conclusão. Em seguida, o dinamizador mostrou aos participantes o gabarito das questões, revelando que a resposta para todas as perguntas é: o homem. Depois conversaram e refletiram sobre que fatores influenciam na vulnerabilidade do homem e de que formas a vulnerabilidade da mulher está relacionada com a masculinidade dominante.

Em outra aula que deu seguimento ao tema de vulnerabilidade os professores convidaram os educandos (um total de 16) a realizarem uma dinâmica corporal em dupla cujo objetivo era medir a confiança que cada participante possuía no colega. A aula foi realizada no tatame onde acontecem os treinos de arte marciais. Foi criada uma fila horizontal e as duplas tiveram que se organizar de forma que um componente de cada dupla ficasse na frente e de costas para o colega. Passado este momento a pessoa alocada na frente deveria fechar os olhos, cruzar os braços e ao comando do dinamizador se jogar para trás. O colega de trás por sua vez deveria segurar o corpo do companheiro em queda. Após efetuarem este movimento algumas vezes houve troca das posições das duplas, neste caso os de trás passaram para frente e experimentaram a sensação de entregarem seus corpos em queda aos companheiros. Houve mescla de duplas.

Ao término da dinâmica o grupo foi convidado a falar sobre a atividade. Informaram que sentiram medo, desespero, insegurança, preocupação por terem que confiar em pessoas que não conhecem. Disseram que tiveram sorte que na atividade todos ficaram com pessoas mais ou menos do mesmo tamanho, pois se fosse diferente correriam maior risco de cair. Acrescentaram que em muitas situações na vida as pessoas depositam expectativas neles que nem sempre podem corresponder. Detectaram que algumas pessoas tiveram dificuldade em segurar o companheiro, de modo que nem sempre quem está jogando o corpo é a pessoa mais vulnerável.

Algumas educandas expuseram que em determinadas relações sociais algumas pessoas ficam mais vulneráveis porque são emocionalmente ou economicamente mais frágeis que outras. Uma educanda feminina deu o exemplo que se a pessoa for baixinha e negra como ela; as pessoas se sentem no direito de ofendê-la colocando apelidos do tipo: “pintor de roda pé” e ou chamando de “neguinha do cabelo duro”. Disse que não gosta deste tipo de tratamento e se impõe na frente das pessoas, as quais dizem que ela é “arretada”. Três educandos meninos informaram que o bullying é uma forma de deixar as pessoas vulneráveis, visto que nem todo mundo aceita de forma amigável determinadas brincadeiras e as mesmas podem levar à baixa autoestima. Um

deles reforçou o exemplo da menina e acrescentou o exemplo de quando chamam a mulher loira de burra, visto que tinha uma educanda loira na turma.

Em seguida os educandos foram divididos em dois grupos: um composto por meninos e o outro composto por meninas. O objetivo da atividade era que desenhassem os modelos de homem e mulher ideal que observam que a mídia nos impõe (Figura 11). Os meninos ficaram responsáveis de desenharem o homem e as meninas a mulher. Foram escolhidos dois voluntários que serviram de modelos para os desenhos e outros dois que fizeram os contornos dos modelos nos papéis.

**Figura 11 - Participante da oficina escrevendo sobre as características de uma mulher idealizada pelos padrões impostos pela mídia convencional**



Fonte: A autora, 2015.

Após muita discussão e interação durante a execução da atividade os grupos expuseram as suas conclusões. O Grupo de Mulheres desenharam uma mulher com corpo violão, barriga tanquinho, cabelão, piercing no umbigo, saia curta, salto alto, dinheiro no bolso. Informaram que a mídia mostra a mulher com formas definidas e se por acaso a mulher não for neste padrão é excluída. Uma das educandas deu o exemplo da comunidade onde vivem, pois segundo ela quando era mais nova se vestia e se comportava como o padrão de mulher que o grupo havia desenhado e chamava a atenção de muitos homens, se intitulou “*piriguete*”<sup>121</sup> nesta época.

<sup>121</sup> “*Piriguete*” é um termino pejorativo utilizado para descrever uma menina que é considerada “solta”, “galinha”, que utiliza roupa considerada “vulgar, uma pessoa não “seria.”

Atualmente não se veste e não mantêm o cabelão da ocasião e, em consequência, observa que não atrai mais a atenção dos homens na rua. Disse que se sente vulnerável.

Outra que deu o seu depoimento foi a mesma educanda que havia comentado mais cedo sobre ser baixinha e mais uma vez chamou a atenção para o fato de ser baixinha e negra também a faz se sentir vulnerável. Destacaram que muitas jovens estão colocando silicone, fazendo lipoaspiração e implante de cabelo para se enquadrarem no modelo de mulher ideal.

O grupo dos meninos desenhou um homem alto, porte atlético, intelectual, mentiroso, dinheiro no bolso. Informaram que o homem exposto pela mídia é o cara com dinheiro. Se por acaso o homem foge deste padrão muitas mulheres não o querem. Outro fator apresentado foi o corpo atlético o que leva muitos jovens a buscarem fórmulas mágicas para conseguirem músculos. Um aluno disse que ele mesmo em uma época de sua vida se sentia mal por ser muito magro e um “amigo” indicou que utilizasse uma fórmula para ganhar músculos. Informou que pensou bem e não aceitou. Disse que viu no Youtube<sup>122</sup> um vídeo de um rapaz que adquiriu uma infecção no braço por conta de injetar “bomba”. Outro aluno reforçou dizendo que os homens injetam a “bomba” (anabolizantes) no corpo acreditando que irão desenvolver a musculatura por igual e em alguns casos a medicação se concentra em apenas em uma parte e acaba gerando acidentes.

Foram questionados se o padrão de homem ideal imposto pela mídia está contribuindo para que os rapazes acabem se colocando em situações de vulnerabilidade quando injetam medicamentos no corpo buscando o corpo que veem na televisão. Da mesma forma foram questionados se o padrão de mulher que a mídia apresenta como ideal está contribuindo para que as jovens se coloquem em situações de vulnerabilidade na medida em que buscam cirurgias para mudarem seus corpos e utilizam produtos químicos para conseguirem um cabelo liso.

Em ambos os casos os educandos confirmaram que sim, o padrão de beleza que a mídia apresenta está contribuindo para situações de vulnerabilidade de homens e mulheres. Após serem convidados a formarem uma roda iniciou-se o debate. Uma menina disse que muitas mulheres se prostituem pelo fato de não terem dinheiro para financiar a beleza acabam se colocando em vulnerabilidade. Outra educanda por sua vez disse que até mesmo mulheres casadas se prostituem para seus maridos. Disse que em muitos casos o relacionamento já está deteriorado, mas mesmo

---

<sup>122</sup> Youtube é uma rede social onde indivíduos podem divulgar vídeos.

assim os casais ficam juntos e daí as mulheres querem tirar o proveito do dinheiro. Declarou também que no caso dos homens que se sentem preteridos por mulheres pelo fato de não terem dinheiro devem repensar estas relações, pois os relacionamentos devem estar alicerçados na base da confiança, respeito, companheirismo. Diante disto, um dos educandos informou que o termo correto para prostituta é meretriz.

Os educandos foram questionados se o fato da pessoa ser pobre e querer se enquadrar no modelo de beleza imposto pela mídia a deixa mais vulnerável. Todos confirmaram que sim e uma educanda deu o exemplo de que se a mulher não tem dinheiro para comprar roupas, se arrumar e cuidar do cabelo, e assiste outras mulheres fazendo isto, ao se comparar com a outropode ter sua autoestima afetada e com isso a pessoa fica vulnerável. Diferente de outra oficina em que os educandos foram convidados a anotarem nos seus bloquinhos algumas reflexões que surgiram na oficina. A aula deu continuidade a temas de gênero já discutidos e ao mesmo tempo discutiu assuntos relacionados ao corpo, a padrões de beleza associados a padrões de gênero que colocam indivíduos em vulnerabilidade. Embora o tema transversal de raça tenha surgido e tanto as meninas como os meninos tenham conseguido compreender como a vulnerabilidade de homens e mulheres estão relacionadas. As dinâmicas pedagógicas incluíram trabalho corporal, desenho e roda de conversa. Em geral, as oficinas focadas em vulnerabilidade observadas sempre tiveram uma reflexão sobre como a vulnerabilidade está desenhada na realidade brasileira sendo potencializada por arranjos de gênero, raça-etnia, geração, classe e outros. Nas outras iniciativas observadas o tema de vulnerabilidade fez parte das discussões, mas não colocaram uma oficina ou atividade específica para trabalhar o assunto.

Em outra oficina observada foi abordado o tema da gravidez na adolescência. A oficina aconteceu em uma sala de aula da sede de LPP. Havia 15 educandos presentes. A atividade teve início às 17h e começou com os educandos relatando a experiência vivida durante a visita aos postos de saúde. Alguns relataram que foram bem atendidos e outros nem tanto. O grupo chegou à conclusão que há um despreparo dos funcionários para lidarem com questões relativas ao sigilo para lidar com a sexualidade. Por isto muitos jovens se sentem constrangidos em buscarem informações nas unidades de saúde. Uma educanda deu exemplo de que uma vez foi buscar camisinha no posto com o namorado e a pessoa que os atendeu gritou bem alto: “– *Fulano pega camisinha para eles!*” Como no posto havia pessoas conhecidas da comunidade, a educanda se sentiu constrangida. Disseram que, uma vez que os adolescentes não possuem um lugar de

atendimento específico no serviço, ficam expostos a situações constrangedoras. Estas acabam afastando os jovens dos postos de saúde e conseqüentemente aumentando o risco de se relacionarem sexualmente sem orientação ou prevenção aumenta.

A participação dos educandos foi intensa. Todos relataram alguma experiência relacionada há como se sentiram na primeira vez que foram em um serviço de saúde e como foram tratados. Com o debate foi enfatizada a importância do acesso às informações, seja em casa, na escola e principalmente nos postos de saúde. Disseram que seria importante que existissem projetos que empregassem jovens e adolescentes para realizarem o trabalho de sensibilização com outros jovens e adolescentes, pois seria mais eficaz, uma vez que facilitaria a interação. Outro ponto de discussão foi sobre a criação da noção de adolescência que é recente, apenas 23 anos. Isto porque alguns educandos falaram que muitas pessoas mais velhas às vezes criticam às adolescentes por elas terem filhos, mas muitas senhoras de idade também tiveram várias crianças, muitas vezes em idades supostamente precoces. Foi exposto que antigamente as mulheres não tinham muitas opções de escolha para lidarem os seus corpos e assim que menstruavam eram conduzidas ao casamento. Na oficina anterior haviam assistido o documentário “Meninas” que relata a experiência de grupo de jovens, em distintas partes do Brasil, que ficaram grávidas na adolescência e como estavam lidando com a situação. Numa segunda parte desta oficina os educadores começaram uma discussão para levantar as reflexões dos educandos sobre o documentário. Os educandos foram divididos em grupos. Os professores entregaram uma série de questões sobre o documentário que cada grupo tinha que discutir entre si. O questionário inclui as seguintes questões: I) “O que há de comum entre as adolescentes grávidas?”; II) “elas tinham alguma informação sobre métodos de prevenção?”; III) “analisando cada um dos casos apresentados no filme, tente identificar algumas conseqüências imediatas da gravidez precoce.”; IV) “quanto a emoções: Acreditam que é possível saber ao certo o que é o amor, ainda na fase da adolescência?”; V) “vamos analisar o caso que envolve a Edilene, a Joyce e o Alex. Quais as conclusões que podem tirar em relação ao comportamento de cada uma das meninas durante a gravidez?”; VI) “Quando a gravidez é desejada pela menina<sup>123</sup>, e não pelo menino, quais são as conseqüências?”; VI) “analise a estrutura familiar de cada uma das meninas e explique como isso pode ter afetado na formação de pensamento delas?”; VII) “elas estavam

---

<sup>123</sup>No caso da Luana.

preparadas para serem mães”?; VIII) “que futuro pode ser previsto para essas meninas?” Depois cada grupo foi chamado para dialogar sobre as questões apresentadas.

Os educandos perceberam que todas as adolescentes do filme eram de comunidades carentes. Foram questionados se somente adolescente de comunidades que engravidam e os jovens informaram que não, que em zonas nobres as famílias encobrem os fatos e também utilizam o aborto com frequência. Relataram que as estatísticas relacionadas à gravidez na adolescência são mais comuns de serem realizadas nas favelas e mostraram que a mídia também contribui para que este estereótipo seja montado, mantido e reforçado. Em relação a consequências imediatas da gravidez na adolescência eles destacaram o abandono escolar, a necessidade de amadurecer precocemente para assumir a responsabilidade de uma criança, a perda de liberdade, deixar de adquirir coisas, uma vez que tem que pensar primeiro na criança, ficar sem tempo para fazer diversas atividades de lazer que faziam normalmente etc.

Contudo, foi destacado na conversa entre educandos e educadores que cada caso é um caso, e que embora alguns adolescentes não sejam capazes de cuidar de crianças e assumirem responsabilidades integralmente, é importante contarem com uma rede de apoio. Terminaram discutindo sobre seus sentimentos e emoções. Levantaram a questões sobre se é possível existir o amor nessa fase da vida, se o adolescente já está preparado para isso. Os educandos levantaram várias conclusões sobre o que é o amor. Identificaram diferenças entre desejo e paixão. Essa discussão foi muito calorosa e a participação foi unânime. No fim da discussão a turma foi dividida em duplas. Cada dupla recebeu um ovo pintado que simbolizava um filho que o grupo deveria cuidar e trazer para a próxima aula, que seria sobre a temática da Paternidade. O dever de cada membro (dupla) era para relatar o que o outro fez para cuidar do “filho”. A observação da oficina serviu para levantar questões ao respeito da abordagem de temas focados na igualdade de gênero e o fator de idade e geração dos participantes.

Além das oficinas, a equipe de GS-LPP fez capacitações internas focados em gênero para os funcionários da LPP como os professores esportivos e outros grupos de funcionários. Em três ocasiões planejaram e coordenaram uma capacitação interna focada. As capacitações internas focaram em questões básicas de gênero e sexualidade, sexualidade e homofobia, influência dos arranjos de gênero e Sexualidade nas relações sociais considerando o patriarcado, feminismo e raça. Depois de 2014 algumas oficinas de gênero foram realizadas em outras sedes da LPP em Marcílio Diaz e Baixa do Sapateiro. Atividades pontuais como exposições de fotografias e filmes

também foram articulados na sede principal da LPP e nos outros pólos. Exemplos incluíam exposição sobre “Paternidade”, com fotografias de pais que são participantes da LPP. Exposição conhecida como “Nosso Corpo nossa história”, que trata sobre os padrões de gênero e a descolonização de pensamento atribuída aos corpos femininos. Também apresentaram aulas sobre Heroínas Negras e confecção de bonecas Abayomi. A equipe GS-LPP também planejou e coordenou rodas de conversas com mulheres da Maré. Uma foi em parceria como Grupo Cultural Balé das Yabás<sup>124</sup> onde educandas da LPP e outras mulheres da Maré participaram de uma conversa, reflexão sobre as vulnerabilidades das mulheres, dando ênfase nas vulnerabilidades das mulheres negras<sup>125</sup>. Foi observado que os eventos e atividades que colocavam mais ênfase na interseccionalidade de fatores como raça e classe social aumentaram depois de 2015 quando o grupo de Raça e Etnia foi formado na LPP, que alguns membros da equipe de gênero fazem parte.

A equipe de GS-LPP colaborou e fez parcerias com uma série de outras instituições, indivíduos e organizações de base da Maré que tem interesse em questões de gênero e que de alguma forma já vem trabalhando com gênero e sexualidade. Desde 2012 a equipe atua junto com os participantes do curso de GS-LPP na Feira de Saúde da Maré antigamente organizada pelo posto de saúde, atualmente organizado por Conexão G<sup>126</sup>. Embora também participem da parada LGBT na Maré também organizado por Conexão G. Além de participar do GS-LPP a equipe ajudou a organizar seminários dentro da Maré focados em questões de gênero, na mulher negra na sociedade, saúde reprodutiva e sexualidade. Em 2016, por exemplo, ajudaram a organizar em parceria com o grupo de raça e etnia da LPP e as Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES) Seminário Tereza de Benguela, focado no dia internacional da mulher Caribenha e afrodescendente. O seminário, que aconteceu no Centro das Artes da Maré, tinha como objetivopensar nos desafios e resistências que as mulheres negras vivenciam no seu cotidiano.

---

<sup>124</sup> O grupo cultural Bale Yabas é composta por duas mulheres negras do Rio de Janeiro. Elas utilizam Mitos Iorubanos referentes aos principais orixás femininos cultuados no Brasil - as Iyabas (iemanjá, oxum, Iansã) e trabalham a semelhança entre tais mitos e vivências da vida cotidiana das mulheres na sociedade brasileira. Constituem uma organização de base com financiamento de um edital.

<sup>125</sup> Este evento aconteceu 18 de maio de 2016 no Galpão Bela Maré na Comunidade Nova Holanda e foi uma parceria entre as equipes de raça-etnia e gênero- sexualidade da LPP; Redes de Desenvolvimento da Maré e Grupo Cultural Balé das Yabás.

<sup>126</sup> O Grupo Conexão G é uma ONG, fundada em março de 2006, porém originada de um Grupo de Jovens que resolveram realizar ações de reflexões sobre a homossexualidade em favelas. É conhecida como a primeira ONG comprometida com a causa LGBT em favelas. A conexão G esta localizada na comunidade da Nova Holanda.



Alguns membros do GS-LPP foram convidados como palestrantes. O grupo de GS-LPP também participou de eventos e ações do CRRM-CR na vila do João como os da campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da VCM (Figuras 12 e 13). Alguns membros participaram das aulas do Espaço Casulo.

**Figura 12 - Fotografia da barraca da luta pela paz na campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violencia contra a mulher**



Fonte: A Autora, 2015.

**Figura 13 - Educando das oficinas da luta pela paz explicando sobre sexualidade para participantes das atividades da campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violencia contra a mulher**



Fonte: A autora, 2015.

A equipe de forma coletiva utiliza as redes sociais como WhatsApp e Facebook para divulgar informações sobre seminários, eventos, literatura, pesquisas, notícias, cursos de extensão que focam em assuntos ao respeito de gênero e sexualidade. Além disso, é interessante destacar que os membros da equipe coordenam e planejam viagens para participar de eventos, com objetivo de assistir e apresentar artigos em seminários focados em gênero. A primeira viagem que

a equipe fez juntas foi em 2012 a João Pessoa (PB), para apresentar um artigo sobre o trabalho do GS-LPP, bem como participam em seminários no Rio de Janeiro. Em 2016 membros da equipe de GS-LPP irão para Florianópolis para participar das atividades do “seminário internacional Fazendo Gênero”.

#### **4.1.3 – Projeto Maré de Sabores – Redes da Maré**

Apesar de incluir a educação de gênero em outras iniciativas, principalmente nos seus programas educativos direcionados a auxiliar moradores das comunidades a passarem pelo vestibular, as Redes da Maré<sup>127</sup> só tem um único projeto - Maré de Sabores - que é focado para atender mulheres da Maré. Neste sentido, este projeto não tem a intenção de trabalhar a perspectiva com distintos sexos, mas com mulheres de diferentes gêneros<sup>128</sup>. Eles não abrem vaga para homens. A iniciativa começou a partir de um programa chamado Criança Petrobrás que trabalhava em doze escolas da Maré, desde a educação infantil até o ensino médio. Em algum momento a Petrobrás não renovou o contrato e o programa esteve parado já a dois anos, mas durou 10 anos. O programa Criança Petrobras fazia uma parceria com uma organização que faz esse trabalho com as escolas, neste caso com as Redes. Esse programa era focado em educação, pois trabalhava com as crianças no contra turnos. Crianças que estudam de manhã iriam na tarde a participar em cursos, aulas de artes e cultura, capoeira, teatro, inglês, espanhol, francês. Por outro lado, ele tinha uma reunião quinzenal com os pais. Nessas reuniões de pais, só iam mães, avós tias. Numa dessas reuniões de pais, algumas das mães surgiram com a demanda de querer fazer alguma atividade.

Foi explicado que originalmente, quando o projeto abriu vagas de inscrição, ele não tinha esse recorte de gênero. Como nas reuniões de pais só iam mães nesse primeiro momento da iniciativa o foco estava numa oficina de gastronomia querendo melhorar a qualidade da alimentação das crianças já que são as mães que cozinha e preparam a comida para seus filhos. As aulas começaram no CIEP da comunidade. Durante as observações a relação entre a ONG das Redes e seu papel com respeito aos direitos sociais dos moradores foi levantado tanto pelos

---

<sup>127</sup> Redes da Maré está localizado na Nova Holanda

<sup>128</sup> Exemplo: mulher cis, mulher trans, mulher não-binária etc.

empregados quanto por mediadores, líderes locais, e moradores que trabalham em outras ONGs na Nova Holanda, principalmente fazendo referência a diretora das REDES, Eliana de Souza e Silva. Professores das Redes e as encarregadas do projeto apontaram que a instituição já tinha uma demanda de pensar e refletir o papel da mulher na Maré, pensando na melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento territorial desse espaço porque historicamente as mulheres estão nesse centro de luta militante pelas melhorias das condições básicas da Maré. Foi levantado em várias ocasiões o papel que levou a diretora quando ela foi presidente da associação de moradores da Maré aos 18 anos, o fato que ela era da chapa rosa e as conquistas em termos de condições sociais que conseguiram naquela época. As coordenadoras do projeto levantaram a relação que tinha a Maré de Sabores com a visão das Redes para melhoria da qualidade de do território dos moradores, a melhoria da qualidade de vida desse espaço de toda a Maré e o papel que levou a ação e mobilização coletiva nesse processo ligado ao processo histórico das lutas sociais na Maré. Sempre houve um levantamento e destaca com respeito do trabalho em coletivo.

A iniciativa Maré de Sabores começou em 2010 em uma sala de aula na escola Vicente Mariano que fica ao lado da comunidade Baixa do Sapateiro. A maioria das mulheres que participaram não tinha Ensino Médio nem qualificação profissional. Uma segunda intenção ressaltada foi o interesse que a instituição teve de oferecer qualificação profissional em culinária para estas mulheres dado a formação educacional das participantes. A professora de gastronomia, residiu na Maré até os 4 anos de idade, ainda tem familiares que moram na Maré, e a mãe dela é dona de alguns negócios na região. Dois anos após encerrar sua carreira em gastronomia iniciou o curso com as mães. A professora expressou que ela tinha desejo de trabalhar na Maré, especificamente com a educação e gastronomia por várias razões e, em especial para contribuir com território de forma positiva. A coordenadora atual do projeto entrou dois anos depois, em 2013, e havia trabalhado em várias organizações como a ONG Mulheres que focava em questões de gênero e direitos sociais. Inicialmente o curso era de 9 meses, contando com encontros semanais, com uma turma de 15 mulheres pela manhã e 15 mulheres pela tarde. Cada aula era de três horas.

Dois questões influenciaram na decisão de procurar um novo espaço para a iniciativa. Uma estava vinculada a dificuldade devido o espaço limitado na escola para o curso de gastronomia e pelo crescimento na demanda por parte de outras mães, particularmente mães, mulheres cujos filhos não eram estudantes da escola Vicente Mariano. A diretoria da escola não

permitia que mulheres ou pais, quem não tinha filhos matriculados na escola, participassem dos cursos. Perceberam que para poder ter de atender um maior número de mulheres participando do curso precisavam um local mais adequado. No mesmo tempo a Redes da Maré passa nesse momento a administrar, por via de edital, a Lona Cultural da Maré, um equipamento público de cultura<sup>129</sup>. Foi explicado que nessa época a Lona Cultural da Maré estava num estado de mais ou menos abandonou e não estava sendo utilizando porém para iniciativas culturais. Na Lona Cultural existia uma cantina, onde o curso poderia proceder e fornecia um espaço maior para as atividades do curso de gastronomia. Ao mesmo tempo a transferência do curso desta a escola para a Lona Cultural permitiu o ingresso de mais mulheres na iniciativa. A Maré de Sabores ganha o recorte de gênero também quando a iniciativa ganha financiamento através de um edital da Caixa, que era voltado para mulheres.

Foi explicado que por uma escolha política decidiram ocupar a Lona da Maré, pois desejavam fomentar uma cultura que fizesse parte desse território, que não viesse de fora para dentro e que estabeleça relações conturbadas com isso, ao mesmo tempo entendendo que a lona representa um espaço público dentro da Maré que por algum tempo permaneceu sem uso. A Lona fica especificamente na divisa de duas facções (Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando (TC)) e anteriormente esteve fechada por um ano. Antes que Maré de Sabores estivesse na Lona, foi indicado que a administração anterior havia deixado a Lona porque os grupos civis armados acabaram ocupando esse espaço. Conforme a coordenadora, as Redes acabam desejando ocupar esse ambiente para evitar a possibilidade de novamente aquele espaço perpetuar esse estigma negativo resultante das características desta área de divisa das fronteiras dos territórios das facções. A Lona costumava ser entendida como um lugar simbólico, um local que costumava ser visto como perigoso e por isso era evitado pelos moradores. As primeiras mulheres que participaram das oficinas realizadas na Lona declararam que nunca tinham ido lá mesmo morando ao lado da Lona porque a Lona representada um espaço "de conflito", em outras palavras, era um espaço que ninguém frequentava, um ambiente que gerava medo nas pessoas justamente por causa dos grupos civis armados que exerciam o controle sobre este território.

---

<sup>129</sup> Isto é outro exemplo de terceirização dentro da Maré. Cabe ressaltar que as coordenadoras expressaram que em geral o posicionamento delas era que instituições públicas como a Lona da Maré não deveriam ser administradas pelo poder público pelo fato que pudesse ter outros parâmetros diferentes, que impõem uma visão de "fora para dentro."

Quando a Maré de Sabores ocupa a Lona e começa a desenvolver atividades com recortes de gênero e cidadania, além do curso de gastronomia como uma demanda de qualificação profissional, passa a utilizar a gastronomia como uma ferramenta para refletir e produzir estratégias educativas para as mulheres da Maré construírem uma nova perspectiva sobre esse território. Deste modo, tais oficinas assumem as características de servirem como espaços de reconstrução de identidades e subjetividades, de produção de novos saberes e construção de formas de resistência e (re) existências.

Na visão da iniciativa, a gastronomia é uma ferramenta que pode ser empregada para estimular discussões de gênero e cidadania. Essa perspectiva do projeto pensa no papel da mulher como personagem central para o desenvolvimento territorial da Maré, e a qualificação profissional é considerada como ferramenta que possibilita romper o ciclo de violência contra a mulher gerando renda e autonomia financeira para as mulheres. Ao mesmo tempo, juntando gastronomia com temas referentes às mulheres considera-se como uma experiência que pode servir para que tais sujeitas tenham uma reflexão, conscientização e uma maior circulação no território para melhorarem a realidade delas e de toda a Maré.

Durante a observação das atividades da Maré de Sabores, estavam no meio da mudança da Lona Cultural para o novo espaço, a Casa da Mulher. As participantes do curso tinham encontros semanais, normalmente realizados nas terças-feiras, quando tinham aula de gênero e nas quintas-feiras, a aula de gastronomia. Cada aula tinha duração entre duas a três horas, sendo que algumas atividades chegavam a durar mais de três horas. Assim foi se formando um coletivo composto por mulheres com formação em gastronomia através de sua participação na Maré de Sabores, tal coletivo gerava uma série de produtos que eram vendidos ou contratados para parcerias onde o que era produzido ia para a organização de coffe-breaks de eventos de outras instituições. Porém é preciso destacar que estas mulheres não tinham salário fixo e em muitos casos dependiam de outra fonte de renda. Algumas integrantes do coletivo fizeram parte do primeiro grupo da Maré de Sabores. Em alguns casos, as mulheres expressaram uma certa dificuldade devido ao trabalho do coletivo ainda não ter alcançado o nível necessário para servir como principal fonte de renda destas trabalhadoras. Muitas participantes além de estarem envolvidas com o coletivo desenvolveram seus próprios negócios produzindo pizzas, quentinhas, bolos e outros produtos caseiros. Neste momento, pude conhecer inúmeras mulheres, provenientes de distintas comunidades da Maré, algumas que já conheciam o projeto Maré de

Sabores, outras que nunca ouviram falar sobre a iniciativa, entre as que já ouviram falar e expressavam interesse em participar frequentemente levantavam a preocupação de que o projeto não se localizava nas mesmas comunidades onde elas moravam.

Os temas das aulas de gênero eram pré-determinados. O curso de gênero era ministrado por duas mulheres, cada uma responsável por certas aulas e por abordar temas específicos. Em geral, apenas uma professora era responsável pela metodologia da aula e pelas estratégias escolhidas para abordar o tema. As metodologias variavam muito, empregando rodas de conversa, reflexões sobre textos, apresentações de Powerpoint, exibição de filmes etc. Todas as aulas envolveram diálogos e conversas em grupo, em geral, o curso costumava ser dividido em vários temas começando com o conceito de gênero e logo abordando temas como a saúde reprodutiva, VCM, temas relacionados à interseccionalidade, além de outros. As professoras já tinham um tempo pré-determinado para abordar certos temas, destacando que assuntos como saúde reprodutiva e VCM eram temas que exigiam mais tempo dado sua complexidade. Foi indicado que os cursos de gênero começam distinguindo entre sexo e gênero, sendo dada ênfase para a relação de sexo com a biologia e destacando que o gênero é algo construído socialmente. A construção social é explicada através da conceitualização de relações de poderes. Uma estratégia que as professoras utilizaram para exemplificar não só a relação entre a opressão e questões interseccionais, mas a questão da subordinação da mulher no mundo foi apresentar exemplos de países com realidades muito diferentes do Brasil, incluindo Paquistão, Arábia Saudita, Índia, Suécia etc. Nestes casos, a professora tinha o objetivo de destacar que essa opressão-subordinação não é experimentada apenas por mulheres na Maré, no Rio de Janeiro ou no Brasil, mas sim, por mulheres em todas as partes do mundo.

A abordagem do tema Saúde reprodutiva foi diferente em comparação com outras iniciativas, pois em grande parte incluiu uma aula sobre os lugares onde eram oferecidos certos serviços relativos à saúde da mulher. A aula focada no sistema único de saúde (SUS), utilizou roda de conversa que teve início a partir de um questionamento direcionado às participantes acerca de que locais iriam buscar se o filho ficasse doente, ou se precisassem de um médico especializado etc. A roda de conversa serve tanto para levantar e avaliar quais conhecimentos as participantes têm sobre os serviços públicos de saúde encontrados na Maré e nas redondezas, como a compreensão destas mesmas sobre o sistema burocrático presente em cada um destes locais. Ao mesmo tempo, em coletivo e através do diálogo, as participantes levantam suas

dúvidas e compartilham suas experiências. Nesse processo as funções e competências dos lugares que fazem parte do sistema de saúde são identificadas, como por exemplo, o posto de saúde, a UPA, o médico da família, hospital estadual e hospital federal. Deste modo, caso as participantes não tivessem conhecimento prévio de onde ir para fazer um exame preventivo, como e onde proceder quando tem uma indicação médica, ou se vivenciaram uma confusão tendo que visitar vários lugares para um assunto médico, poderiam esclarecer tais dúvidas por meio das experiências e relatos das demais mulheres, assim, tais mulheres somam seus conhecimentos e memórias com intuito de produzir um novo conhecimento capaz de mapear os principais serviços de saúde localizados na Maré e nas regiões de entorno. Ao mesmo tempo, durante a explicação das competências de cada lugar a educadora ia incorporando as informações sobre a rede de atendimento à mulher. Por exemplo, na sua explicação dos serviços fornecidos pelo Hospital de Bonsucesso, ela também indicou a capacitação das enfermeiras de trabalhar com vítimas de estupro e de violência, fornecendo informações sobre como seria o procedimento, como esse procedimento se distingue de "prestar queixa na polícia", ressaltando o papel que essas informações provenientes do serviço de saúde promovem com respeito aos dados sobre os distintos tipos de VDG.

No curso de gênero da Maré de Sabores também é abordado o tema de doenças sexualmente transmitidas (DSTs) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). É realizada uma explicação sobre as características, os sintomas e diferenças entre algumas DSTs, identificando quais doenças são mais comuns de acordo com as estatísticas. As participantes são ensinadas sobre as distintas formas de contraceptivos e anticoncepcionais, sobre a diferença entre uma camisinha masculina e a feminina. Também conversam sobre o modo correto de colocar uma camisinha demonstrando de forma prática por meio do uso de um pênis de silicone.

O tema específico da VDG foi abordado em três aulas, tais encontros focaram em distintas formas de VDG, a violência doméstica e a Lei Maria da Penha. A aula que abordou as distintas formas de VDG teve início com a pergunta "alguém aqui já sofreu algum tipo de violência?", neste momento nenhuma mulher admitiu ter sofrido violência, mas várias indicaram que uma amiga, parente ou a própria mãe havia sofrido. Neste caso, a aula combinou a conversa com uma atividade de exploração. Assim, foram realizadas perguntas para ver o que as participantes entendiam por "violência simbólica", "abuso verbal", "abuso físico" etc. Na conversa sobre cada tipo de violência as participantes foram apresentando suas observações,

experiências e relatos, em alguns momentos expressavam uma grande surpresa ao descobrir que determinado comportamento poderia ser associado à VCM. Neste ponto, uma das participantes descreveu uma experiência de assédio que vivenciou em um ônibus, diante disto, outras duas mulheres compartilharam relatos de experiências de assédio em lugares públicos. A conversa então se encaminhou para outra atividade onde as mulheres foram questionadas sobre o percurso que tomariam se precisassem caminhar de noite, depois de certa hora, e por quê tomariam essa trajetória. Por meio desta discussão as mulheres puderam distinguir as semelhanças e as diferenças entre as escolhas de cada uma das participantes, gerando uma reflexão sobre quantas vezes por dia, ou ao longo de suas vidas, elas se sentiram obrigadas a repensar seus trajetos para evitar situações de violência, refletindo sobre a naturalização da VCM na sociedade e sobre como muitas vezes as próprias mulheres são obrigadas a desenvolver táticas para evitar a exposição à situações de violência, como se precisassem de um esforço constante em suas vidas para não se tornarem vítimas. Foi observado que mesmo nos casos de mulheres que moravam próximas umas das outras surgiram diferenças nas trajetórias e estratégias de cada uma e isto muitas vezes foi associado a diferentes fatores incluindo as relações destas mulheres com outros moradores do território, o tempo em que moram na Maré e se haviam trabalhado fora de casa ou não.

Cabe ressaltar que numa outra aula onde a violência sexual foi abordada, o papel da religião foi marcante e até mesmo desafiador. Nesta ocasião as participantes foram divididas em grupos onde tinham que identificar se determinada situação era uma de violência sexual, e em caso positivo, deveriam destacar o tipo de violência sexual, e discutir como a vítima deveria agir conforme os detalhes da situação. A partir desta discussão os grupos escreveram seus pontos de vista e então deveriam apresentar para o coletivo. Não houve tempo para fazer as apresentações, porém foi realizada uma discussão mais geral onde discutiram alguns casos. Um dos grupos teve que analisar um caso de violência sexual sofrida por uma criança, diante disto, uma participante deste grupo, em uma conversa particular com a professora, defendeu o ponto de vista de que a criança merecia morrer porque era ela quem havia pecado e não o homem que havia estuprado a criança, posicionando-se como se a criança tivesse uma dupla culpa: a de ter se entregado ao pecado da carne e, ao mesmo tempo, corrompido o homem que a estuprou. É preciso destacar que tal conversa foi realizada fora do momento da atividade, em particular, de modo que tal discussão não pode ser debatida com o coletivo. Quando interroguei a professora sobre esta situação ela ressaltou a dificuldade que costuma enfrentar para trabalhar com certos temas que em outro



contexto não seriam vistos como algo tão polêmico. Esta educadora também destacou a importância da sensibilidade e o cuidado necessário para trabalhar questões de gênero na Maré por parte de quem ensina ou está relacionado com a perspectiva de gênero. A questão principal nestes casos não era relativa a uma impossibilidade de abordar certas temáticas, mas sim, as formas de abordar determinados temas que precisam tomar em conta os distintos e diversos pontos de vista existentes na Maré. Neste sentido, a situação descrita anteriormente pode constituir o que Gupta e Ferguson (1992) descrevem como a dificuldade de dar conta das diferenças culturais no interior de uma localidade.

Na aula dedicada a Lei Maria da Penha, as participantes e a professora fizeram a leitura da lei e discutiram partes do documento em grupo. Cabe ressaltar que esta metodologia centrada na leitura de textos e posterior discussão sobre a leitura também foi empregada para abordar outros temas, em especial nos casos em que precisavam abordar temas mais complexos como, por exemplo, o aborto<sup>130</sup>. A conversa então foi identificando os tipos de violência criminalizados pela lei e refletindo sobre o que a LMP significa enquanto ferramenta política. Além disso, o grupo também debateu sobre o que consiste em uma relação afetiva. A maioria das participantes relacionava a discussão sobre a VDG com o texto, o que provocou outra reflexão sobre a VDG, diante disto foi possível observar que não discutiram a aplicabilidade da lei em termos do contexto da Maré ou sobre a probabilidade de uma mulher acessar a LMP, sendo moradora da Maré. A professora me comentou que estava ciente da complexidade em torno da decisão de uma mulher em acessar a LMP, no caso de uma mulher moradora da Maré, mas o objetivo da aula foi informar estas mulheres sobre a LMP apontando o que se encaixa dentro da lei, pois se caso algum dia elas mesmas ou outra pessoa que conhecem precisassem elas iriam ter esse conhecimento disponível.

As aulas de gastronomia (Figura 14) complementavam as aulas de gênero de várias formas. Primeiramente, era nas aulas de gastronomia que as participantes falavam dos temas discutidos na aula de gênero anterior, mas nestes casos, já traziam suas reflexões acerca da última

---

<sup>130</sup>No caso da aula sobre aborto a professora utilizou o texto do médico brasileiro Dráuzio Varella. Fui informada que por muito tempo não abordaram o tema do aborto por ser considerado um tabu, mas que por meio do texto iriam abordar pela primeira vez. O texto é simples e aborda três pontos principais da origem da vida. As 3 correntes destacados no artigo foram: a origem religiosa, a corrente científica e a questão de saúde pública. O texto explica, por exemplo, como é feito um aborto de fundo de quintal, com agulha de tricô e quais as possíveis consequências destas práticas para a mulher. Na aula que o texto foi apresentado as participantes apresentaram uma variedade de expressões. Mulheres apresentaram suas opiniões e destacaram uma série de questões durante a roda de conversa e ao longo da leitura do texto.

discussão realizada permitindo aprofundar os debates iniciados na aula passada. Assim, muitas vezes assuntos que não surgiram durante a aula de gênero surgiam na aula de gastronomia no meio da aprendizagem e prática de cozinhar. As aulas de gastronomia focavam no uso de alimentos comuns para a produção gastronômica, produtos conhecidos por todas as mulheres, como ovos, batatas, mandioca, entre outros, foram utilizados para ensinar sobre nutrição e para apresentar diferentes pratos de gastronomia que poderiam ser produzidos a partir destes ingredientes básicos. Neste processo, a professora também ensina sobre o modo de usar distintos aparelhos, utensílios e fornos destacando para que são usados, apresentando as técnicas culinárias, noções de higiene, informações sobre a validade e preservação de alimentos.

**Figura 14 - Fotografia das participantes da oficina de gastronomia da maré de sabores**



Fonte: A Autora, 2016.

Antes de começarem as aulas de gastronomia todas as participantes precisam ter as mãos lavadas e o cabelo preso com uma toca. Uma vez prontas, as mulheres se reúnem no centro da cozinha onde a professora começa a apresentar a lição do dia que, em geral, parte de uma apresentação do alimento será utilizado para produzir os pratos do dia. Como exemplo, trago o caso de uma atividade cujo foco foi à utilização de batatas no preparo de diferentes pratos. A professora descreveu e exibiu para as participantes todos os tipos de batatas que iriam utilizar nas receitas, destacando as diferentes propriedades nutricionais de cada uma e explicando porque algumas variedades são mais indicadas para certos pratos. Entre as variedades de batatas apresentadas foram incluídas batata doce, batata baroa, batata Asterix e batata yacon. As participantes aprendem que batata yacon é muito boa para pessoas com diabetes e que pode ser consumida tanto cozida como crua. Foi explicado que a batata doce e a batata Baroa possuem

maior quantidade de nutrientes que a batata asterix. Sobre a batata doce foi dito que esta é boa para a perda de peso, enquanto a batata baroa ajuda na digestão. Enfim, foram apresentadas e discutidas uma série de informações sobre o alimento foco. Após esse momento inicial as mulheres se reuniram em grupo para repassar as receitas sendo que, em geral, em uma aula de gastronomia eram apresentadas de cinco a seis receitas utilizando um alimento comum. Depois as participantes trabalham em duplas preparando uma receita. As participantes são responsáveis por todos os procedimentos do preparo do alimento enquanto a professora atua apenas como uma orientadora.

Ao longo da preparação das receitas as participantes vão dialogando e debatendo temáticas relacionadas à oficina de culinária, às aulas de gênero ou sobre suas vidas cotidianas. Pude observar que quase sempre na aula de gastronomia os assuntos discutidos na aula de gênero foram levantados e muitos temas voltavam a re-emergir. Deste modo as conversas que aconteciam dentro da aula muitas vezes relacionavam eventos da vida real com o que estava sendo discutido nas aulas de gênero. Porém é interessante destacar que as discussões tinham uma tendência a assumir um caráter mais íntimo, tocando em assuntos mais profundos que não foram levantados na aula anterior. A professora se envolvia na conversa, muitas vezes perguntando sobre a aula de gênero que haviam tido, abordando-as acerca das impressões delas sobre o assunto e sobre possíveis questões que ficaram pendentes, noutros casos as participantes indagavam a professora sobre sua opinião acerca de determinado assunto. Assim, a atividade tornou-se não somente uma aula sobre gastronomia, mas também servia para dar continuidade à discussão que haviam se iniciado na aula de gênero, por meio de conversas, no meio da cozinha, trabalhando nas receitas de forma coletiva.

#### 4.1.4 – Mulheres Ao Vento

Na época em que as atividades das Mulheres Ao Vento foram observadas para a realização desta pesquisa, o grupo era considerado um “projeto autônomo”. Em 2016 Mulheres ao Vento recebe um financiamento através de um edital público que serviu para apoiar as atividades do grupo por um tempo limitado. Este financiamento não exigia que o grupo fosse “institucionalizado”, porém as Mulheres Ao Vento criaram um vínculo institucional com as Redes da Maré, por meio de um projeto autônomo, mas ainda assim o grupo é considerado uma organização de base.

As Mulheres ao Vento consistem em um grupo de mulheres da periferia que utilizam a cultura, a história Afrobrasileira e a dança, particularmente dança popular e afro brasileira, mescladas com influências de dança contemporânea, combinando elementos de distintas técnicas de dança para abordar questões de gênero e, de um modo geral, questões relevantes a mulher na sociedade contemporânea. O grupo surgiu na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) no curso de dança, em um projeto de extensão chamado Pesquisa em Africanidade na Dança e Educação (PADE), sendo que as duas fundadoras da organização criaram o grupo a partir de suas experiências no PADE. Alguns anos depois o projeto se estendeu para o território da Maré, no qual uma das fundadoras é moradora. As atividades das Mulheres ao Vento são centradas no corpo da mulher. Na época que realizei as observações, as Mulheres ao Vento estavam trabalhando com duas turmas de mulheres, um grupo na faixa etária de 15 a 30 anos e outro grupo acima de 30 anos, sendo todas as participantes moradoras da Maré, sendo que as aulas aconteciam no Centro das Artes da Maré (CAM).

Cada aula teórica (Figura 15) é acompanhada por uma dança onde temas referentes ao gênero são trabalhados, então é realizada uma atividade prática que acompanha o processo de aprendizagem e reflexão em torno de novos conceitos e temas voltados a questão da igualdade de gênero, sempre trabalhando em cima de performances de diferentes representações do corpo feminino. Neste sentido, a performance pode ser entendida como alinhada à perspectiva da Pedagogia Decolonial na medida em que é considerada como outro elemento da práxis (CHAVEZ, 2017). A metodologia utilizada para abordar os temas, além do uso criativo da dança, inclui rodas de conversa (Figura 16), exibição de filmes, leituras de textos, práticas de

escrita e seminários. Além destes, técnicas do Teatro do Oprimido<sup>131</sup>, como o Teatro Fórum<sup>132</sup>, são incorporados na dança e no trabalho corporal praticado nas aulas.<sup>133</sup>As mulheres envolvidas na execução da iniciativa atuavam juntas, discutindo sobre as metodologias pedagógicas, as teorias e experiências da vida profissional, acadêmica e espiritual de cada uma. Decidiam as técnicas que iriam ser utilizadas conforme o tema abordado, considerando quais seriam mais adequadas para cada contexto. Para planejar as ações as mulheres refletiam sobre inúmeros elementos e fatores conforme os temas que iriam trabalhar, incluindo, por exemplo: o papel que levaria a música e como iria utilizá-la para alcançar seus objetivos; como seria utilizado o espaço na prática corporal das danças; que técnicas de postura poderiam ser empregadas na performance; pensando na influência da cenografia, entendem o cenário físico como elemento que pode ajudar ou atrapalhar, causar medo e liberar ao mesmo tempo; etc. O grupo Mulheres Ao Vento presta atenção particular à conexão entre dança, teatro e performance para entrelaçar temas referentes a vida cotidiana de mulheres com as questões de gênero. Neste sentido, a dança e o teatro são entendidos como práticas performáticas que, neste caso, são empregadas como ferramentas que possibilitam o desenvolvimento de uma consciência crítica produzindo outras possibilidades pedagógicas para a aprendizagem. Portanto, a dança é um dos principais métodos utilizados por esta iniciativa em que as discussões, questionamentos e reflexões são “vivenciadas através do corpo”. A arte para as Mulheres ao Vento é considerada como Achinte (2013, p. 446) descreve, “um sistema de interpretar, representar, compreender, imaginar, simbolizar e problematizar o

---

<sup>131</sup> O teatro do Oprimido foi criado na década dos 70s por Augusto Pinto Boal. Influenciado pelo trabalho e teoria de educação de Paulo Freire, Boal procura juntar o teatro e ação para promover mudança social e política. O trabalho das técnicas do teatro do Oprimido estão dirigidos a que o espectador ensaie sua própria revolução, sem delegar papéis aos personagens. Entende-se que isto funciona para conscientizar a autonomia diante dos fatos cotidianos, o que leva a uma real liberdade de ação, que torna todos em “espect-atores”.

<sup>132</sup> O “Teatro-Fórum” é uma técnica (teatro do oprimido) em que os atores representam uma cena até a apresentação do problema, e em seguida propõem aos espectadores que mostrem, por meio da ação cênica, soluções para o então problema que foi apresentado.

<sup>133</sup> Outras técnicas do Teatro do Oprimido observadas que Mulheres Ao Vento incorporaram nas suas metodologias incluem: ação paralela, que consiste na criação de cenas de mímica em paralelo com a leitura de uma notícia; improvisação, explorar a maior possibilidade de improvisação de movimentos ligados a uma ideia ou tema; leitura com ritmo, cujo inclui que uma mensagem é anunciada através do canto, escolhendo-se um ritmo musical que funcione como um filtro crítico do tema em que se está falando; Reforço, onde se utiliza canto, dança outros artifícios que reforce o que está sendo lido nesse tempo e espaço. Outras técnicas além das mencionadas foram utilizadas nas aulas e no espetáculo das participantes de Mulheres ao Vento. Hoje em dia as técnicas do teatro do Oprimido são valorizadas como formas críticas de trabalhar questões sociais. Pessoalmente já havia tido contato com a metodologia do Teatro do Oprimido por meio de algumas disciplinas de Dança Moderna e Coreografia realizadas durante minha experiência de graduação.

mundo”, subsequentemente estimulando-nos a pensar nas formas que certas categorias foram estabelecidas, na criação de novas categorias, modos de pensar, a partir das experiências cotidianas – experiências de mulheres da Maré. Deste modo, esta metodologia se aproxima da concepção de Walsh, que entende que “A performance é outro cenário pedagógico para o aprendizado, desaprendizado, reaprendizado, reflexão e ação” (WALSH, 2013, p. 29, tradução nossa).

**Figura 15 - Fotografia de aula teórica realizada durante as atividades do grupo Mulheres ao Vento**



Fonte: Mulheres ao Vento, 2016.

**Figura 16 - Fotografia de roda de conversa realizada durante as atividades do grupo Mulheres ao Vento**



Fonte: Mulheres ao Vento, 2016.

As fundadoras das Mulheres ao Vento pesquisam e escolhem quais textos, teorias e discussões serão abordados. Neste sentido foi possível notar que mesmo utilizando textos que haviam sido previamente selecionados pelas fundadoras, elas faziam um esforço de dar continuidade à pesquisa para aprofundar em certos temas e também para refletir sobre que outras estratégias criativas poderiam ser úteis para abordar temas de gênero. As fundadoras ressaltaram que utilizam alguns materiais da organização internacional Promundo<sup>134</sup>, onde uma delas trabalha

<sup>134</sup> Promundo é uma organização internacional que tem sedes no Brasil e em EUA. O Promundo foca na prevenção da VDG e a desigualdade de gênero. A instituição há promovido ações educativas, campanhas e pesquisas sobre questões de gênero. Uma grande parte da instituição foca-se na incorporação de homens no diálogo sobre a equidade

há mais de uma década desenvolvendo iniciativas voltadas para a educação de gênero. As aulas têm de duas a três horas de duração, mas na época em que foram realizadas as observações, em alguns casos, os encontros chegaram a durar 4 horas, pois o projeto estava em etapa de preparação para um espetáculo, nesta ocasião sendo o primeiro do projeto desenvolvido com participantes da iniciativa.

O trabalho das Mulheres Ao Vento ao incorporar a dança, música e a cultura ligadas à tradição afro-brasileira enfrenta e confronta percepções e pensamentos preconceituosos relacionadas a questões de raça, colonialismo e religião. Através de observação, participação em eventos, investigando a vida cotidiana na Maré e com base em conversas informais com moradores e indivíduos vinculados a movimentos sociais, organizações de base, ONGs, e outras instituições, pude identificar que existe uma resistência à cultura afro-brasileira relacionada a religiões como o Candomblé e a Umbanda. Deste modo, tais ações revelaram a existência da discriminação religiosa com respeito ao Candomblé e Umbanda na Maré. Alguns moradores expressaram em conversas informais que costumam sentir medo, desgosto ou repulsa destas culturas religiosas sendo que, em alguns casos, costumam relacionar o Candomblé e a Umbanda com o diabo/demônio. Foi possível notar através da observação de discussões entre participantes das iniciativas que na maior parte dos casos os preconceitos existentes na Maré em relação ao candomblé/umbanda e a cultura afro-brasileira, resultam da falta de informações, da ausência de contato/distanciamento com a cultura, história da cultura afro brasileira<sup>135</sup>. Atitudes e percepções de rejeição e recusa à cultura e religiões afro-brasileiras estão ligadas a questões raciais, religiosas, políticas e históricos. Com respeito à Maré e outras partes da cidade, também se trata de uma questão relacionada à ineficiência/ausência de serviços sociais como a educação e políticas públicas como a que foi implementada em 2003, por meio da lei 10.639/03 que estipula

---

e igualdade de gênero. O Promundo implementou um programa de gênero uns anos atrás com alguns jovens, incluindo jovens da Maré, cujo objetivo era produzir ‘multiplicadores’ que promovem a perspectiva de gênero, capacitados para dar aulas sobre gênero e sexualidade. Uma das fundadoras do grupo, Mulheres Ao Vento, haviam participado neste projeto, junto com outro morador da Maré- o professor de filosofia da LPP, que ajudou a implementar o GS-LPP.

<sup>135</sup>A existência destes preconceitos não significa que religiões incluindo o Candomblé, Umbanda, Espiritismo e Ifá não sejam praticadas na Maré, na realidade estas crenças possuem praticantes e representantes neste território. Por exemplo, na comunidade de Parque União existe uma comunidade de Ifá que tem contato com uma maior rede de seguidores de Ifá, na periferia. Conforme a pesquisa de Ferreira (2016, p.98), era muito comum até 30 anos atrás a existência de muitos centros de Umbanda e Candomblé na Maré, mas que hoje em dia, os que existem estão escondidos.

a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio (FERREIRA, 2016). Segundo o grupo Mulheres Ao Vento em diversas ocasiões as pessoas<sup>136</sup> da Maré expressaram grande surpresa ao descobrirem que tais elementos estavam sendo incorporados como parte do trabalho da iniciativa,

A metodologia pedagógica utilizada para abordar temas de gênero, raça, identidade, diversidade e diferença, fundamenta-se num debate sobre cultura e o papel da cultura, que pode tanto servir na manutenção de tradições e ideias que reforçam normas e preconceitos – que contribuem para que a desigualdade de gênero e o racismo persistam –, como, por outro lado, podem trabalhar para o entendimento e respeito mútuo. Neste sentido, priorizam similarmente, como a equipe de GS-LPP, a questão da cultura na produção de padrões de gênero, a subordinação da mulher na sociedade, as vulnerabilidades de homens e mulheres conforme o modo de pensar no masculino e no feminino. Em umas das aulas de dança, no Centro das artes da Maré (CAM), em uma roda de conversa com algumas das participantes (4) da turma de 30 anos para cima, fui questionada se eu dançava e que tipo de dança costumava praticar, se iria ensinar uma dança de meu país e, a partir desta conversa surgiu uma discussão sobre como os ritmos africanos influenciaram boa parte das danças folclóricas dos países em América Latina. Então me explicaram sobre as características de algumas danças folclóricas brasileiras, como o jongo e as danças dos orixás, comentando suas origens, características, histórias etc. Nessa conversa uma senhora de mais idade (71 anos) explicou que antigamente ela não teve contato com esses tipos de dança, que ela sabia que existe muita gente que considera essas coisas como “ruins” / “más” / “negativas” porque não conhecem essa cultura, mas que agora quando ela escuta alguém falar mal destas tradições, ela logo se posiciona dizendo que isso não é algo ruim, e esclarecendo que isso faz parte de nossa cultura, da cultura brasileira. A senhora alegou ainda que por ser evangélica entende porque algumas pessoas não gostam destas culturas, mas que agora, a partir de sua participação nas atividades do Mulheres ao Vento, vê que isso é uma questão de respeito.

Cada aula observada durante a investigação trabalhou um tema específico, as atividades incluíam uma roda de conversa, além de uma atividade que aprofunda no tema, fomenta o pensamento crítico e aprendizagem ou simplesmente trabalham em cima de algum gênero de dança e, a partir daí, desenvolvem suas discussões. Em geral, as atividades das Mulheres ao

---

<sup>136</sup> Foi afirmado que mesmo pessoas que já desenvolvem ações destinadas a trabalhar com Direitos Humanos, entendidos como indivíduos de pensamento “mais liberal”, expressaram grande surpresa ao descobrirem que as Mulheres ao Vento trabalham tais temáticas articuladas com o debate sobre a cultura afrobrasileira.



Vento são divididas em duas turmas, uma composta em sua grande maioria por mulheres acima dos 30 anos, e outra com mulheres mais novas. A turma de mulheres acima dos 30 tinha 19 participantes e a turma das mulheres mais novas contava com 11. É interessante destacar que em geral a iniciativa sempre contou com um maior número de participantes na faixa etária acima dos 30 anos. Ressalto ainda que é uma característica marcante do Mulheres ao Vento o fato de as participantes raramente faltarem as atividades, de modo que, normalmente, o número de participantes costumava se manter constante. A maioria das mulheres participando das Mulheres Ao Vento tinha pouca experiência prévia trabalhando fora de casa, geralmente eram mães de casa, sendo que para muitas era a primeira vez inscritas neste tipo de iniciativa e, para a grande maioria, representava a primeira oportunidade em suas vidas em que entravam em contato com discussões sobre gênero, danças folclóricas, cultura afrobrasileira e que participavam de um espetáculo.

A metodologia utilizada pelas Mulheres ao Vento foi desenvolvida pelas próprias responsáveis pelas atividades. O projeto consistia em aplicar uma metodologia que une a dança e a discussão dos temas transversais com foco no “empoderamento” feminino, na equidade de gênero e nas discussões étnico-raciais. Elas partem da premissa de que todo o esforço da ação pedagógica deve ser feito no sentido de possibilitar ao aluno enxergar um futuro através da análise dos sentimentos despertados pela união do físico com a consciência para, deste modo, integrar razão, emoção e o corpo em suas atividades. As oficinas das Mulheres ao Vento são abertas tanto para mulheres como para homens, porém, no caso das turmas observadas ao longo desta pesquisa só havia mulheres. As fundadoras explicaram que originalmente o grupo Mulheres ao Vento não era voltado exclusivamente para mulheres, mas com o tempo foram notando que apenas as mulheres eram atraídas para participarem das oficinas. Ao mesmo tempo, as fundadoras ressaltaram que, diante do grupo ser predominantemente constituído por mulheres, acabaram fortalecendo uma antiga intenção de mergulhar nessa discussão sobre o papel da mulher na sociedade, aprofundando este diálogo com as mulheres das comunidades. Um dos objetivos principais do projeto Mulheres ao Vento é dar visibilidade a mulher, especificamente mulheres da periferia, discutindo o lugar da mulher para conhecer quem são essas mulheres, sendo que cada tema abordado se relaciona com este objetivo<sup>137</sup>. Toda a bibliografia do curso se

---

<sup>137</sup> Foi possível notar que mulheres da Luta Pela Paz e Espaço Casulo comentaram sobre a necessidade de aprofundar nesta questão não só de forma geral, mas para a mulher sujeita, participante. Elas destacaram a necessidade de cada

baseia nos trabalhos de mulheres, dando preferência à utilizar referências de mulheres negras. Destaca-se ainda que as músicas utilizadas nas atividades costumam ser selecionadas levando em conta o critério de se as cantoras e compositoras são mulheres. As professoras e percussionistas discutem antes e depois das aulas sobre o processo de aprendizagem das participantes, se precisam aprofundar mais em uma questão, refletindo sobre que discussões precisam incluir ou deixar de lado, ou se precisam dedicar outra aula para a abordagem de um tema em específico. Neste sentido, mesmo que a metodologia determine os temas com base em uma ordem específica, por utilizar rodas de conversas às vezes a ordem em que são abordados os temas podem variar de acordo com suas aparições nos debates produzidos durante as rodas de conversa.

Durante uma das aulas observadas havia 17 educandas, duas professoras e uma percussionista. As participantes decidiram abordar o tema da autonomia e força da feminina com base nos mitos de Iansã. Normalmente as aulas sobre Iansã são vinculadas a temas como “diferença”, “distintas formas do que é feminino”, e “a força da mulher” que costumam ser abordados no final do curso. Os integrantes das Mulheres ao Vento decidiram abordar esta aula para dar continuidade a aula anterior que abordou questões sobre o que se considera feminino e porquê. Na aula de maculele, as participantes assistiram um documentário sobre a dança e as distintas vertentes de mitos folclórico ligadas a ela. Depois, em roda de conversa as participantes debateram sobre as diferentes vertentes de mitos e as danças associadas a eles. As professoras colocaram questões para as participantes como “por que certas vertentes da história são mais aceitas e quais fatores poderiam afetar nossas escolhas?”. Neste momento, focaram numa história que descreve uma tribo que foi atacada e que, pelos homens estarem ausentes por conta de uma caçada quem defendeu a tribo foram mulheres armadas apenas com pedaços de pau. No final foram discutidas as semelhanças e distinções entre a descrição das ações das mulheres da tribo com a vida cotidiana de mulheres hoje em dia. Para aprofundar mais nas questões de representatividade, de gênero, dos direitos da mulher e de como a mulher é vista na sociedade decidiram trabalhar com os mitos de Iansã antes do que planejaram para dar continuidade a discussão de forma mais natural-espontânea.

Na aula sobre Iansã, as professoras utilizaram uma metodologia relacionada com a orixá Iansã para trazer questionamentos acerca do corpo feminino e do que representa esse feminino na

---

participante conheceram-se a se mesmas. De saber ‘Eu, sou quem? Antes de ser filha, mãe eu sou alguém, quem sou? Estas questões fazem parte da desconstrução e decolonização de relações de poder e padrões de gênero.

sociedade. Como primeira ação, em roda, fizeram um exercício de respiração, com os olhos fechados. Sentadas no chão, a professora indicou para que cada uma das mulheres prestasse atenção aos sentidos, ao que podiam ouvir, aos cheiros, sentir, para então focar no caminhar da respiração, no movimento do ar, entrando pelo nariz exalando pela boca, e que pensassem no aqui e agora, sobre as intenções que cada uma tem para si mesma e sobre sua relação com cada pessoa presente. As participantes foram indicadas a abrir os olhos devagar. Este exercício foi seguido por uma reflexão sobre a aula anterior onde as participantes iniciaram observações e opiniões.

As professoras explicaram sobre a orixá Oya na religião Yoruba do candomblé, fornecendo informações básicas sobre Oya-Iansã e identificando os distintos papéis-arquétipos que a orixá assume. Indicaram que segundo a mitologia iorubá brasileira, Iansã é considerada uma divindade que controla os raios, ventos e tempestades, apresentando também uma relação com o mundo dos mortos, além de ser considerada a orixá do mercado. Em seguida, a percussionista contou três mitos/histórias relacionados a Iansã que destacaram características distintas da mesma orixá-mulher. Foi colocada ênfase no papel que tem Oya-Iansã no processo de limpeza, de tirar o que já não serve mais para dar espaço ao novo, para começar uma nova etapa, produzir uma renovação. Uma das histórias representava Iansã como mãe, outra história a pintava como guerreira e uma terceira história descreveu como ela recebeu o título de guarda da porta do cemitério. Após contarem as lendas, teve início uma discussão onde as mulheres apontaram as semelhanças e diferenças entre cada um dos mitos apresentados, neste momento, reconheceram a existência de diferentes mulheres (arquétipos femininos) dentro de uma mesma figura mitológica. Então, as mulheres foram divididas em grupos para discutir 4 questões/temas sociais considerando as observações com respeito a discussão em torno da orixá Iansã: a) “Qual é a força da mulher?”; b) “Quem é essa mulher forte?”; c) “Quem é essa mulher guerreira?”; d) “O que é feminino?”. Cada grupo apresentou suas respostas às perguntas, sendo que as respostas variaram muito. Uma participante identificou que a força da mulher estava relacionada à tomada de decisões que afetam a vida dela. Aqui ela destacou que a vida é feita de altos e baixos, mas o importante era aprender com os erros. Outra participante colocou que a força da mulher estava na sua habilidade de decidir por ela mesma o que ela quer, gosta, curte. Muitas mulheres relacionaram a força da mulher e a ideia de uma mulher guerreira com o papel de ser mãe, como alguém que passa certos valores aos filhos, que trabalha e faz tudo para os filhos.

Ao trabalhar com os passos de Iansã as professoras pediram para as participantes visualizarem o que para elas significava ser uma mulher forte, o que é ser feminino levando em consideração tudo o que foi discutido sobre Iansã. A percussionista bateu vários toques, cada um conforme um passo de Iansã enquanto as professoras explicavam que passo representava qual Iansã. As características de cada Iansã foram destacadas nos movimentos enfatizando o uso de certas partes do corpo e o ritmo. Deste modo, o papel da dança na construção da reflexão sobre o sujeito feminino, sobre a mulher da Maré, reforça a observação de Chavez (2017) que entende a performance como uma pedagogia decolonial que resulta do processo em que o conhecimento se cria através da prática corporal, assim, este exercício pode ser considerado como “formas de viver o gênero” (CHAVEZ, 2017), possibilitando que tais mulheres experimentem distintas formas de ser no corpo, refletindo acerca de diferentes performances-estereótipos da feminilidade e considerando os múltiplos atravessamentos que influenciam na formação das subjetividades e, conseqüentemente, das identidades destas mulheres. Mulheres Ao Vento trazem consigo um discurso e uma visão sobre o passado, que são esclarecidos e debatidos no processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, o espaço onde o grupo Mulheres Ao Vento desenvolve sua iniciativa serve como portador de um discurso sobre a história do território, em particular sobre a problematização do lugar das mulheres, mulheres de cor, mulheres negras, mulheres da periferia na sociedade brasileira. Deste modo tais iniciativas convertem os espaços em que realizam as atividades em formas de preservar memórias, valores, histórias anti-hegemonias de outras épocas, grupos e/ou ideologias. Ressaltando que as práticas destas mulheres podem ser entendidas enquanto Pedagogias Decoloniais na medida em que reconhecem e recuperam saberes ancestrais, são construídas a partir das memórias e das histórias dos territórios e (re) criam novos saberes ao produzirem formas de resistências ao patriarcado-colonial-moderno. Portanto, entende-se que não se trata de um ambiente neutro, mas sim, um espaço carregado de diversas possibilidades identitárias do mundo contemporâneo, que, nestes contextos, problematizam hierarquizações e preconceitos, além de formas de opressão e invisibilização. Neste sentido, a iniciativa trabalha para a inclusão de representações mais diversas da história de mulheres e da cultura africana e afro-brasileira na educação de gênero e nos estudos feministas.

#### 4.1.5 – Espaço Casulo

O Espaço Casulo, localizado no Morro do Timbau foi fundado por três mulheres moradoras da comunidade com o objetivo de criar um espaço de acolhimento e crescimento e pelo desejo comum de ter um lugar que serviria como apoio, no sentido de acolher mulheres da Maré e outras mulheres da periferia. A visão do espaço como lugar de acolhimento e apoio estendesse a um sentido mais amplo em que não só refere ao sentido tradicional de acolhimento, mas também enfatizando o espaço como um lugar de fortalecimento, crescimento, troca de experiência e apoio coletivo. O espaço é auto organizado, administrado e gerido por mulheres e constitui um movimento do tipo organização de base. A vertente política do grupo é o coletivo econômico para se sustentar.

O grupo não expressou nenhum interesse em “institucionalizar” seus esforços, sendo descrito que tal decisão foi tomada no sentido de priorizar um processo mais ‘orgânico’ e coletivo, aproveitando as diferenças de cada uma e utilizando essas distinções em algo potencializador. As fundadoras expressaram a crença de que a melhor forma de organizar e manter o espaço era através de uma gestão autônoma, uma auto-gestão realizada por parte das fundadoras, coordenadoras e mulheres que apoiam as atividades do espaço. Chegaram a essa conclusão por meio das experiências de vida de cada uma e também considerando o que aprenderam trabalhando em ambientes institucionais em outras partes da Maré<sup>138</sup>. Uma das fundadoras expressou a seguinte perspectiva, “quando o coletivo é mais orgânico e não institucional ele não depende de outros ou de uma ordem de alguém para que ações aconteçam. Quando as ações vão de acordo com o coletivo ações de potencializar o todo elas simplesmente acontecem. Porque há esse respeito mútuo e esse espaço é construindo com os desejos e ações de cada uma”. Não existe uma concentração de poder, ou qualquer tipo de hierarquia entre as fundadoras, coordenadoras e professoras das aulas, neste sentido, todas que estão envolvidas nas atividades passam a atuar em um “exercício do seu próprio poder”. Em outras palavras, por ser um coletivo, não existe uma ordem específica de divisão de trabalho entre as mulheres. A organização de atividades, preparação de aulas, limpeza, pagamento pelo espaço é compartilhado por todas que utilizam o espaço. As atividades de Espaço Casulo enfatizam a coletividade, suas

---

<sup>138</sup>Duas das fundadoras haviam trabalhado para outras instituições na Maré, ambas nas Redes e na Vila de São Jorge.

ações refletem os interesses e visões dos diferentes integrantes do grupo, estimulando o trabalho coletivo e reconhecimento mútuo. O nome Casulo é referente ao lugar onde ocorre o processo de metamorfoses de uma borboleta, este nome foi escolhido justamente porque as fundadoras enxergavam o grupo como um espaço de transformação individual e coletiva, um ambiente onde mulheres poderiam passar por seus processos de metamorfoses.

O trabalho do Espaço Casulo voltado à questão da igualdade de gênero incorpora uma visão de longo prazo, as atividades do grupo incluem ações pontuais como workshops onde trabalham um tema específico e atividades semanais, que incluem atendimento psicológico, aulas de crochê, yoga, salsa. As fundadoras entendem que pelo fato de não estarem vinculadas a nenhuma instituição e não estarem submetidas a exigências burocráticas ou institucionais, e também por não condicionarem suas ações à disponibilidade de recursos, o Espaço Casulo acaba conseguindo manter-se com uma visão de longo prazo. Foi possível observar que em diversas ocasiões as participantes expressavam estarem vivenciando situações difíceis em suas vidas, nestes casos, as coordenadoras ou professoras do Casulo dialogavam com as mulheres no sentido de fazê-las entender que esse não se trata de um problema individual, que elas podem dividir isso com as outras mulheres do coletivo para que juntas possam criar estratégias e redes de apoio para a superação destas dificuldades pessoais de cada uma das integrantes. Neste sentido, o Espaço Casulo pode representar o que Zenzele Isoke (2013) descreve como um lugar que reconfigura a espacialidade do eu, lar e a comunidade. As fundadoras expressaram que um dos motivos que as levaram a decidir evitar o caminho da institucionalização foi o medo de perder autonomia como grupo. Uma das fundadoras expressou tal perspectiva através da seguinte colocação, *“os padrões institucionais grande parte se dão na dependência e não autonomia, com as gratuidades que cria uma relação de paternalismo e dependência. E não de coletividade e autogestão e autonomia”*. Assim, levei em conta que em comparação com as outras iniciativas estudadas na pesquisa o Espaço Casulo era relativamente umas das mais recentes, de modo que embora apresente algumas peculiaridades, ainda assim compartilha métodos e percepções similares aos observados em outras iniciativas.

Em grande parte, o Espaço Casulo surgiu a partir das observações e preocupações das fundadoras unidas com outras mulheres que perceberam um alto índice de VCM em espaços públicos na Maré, bem como a percepção de vários atos enraizados na desigualdade de gênero por toda a cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, foi identificado por parte das mulheres do

Espaço Casulo que não só no “morro” (Morro do Timbau), mas na Maré em geral, não existia um espaço que pensasse na mulher como potência, que representasse um espaço de acolhimento e ao mesmo tempo em que fosse auto-gestionado, pensasse na mulher como um ser autônomo. Neste sentido, destaco que este é um dos poucos grupos da Maré organizado desta forma.

A maneira que ações específicas foram concebidas através da troca de experiências e do diálogo possibilita o compartilhamento de memórias, saberes, identidades e subjetividades de forma alinhada a uma perspectiva de Educação Popular Freireana (1987, 2007), que parte de um problema real proveniente dos cotidianos das comunidades para pensar ações transformadoras desta realidade. O grupo de mulheres coletivamente debatem temas, assunto relevantes a discussão sobre a mulher da Maré, mulher da periferia e as maneiras de proceder com respeito as ações que iriam tomar. Mesmo sendo um espaço principalmente para mulheres, o Casulo identifica a necessidade de trabalhar com o sexo apostro, com “pais, irmãos, companheiros, amigos, vizinhos etc”, para combater a desigualdade de gênero, reconhecendo que o tema de gênero é um assunto que deve ser debatido por todos e não exclusivamente por um grupo em particular e que existem vários fatores que precisam ser considerados quando pensamos na mulher no rio de Janeiro e, particularmente, na mulher que mora na periferia. As mulheres que fazem parte da coordenação e as professoras realizam uma reunião pelo menos uma vez por mês, geralmente numa terça-feira, para discutir notícias sobre as atividades, eventos, colaborações que iram a participar, acontecimentos, situações que precisam considerar, planejar ações, colaborar nas metodologias pedagógicas utilizadas nas aulas, além de outros assuntos. Mulheres que mostram interesse e que se aproximam do Casulo querendo desenvolver algum tipo de trabalho no espaço são convidadas para participar das reuniões para ajudarem a planejar, coordenar e pensar como integrar tal ação às outras ações do Casulo. Se a reunião de mês já aconteceu ou nova integrante não consegue participar, outro encontro é marcado.

Um exemplo que mostra a relação entre acolhimento, criação e fortalecimento ocorreu numa situação observada com as coordenadoras do espaço e uma mulher que havia recentemente perdido seu trabalho numa escola e encontrava-se passando por sérias dificuldades financeiras. A senhora conhecia uma das coordenadoras do Casulo, pois haviam sido colegas de trabalho e por isso procurou o Espaço em busca de apoio e para oferecer aulas de reforço escolar. Ela explicou que suspeitava que o verdadeiro motivo por trás de sua demissão se devia ao fato de estar grávida, pois a mesma situação tinha acontecido com outra funcionária da escola alguns meses

antes. Entre as mulheres nesse trabalho (informal) prevalecia a crença, como senso comum, que se uma mulher engravidasse seria automaticamente demitida, porém, a razão alegada para tal demissão nunca seria a gravidez. As mulheres do Casulo fizeram uma reunião com a senhora para planejar e refletir como poderiam integrar o trabalho dela dentro das atividades do grupo, mas também para ajudar ela nessa situação difícil, em um momento de fragilidade emocional. Assim, ao envolver-se no trabalho com o coletivo, ao mesmo tempo em que ocupava a mente, tal senhora passou a se fortalecer e se reinventar nutrida pelo apoio do grupo. É preciso destacar que, assim como no exemplo desta senhora, foram observados outros casos semelhantes onde o Espaço Casulo prestou apoio emocional e acolhimento a mulheres que se encontravam em situações de necessidade.

Segundo relatos das fundadoras, por ser “diferente”, o Espaço Casulo inicialmente foi recebido com uma certa resistência por parte das moradoras da Maré, pois os moradores não conheciam nem entendiam a função do Espaço. Esta resistência também pode ser observada durante outros eventos como a feira que o Casulo organiza envolvendo várias artesãs da Maré. Nesta ocasião, algumas pessoas passaram, olharam os artesanatos, ou simplesmente passavam direto pelo espaço observando à distancia, outros inclusive chegavam a perguntar “o que é isso?” (em referência à feira), e então comentavam que não entendiam porque estavam realizando essa atividade, perguntavam se as mulheres eram “sapatonas” (homossexuais), comentavam sobre a feira em Parque União<sup>139</sup> etc. Esta observação foi realizada quando o Casulo apenas havia começado a organizar a feira de artesanato pela primeira vez e ao mesmo tempo havia incorporado atividades ligadas as aulas do espaço. A localidade da feira de artesanato (Largo do Quarto Centenário) geralmente era utilizada para as festas de pagode e funk às sextas-feiras, então a resistência por parte de moradores também pode ser relacionada à novidade do evento neste ambiente. As mulheres que integram as atividades do Casulo participam da feira de artesanato junto com as coordenadoras do Espaço e não demonstraram surpresa em relação às reações dos moradores, comentando que “*isso faz parte do processo*” enquanto as pessoas se acostumam com a novidade. O Casulo continua organizando a feira de artesanatos com artesãs da Maré, uma vez por mês. Algumas das integrantes passaram a se envolver em outros eventos na

---

<sup>139</sup>Às sextas feiras no Parque União tem a feira, onde tem vários comerciantes vendendo seus produtos que incluem roupa, comida, além de outros materiais. Também tem música como forró, tem atividades para crianças como o ‘pule, pule.’ É uma área de sociabilidade para moradores da Maré. Os sábados a feira acontece na Vila do João no mesmo esquema. Geralmente quem é ‘jovem’ frequenta a feira antes de ir para o ‘baile funk.’



Maré e em outras partes do Rio de Janeiro, gerando uma renda extra, não muito significativa, mas que já ajuda a complementar a renda familiar.

As atividades que acontecem semanalmente no Espaço Casulo incluem atendimento psicológico, yoga, costura criativa, crochê, tricô, salsa e defesa pessoal. As atividades estão entrelaçadas com temas referentes a gênero, corpo da mulher, saúde, raça, além de outras temáticas. Em geral, no início das aulas vão poucos participantes e depois do primeiro mês o número de pessoas aumenta. Isso é uma característica observada em todas as aulas. Foi possível notar que ainda não conseguiram formar uma turma que participa regularmente nas aulas, ou seja, alguns integrantes acabam faltando algumas atividades, o que acaba afetando o número de alunos das atividades. Foi possível observar que a inconsistência na participação das pessoas nas aulas gera frustração da parte das professoras, sobretudo por conta do planejamento e a logística envolvida no processo do educador. No entanto, as professoras dão aula mesmo com um número mínimo de participantes. Esse tema da participação dos moradores e as faltas de participantes nas aulas é um assunto que foi levantado em várias reuniões do Espaço Casulo.

O serviço de atendimento psicológico é oferecido de segunda a sexta para moradores da Maré, incluindo homens e mulheres em diferentes faixas etárias. A psicóloga do Casulo explicou que no Espaço não tinham um recorte delimitado com respeito à questão de raça, mas que, em virtude do perfil da grande maioria das mulheres que procuram o atendimento ser formada por mulheres negras, decidiram priorizar que o atendimento fosse realizado por uma mulher negra. Ela levantou o desejo de realizar mais debates e organizar mais atividades, tais como workshops em torno de temas referentes à mulher negra na sociedade, particularmente pela realidade de mulheres moradoras da Maré. A psicóloga também destacou a importância de um atendimento psicológico especializado, que leve em conta a interseccionalidade de fatores como raça. Como profissional a psicóloga mantém uma posição de distanciamento em relação ao paciente, porém destaca a importância de ter vivenciado algumas experiências parecidas com essas mulheres ao longo de sua vida, destacando que por isso conhece bem o lado “de quem sente, de quem passa por isso na pele”, afirmando que isto se destaca tanto para quem está sendo atendido como para o terapeuta.

Certas aulas do Espaço Casulo são direcionadas apenas para as mulheres como é o caso da yoga, defesa pessoal (Wen-Do) e a ginecologia natural. As aulas de yoga acontecem nas quartas-feira e focam na prática de yoga como atividade física, espiritual e na promoção da saúde.

As participantes praticam métodos de respiração e meditação que podem ser utilizados para acalmar os pensamentos, diminuir o estresse e refletir de maneira a produzir uma percepção objetiva das diversas situações do cotidiano, auxiliando no equilíbrio do indivíduo. A professora sempre enfatiza a necessidade de trabalhar dentro dos limites físicos de cada um, destacando que o caminho na prática de yoga é distinto e único para cada indivíduo. A prática física de yoga é complementada com rodas de conversa focadas em refletir sobre as sensações, emoções e pensamentos que as participantes vivenciaram através da atividade de yoga. Discutem, por exemplo, os motivos pelos quais as emoções se manifestam em partes específicas do corpo, comentando as razões subjacentes a este processo.

As aulas de yoga (Figura 17) são uma das atividades mais antigas do Espaço Casulo e atualmente existe um grupo de mulheres que frequentam as aulas de forma contínua. Ocasionalmente o Casulo organiza ‘aulões’ de yoga em distintos espaços da Maré, particularmente na Nova Holanda e no Parque União, utilizando o espaço público para convidar outros moradores a participarem ou para conhecerem um pouco sobre a prática de yoga e a iniciativa. Indivíduos de outras organizações de base e instituições da sociedade civil costumam participar dos aulões. O Casulo recebeu doações da parte de uma companhia que trabalha com matérias de yoga, incluindo os tapetes-esteiras utilizados durante as aulas. Foi possível observar que mulheres participando das aulas comentam sobre sentimentos relacionados ao relaxamento, sobre como se sentem bem fisicamente por terem participado da atividade e algumas ressaltaram que incorporam determinadas práticas aprendidas nas aulas de yoga na vida diária, incluindo os exercícios de respiração.

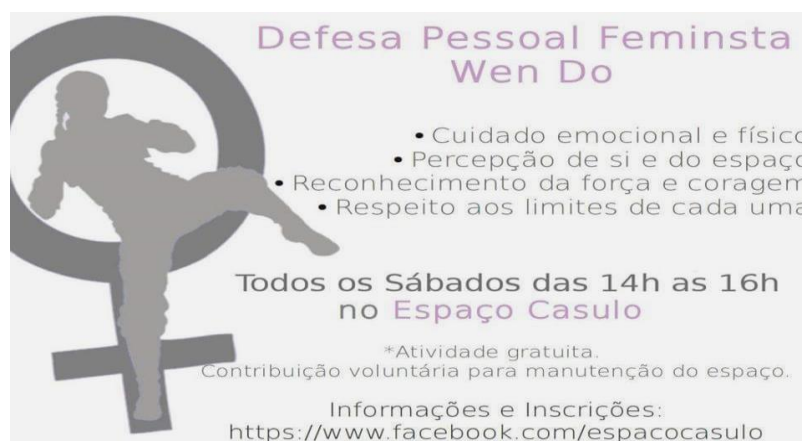
**Figura 17 - Fotografia de aula de yoga oferecida pelo Espaço Casulo**



Fonte: A Autora, 2016.

Na época que em que realizei a observação as aulas de defesa pessoal aconteciam uma vez por semana, nos sábados. O Wen Do (Figura 18)<sup>140</sup> é utilizado para abordar temas como “cuidado emocional e físico”, “percepção de si e do espaço”, “reconhecimento da força” e o “respeito aos limites de cada pessoa”. Participantes incluíam as coordenadoras e outras professoras do Casulo, junto com alguns integrantes das aulas de yoga e moradoras da Maré. A professora, Paulista, estava morando em Bonsucesso. No início do curso a professora explicou o significado do nome Wen-Do e a história da prática da defesa pessoal. O “Wen” é uma abreviação para “Woman” - mulher em inglês - e o “Do” significa caminho em japonês. O Wen-Do distingue-se de outros tipos de práticas de defesa pessoal por ser focado em táticas, estratégias e métodos que podem ser utilizados de forma rápida, fácil e efetiva para se proteger de agressões, incluindo a violência física, verbal e psicológica.

**Figura 18 - Fotografia do folder das oficinas de defesa pessoal feminista wen-do oferecidas pelo Espaço Casulo**



Fonte: A autora, 2016.

As aulas incluíam trocas de experiências, discussões e práticas de Wen-Do seguidas por um tempo onde compartilham reflexões. Em geral, as aulas abordavam as diversas faces e utilidades da prática de Wen-Do, enfatizando dinâmicas e regras, e as práticas das técnicas específicas que são praticadas de acordo com determinada situações. As práticas de Wen-Do estimulam diferentes movimentos do corpo e incluíam desde movimentos úteis simples mais fáceis de serem realizados até práticas mais físicas que exigiam maior esforço ou concentração por parte das participantes. Também são apresentadas estratégias como o uso do olhar, da postura

<sup>140</sup> O Wen-Do é uma prática de defesa pessoal que nasceu em Canadá em resposta a uma violência sofrida por uma mulher. A prática de Wen-Do chegou ao Brasil através de instrutoras feministas europeias e é conhecida como “a defesa pessoal feminista”.

e da voz como ferramentas que podem ajudar a uma mulher a se proteger ou prevenir certas situações. Rodas de conversa em torno das práticas e reflexões levantaram questões sobre a representatividade do corpo feminino e do ser feminino na sociedade e as violências relacionadas. Foi possível observar em vários instantes a emoção de surpresa por parte de participantes expressando que nunca haviam pensado na potência de certos gestos. O dialogo chegou a incluir reflexões sobre como mulheres normalmente reagem em certas situações e porquê. Muitas mulheres até já haviam utilizado certas práticas discutidas nas aulas de Wen-Do, mas não sabiam que faziam parte da pratica de defesa pessoal. Por exemplo, em uma discussão sobre as práticas que mulheres utilizam quando caminham para casa a uma certa hora de noite, uma das participantes relatou uma experiência que ela vivenciou. Contou que certa vez estava caminhando quando notou a presença de um homem que a estava perseguindo, como estava tarde, ficou com muito medo de ser roubada ou violentada de alguma forma e com isso seu reflexo foi virar-se e encarar o homem olhando-o diretamente nos olhos para demonstrar que tinha conhecimento de sua presença e que estava alerta, diante disto, o homem se aproximou e pediu desculpa se por acaso ele s tinha assustado, e explicou que por medo de ser assaltado decidiu andar perto dela para em grupo sentir-se menos vulnerável. No final, eles compartilhavam o mesmo medo de serem assaltados.

Algumas mulheres expressaram que também já empregaram esta tática de caminhar próximo de alguém ou sair em grupos para evitar andarem sozinhas na rua por medo de diferentes formas de violencia. Então as mulheres identificaram outras táticas que utilizam em situações semelhantes como atravessar a rua, deixar a pessoa caminhar na frente ou caminhar, mas rápido etc. Além disso, algumas mulheres expressaram que, considerando uma situação semelhante ao relato apresentado, possivelmente não teriam a coragem para olhar nos olhos do indivíduo por medo.

As aulas de salsa (Figura 19) do Espaço Casulo desenvolvem a comunicação expressiva, o trabalho em par e a desconstrução de padrões que tradicionalmente demarcam os papéis dos casais, além de refletir e explorar porque certos movimentos nos fazem sentir de uma forma e de onde surgem esses sentimentos e que ideias estão ligadas a eles. Tanto mulheres quanto homens participam da aula de salsa. Geralmente a aula começa com uma pequena reflexão, seguida de um trabalho de corpo realizado de forma individual, seguido pelo trabalho em par. Em uma segunda etapa da aula os pares trabalham em grupo, formam uma roda que funciona para trabalhar a

comunicação com os outros sentidos, além de só trabalhar com a força do diálogo. Por ter que trabalhar em grupo, tudo mundo fazendo os mesmos movimentos quando identificam o chamado, os indivíduos não só trabalham com a comunicação oral, mas também desenvolvem suas habilidades de comunicação corporal e os sentidos, particularmente a visão.

**Figura 19 - Folder da aula de salsa oferecida pelo Espaço Casulo**



Fonte: A Autora, 2016.

Nas atividades de dança do Casulo o sexo biológico do participante não determina quem vai conduzir e quem vai ser conduzido nos movimentos da dança. No final da aula é realizado um momento de reflexão, onde comentam suas experiências em relação aos movimentos praticados na aula, discutem a execução dos movimentos, as falhas na comunicação corporal, as dificuldades encontradas na relação com o par, sendo também um momento para os participantes trazerem questionamentos e reflexões, seja sobre a presente atividade ou relativa às aulas anteriores. Muitas vezes a reflexão toca em assuntos que não estão ligadas aos acontecimentos e temas da aula do dia, mas por meio da prática de salsa, por vezes emergem sentimentos e reflexões nos participantes, muitas vezes ligados a questões pessoais, que são divididos com o grupo neste momento. Foi possível observar que a aula de salsa e outras atividades de dança são

promovidas com parcerias, colaborações, trocas de experiências e apoio de outros grupos de dança da Maré como com o Ativa Breakers e Maré Sobre Saltos.<sup>141</sup>

Os temas discutidos nas aulas não são pré-determinados e normalmente surgem de forma espontânea-orgânica em meio ao diálogo realizado entre os presentes. A forma de pagamento para as atividades é realizada através de contribuição voluntária ou pelo valor de 40 reais mensais. As aulas e atividades que acontecem no Espaço Casulo são divulgadas principalmente através de cartazes que são colocados em distintos lugares da Maré, incluindo outras organizações e instituições da Maré, além de ser anunciado na internet, através de redes sociais, particularmente pela página de facebook<sup>142</sup> do Casulo. O método “boca a boca” também é utilizado para divulgar as atividades do espaço<sup>143</sup>, sendo que foi observado que tal procedimento foi percebido como a forma mais efetiva de divulgar as atividades do Casulo, sendo inclusive confirmado pelas coordenadoras e professoras do Espaço como sendo a melhor forma em termos de divulgação das atividades e ampliação do conhecimento sobre o trabalho do espaço. A página de Facebook do Espaço Casulo é utilizada para divulgar as atividades do grupo, apresentar algumas informações sobre questões de gênero e outras temáticas discutidas pelo grupo, também divulgam datas de apresentações, eventos dos grupos e instituições parceiras etc.

Foi possível notar que o Casulo empreende um esforço para manter parcerias e colaborações com outros grupos, movimentos e indivíduos, entendendo como parte do processo de construção de uma ação coletiva. Mesmo sendo um grupo relativamente recente, é preciso destacar o papel da ação política promovida por tais mulheres de periferia e, mais especificamente, mulheres da Maré, na organização e transformação das condições de vida de suas comunidades. As mulheres do Casulo promoveram uma série de workshops e cursos através de parcerias com outros grupos e movimentos de base da Maré e de outras áreas da periferia do Rio de Janeiro. Um exemplo é a parceria do Espaço Casulo com o grupo “Ishtar-espaço para

---

<sup>141</sup> O grupo ativa Breakers é um grupode dança que pratica principalmente “*breaking*”, elemento do gênero de dança conhecido como hip hop. O grupo é composto por moradores da Maré e é uns dos mais antigos representantes deste gênero na cidade do rio de Janeiro. O grupo tem promovido atividades em distinto espaços da Maré utilizando o ensino do breaking, a cultura e o movimento do hip-hop com jovens das comunidades.

O Maré sobre Saltos é um grupo de dança que utiliza danças urbanas como stiletto, vogue, hip hop e zouk para colocar em debate questões de sexualidade e corpo.

<sup>142</sup> Facebook é uma rede social onde as pessoas podem postar informações, fotos, opiniões e divulgar sobre eventos, atividades, experiências e informações.

<sup>143</sup> Durante a observação participante fui indicada por distintas mulheres das iniciativas do poder da estratégia de “boca a boca ” para divulgar informações sobre as atividades, cursos e eventos tanto com jovens e com mulheres na Maré para participar de ações educativos focados em gênero e sexualidade.

Gestantes”, um grupo de mulheres cujos objetivos são dirigidos a fomentar uma rede de apoio para gestantes.

O grupo Ishtar foi convidado pelo Espaço Casulo para desenvolver discussões em torno de questões sobre a maternidade, parto humanizado e consciência do feminino. Foi possível observar um dos cursos que focava na experiência da mulher no período da gravidez. Durante a roda de conversa (Figura 20) as mulheres participantes discutiram o papel da mãe na criação dos filhos, mas de forma crítica, dialogando sobre as raízes do pensamento que define a mulher como a principal cuidadora, ao mesmo tempo em que coloca o homem numa posição de “provedor da família”. A mulher do grupo Ishtar responsável por guiar tal roda de conversa é da Baixada fluminense e se auto identificou como negra. A oficina do Ishtar começou o workshop falando sobre sua história, comentando a experiência de vida como mãe que a levou a refletir sobre o papel da cultura machista na criação de padrões que colocam o cuidado das crianças como uma obrigação exclusiva das mulheres, das mães. Várias mulheres da Maré assistiram o workshop, trocaram experiências, histórias, idéias e reflexões sobre o que é “*ser mãe socialmente*” e o que é “*ser mãe na Maré*”. O Ishtar neste evento em particular trouxe a discussão sobre maternidade e da paternidade, destacando que o cuidado da criança deveria ser algo compartilhado por todos. Num momento de reflexão as participantes discutiram as diferenças nos cuidados com as crianças em diferentes épocas, compartilhando histórias de suas épocas, de suas mães e avós, também refletiram sobre diferenças regionais nos cuidados com os filhos, apontando diferenças em outros estados e cidades. A reflexão das participantes ficou centrada na questão de porque o cuidado das crianças não é algo partilhado por todos hoje em dia, porque não é um dever de outros membros da família, uma responsabilidade da comunidade, e que impacto isto tem nas vidas de mulheres que assumem toda esta carga. O Espaço Casulo e Ishtar continuam trabalhando juntos, apoiando o trabalho um do outro, trocando experiências e participando em ações políticas de forma coletiva.

**Figura 20 - Fotografia de roda de conversa realizada durante atividades do Espaço Casulo**



Fonte: A autora, 2016.

Além da parceria com o grupo Isthara, o Casulo também desenvolve ações integradas a outras organizações de base da Maré, como a Roça, que promove movimentos culturais, e a Eco Fêmea, que trabalha com artesanato feito de tecido e atuam desenvolvendo ações voltadas à preservação do meio ambiente. O Eco Fêmea foi criado e dirigido por uma mulher da Maré que produz toalhas sanitárias e fraudas ecológicas, além de outros produtos, e faz parte do grupo organizado que participa da feira de artesanatos do Casulo.

As atividades do Espaço Casulo se caracterizam por serem desenvolvidas de forma espontânea e orgânica o que diferencia este espaço de outras iniciativas estudadas que pré determinam a ordem dos temas, o modo como serão abordados, os formatos específicos das atividades, os cronogramas, prazos etc. Assim como as outras iniciativas estudadas, o Espaço Casulo leva em consideração o contexto social da Maré e particularmente a realidade das mulheres da periferia, como base para pensar suas ações de forma contextualizada.



## 4.2 Semelhanças e Distinções que surgiram na Observação Participante

As diferenças que emergiram a respeito dos conteúdos e temas utilizados pelas iniciativas estão relacionadas ao público alvo e aos objetivos específicos de cada grupo. Por exemplo, a equipe de GS-LPP, ao trabalhar com jovens de distintos sexos e gêneros fazem questão de abordar o tema da gravidez na adolescência. Eles abordaram o tema da gravidez na adolescência destacando a necessidade de compartilhar as responsabilidades da prevenção da gravidez e cuidado dos filhos entre homens e mulheres, ressaltando que este não deve ser um papel exclusivo das meninas. É importante destacar que o tema da saúde reprodutiva foi abordado por todas as iniciativas estudadas, mas a única que incluiu ações específicas para discutir a gravidez na adolescência foi a equipe do GS-LPP. Outro exemplo se refere ao tema da paternidade que também foi abordado pela equipe da GS-LPP.

Embora nenhum outro grupo tenha tocado na temática da gravidez da adolescência, e também na questão da paternidade, é interessante comentar que foi possível perceber nestas atividades do GS-LPP algumas semelhanças com a abordagem utilizada por outros grupos para tratar o tema da maternidade, como, por exemplo, a metodologia utilizada pelas mulheres das organizações de base - Mulheres Ao Vento e Espaço Casulo. Ainda com relação ao tema da paternidade, foi possível entender a partir de conversas com as fundadoras que a inserção desta temática foi influenciada pela aproximação da equipe do GS-LPP com o trabalho da ONG internacional Promundo, cuja trajetória histórica se fundamenta no papel da masculinidade na vulnerabilidade dos homens. Além disso, outro fator que influenciou a inserção destas temáticas se refere a um levantamento realizado pelos membros da equipe do GS-LPP que destacaram as seguintes observações a respeito de seu público alvo: 1) havia mais mulheres do que homens nos programas educativos da ONG, destas a maioria eram mães solteiras; 2) havia um maior número de homens nas aulas de artes marciais; 3) haviam feito atendimento com muitas mães e famílias em que o pai não estava presente ou ativo na criação dos filhos; 4) dentro da instituição havia casos de homens, jovens e adultos, que “fugiam da realidade” e das responsabilidades relacionadas à paternidade; 5) havia alunas do curso de gênero que eram mães solteiras ou que durante ou depois do curso de gênero se tornaram ou se identificaram mães solteiras.

A equipe identificou com base em experiências anteriores que poderiam trabalhar a temática da paternidade com base no exemplo de uma mulher que acaba sendo sobrecarregada pelas responsabilidades do lar e da maternidade, possibilitando um debate sobre a importância de compartilhar as responsabilidades da casa e dos filhos entre homens e mulheres, mas destacando que este exemplo não deve ser visto como uma regra pelo fato de ser uma realidade comum, mas sim, um padrão que pode ser transformado em nome de uma relação de respeito e igualdade entre os gêneros.

A discussão sobre paternidade teve início a partir de relatos dos participantes que comentaram quem foi responsável por sua criação, quem estava presente e como eram divididas as responsabilidades em suas famílias. Diante destes relatos se sucedeu uma reflexão sobre os motivos que colocam a mulher em nossa sociedade numa posição de acumular responsabilidades sobre o cuidado e educação das crianças, enquanto os homens tendem a assumir um papel de “provedor do lar”. Entre estes relatos, destaco a fala de uma participante que apontou o fato de ter sido criada somente pelo pai, ressaltando as características positivas e negativas de sua criação.

O objetivo central desta oficina foca na desconstrução da ideia que a educação e o cuidado das crianças é principalmente um dever da mãe, ressaltando que o pai também deve participar da criação dos filhos. Discutem a participação do pai no processo de criação e educação dos filhos abordando diferentes contextos, incluindo pais solteiros, casados, separados/divorciados, viúvos etc, destacando sempre o que constituiria uma relação saudável entre pai-mãe-filhos. Numa linha parecida, Mulheres Ao Vento e o Espaço Casulo abordaram os valores atribuídos historicamente à mulher em relação à maternidade e ao cuidado dos filhos, compartilhando o ponto de vista de que a educação e criação das crianças deve ser algo compartilhado por outros além da mãe, entendendo o processo de criação de uma criança como um projeto coletivo-comunitário<sup>144 145</sup>. No Casulo o tema da maternidade também foi abordado

---

<sup>144</sup>Aqui ambos os grupos enfatizaram a ideia que *"é preciso uma aldeia para criar uma criança"*, uma noção relacionada às culturas afro-brasileira e indígena.

<sup>145</sup> Cabe ressaltar que a forma que Mulheres ao Vento aborda estes temas não reforça nem está fundamentada numa perspectiva tradicional dos padrões de gênero. De modo similar às perspectivas promovidas pelo Espaço Casulo, estão baseadas numa visão de descolonização e do eco-feminismo que promove a perspectiva que a dominação da natureza está relacionada à subordinação e o opressão de mulheres. O ecofeminismo é um movimento pluralista que experimenta uma transformação juntamente com a evolução de sua teoria e prática (GONZÁLEZ, 2011). Mulheres ao Vento na sua abordagem interseccional (gênero, raça e eco feminismo) do tema de maternidade, foca mais na desconstrução de ideias, mitos ligados ao colonialismo que marcam o corpo da mulher, assim como os padrões de feminilidade, e como as mulheres se relacionam com seu corpo, sua menstruação, seus ciclos etc. Colocam ênfase na

incluindo uma desconstrução da dicotomia binária entre mãe-feminina ligada à questão da educação e criação de crianças, partindo do ponto de vista que isto está enraizado em preconceitos indicando que esta posição é ocupada por uma mulher obrigatoriamente femininas.

É importante destacar que embora existam diferenças entre as maneiras que as iniciativas tocaram em tais assuntos, ainda assim, partilharam em comum o esforço de tentar desconstruir ideias relacionadas a padrões de gênero e raça que marcam os corpos de mulheres. Desta forma, ao produzirem um esforço de resistência a uma situação naturalizada de desigualdade entre os gêneros, e de consequente submissão da mulher, ao mesmo tempo em que questionam os papéis estabelecidos de gênero e sexo biológico em nossa sociedade, debatendo inclusive a autonomia da mulher sobre o corpo, tais iniciativas assumem características de práticas de descolonização, de ações decoloniais, de movimentos de resistência em torno de reivindicações das mulheres e, especificamente, mulheres das periferias, constituindo-se, portanto, em pedagogias feministas decoloniais. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar a existência de uma dificuldade na mensuração do grau de decolonialidade/descolonização de tais práticas, evidenciando que trabalhar questões de raça, gênero e sexualidade não necessariamente qualificam tais práticas enquanto decoloniais ou críticas, pois dependem de como tais iniciativas colocam na prática seus discursos anti-hegemônicos. Assim, assumir características de práticas decoloniais não necessariamente representam ações decoloniais.

É preciso ressaltar que em alguns casos, como nas iniciativas com maior grau de institucionalização - que podem ser entendidas como mais próximas de uma lógica afinada com o sistema neoliberal -, que embora não estejam inseridas em um ambiente decolonial, ainda assim as mulheres destas iniciativas produzem práticas que podem ser consideradas como decoloniais e anti-hegemônicas, pois partem de uma perspectiva que apresenta diferentes temas de forma articulada, contextualizada e vinculada à ação-política, produzindo reflexões que localizam, problematizam e explicam as situações que vivenciam mulheres e suas comunidades, assim como suas realidades e lógicas organizacionais. Ainda neste sentido, destaco as diferentes abordagens

---

relação entre o ser e a natureza através de uma reflexão sobre a representação das orixás femininas do candomblé e suas características relacionadas aos fenômenos da natureza. Neste sentido, utilizam a história e a cultura afro brasileira para contrapor reações de poder e representações sócias sobre o corpo e padrões de beleza que estão enraizados no androcentrismo, heterossexualidade, colonialismo, racismo, classismos e desigualdades de gênero. A abordagem do tema de maternidade pelo Espaço Casulo se distingue na medida em que o grupo introduz ações específicas que mulheres podem adotar para conhecer seus próprios corpos, entender seu processo de gestação e exercer autonomia sobre o planejamento familiar, ao mesmo tempo abordando questões do meio ambiente e seus efeitos no corpo, na nutrição, e nosso papel na sustentabilidade do ambiente.

para a temática da interseccionalidade que foi tratada de forma integrada nas atividades dos movimentos de base, enquanto as iniciativas mais institucionalizadas apresentavam questões interseccionais tanto a partir de ações pontuais como de maneira integrada a outras atividades.

Todas as iniciativas investigadas dedicaram muito tempo e esforço para discutir temáticas de VDG e, principalmente, violência contra a mulher. Nas observações se notou que o tema da VCM era muito recorrente durante grande parte das atividades, mesmo que este não fosse o tema principal das mesmas. É importante destacar que os trabalhos desenvolvidos pelas instituições investigadas apresentam duas formas de atuação com as comunidades, com relação à promoção de discussões acerca da VDG e VCM: de um lado o trabalho presente nas pequenas ações do dia-a-dia, tais como o acolhimento, encaminhamentos e conscientização das mulheres acerca de como agir diante de situações de violência de gênero entre outras coisas que representam um trabalho histórico desenvolvido por tais instituições que demonstram, por exemplo, como as mulheres se organizam em torno da formação de redes de proteção contra a VCM – abordagem entendida como alinhada a perspectiva de um feminismo de base comunitária; de outro lado, encontram-se ações pontuais, mas que atingem maior visibilidade, tais como eventos, exposições, exibição de filmes, entre outras ações que funcionam como uma forma de divulgação dos temas e dos trabalhos das iniciativas. Sobre as redes que são formadas a partir do trabalho destas iniciativas, foram observadas duas formas distintas de organização: uma rede formal, representada pelo Estado, que neste caso envolve os postos de saúde, o Centro de Referência da Mulher na Maré (CRMM-CR) e o médico da família, que configuram uma rede regional que engloba um território mais amplo, mas que apresenta limitações referentes à sua atuação que em certas ocasiões, pode ser afetada pelas dinâmicas do território; e redes informais desenvolvidas pelos laços de solidariedade formados pelas mulheres que se envolvem com tais iniciativas, produzindo uma rede local que se mantém independente das dinâmicas do território.

Por meio da participação em certas atividades desenvolvidas pelas iniciativas investigadas os participantes verbalizaram que tomaram consciência de que em determinado momento de suas vidas, presenciaram, sofreram ou entraram em contato com algum tipo de VDG, sendo o mais frequente a VCM. Neste sentido, foi possível identificar que tais iniciativas representam pontos de referência na luta contra a VDG.

Durante a observação, foi possível notar certa desconfiança, preocupação e resistência, expressada pelas mulheres responsáveis pelas ações com respeito à possibilidade de outras

instituições se apropriarem do trabalho desenvolvido por estas iniciativas. Os únicos grupos que não expressaram de forma explícita estes tipos de sentimentos foram as mulheres do projeto Maré de Sabores e do CRMM-CR, que por sua vez se caracterizam como movimentos de maior grau de institucionalização. No caso do CRMM-CR destaco ainda o fato de tal instituição ser um órgão público como fator que diminui este tipo de preocupação entre as participantes. Neste sentido foi possível evidenciar a partir das entrevistas e conversas informais que tais preocupações, desconfianças e resistências estão muito mais fortes em meio às organizações de base, que desenvolvem suas ações voltadas de baixo para cima<sup>146</sup> e de dentro para fora<sup>147</sup>, planejando, construindo e refletindo sobre suas práticas a partir dos esforços pessoais das mulheres envolvidas na organização e com base na realidade do território, que destacaram que suas preocupações são justamente em relação a apropriação de suas práticas por organizações com maiores graus de institucionalização.

Por outro lado, as iniciativas mais instucionalizadas se caracterizam por desenvolverem suas ações em muitos sentidos, de cima para baixo<sup>148</sup>, de dentro para fora, de fora para dentro<sup>149</sup> e de baixo para cima. É importante ressaltar que os sentidos das ações das iniciativas mais institucionalizadas refletem não somente as opiniões, experiências e ideologias pessoais das mulheres responsáveis, mas também influências externas, como as fontes de financiamento e recomendações de organizações internacionais.

---

<sup>146</sup> Representa um modo de gestão das organizações que é construído em meio/com às bases, sem considerar uma hierarquia de poder na hora de tomar decisões. Deste modo, considera-se como uma perspectiva mais coletiva e popular.

<sup>147</sup> Representa um esforço de contextualização, partindo do contexto local pra então exemplificar com casos e conhecimentos provenientes de contextos externos. Ou seja, um esforço que parte do local para o regional/global. Neste sentido, entende-se que iniciativas que partem de dentro para fora apresentam maior afinidade com uma perspectiva de educação de base comunitária, pois não apenas considera a realidade local como base para construir suas ações como também emprega os moradores do território como fontes de informações e conhecimentos relevantes.

<sup>148</sup> Se relaciona ao modo de gestão das organizações que parte do topo da hierarquia de poder da instituição e se dirige/impõe às bases. Em outras palavras, o topo decide o que será feito na base.

<sup>149</sup> Compreende uma abordagem que parte do contexto e de informações externas a realidade local para, então aproximar-se desta. Representa uma abordagem que parte do global/regional em direção ao local/comunitário.

As preocupações apontadas pelas mulheres do CRMM-CR envolviam o efeito da terceirização do serviço<sup>150</sup>, que condiciona os recursos para melhorias na infra-estrutura, mas por outro lado não há um investimento na qualificação dos profissionais ou investimentos voltados à melhoria das práticas pedagógicas em si, de modo que acaba ocorrendo uma precarização dos serviços na medida em que os profissionais assumem múltiplas tarefas. Identificaram que tiveram que adotar distintas estratégias para conseguir trabalhar em meio às condições que enfrentam. Levando em consideração que a formação de pessoas constitui um processo difícil, acabaram sendo prejudicados quando tiveram que reduzir a equipe composta de funcionários públicos da universidade (UFRJ), também pela falta de materiais suficientes para as oficinas e muitas vezes as mulheres participantes acabam precisando trazer seus materiais de casa. Identificaram que a falta de recursos materiais também dificulta a habilidade de avaliar o próprio trabalho da instituição e a articulação do CRMM-CR com outras organizações e instituições que fazem parte da rede de atendimento qual contribui ao isolamento da instituição.

As mulheres do CRMM-CR identificaram que só se supera violência quando as mulheres têm acesso às políticas sociais. A dificuldade da implementação da Lei Maria da Penha na Maré foi levantada por todos os grupos investigados, reconhecendo que as mulheres das comunidades não enxergam a polícia como “amiga”, confirmando as observações de Carla Mattos (2014) que revelam que as mulheres da Maré têm conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e que poderiam atuar com base nas recomendações legais, mas que, seguindo as regras e dinâmicas do território, muitas vezes recorrem ao “desenrolô” com os traficantes, além de procurar ajuda de amigos e familiares. Além disso, a pesquisa revelou que todas as iniciativas investigadas são procuradas por mulheres e outros indivíduos sofrendo VDG na Maré.

---

<sup>150</sup>Cabe ressaltar que as mulheres do CRMM-CR não foram as únicas que identificaram o papel da terceirização na precariedade de serviços, as mulheres da GS-LPP e Espaço Casulo levantaram observações da precariedade dos postos de saúde da Maré, que nos últimos anos passaram a ser administrados pela organização social (OS) Viva Rio. Especificamente durante as oficinas os participantes explicavam as distintas razões pelas quais não procuravam nenhum tipo de ajuda dos postos de saúde. Algumas razões incluem: falta de profissionalismo e capacitação dos funcionários; medo que parentes, amigos, vizinhos fiquem sabendo os resultados de exames ou razões pelas quais o indivíduo procurou ajuda no Posto de Saúde; por serem encaminhados a instituição errada. Estas informações são importantes particularmente pelo fato de que a primeira instituição indicada pela Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência é o posto de saúde.

## V. HISTÓRIAS TRAZIDAS PELA MARÉ: CATEGORIAS LEVANTADAS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

### 5.1 Histórias de Vida e os Sujeitos Políticos

Ao longo das entrevistas, particularmente quando questionadas acerca dos motivos que as levaram a realizar a ação de implementar tais iniciativas, a maioria das mulheres entrevistadas relacionaram sua história de vida com a necessidade e desejo de realizar um trabalho voltado à questão de gênero, à questão da mulher na sociedade. Muitas das experiências vivenciadas pelas entrevistadas estavam entrelaçadas com o que foi identificado como *o processo pessoal de autorreconhecimento como feminista*; da qual identidade, raça, classe social e sexualidade fazem parte. O ato de uma mulher se autodeclarar feminista é resultado de um processo contínuo no qual a memória acerca da trajetória de vida desta mulher serve de base para uma reflexão que possibilita a construção e, conseqüentemente, reconstrução de um pensamento crítico feminista. Assim, o processo que leva uma mulher a se autoidentificar como feminista é entendido como algo singular e único, que reflete as circunstâncias, experiências e eventos de vida que a conduziram a este caminho e impactaram esse indivíduo nesse curso, fazendo com que este processo não seja distinguido pela homogeneidade.

Os padrões de gênero são mantidos através do mundo social e da cultura. As idéias e percepções que os indivíduos na sociedade têm a respeito dos papéis de gênero são construídos socialmente na família, na escola, na religião, na comunidade, na vida cotidiana. Em outras palavras, gênero e sexualidade não são apenas identidades pessoais, são também identidades coletivas, que são moldadas através de nossos relacionamentos com outras pessoas e dependem da interação e do reconhecimento social, como tal, influenciam a forma como nos entendemos em relação a nós mesmos e em relação aos outros.

Várias feministas têm descrito este processo de ampliação do olhar crítico, a chamada tomada de consciência, que envolve uma percepção sobre a história e as condições da população no que diz respeito às mulheres, mulheres de cor, mulheres negras, mulheres na América

Latina<sup>151</sup>. Destaco aqui duas em particular que escreveram sobre este processo de consciência crítica que leva a libertação ao sujeito político: a feminista negra Bell Hooks, com sua análise do processo de "autorrecuperação" e a feminista de cor, Gloria Anzaldúa (1987) com sua descrição sobre "*la conciencia de la mestiza*". Na perspectiva de Bell Hooks (2017) - uma norte-americana feminista negra fortemente influenciada pelo trabalho de Paulo Freire -, este processo de "autorrecuperação", que leva um ser a se autoidentificar como feminista, não é um processo exclusivamente para das mulheres. Segundo Hooks (2017), todo mundo deveria ser feminista. Nesta pesquisa, pude entrar em contato com o processo de autorrecuperação das mulheres entrevistadas, um processo contínuo e constante. Ao longo das entrevistas foi possível entender que trabalhar desenvolvendo as iniciativas também cumpre um papel na formação desta consciência crítica das mulheres entrevistadas. Neste sentido, as iniciativas implementadas com o foco na igualdade de gênero não só fazem parte de um processo de "descobrimento" por parte de quem participa, mas também por parte da pedagoga que se "redescobre" constantemente a partir das trocas com os educandos. Mesmo que cada iniciativa foque em trabalhar com um público-alvo específico, as respostas destas mulheres revelam que pessoas próximas às entrevistadas participam do processo que as educadoras estão vivenciando. Durante as entrevistas uma das mulheres responsáveis por uma iniciativa, refletindo sobre o aprendizado mútuo de educadores e educandos afirmou "*Eu também aprendo muito com todas e utilizo as informações criando conceitos e transmitindo para minha família, filhos e marido*". Outra entrevistada comentou que a partir de sua ação nesta iniciativa passou a aplicar com sua família o que discutiam nas

---

<sup>151</sup> Claudia Lima Da Costa no seu artigo, *Feminismo e Tradução Cultural*, identifica uma série de lugares no contexto latino-americano onde sujeitos entendidos como "subalternos femininos e pós-coloniais" podem ser encontrados, exemplificando por meio dos testemunhos das seguintes mulheres: a guatemalteca Rigoberta Menchú (*Me llamo Rigoberta Menchú*); a boliviana Domitila Barrios de Chungara (*Let me Speak!*); nos diários da catadora de lixo brasileira Carolina Maria de Jesus (*Quarto de despejo*); nos escritos da feminista afro-brasileira Lélia Gonzalez (*Lugar de negro*); nas poesias, grafites e performances de rua do grupo boliviano anarco-feminista *Mujeres Creando* (*La Virgen de los Deseos*); e nos romances autobiográficos da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo (*Ponciá Vicêncio*) (2012, p.51). Costa enfatiza o papel da tradução cultural (a prática de interpretação, tradução que envolve colocar o escrito de um texto de uma língua para outra) nos testemunhos de autoria feminina, ligados à lutas e mobilizações políticas, foram fundamentais na construção de uma prática feminista. Ao mesmo tempo ela destaca como o trabalho de feministas – sujeitos subalternos que utilizaram a interseção entre gênero, etnia e classe social, desestabilizaram um feminismo ocidental, centrado na noção de mulher essencializada. Costa reconhece esta tradução cultural como parte de um feminismo transnacional porque fomenta discussões entre feministas do hemisfério sul, particularmente na América Latina, a respeito do recorte de interseccionalidade e a impossibilidade de tratar a questão de gênero separada de raça. Para Costa "A prática do 'world'-traveling" evidencia como a tradução transcultural é indispensável, em termos políticos e teóricos, para a formação de alianças feministas pós-coloniais/pós-ocidentais, já que a América Latina – entendida mais como uma formação cultural trans-fronteira (2012, p.54).



atividades, e neste momento acabou se dando conta de que acabava reproduzindo alguns comportamentos, idéias e discursos machistas, como pode ser percebido no trecho a seguir:

*Eu sempre cobrava de minha filha para que organize a casa e nunca pedi isso para meu filho. É mostrar que o menino pode sim lavar louça, banheiro, fazer tarefa de casa. Minha filha sempre reclamava, porque ela fazia e o irmão não. O que eu aprendi refletiu em meus filhos e então entendi. Quando falei (para a filha) que estava nesse grupo (iniciativa de gênero), ela ficou até feliz porque agora eu poderia ver que não existe 'coisas de homem e de mulher.*

Com relação ao primeiro contato destas mulheres com o feminismo, muitas apontaram a influência de referências positivas de certas mulheres em suas histórias de vidas, outras identificaram o grande papel de cursar ensino superior como seu primeiro contato com o feminismo teórico. A maioria das entrevistadas expressou o que poderia ser identificado como “feminismo na prática”, que pode ser revelado por algumas idéias e expressões que se repetiam muito como “aprendendo através do ensino”, “diálogo”, “intercâmbio de distintas formas de conhecimento”, “aprendizagem coletiva”, “a sociabilidade de estar com outros discutindo e colocando em ação as perspectivas das teorias feministas.”

Hooks (1999) destacando o elemento transformador e libertador do feminismo, na mesma linha de Freire, ressalta que autorrecuperação implica em uma consciência crítica necessária para resistência significativa, consciência das forças que exploram e oprimem, mas também a necessidade de entender a política da realidade de si mesmo. Este processo de tomada de consciência crítica é experimentado de distintas formas pelas mulheres entrevistadas. Uma unanimidade entre as mulheres entrevistadas se refere à percepção de que essa consciência crítica e todas as reflexões, questionamentos e transformações ocasionadas por este processo não são resultantes de um único fator, mas sim, um conjunto de fatores e experiências relacionadas às trajetórias de vida específicas destas sujeitas, que assumem um papel na reconstrução de si e de seus mundos. Um trecho da resposta de uma entrevistada exemplifica este processo de autorrecuperação quando ela comenta:

*Vejo na minha vida, eu era submissa, com o tempo fui adquirindo conhecimento e fui mudando. Meu marido me perguntava porque disso e daquilo foi mudando. Teve que se adequar senão ficaria para trás, por que eu não voltaria a ser o que era antes. Ele aprendeu muito também, ele era preconceituoso com a sexualidade de outros homens. É ensinar.*

Na fala acima é possível perceber como processos vinculados à autorecuperação e ampliação do olhar crítico para muitas das mulheres entrevistadas anda em paralelo a outras lutas relacionadas às trajetórias de vidas destas mulheres (ex: pobreza, acesso à educação, violência,

acumulo de estigmas, preconceitos/discriminação, entre outros). Deste modo, podemos entender que a identidade do indivíduo está relacionada à suas percepções em termos de raça, classe, gênero etc, e que, por sua vez, influenciam nas lutas que este indivíduo irá se envolver, assim, as histórias de vida destas mulheres estão diretamente relacionadas aos compromissos estabelecidos entre tais sujeitas e a transformação da realidade de suas comunidades, neste sentido, Freire (1982) destaca que “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. [...] É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele.” (p. 16). Com base na resposta da entrevistada apresentada acima podemos refletir, ainda, a respeito das condições necessárias para o estabelecimento de um compromisso efetivo entre os atores sociais e suas comunidades, revelando a necessidade de uma reflexão sobre sua própria condição de opressão a partir de um distanciamento de sua realidade, diante disto, Freire aponta que:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (1982, p. 17)

No caso das mulheres entrevistadas, a compreensão de autorrecuperação de Hook's poderia estar conectada com as seguintes questões: a) o que significa ser uma mulher marcada por raça, classe e lugar, no Rio de Janeiro, no Brasil? ; b) O que significa ser uma mulher da periferia, e mulher da Maré? O trabalho que estas mulheres entrevistadas se dedicam e as pedagogias criativas subalternas que criam, não só tem como base estas questões, mas ao mesmo tempo fornecem respostas a tais questionamentos.

Como estas mulheres veem o mundo e a forma como elas visualizam o futuro têm muito a ver com seus passados, suas trajetórias de vida e experiências. Conforme Hooks (1999), “o eu não é equivalente de um “*Eu*”, mas a convergência de muitos “*Eus*”, o eu-ser é a representação da realidade coletiva do passado, presente, família, comunidade” (p.31).

Inicialmente não era um objetivo desta pesquisa focar nas histórias de vida das mulheres que participaram neste estudo, mas tais histórias foram recorrentes nos relatos e nas entrevistas, sendo identificados como fatores de grande importância para a construção de suas perspectivas de feminismo de base comunitária. Embora as respostas fornecidas pelas mulheres entrevistadas muitas vezes incorporarem eventos e vivências que marcaram suas vidas. Subsequentemente, a

história de vida de cada mulher está entrelaçada com as iniciativas com as quais elas se dedicam hoje em dia. Por exemplo, uma das entrevistadas, nascida e criada em São Gonçalo, filha de uma mãe trabalhadora doméstica e de um pai ajudante de pedreiro, comentou o seguinte:

*Minha mãe faleceu quando tinha 16 anos. A partir dos 17 anos eu morei com meu pai, só eu e meu pai. Aí como adolescente assim eu sempre fico lembrando que eu sempre era uma adolescente muito caseira, ficava muito em casa assumi as responsabilidades de casa que de repente uma adolescente de minha idade não assumiria. Enfim, sempre lavei, passei, cozinhei, porque eu tinha o entendimento de que como só era eu e meu pai, eu tinha que, de certa forma, fazer essas atividades, mas nunca deixei de estudar. Me fazia muito bem quando a minha mãe ainda viva via minhas notas na escola, ela ficava muito feliz, então isso sempre me incentivou a continuar estudando, mesmo com o falecimento dela. E aí, meu começo com essa descoberta enquanto mulher negra, mulher negra feminista começou com minha inserção na igreja, movimento de igreja voltado para teologia da libertação, que foi parte de minha juventude, onde eu tive contato com outras mulheres, mulheres mais velhas, jovens que faziam parte muito tempo já na PJ, que a gente chama de PJ, Pastoral da Juventude, que tinha várias inserções, tanto partidos políticos, na própria igreja, ou lideranças. Aquilo tudo me encantou muito, né? Pessoas daquele jeito, mulheres tão protagonistas. Aí eu comecei, comecei a me juntar na igreja, e a partir do momento que a gente se junta na igreja, a gente tem acesso a pessoas de outros lugares também, então comecei a conhecer outras mulheres de outras pastorais, outros municípios, Niterói, no próprio São Gonçalo, mas não naquele bairrozinho pequeno onde eu morava, vi que o mundo era muito maior que aquilo.*

A entrevistada comentou sobre a reflexão que teve com relação ao trabalho que era obrigada a fazer em casa, o papel importante da educação na vida dela e a relação entre sua participação na PJ e sua aproximação ao feminismo e o feminismo negro em particular. Mais da metade das mulheres entrevistadas comentaram sobre o papel da educação não só como libertadora, mas também destacaram as experiências no mundo acadêmico que as fizeram refletir sobre os padrões de gênero e questionar a cultura que coloca a mulher em uma posição subordinada. As motivações, vivências, reflexões e trajetórias que as tornaram feministas são questões centrais para a compreensão do papel destas pedagogias na criação de uma identidade política e solidariedade. Conforme Mohanty (2003) e Anzaldúa cada mulher é única, um ser singular moldado por suas experiências de vida, memórias e vivências, este fato é representado pela pluralidade de experiências, a diversidade de condições que mulheres vivenciam e que não se pode analisar de forma separada dos contextos social, histórico, político e econômico. As observações das iniciativas e as respostas nas entrevistas revelaram que as metodologias interseccionais utilizada pelas mulheres entrevistadas destacam uma preocupação com a necessidade de representar vários motivos que influenciam a existência de múltiplas identidades.

Chandra Mohanty (2003) na sua crítica sobre a representação de mulheres do terceiro mundo por acadêmicos e feministas dos países ocidentais, e Glória Anzaldúa (1987) no seu argumento das diferenças que surgiam entre mulheres migrantes de distintas etnicidades, vivendo entre várias “fronteiras”, são duas feministas que através de suas críticas sobre a tendência de feministas ocidentais descreverem e representarem as experiências de mulheres como uma experiência única, apresentam outras concepções da experiências fundamentada na ideia que não existe uma concepção singular ou monolítica de gênero. Elas consideram os deslocamentos e o feminismo transnacional, sem fronteiras, sem barreiras, cujo foco está na questão de como se vive a experiência e de como essa experiência se forma em função da construção do sujeito, noção que é refletida pelo trecho de entrevista anteriormente mencionado e que surgirá ao longo da análise.

A questão aqui apresentada passa pela tomada de ação do sujeito que escolhe ser ou ocupar uma determinada posição social em relação à outra. Isso pode ser observado na narrativa feminina e nas ações educativas destas mulheres entrevistadas. Por exemplo, uma entrevistada descreveu o papel que teve a dança no seu processo particular de pensar de forma diferente no que diz respeito aos papéis de gênero, e, especificamente, o papel da mulher no breaking<sup>152</sup> no hip-hop, destacando o seguinte:

*Foi na universidade, acho que eu nunca tinha me atentado muito a isso, acho que foi o hip-hop<sup>153</sup>, na questão de dançar estileto, vogue, de questionar porque no breaking que é o que eu gostava de fazer, só tinha homem e não tinha mulher. Mulher não chegava nesse espaço. Então foi nessa área, antes de chegar na universidade, então eu sempre questionei porque eu gostava de breaking e só tinha eu, não tinha mais meninas, sempre*

---

<sup>152</sup> “Breaking” é um dos elementos essenciais da tradição, movimento e cultura de hip hop. Envolve a expressão corporal e dança do hip hop que está fundamentado no “top rock” ou a introdução, o “footwork” ou o desenvolvimento da história complexa, e o “freeze” ou encerre, ponto final, conclusão de uma frase de movimento, história, identidade. Pesquisas mostram tanto a opressão que mulheres dentro do movimento experimentam quanto a heterogeneidade dentro do que é considerado ‘feminino’ (MENEZES et al. 2015; SANTOS 2011). Ao mesmo tempo, ressaltam que a presença de mulheres no movimento implica enfrentamentos cotidianos com os códigos morais de sexo-gênero que regulam a circulação de seus corpos na cidade, no espaço público, lócus por excelência das expressões artísticas e da sociabilidade.

<sup>153</sup> Hip hop é um movimento cultural e um tipo de música (influenciado por outros gêneros de música como soul, funk, disco, reggae) que começou no final da década de 1970 em Nova York e que foi criado pela população afroamericana e distintos grupos de imigrantes, em particular os de países da América Latina como Porto Rico, República Dominicana, Colômbia, Brasil. Hip hop é um tipo de tradição cultural urbana tem quatro elementos distintos que incluem: DJ, *disc jockey* que é encarregado de misturar a música e criar batidas; MC que é responsável pela arte escrita-poesia dita ou *Rap*; *Breaking*, a expressão corporal em si, a dança que inicialmente imitava batalhas entre as gangues em Nova York; *Graffiti*, modalidade da arte escrita, praticada em espaços da cidade. No Brasil, o movimento hip hop teve uma expansão nos anos 1990, mas já existia desde o final dos anos 70 na periferia de São Paulo. Hoje em dia, vários grupos e comunidades existem pelo mundo que praticam e criam novas formas de danças urbanas relacionadas ao hip hop. No Rio de Janeiro, existem vários grupos dedicados a manter e educar sobre o movimento e cultura de hip hop, à maneira que se criou e se desenvolveu no Brasil, embora criem novas práticas relacionados ao hip-hop.

*pensei nisso. E ainda hoje é meio fraco. É muito diferente quando você vai em eventos e você vê as coisas da cultura de hip hop no Brasil, você não vê as mulheres tomando a frente do breaking, no caso. Eu pensava muito sobre isso. A gente tenta se desconstruir muito isso no projeto.*

No seu livro, “*Feminismo sem Fronteiras*”, Mohanty (2003) aponta que toda mulher, como ser, é composta de forma diferente com base em suas experiências únicas. A experiência de uma mulher deve ser definida pela sua localização, história e circunstâncias de sua vida<sup>154</sup>. Na discussão sobre sua interpretação da teoria, Mohanty dá importância às experiências individuais. Segundo Mohanty, “(...) a teoria é um aprofundamento da política: uma destilação de experiência e uma intensificação do pessoal” (MOHANTY, 2003, p. 191).

Mohanty enfatiza que as pessoas nunca devem construir seu conhecimento sem considerar o conteúdo histórico e político de um país, especificamente em países do terceiro mundo. No caso dos trabalhos que desenvolvem as entrevistadas, a maioria fez alguma referência à necessidade de precisar ter conhecimento sobre o conteúdo histórico político da Maré e de seus moradores, para empreender uma iniciativa voltada para as questões de gênero e da mulher. Por exemplo, uma das entrevistadas deu a seguinte resposta: “(...) *entender o contexto, não adianta chegar com essa carga toda e despejar tudo. Precisa administrar os conhecimentos, observar o que a comunidade tem de forte, conhecer a cultura!*”. Neste sentido, esta resposta da entrevistada vai de encontro com a perspectiva freireana, que subentende além da necessidade de contextualizar as ações às realidades específicas dos territórios, uma visão integrada de teoria e ação para a construção de uma práxis educativa que seja crítica, transformadora e, neste contexto, decolonial, assim, Freire (1982) aponta que:

*É exatamente essa capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo[a] homem[mulher], à qual está associada sua capacidade de refletir, que o[a] faz um ser da práxis. [...] Se ação e reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem absolutas, pela realidade em que está o homem. [...] Assim, como não há homem [mulher] sem mundo, nem mundo sem homem [mulher], não pode haver reflexão e ação fora da relação homem [mulher]-realidade. Esta relação homem [mulher] - realidade, homem [mulher]-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, [...] implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. (p. 17)*

Outra entrevistada se expressou da seguinte forma:

*Eu acho que temos a questão da violência, poder paralelo, a falta de política pública que a gente não tem aqui é brutal e até mesmo a metodologia, não adianta ficar falando*

<sup>154</sup> Esta pesquisa vai se aprofundar sobre as implicações de “lugar” quando se aborda a categoria de espaço.

*uma coisa tão elaborada lá dos sexos dos deuses, primeira onda, segunda onda, eu acho que a gente tem que ter uma abordagem um pouco mais simplificada.*

Mohanty argumenta que os estudos do feminismo ocidental têm uma noção preconcebida de que todas as “mulheres do terceiro mundo” têm um problema semelhante quando se trata de igualdade de gênero com base em um dilema econômico. Ela afirma que o que eles não percebem é que é mais do que apenas a economia, é um problema político. Mohanty aborda o fato de que entre as mulheres do terceiro mundo, a história da política os torna mais do que apenas objetos. As mulheres e pessoas em geral que vivem no contexto da periferia dos centros urbanos do Rio é acometida por uma infinidade de fatores históricos, sociais e econômicos, que intensificam as experiências e formas de exclusão. Uma entrevistada compartilhou a seguinte percepção sobre a posição da mulher da periferia, particularmente a invisibilidade da mulher na Maré: “*Essas mulheres (donas de casa), elas são invisibilizadas no seu fazer, no seu cuidar, a vida inteira.*”

Na mesma linha, mas destacando a história das políticas públicas no território e aspectos culturais, outra entrevistada forneceu sua opinião sobre a condição da mulher na Maré:

*É obvio que a mulher na Maré vai passar por questões sociais diferentes dos outros espaços, por estar em uma favela especificamente, e a ausência do Estado nesses territórios faz com que as mulheres sejam duplamente violentadas nesse sentido de falta de direitos. Porque elas não têm acesso a direitos básicos que o Estado é responsável por oferecer a essas mulheres. Ao mesmo tempo, ela não tem acesso a direitos iguais de gênero, ela não está aqui na Maré socialmente igual ao homem e reforça esse contexto machista nesse território, seja pela falta de acesso à educação, pela falta de acesso a direitos básicos, então a mulher na Maré é duplamente afetada por essa ausência de direitos, seja do estado ou dessa desigualdade de gênero.*

A complexidade da realidade social, a falta de direitos sociais e a condição da mulher moradora da Maré foram levantadas em várias instâncias das entrevistas, seja na motivação que levou as mulheres se organizarem em torno da questão de gênero, ou faz parte integral tanto da abordagem de temas nas aulas e atividades quanto na metodologia pedagógica. Embora aponte que mulheres da Maré, e de um modo geral das periferias, enfrentam questões particulares e distintas de outras mulheres de regiões privilegiadas do Rio de Janeiro.

O conceito que traz Glória Anzaldúa (1987) é o da posição do sujeito no discurso, colocando em discussão a complexidade identitária relacionada à teoria pós-colonial. Anzaldúa escreve do ponto de vista de uma pessoa entre fronteiras, ocupando distintas identidades, fazendo parte de várias culturas, com o fim de dar luz a uma perspectiva que considera as diferenças entre

as mulheres, distinções que revelam “outras cartografias de resistência.<sup>155</sup>”. Evidenciando lacunas numa dicotomia dualística excludente, Anzaldúa reconhece a diversidade e multiplicidade de sujeitos e ressalta a posição da contradição que muitas mulheres vivenciam. Anzaldúa identifica este lugar de contradição como sendo:

Presente em qualquer lugar onde duas ou mais culturas bordam um e outro, onde pessoas de distintas raças ocupam o mesmo território, onde baixa, media e alta classe social tocam, o lugar entre duas pessoas diminui com a intimidade (1987, p.1).

As mulheres moradoras da Maré enfrentam particularidades que existem dentro do contexto de suas comunidades, suas famílias, suas realidades. A falta de políticas públicas, os preconceitos que as pessoas que moram nas favelas sofrem e cometem a mobilização em torno de questões emancipatórias fazem parte desse conjunto de fatores que as mulheres criadoras destas iniciativas tomam em conta nas suas metodologias, abordagens, perspectivas enquanto ações educativas voltadas a questões de gênero e ao respeito das identidades de mulheres e indivíduos que frequentam estes espaços. As comunidades da Maré fazem parte da cidade do Rio, mas cada território tem suas distinções, sua trajetória histórica.

O trabalho de Anzaldúa não funciona exclusivamente para identificar a multiplicidade de desafios que um sujeito, internamente e socialmente enfrenta com respeito à raça, etnicidade, classe social, sexualidade, gênero e língua, mas também funcionou para salientar como a conscientização do sujeito, das posições que ocupa e sua subjetividade, formam a base de uma ação coletiva. Ainda que trabalhando no mesmo território, algumas morando nas mesmas comunidades, a realidade de cada mulher entrevistada é distinta. Algumas semelhanças surgem, por exemplo, nas motivações que as levaram a desenvolver ações voltadas a igualdade de gênero, mas particularidades sempre surgem em seus relatos. Neste sentido, uma entrevistada ressaltando as oportunidades que teve enquanto mulher moradora da Maré comentou o seguinte:

*Pra mim, primeiramente foi uma necessidade vital (trabalhar com gênero). Eu fui privilegiada mesmo sendo moradora do complexo da Maré por ter tido toda minha vida dedicada a projeto social. Eu só trabalhei com isso e eu me mantenho financeiramente, me sustento desde os 18 anos e eu só trabalhei com isso. Eu trabalho mais de 10 anos na mesma organização. Eu tenho muita sorte por isso porque ao mesmo tempo que eu trabalhei, eu estou sendo formada também.*

---

<sup>155</sup> Neste estudo foi empregado o conceito de “cartografias de resistência” no sentido que Mohanty descreve a luta de feministas do terceiro mundo, fundamentada na política e solidariedade. Conforme Mohanty, “No é cor nem sexo que constrói a base destas lutas. É, sobretudo, a maneira que nós pensamos sobre raça, classe e gênero – as ligações políticas que escolhemos fazer entre as luta” (2013a, p.46).

Em uma perspectiva distinta, mas que mostra a diversidade entre estas mulheres, uma entrevistada deu a seguinte resposta sobre o que a levou ela a trabalhar com a igualdade de gênero:

*Fui trabalhar no mercado e em restaurantes que não me deram uma dimensão de como a gastronomia fazia parte da minha realidade, porque eu fui trabalhar no Copacabana Palace e no Fazano que são grandes restaurantes da cidade. Eu também falo que não faz parte da minha realidade porque quando eu fui trabalhar no Copacabana Palace especificamente, eu era almirante classe média que morava na Penha e dentro da realidade da zona do sul. Eu era uma menina suburbana, mas o que mais me aproximou do meu território foi ter trabalhado com um morador da Maré no Cibriane. Eu era estagiária ganhava em torno de 600 reais, estava fazendo curso de gastronomia na universidade e tinha uma pessoa que se chamava Wagnos, mora ou morava no Parque União especificamente (eu não sei muito bem da trajetória dele) que era responsável pela confeitaria do Cibriane. Ele sabia fazer todos produtos da confeitaria do Cibriane. Eu percebi minha diferença com a dele, os acessos que acabei tendo e as oportunidades que eu acabei criando e toda a minha rede também que era diferente da dele. A minha reflexão na época era que se eu soubesse fazer tudo que ele sabia fazer, eu poderia abrir meu próprio negócio na Maré e eu ganharia muito mais que 600, 700 reais que era também o que ele recebia, porque a gastronomia é muito mal remunerada, principalmente aqui no Rio de Janeiro, mas ele queria continuar com esse salário, com esse trabalho estável em um hotel tipo o Copacabana Palace por que ele tinha direito a plano de saúde, férias e toda uma relação formal do trabalho que dava uma certa estabilidade pra ele. Então eu me questionava muito porque ele não tomava esse passo, até perceber que essa autoestima que ele tinha era muito diferente da minha, por causa dos acessos que eu tive e das oportunidades que eu tinha e ainda ia ter. E aquilo era uma oportunidade que ele teve pra vida e era algo que ele não poderia abrir mão.*

Os dois trechos refletem oportunidades entre realidades e identidades distintas, que influenciaram na motivação das entrevistadas para trabalhar com suas iniciativas. Ambas mostram a distinta reflexão de cada entrevistada. Ao mesmo tempo, refletem a posição de Anzaldúa em relação à “*consciência de la mestiza*” quando ela afirma:

Conscientização de nossa situação precisar vir antes das mudanças internas, que por sua vez vem antes das mudanças nas sociedades. Nada acontece no mundo real a menos que primeiramente aconteçam nas imagens em nossas cabeças (1987, p.87).

Anzaldúa estabelece a defesa da possibilidade de reconstrução do conceito “mulher” como produto da intersecção de todos os sujeitos femininos; de forma que o gênero pode ser visto em relação a um ato performativo, um papel a ser preenchido e executado. Assim, o conceito de identidade pode ser fixo ou não. Nessa volubilidade pode haver múltiplas identidades, geradas pela categoria da experiência; que por força do recorte histórico agrega valor, mas não traduz reducionismo. Algo que cada iniciativa tem em comum e que foi observado durante a investigação é a ênfase que cada uma coloca no papel da pedagogia na reconstrução da categoria do ser humano e a categoria de mulher-sujeita. Existem diferenças nas iniciativas nos métodos que



utilizam para conseguir isto, mas abordagens interseccionais são utilizadas por todas para fomentar o pensamento crítico, para desafiar binarismos de gênero e para criar novos discursos distintos aos que são produzidos a partir da perspectiva androcêntrica e ocidental. Procuram criar identidades e representações de mulheres da periferia a partir da perspectiva delas mesmas.

Ao me familiarizar com o campo da pesquisa e logo no início da observação, algumas das mulheres declararam-se feministas enquanto outras não se auto-identificaram como feministas ou ativistas. A relação entre feminismo e ativismo foi levantada tanto em conversas informais quanto nas entrevistas, o que permitiu identificar que as mulheres neste estudo tinham distintas posições e visões acerca do que seria entendido por ativismo, o que é feminismo e o que é ser feminista. Por exemplo, em uma entrevista informal com umas das encarregadas do CRMM-CR, mulher que se identifica negra e que levou 8 anos desenvolvendo as atividades da instituição, o seguinte foi expressado:

*Simpatizo com o movimento, sim. Não me chamo de feminista. Eu defendo a bandeira da não violência. Estou muito longe de ser como essas mulheres. Não concordo com todas as bandeiras, mas concordo com a maioria delas. Eu defendo direitos sociais iguais, mulheres e homens. Mulher negra não tem visibilidade.<sup>156</sup>*

A pergunta sobre se considerar feminista não foi incluída no roteiro, mas fez parte das observações, discussões informais e conseqüentemente o tema surgiu na fala de algumas das entrevistadas. É interessante destacar que foi possível perceber uma mudança na ação de se declarar feminista por algumas das mulheres entrevistadas entre o tempo da observação e o momento das entrevistas semiestruturadas. Isto pode estar relacionado à identidade do sujeito, uma identidade híbrida, mutável. No início do processo de observação algumas das entrevistadas expressavam que não se consideravam feministas, mas ao mesmo tempo, sempre ressaltavam a necessidade de que mulheres recebam os mesmos direitos de homens, de modo que faziam a conexão do conceito de gênero com o feminismo. Quando perguntadas se eram feministas frequentemente em alguns casos era possível perceber reações físicas nas mulheres, expressavam desconforto ou confusão no rosto, viravam seu olhar para outro lado, às vezes rindo e me

---

<sup>156</sup> Esta entrevista é considerada uma entrevista informal e não está incluída na lista das entrevistas formais, semiestruturadas. Todas as entrevistas no CRMM-CR foram mais informais e não seguiram o roteiro das entrevistas semiestruturadas. Intencionava incluir entrevistas formais, com as respostas de algumas implementando iniciativas voltadas a questão de gênero no CRMM-CR ao roteiro que foi utilizado para entrevistar as mulheres de outros grupos e instituições para a publicação de um artigo no futuro. Esta entrevista informal foi feita no dia 11 de setembro de 2016. Pretendia incluir a perspectiva desta mulher não só porque é uma de alguém trabalhando em um espaço distinto, em outra comunidade da Maré, mas também porque expressa o que outras mulheres expressaram com respeito ao feminismo.

redirecionando a pergunta. Cabe ressaltar que a aproximação que tiveram algumas mulheres com os feminismos no Brasil foi precisamente através de sua participação no grupo da iniciativa. Algumas tiveram contato com a teoria feminista na faculdade através de uma disciplina ou por meio de suas linhas de pesquisa. No entanto, em termos de discutir questões em torno da mulher como sujeitas políticas, e especificamente das mulheres-sujeitas da Maré, foi possível identificar que esse processo de reflexão resulta da participação destas mulheres nestas atividades focadas na igualdade de gênero. Um trecho de entrevista onde esta observação pode ser reconhecida é a seguinte:

*A vida que levei até o dia que eu entrei pro projeto, eu sempre ouvi muito falar sobre feminismo, empoderamento e tudo mais, mas eu via muito pouco ser feito. Como eu havia falado anteriormente, eu sempre tive muito pouco contato com qualquer coisa referente a essas questões, então eu topei participar porque eu acho muito interessante fazer parte de um processo que pudesse trazer isso pra realidade, que não fosse só uma teoria, então foi isso que me chamou a atenção porque eu nunca tinha participado de nada referente a isso, os tabus que a gente tem que quebrar como mulher. Eu particularmente como mulher, como lésbica, são tabus enormes, são tabus tenebrosos na verdade. São coisas muito pesadas, então eu quis trazer isso pra minha vida de forma prática, que saísse da teoria, porque é realmente muito complicado. E é isso, tem sido muito legal, gratificante e eu espero seja só o início. Eu acho que quando a gente tem esse primeiro contato a gente não quer mais perder esse contato. Pelo menos tem sido assim pra mim.*

O “feminismo na prática”, ou o que pode se referir ao processo da aplicação da teoria na prática e na reflexão ou aprendizagem, a tomada de consciência adquirida através da prática, seja por discussão, por outra atividade ou mesmo pela rotina diária que algumas mulheres vivenciam, foi levantada pelas mulheres entrevistadas. Aqui é importante notar algumas diferenças referentes ao acesso aos serviços educativos.

Muitas vezes as mulheres entrevistadas destacavam o papel da mulher na luta para melhorar as condições nas comunidades. Neste sentido, a história social no que diz respeito ao papel da mulher na luta para a melhoria de condições na Maré foi ressaltado por algumas das entrevistadas e também apreendido nas observações. Para Walsh (2010) “a memória coletiva foi e ainda é um espaço entre outros, onde se entrelaça na prática o pedagógico e o decolonial” (p.26). Um exemplo que ilustra esta tendência se pode ver em uma conversa informal com umas das entrevistadas sobre a VCM na Maré<sup>157</sup>. Ao ser questionada se era feminista ou simpatizante do feminismo, a resposta de uma senhora foi a seguinte:

---

<sup>157</sup> Esta discussão informal estava voltada para a questão do aumento do número de denúncias na época em que o exército ocupou a Maré. A conversa era entorno da observação que o processo das UPPs, a militarização não tinha

*Aqui na Maré as mulheres sempre correram atrás. Faz parte da história de quem mora aqui e as mulheres daqui tem muito que ver com essa história né? De tentar, insistir para melhores condições. Não sei se eu mesma sou feminista, mas de querer coisas boas para aqui (Maré) quero, quero sim.*

As lembranças das mulheres entrevistadas em relação ao papel da mulher da Maré na mobilização para a melhoria de condições de vida das comunidades pode ser vista como uma ponte que liga o passado com o futuro da Maré, que apresenta semelhanças com o que Zenele Isoke (2013) descreve como a “política de resistência”. Isoke (op cit), estudando a organização política de mulheres negras na cidade de Newark, New Jersey em EUA, destaca que em localidades urbanas, onde existe pobreza, violência, falta de infraestrutura, as pessoas são seriamente afetadas pela neoliberalização, pela falta de direitos sociais, nestes contextos as mulheres, incluindo mulheres negras e de periferia desenvolvem novas formas de ação social e política que são frequentemente ignoradas por intelectuais tradicionais. A memória e as lembranças de mulheres cumprem um papel importante no processo de “reimaginação” do social, do político e do espaço físico em que morram. Conforme Isoke (2013), “As mulheres negras fazem ligações diretas com as realidades passadas e atuais da privação social negra e do desespero, desenterram, invocam, reencaminham e, o mais importante, reinventa legados históricos de luta contra a injustiça” (p.5). Mulheres entrevistadas que se identificaram negras não foram as únicas do grupo de entrevistados que expressaram a vontade de mudar a forma como a mulher é vista dentro e fora da Maré, como também expressaram a motivação de trabalhar na iniciativa voltada para a igualdade de gênero para transformar o espaço e a visão que “outros” têm sobre o território. Em inúmeras ocasiões, tanto durante observação quanto nas entrevistas foi constantemente levantado pelas mulheres a necessidade de definir por si mesmas o que é ser mulher da periferia, o que representa a mulher da Maré e o que a Maré representa como lugar.

Observou-se que no tempo das entrevistas das mulheres na faixa etária dos 40 anos para acima, que inclui quatro mulheres no total, todas se declaram feministas. Se levamos em conta o tempo total da observação, três mudaram sua posição ao longo do tempo, passando a se autodeclararem como feministas, e duas especificamente identificaram-se com o feminismo negro. Pessoalmente entendo que esta mudança de percepção pode ser devido ao trabalho que elas desempenham voltadas para a questão de gênero, fatores subjetivos relacionados ao processo

---

muito a ver com o aumento da VCM na Maré. Foi ressaltado que, em geral, desde os anos 80 a VCM, vem tendo mais visibilidade mas as razões para isto não era algo que a entrevistada, mesmo moradora, trabalhando há anos na Maré, podia especificar.

de autorrecuperação, a comunicação como redes sociais, além de outros. Das mulheres de maior idade do grupo, uma se expressou da seguinte maneira: “*sim sou [feminista], embora não milite em nenhum grupo. Sou feminista na vida*”. Enquanto outra que durante a observação não se identificava feminista respondeu da seguinte maneira à entrevista: “*Se ser feminista for garantir direitos iguais dos gêneros, então me considero como tal. Igualdade de condições, essa é minha bandeira!*”.

Este trecho, e outros, destacam a noção que a identidade do sujeito não é estável e pode ser influenciada por vasta variedade de detalhes. É importante tomar o processo de autoidentificação e autorreflexão por suas implicações referentes à identidade e pelo papel que levam à construção cultural da subjetividade na ideologia e nos discursos. Mulheres entre a faixa etária dos 30 anos declaram-se feministas e a tendência de identificar com uma linha de feminismo se tornou evidente nas respostas de cinco das entrevistadas. Já as mulheres entre 26 e 29 anos de idade expressavam bem detalhadamente suas posturas com relação ao feminismo. Por exemplo, uma forneceu o seguinte comentário: “*sou feminista, mas com olhar voltado para o feminismo negro e o conceito de interseccionalidade*”. Outra entrevistada da mesma faixa etária respondeu: “*Eu sou preta, autodeclarada preta, negra, favelada.*”

Conforme Cláudia Cardoso, na sua descrição sobre a perspectiva de Leila Gonzalez (2014, p.973) enquanto mulher e mulher negra, escreve que “tornar-se negra” anuncia um processo social de desconstrução de identidades, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo. Nas dinâmicas identitárias, a autoidentificação ou o autorreconhecimento dos sujeitos ou grupos vitimizados/ excluídos/ oprimidos são determinantes. Conforme Celi Regina Jardim Pinto (2008), o reconhecimento como autorreconhecimento é essencial para a construção do sujeito da ação na luta social. Só existe o “dominado-oprimido” contra a dominação, se este se reconhecer assim. Neste sentido, o feminismo não vem antes da feminista, assim como não há paridade participativa antes do sujeito autorreconhecido como igual (PINTO, 2008).

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa utilizam conhecimento adquirido por experiências sociais, inserção no mundo acadêmico, prática profissional para refletir sobre a

condição humana, organizar, mobilizar e criar políticas de resistência e construir outros saberes e identidades. Elas buscam a transformação social através de mudanças educacionais, o que se aproxima de uma perspectiva freireana de Educação Popular-Crítica-Transformadora (FREIRE, 1982). Segundo a feminista Audre Lorde, “a transformação de silêncio em linguagem e ação é um ato de auto revelação, que parece sempre estar carregado de perigo” (LORDE, 2009, p. 39). As mulheres entrevistadas encarregadas das iniciativas estudadas nesta pesquisa incluem na abordagem de questões de gênero e a mulher sujeita, as categorias de gênero, classe e raça como demarcadores das relações de poder que servem como parâmetro para organizar a sociedade. Neste sentido, elas enfatizam a percepção que gênero sozinho não se sustenta para assegurar uma transformação das relações de poder. Então requer, dessa forma, um trabalho pedagógico bem mais complexo que se contraponha à perpetuação de formas de colonização de poder e saber, do conhecimento do ser e de gênero. Uma maneira de descolonizar poderes e saberes é através do ensino, da pedagogia popular.

A teoria de educação popular de Freire propõe uma forma de viver na prática pedagógica, considerando um esforço de contextualização da educação à realidade dos educandos a partir de um processo dialógico, ressaltando a necessidade de adaptar as linguagens, discursos, estratégias e práticas às experiências de vida dos educandos, partindo daquilo que Freire vai chamar de saberes de experiência, que correspondem aos saberes prévios que as classes populares trazem para as atividades (1987). As iniciativas educativas voltadas para a igualdade de gênero a que estas mulheres se dedicam são representativas da política dos movimentos sociais. Suas pedagogias são processos pelos quais os sujeitos se tornam políticos e críticos e, conforme a teoria freireana, partem das experiências de vida dos educandos num esforço para aproximar as temáticas ao cotidiano das comunidades. As motivações que levaram estas mulheres a desenvolver estas iniciativas demonstram esta noção. Por exemplo, no trecho a seguir uma mulher entrevistada descreveu as razões que a levaram a desejar trabalhar com temas de gênero na Maré:

*Primeiro partindo da minha vida, das vivências e opressões passadas por ser mulher, principalmente por ser uma mulher dona do próprio corpo, uma mulher que não tem problema em falar ou expressar suas vontades, seus desejos sexuais e ter sofrido toda a repressão e a opressão da sociedade por isso. Fui morar sozinha com 18 anos porque eu queria. Por que a vida tava seguindo e me levou pra esse caminho, eu tava na igreja, eu ia casar porque deveria acontecer, e tanto que o casamento faltando dois meses pro casamento acontecer, joguei a coisa toda pro alto e fui morar sozinha. Eu me sentia dentro dessa opressão de fazer tudo certinho, eu tinha 18 anos e não era isso que eu queria. Então voltar com um projeto voltado para mulheres dentro do meu território é, sem dúvida, o maior ato de resistência que eu poderia ter e fazer. Resistência total pra mim, voltar com esse projeto Mulheres ao Vento e o que ele representa.*

Alvarez et al (2017) destacam que ao explorar o político nos movimentos sociais, devemos ver a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas (votar, fazer campanha ou lobby) que ocorrem em espaços institucionais claramente delimitados, tais como parlamentos e partidos, ela deve ser vista como abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante. “O poder, por sua vez, não deve ser entendido como ‘blocos’ de estruturas institucionais, com tarefas preestabelecidas (dominar, manipular), ou como mecanismos para impor ordem de cima para baixo, mas antes como uma relação social difusa por todos os espaços” (CANCLINI, 1988, p.474 Apud ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 29). As mulheres entrevistadas dedicam-se ao desenvolvimento e criação de novas formas de discutir relações de poder, dentro de várias estruturas de dominação, para redefinir e rearticular subjetividades raciais, de classe e sexuais. As ações educativas das mulheres entrevistadas estão ligadas à relação entre identidade e poder. Este processo de criar e ensinar está constituído por ações políticas já que ao que estas mulheres se dedicam é à produção de subjetividades, perspectivas que contrapõem noções que mantêm o *status quo* e a opressão de grupos de indivíduos. Catherine Walsh postula que teoria, ideologia e conhecimento estão intrinsecamente relacionados à ciência e à política (WALSH, 2010). Segundo Walsh:

Las luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción. Es sólo reconocer que las acciones dirigidas a cambiar el orden del poder colonial parten con frecuencia de la identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa. Tal proceso accional, típicamente llevado de manera colectiva y no individual, suscitan reflexiones y enseñanzas sobre la situación/condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendran atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados (2010, p.29).

Durante observação e nas respostas das entrevistadas, as mulheres expressaram a necessidade de partir nas atividades educativas de uma perspectiva fundamentada na diferença considerando noções baseadas no colonialismo. Embora tenha, expressado a necessidade de desconstruir ideias de representação baseada no processo de colonialismo. Uma entrevistada expressou o seguinte sobre a abordagem da relação entre movimento, erotismo, raça e a categoria da mulher:

*Usando o samba, a gente trabalha essa vertente que é da erotização da mulher, da questão do corpo da mulher negra, principalmente em que momento isso chegou, porque o samba, por ser de origem africana, os movimentos corporais que eram usados na África não são ligados à sexualização. O tremer do peito, o tremer da bunda não são sexualização, mas quando chegou aqui, os europeus e todo o processo colonizador transformaram isso num erotismo. Mas nunca foi erotismo o balançar de bunda, o balançar de peito representa outras coisas em várias danças africanas. Mas quando chegou no samba e foi erotizado, colocou a mulher nesse lugar de objeto.*

As questões de identidade e representação são fundamentais tanto para o pós-colonialismo como para o feminismo, como argumenta Deepika Bahri, campos como os estudos femininos, os estudos pós-coloniais surgiram em parte em resposta à ausência ou indisponibilidade das perspectivas das mulheres, minorias raciais, culturas ou comunidades marginalizadas em relatos históricos ou literários. Essa falta de representação é paralela nas esferas política, econômica e jurídica (BAHRI, 2013, P. 668). Spivak e tantos outros críticos pós-coloniais e feministas nos alertam para o modo como a posição de sujeito é construída dentro do discurso, em vez de ser preexistente ao discurso, uma observação que se encontra tanto nas respostas das entrevistadas quanto na observação dos participantes nas iniciativas. Ideologias relacionadas ao sujeito mulher têm a ver não só com sexo, mas também com raça e classe social. São as interseções das várias redes sistêmicas de classe, raça, sexualidade (hétero) e nação, então, que nos posicionam como mulheres (MOHANTY, 2013, p.55). Neste sentido, a autoidentificação com o feminismo, com o feminismo negro é tanto uma questão pessoal para estas mulheres entrevistadas, como é uma questão coletiva, relacionada à sua posição como mulher da periferia. A discussão desses conceitos na obra de várias pensadoras revela o esforço dos estudos feministas pós-coloniais para estabelecerem a identidade como relacional e histórica em vez de essencial ou fixa, enquanto mantêm o gênero como uma categoria significativa de análise. (BAHRI, 2013, p.664). Estas mulheres entrevistadas, criam métodos de ensino críticos que levam em consideração raça, gênero e teoria. Eles têm um propósito político, pedindo uma forma de transformação na sociedade, em seus arredores. Questões de identidade e representação estão intimamente relacionadas aos motivos destas mulheres para trabalhar com questões de gênero, particularmente trabalhar com questões de gênero na Maré. A ênfase que muitas colocam na necessidade de entender o contexto cultural da Maré também enfatiza esta noção.

A questão apresentada por Audre Lorde em 1985, no seu livro, “*I am your sister*” (Eu Sou Sua Irmã), sobre como organizamos (feministas) em torno de nossas diferenças, nem negando-as, nem exagerando-as, é uma que até hoje em dia as feministas precisam se perguntar. Isto não é só

uma questão pertinente aos feminismos no Brasil, mas também para as feministas no Rio de Janeiro, de onde as feministas das periferias fazem parte. O feminismo transnacional, na perspectiva de Mohanty, é uma maneira pela qual as feministas podem juntar-se, apesar de suas diferenças, em solidariedade. Conforme Mohanty um feminismo transnacional poderia consistir de “Comunidades imaginadas de mulheres com histórias e locais sociais divergentes, unidas pelos fios políticos de oposição à formas de dominação que não são apenas penetrantes, mas também sistêmicas” (2013, p. 46). Mohanty postula uma solidariedade que ultrapassa a conexão entre feministas da mesma raça, ou que seja baseada em nacionalidade ou no sexo-feminino e propõe que o contexto comum de luta contra estruturas e sistemas (i.e. capitalismo neoliberal) exploradores podem ser a base de nossas lanças políticas. Ochy Curiel chama atenção para os desafios que as feministas no Sul Global, particularmente na América Latina, enfrentam para que um feminismo transnacional seja possível. Ela aponta que ambos, o pensamento e a teoria feminista, ainda não foram descolonizados, que continuam perpetuando uma dominação ocidental que coloca os conhecimentos, as teorias e pensamentos da América Latina em posições subalternas e isto é evidente na separação entre teoria e prática. Conforme Curiel:

Este hecho pone en el centro la relación poder-conocimiento y el binarismo teoría - activismo vistos como la distinción entre el conocimiento puro y conocimiento político en donde se reconoce una forma de escritura y se establece la división entre política y teoría, lo que evidencia la negación de que ambas son formas de discurso, que producen cambios y transformaciones sociales (2009, p.6).

Em outras palavras, o reconhecimento das experiências teóricas e políticas das mulheres do sul global precisam fazer parte da “genealogia” feminista, a descolonização dos feminismos, de gênero e do conhecimento precisam acontecer para que um movimento feminista transnacional, baseado em solidariedade, seja possível. As práticas pedagógicas das mulheres entrevistadas podem contribuir para este debate.



## 5.2 Espaço, Reconstrução e Representação

As lutas têm sido para ocupar as instituições que mantêm a exclusividade do conhecimento, mas também criar seus espaços de produção e diálogos de conhecimentos produzidos (ARROYO, 2012). Nas entrevistas, surgiram as categorias de espaço, reconstrução e representação nos discursos das entrevistadas. Uma característica que todas as entrevistas tiveram em comum é o destaque do desejo de um *espaço*, como lugar de *reconstrução* de subjetividades e *representação*<sup>158</sup>, um lugar necessário e desejado por parte das entrevistadas, que aparece relacionado à concepção de resistência. Aqui, utilizo as categorias de *Espaço*, *Reconstrução* e *Representação* para sublinhar a necessidade de lutar contra percepções e arranjos de poder relacionados com o patriarcado moderno e a cultura machista, no mesmo tempo, construindo e levantando subjetividades relacionadas à questão de “quem é esta mulher da Maré?”, “quem são as pessoas que moram nesta localidade?” e “o que representa este território?”, destacando os aspectos que podem servir para resistir às situações de opressão-invisibilização-subalternização rumo à construção de ações políticas. Deste modo, estes espaços de reconstrução e representação estão diretamente relacionados aos processos de resistência destas mulheres às múltiplas opressões ocasionadas pelo sistema capitalista neoliberal global, partindo de uma reflexão crítica acerca da realidade local e de sua condição enquanto oprimido e as estratégias disponíveis para enfrentar esta opressão. Com base nesta perspectiva, uma das entrevistadas relatou o seguinte:

*Primeiro todo mundo pensa “o Estado não está aqui!”, “ele não está presente”, na verdade, ele está presente e está determinando como o morador da Maré vai se colocar na sociedade, que vai ser o morador sem qualificação e que vai dar conta destes trabalhos que são mal remunerados, que vai dar conta desses estigmas da sociedade onde coloca a mulher também nesse lugar, porque ele não vai ter outro parâmetro. O Estado está presente manipulando o morador a seguir esse padrão de população pobre, sem acesso e naturalizando isso, fazendo com a que a população naturalize essa “não presença” deles aqui. Então isto está ligado aos grupos civis armados, está ligado a educação, está ligado ao não acesso à saúde, e sempre muito tentando naturalizar esses problemas. A grande questão do projeto é fazer com que as mulheres se organizem de outra forma e questionem o Estado, questionem a necessidade de direitos, e essas necessidades de direitos estão ligadas à várias frentes.*

---

<sup>158</sup> Neste caso *Representação* está relacionado ao lugar e ao indivíduo que vive neste lugar, em outras palavras, está associado ao processo de formação de identidades como indivíduos/morador (a) e suas percepções de si e de seu mundo, entendendo que a realidade vivenciada pelas comunidades vai além dos estigmas associados à estas populações, partindo de uma visão de que a definição imposta por outros acerca da realidade local deve ser questionada e substituída por uma visão autóctone, produzida a partir das subjetividades dos moradores do território.

É preciso destacar que o posicionamento das mulheres entrevistadas em relação ao sistema neoliberal evidenciou duas posições possíveis: as que permanecem autônomas, resistindo de maneira mais intensa a uma vinculação institucional formal que requer financiamento de órgãos privados e instituições vinculadas ao “sistema de desenvolvimento”; e, por outro lado, aquelas que partem da visão de que seria possível mudar o sistema de dentro para fora, ou, em outras palavras, que a transformação social pode ser alcançada a partir de movimentos institucionais. No entanto, todas as mulheres entrevistadas destacaram a falta de espaços específicos para discutir, compartilhar e refletir sobre questões de gênero.

Alguns autores apontam para a necessidade de conceitualização do conceito de “lar” em relação à identidade e à comunidade como categoria de poder (ISOKE, 2013; MOHANTY & MARTIN, 2003). O conceito de lar para estes autores está conectado com a libertação e o olhar para si mesmo. Um pouco mais da metade das mulheres entrevistadas expressaram suas intenções de criar estes espaços ligados a desejos que tinham a respeito da Maré, seu “lar,” comunidade onde elas morram. Seja através do desejo de contribuir para a mudança social no território ou participar de ações que as ajudam a exercer algo que pelas estruturas de dominação não conseguiam, mulheres entrevistadas destacaram a necessidade da criação destes espaços. Uma mulher comentou que sua participação na iniciativa voltada a questão de gênero a permitiu trabalhar com o que ela vem há anos trabalhando, mas por questões tradicionais, fundamentadas no patriarcado e padrões de gênero, ela nunca conseguiu exercer. Ela comentou o seguinte:

*Então, o Candomblé é uma religião altamente paternalista, então a mulher tem uma série de incumbências, mas a mulher nunca está em destaque no Candomblé, devido a esse fato. Então assim, tudo que eu sei em nível a toques e cantigas foi por estar atenta ao meu redor, mas dentro da religião eu não poderia tocar, não poderia fazer certas coisas que hoje no projeto eu faço. Então assim, é uma religião muito bonita, isso é uma coisa que varia de pessoa para pessoa, mas quando ela tem fé isso agarra. Então isso sempre foi muito bom pra mim, ter esse contato, ter essa vivência, sempre foi muito interessante. Mas é paternalista, então certas coisas você não consegue difundir nem vivenciar dentro do culto. Acabou sendo triste pra mim, descobrir que só os homens tinham acesso, acabou meio que sendo estranho saber que eu, como mulher, não tenho como trabalhar, não tenho como fazer nada a respeito disso. É uma religião bastante antiga, então não existe desconstrução de valores dentro de uma religião, existe uma desconstrução de valores dentro da sociedade, então assim, tem sido muito gratificante pra mim participar desse projeto, porque eu consigo fazer algo que definitivamente eu gosto sem bater de frente com nenhum conceito. Foi a forma que eu encontrei de exercer isso. E eu hoje com 30 anos consigo fazer algo que eu verdadeiramente gosto, porque todas as outras coisas eu fiz porque existia uma necessidade.*

Esta entrevistada descreve como, apesar de ter anos de experiência, somente quando se uniu à iniciativa voltada a questões de gênero conseguiu a oportunidade de utilizar o

conhecimento que ela havia adquirido através de anos de participação no Candomblé. Práticas, estratégias e metodologias autônomas como as iniciativas propostas pelas mulheres entrevistadas fortalecem a construção de resistência para além de espaços escolarizados. No entanto, suas abordagens interseccionais ressaltam o pensamento decolonial e a pedagogia decolonial nas suas ações.

Segundo Zenzele Isoke (2013) espaços são locais críticos de resistência para mulheres negras. A organização destas iniciativas parte da necessidade de um espaço - especificamente um espaço voltado para mulher -, para dialogar sobre questões da mulher, para discutir assuntos referentes a gênero e isto foi levantado nas respostas de algumas das entrevistadas. Por exemplo, uma entrevistada comentou: *“Procuro sempre incentivar os cursos por serem um espaço de debate e não existirem outros lugares de debate.”*

Além da relação que estes espaços estabelecem com discussões sobre gênero e questões referentes às mulheres, estes espaços também podem ser entendidos como “espaços políticos,” pelo papel que ultimamente representam na organização coletiva. Segundo Isoke (2013), o conceito de espaço político refere-se aos “espaços físicos, simbólicos e relacionais que as mulheres (negras) criam para politizar e transformar comunidades atormentadas por desvantagens econômicas, alienação social e ideologias de gênero racial altamente destrutíveis que rotineiramente restringem o empoderamento político de seus habitantes” (p. 2). O trabalho de Isoke (op cit) foca-se predominantemente sobre as diversas maneiras que mulheres negras resistem à interseccionalidade estrutural, mas sua conceitualização do conceito de espaço é muito útil para compreender as motivações que levam à construção de espaços designados para mulheres na Maré, trabalhando com uma perspectiva voltada à igualdade de gênero, e ultimamente o rol desses espaços na ação coletiva. Algumas das entrevistadas destacaram especificamente a relação com a necessidade de espaço e questões voltadas especialmente para mulheres, mulheres da periferia. Uma entrevistada forneceu o seguinte comentário:

*Algumas amigas e eu percebemos que existiam uma série de violências acontecendo com mulheres próximas a nós aqui na Maré e várias coisas horríveis acontecendo pela cidade com outras mulheres, então vimos a necessidade de ter um espaço de fortalecimento, troca, acolhimento e base de potência entre nós mulheres e que também juntas pudéssemos pensar em como levar debates, reflexões e o combate junto com sexo oposto, como os nossos pais, irmãos, companheiros, amigos e vizinhos. Que fosse um espaço autogestionado e gerido por nós mulheres. Daí a gente percebeu falta de um espaço assim aqui na Maré e a necessidade e importância de ter um. A gente tinha desejos em comum então criamos o Casulo.*

Estas mulheres expressaram que a partir da auto-organização, relacionada a uma preocupação com a VCM na sua comunidade, foi possível criar identidade política e solidariedade. Hurtado (1989 apud Mohanty, 2013a, p.51) na sua discussão sobre o “pessoal é político” enfatiza a relevância da distinção entre o público e privado entre mulheres das elites e mulheres das periferias, mulheres brancas de classe média e alta e mulheres de classe trabalhadora e mulheres de cor que sempre estiveram sujeitas a intervenção do Estado na sua vida doméstica. Hurtado, destacando o papel do estado neoliberal na vida destas mulheres, levanta a seguinte observação:

Mulheres de cor não têm tido o benefício das condições econômicas que estão subjacentes na distinção entre a distinção publico/privado. Por sua vez, a consciência política de mulheres de cor deriva da consciência que o publico é pessoalmente político. [...] Não existe uma esfera privada para pessoas de cor exceto o que eles conseguem criar e proteger em um ambiente de outra forma hostil. (HURTADO 1989, p. 849 apud MOHANTY, 2013, p.51).

A observação levantada por Hurtado (1989 apud MOHANTY, 2013), e subsequentemente por Mohanty, é significativa quando consideram-se as diferenças que surgem na “política da vida pessoal” de mulheres da periferia em comparação com outras mulheres no Rio de Janeiro, e o papel que estas mesmas assumem na auto organização destas mulheres. O seguinte trecho de entrevista destaca a noção anteriormente mencionada:

*Todo mundo pensa “o Estado não está aqui”, ele não está presente. Na verdade, ele está presente e está determinando como o morador da Maré vai se colocar na sociedade, que vai ser o morador sem qualificação e que vai dar conta desses trabalhos que são mal remunerados, que vão dar conta desses estigmas da sociedade onde coloca a mulher também nesse lugar, porque ele não vai ter outro parâmetro. O estado está presente manipulando o morador a seguir esse padrão de população pobre, sem acesso e naturalizando isso, fazendo com a que a população naturalize essa “não presença” deles aqui. Então isso está ligado aos grupos civis armados, está ligado à educação, isso está ligado ao não acesso a saúde, é sempre muito tentando naturalizar esses problemas. O grande “Q” do projeto é fazer com que as mulheres se organizem de outra forma e questionem o Estado, questionem a necessidade de direito e essas necessidades de direitos está ligada a várias frentes. Os direitos fundamentais, da constituição de 1988, vai ser do seu direito a ter um trabalho mais digno e isso vai melhorando essa realidade desse território. Só quando a população tem acesso à educação de fato que ela vai refletir de outro jeito essas necessidades aqui e se colocando protagonista dessa transformação e não dando esse papel só para o estado.*

Ação e resistência fazem parte destas iniciativas e são promovidas nas práticas do pensamento feminista das mulheres entrevistadas. As práticas e metodologias das iniciativas estudadas nesta pesquisa e as percepções de mulheres entrevistadas destacam as percepções compartilhadas por elas e a importância da ação coletiva. Estas iniciativas estão baseadas na

percepção de que a opressão de mulheres não será superada individualmente, mas sim coletivamente e estas iniciativas mostram esta perspectiva nas suas formas de se organizar, criar e ensinar. Neste sentido, elas fazem parte das resistências que Mohanty (2013) identifica como inerentes às lacunas, fissuras e silêncios das narrativas hegemônicas. A ação de mulheres está assim consagrada nas pequenas práticas do dia a dia e nas lutas (MOHANTY, 2013). Os resultados confirmam a observação de Correia (2015, p.110) que identifica que as organizações de mulheres são importantes instrumentos de emancipação, principalmente para as mulheres negras e periféricas, pois para estas existem raros espaços em que suas diferentes opressões tenham legitimidade.

### 5.3 Estrutura Social e Ação

Na perspectiva de Santos (2009), a modernidade ocidental é um modelo sociopolítico fundamentado na tensão entre regulação social e emancipação. O contexto das instituições, organizações, dos espaços onde estas mulheres desenvolvem suas práticas precisam ser considerados pelos distintos desafios, obstáculos e facilidades que cada contexto apresenta. Sobretudo porque uma análise destas distinções pode fornecer conhecimento ao debate sobre a institucionalização do feminismo e o feminismo transnacional. Tanto as estruturas, práticas, regras, normas que as orientam como a linguagem, símbolos que mediam as interações sociais entre instituições do estado, família e a sociedade civil e o local do trabalho, devem ser tomadas em conta. Poder de tomar decisões, executar procedimentos, a divisão de trabalho e responsabilidades, e cultura afetam as dinâmicas nos espaços onde estas práticas pedagógicas foram desenvolvidas. Conforme mencionado anteriormente nesta tese, estas iniciativas estão localizadas em distintos espaços. Algumas são consideradas como movimentos de base e outros estão localizados entre o trabalho desenvolvido por ONGs, neste caso OSCIPs. Mesmo que todas partam da perspectiva da necessidade de dialogar sobre gênero, discutir as diferenças que fazem com que mulheres sejam discriminadas, “a estrutura organizacional” produz diferenças, semelhanças e desafios que deveriam ser considerados na análise. Em certo sentido, a diferença entre estas iniciativas, em termos de estarem localizados ou não em uma instituição-ONG, como é o caso das iniciativas nesta pesquisa, mostra uma “configuração” que o feminismo no Brasil vem debatendo desde os anos 90, o dilema entre estar ou com o governo ou pressioná-lo como movimento social. Subsequentemente, também refletem a configuração que foi introduzida pelas políticas públicas neoliberais que reconfiguraram a relação entre a movimentos sociais, sociedade civil e o Estado. Distinções surgiram no nível de autonomia que as mulheres tiveram na criação, desenvolvimento de ações voltadas a questão de gênero em organizações de base e instituições. Em termos do nível de autonomia relacionadas ao conteúdo utilizado na abordagem de temas, que as mulheres tinham para criar, desenvolver e decidir o caminho de suas iniciativas, não houve grande diferença entre iniciativas de organizações de base e as de instituições. A tomada de decisão sobre a forma de abordar temas, as informações que seriam incluídas, as estratégias que utilizariam para fomentar o pensamento crítico nos alunos, foi decidido pelas mulheres

implementando as iniciativas. As diferenças que surgem podem ser identificadas no conteúdo, temas selecionados para serem abordados. Isto pode ser influenciado por inúmeros fatores dado que cada grupo é composto de indivíduos distintos, cada um possui experiências, perspectivas diferentes e estão localizados em diferentes espaços. Quando mulheres expressaram situações em que identificaram limitações ou restrições, estes eram relacionados a questões financeiras. Um fator que é relevante em todas as iniciativas e expresso nas entrevistas é a questão financeira.

A falta de financiamento foi levantada nas entrevistas, por todas as mulheres implementando as iniciativas, apesar de suas distintas localizações. Neste sentido, mesmo inserida em uma ONG, instituição, ou fazendo parte de uma organização de base, a falta de financiamento foi um desafio compartilhada pela maioria das mulheres entrevistadas. Ao mesmo tempo, a observação participante serviu para identificar que a única iniciativa que tinha financiamento considerável para o desenvolvimento e continuação de suas ações particulares focadas em mulheres e gênero era uma dentro de uma instituição. O local-espço físico onde a iniciativa é desenvolvida, os materiais necessários (ex. papel, tesoura, quadro branco, pilotos, canetas, agulhas, tecidos, linhas etc.), materiais de divulgação de curso, atividades, todos entram no orçamento das iniciativas de organizações de base. É dizer que elas se organizaram para obter os materiais, até o espaço para poder desenvolver suas ações. Precisavam planejar com mais tempo porque todas as ações dependem de decisões feitas coletivamente e o investimento estava baseado na economia coletiva. Porém, as atividades planejadas não foram concebidas fundamentadas num pensamento que distingue que a sustentação dessa atividade vai se conseguir principalmente através do capital. Em vez disso, as atividades foram articuladas em conexão com as outras atividades do espaço começando inicialmente com a ideia de fazer dentro de nossas capacidades (tempo, espaço, organização, relação com outras organizações de base, financeira) e como fariam em termos de investimento. As ações desenvolvidas dentro de instituições, mas sem investimento financeiro formal (ex. GS-LPP) ainda tiveram acesso a um espaço físico, à materiais (i.e. papel, internet, câmara, quadro, impressora, sala de aula, lanches para os participantes) que poderiam utilizar nas oficinas, por estar situada na instituição. A continuidade de ações foi relacionada à questão financeira por um pouco mais da metade das mulheres entrevistadas apesar de estarem localizadas em distintas organizações.

A conceitualização de continuidade, crescimento e autossustentação é expressa de forma diferente pelas mulheres entrevistadas. Embora uma distinção possa ser feita entre mulheres que

desenvolvem a iniciativa dentro de uma instituição e as que implementam suas ações através de organizações de base. Autossustentação e continuidade nas iniciativas dentro de instituições foi relacionada a “crescimento” - ampliação de atividades e número de pessoas do público-alvo. Embora também com a necessidade de implementar ações de longo prazo em vez de atividades pontuais. No caso das organizações de base a conceitualização de autossustentação e continuidade também estava ligada ao crescimento, mas um relacionado à autonomia, existência do espaço em si, apoio às ações, práticas já desenvolvidas.

Uma diferença que surgiu entre iniciativas de organizações de base e as organizações mais institucionalizadas foi a identificação de restrições relacionadas à instituição. Mulheres que faziam parte de organizações de base não expressaram sentimentos, pensamentos, situações de insatisfação com a estrutura do grupo, sempre destacando o papel da tomada de decisão em coletivo. Contudo, também surgiram distinções entre as iniciativas que fazem parte de instituições e estas podem ser devido a um grupo de fatores como cultura institucional, perspectiva empreendida pela instituição, a valorização de uma visão “de dentro para fora,” ou uma de “fora para dentro.”

Ao mesmo tempo, algumas das iniciativas representam a mudança da institucionalização do feminismo das organizações feministas a instituições não-feministas, que é o caso de duas iniciativas nesta pesquisa. A presença de iniciativas voltadas a questão da igualdade de gênero dentro de instituições que não são instituições feministas representa um avanço com respeito a consciência que a desigualdade de gênero não é um assunto so de mulher se não de todos na sociedade. Ao mesmo tempo, as distinções das iniciativas localizadas em ONGs aponta para diferenças que deveriam ser consideradas.

A iniciativa GS-LPP está localizada na ONG LPP e foi criado por um grupo de funcionários e uma voluntária, grande parte deles da Maré, por conta própria<sup>159</sup>. Mesmo partindo de um interesse e preocupação compartilhados, o lugar faz parte do desenvolvimento da iniciativa, como é o caso com todas as iniciativas estudadas nesta pesquisa. A instituição forneceu o espaço físico para empreender a iniciativa. Existe o entendimento de que os funcionários da equipe GS-LPP podem implementar, dar continuidade à iniciativa desde que não interfiram nas responsabilidades de cada um enquanto funcionário da instituição. Foi observado que, de certa

---

<sup>159</sup> Por conta própria refere-se a quem trabalhou na iniciativa do GS-LPP que foi implementada, desenvolvida pelos funcionários sem remuneração. Os membros da equipe não receberam financiamento, o que seria o caso em outras situações formais e institucionais.



forma, isto fornece liberdade, em termos de criatividade e condições de implementar ações representativas conforme a visão do grupo. Embora, neste caso específico, sua inserção na LPP também apresente uns desafios. Nas entrevistas com mulheres que fazem parte da coordenação do GS-LPP, um tema recorrente e que surgiu várias vezes foi a dificuldade enfrentada pela equipe no que diz respeito à cultura institucional e à postura tomada pela instituição em relação à iniciativa. Uma mulher entrevistada expressou o seguinte:

*A gente ainda tem vários discursos que reproduzem o senso comum, reproduzem falas opressoras, não só de questões de machismos, como questão de raça, eu já ouvi várias vezes falas de funcionários que eu achei meio absurdas, pessoas que trabalham em uma instituição que pretende ajudar ou fazer um trabalho com esses jovens mas que reproduz muitos dos discursos que a gente escuta na mídia do senso comum e acaba reproduzindo. Por isso que eu achei interessante participar desse grupo (GS-LPP) para poder, além da gente estar aprendendo mais, a gente poder estar atuando frente a isso. Por que se a própria equipe tem esses pensamentos, imagina o jovem que tá aqui... Eu parti do pressuposto que a equipe (LPP) tinha uma mentalidade mais progressista, mas vejo que não tem. E isso me preocupa muito, o que a gente passa pra esse jovem?*

A entrevistada descreve, do seu ponto de vista, sua opinião sobre a cultura interna da instituição, como desafiadora. Isto ressalta a distinção observada sobre os desafios enfrentados por mulheres em organizações de base que comentam sobre a resistência que elas enfrentam pelos próprios moradores da comunidade. Uma entrevistada forneceu a seguinte perspectiva, “as pessoas desconhecem, mas fazem críticas, não se abrem para possibilidade dessa fala”.

Tanto as mulheres entrevistadas de organizações de base quanto mulheres desenvolvendo uma iniciativa focada só em mulheres (Maré de Sabores) identificaram ter experimentado dificuldades devidos aos pensamentos e perspectivas enraizadas em padrões de gênero tradicionais de moradores, familiares dos participantes, ao redor. Embora não identifiquem terem enfrentado esse tipo de resistência dentro do local onde desenvolvem suas ações. Neste sentido, a experiência da equipe de GS-LPP foi diferenciado.

Diferenças que surgiram entre as iniciativas, particularmente referindo as dificuldades enfrentadas para a implementação e desenvolvimento de ações, relacionadas ao espaço político, simbólico e físico, foram destacados por mulheres entrevistadas da GS-LPP e não foram levantadas por outras mulheres entrevistadas. LPP é uma ONG, cujo diretor é um homem, cujos objetivos se concentram no trabalho com artes marciais e jovens. O contexto da LPP é muito distinto do contexto em que as outras iniciativas foram criadas. O GS-LPP foi criado em parte pelas observações dos membros sobre as atitudes “machistas” que existiam na instituição e na Maré em geral, a tendência que observavam nas meninas que participavam particularmente

aderindo a um padrão de beleza que colocava a mulher como objeto, e pela luta ser considerada como esfera principalmente “masculina”. O processo de “transversalidade da perspectiva de gênero” vai ser diferente em uma instituição não feminista. Porém, certa surpresa é expressa nas respostas de algumas das entrevistadas de GS-LPP quanto às expectativas ligadas ao desenvolvimento da iniciativa voltada a questão de gênero. Ao descrever alguns desafios enfrentados uma entrevistada forneceu a seguinte perspectiva:

*O ponto negativo é a falta de apoio da própria equipe (da instituição), não estão alinhados no discurso, há a questão de vivência, como cada um vê a vida... Mas tem certas coisas que é algo institucional dos nossos valores estarem mais coados, então é como se tivesse um código de conduta de coisas que não deveriam ser feitas, como o funcionário não olhar para as jovens, fazer piadinhas, mandar mensagens, criar um ambiente de brincadeira e objetificação da mulher que acaba esvaziando nosso trabalho. É como se estivesse levando uma facada nas costas.*

Falta de “apoio institucional,” como “deveria ter mais visibilidade,” foram mencionados pela maioria das entrevistadas de GS-LPP com respeito à relação entre o grupo e a instituição. As mulheres entrevistadas, criadoras de GS-LPP, afirmaram é um ambiente “difícil” para trabalhar questões de gênero, indicando que os próprios funcionários expressavam atitudes sexistas, mas identificaram que alguns avanços haviam acontecido. Uma entrevistada expressou o seguinte ponto de vista, “*Teve um avanço bastante! Principalmente com os professores esportivos, porque muitos deles eram machistas e meu cargo é acima deles. Tiveram que aprender a desconstruir isso de igualdade de gênero, a receber os alunos da maneira como ele são.*” Outra entrevistada mencionou o seguinte:

*É uma avanço (GS-LPP) dentro da instituição, porque sabemos que a maioria das crianças e jovens estudam em colégios públicos, onde não tem esse tema. É importante porque na realidade tem preconceito, discriminação e por conta disso tem a violência. Ensinamos a respeitar tudo que é diferente e acho que se faz necessário esse grupo.*

Foi possível observar uma mudança nas atitudes dos funcionários da LPP, mas ainda assim as questões ligadas à igualdade de gênero não são questões prioritárias para a instituição. O grupo enfrenta o mesmo grau de resistência que antigamente por parte de funcionários, mas, segundo os relatos foi possível entender que o trabalho que fazem ainda é visto com indiferença por pessoas de altos cargos. Do mesmo jeito que as outras iniciativas enfrentam resistência por moradores, a equipe de GS-LPP também precisar lidar com preocupações, críticas por parte de alguns pais dos participantes das atividades da LPP, que o fazem em resposta à abordagem de certos temas. A igualdade de gênero é o foco do GS-LPP que faz parte das atividades da instituição, mas ainda, na perspectiva das entrevistadas, não é tema “significativo” considerado,

em termos de suas implicações, pela equipe de LPP, pela instituição. O grupo tem autonomia na criação, desenvolvimento, abordagem de temáticas e metodologias pedagógicas da iniciativa voltada a igualdade de gênero, mas por estar localizado na LPP e os membros serem funcionários da instituição, acaba sendo afetado pela cultura, burocracia e hierarquia que caracteriza a instituição.

Introduzir a perspectiva de gênero nas atividades da instituição (LPP) teve uma mudança sim, tanto nas atitudes de funcionários, até a visibilidade da iniciativa, mas que o trabalho a que o grupo GS-LPP se dedica seja reconhecido como significativo, é outra questão, levantada pelas entrevistadas. As razões pelas quais os membros do grupo sentem que o trabalho não é reconhecido ou não tem visibilidade dentro da instituição podem ser o resultado tanto de fatores subjetivos, quanto da dinâmica do grupo. Destes resultados da observação do trabalho do grupo, foi possível identificar as seguintes razões pelo qual o trabalho possivelmente não seja “valorizado”: por gênero ser um tema que as pessoas da instituição tradicionalmente relacionam a “mulher”; pelo trabalho não ser remunerado nem uma atividade que gera renda; pela desvalorização que existe a respeito de atividades e cargos dirigidos à educação em comparação com as ações voltadas a postos considerados mais “profissional, cargos mais altos”; percepções e elementos da cultura machista e raça que prevalecem entre os funcionários que fazem parte da equipe da LPP.

#### 5.4 Desenvolvendo Pedagogias Feministas de Base Comunitária

Conforme Miguel Arroyo, todas as pedagogias fazem parte dessas relações políticas conflitivas de dominação/reação, libertação (2012). Este estudo percebeu que as mulheres entrevistadas criam pedagogias, através de ações coletivas e ações que dependem do diálogo como estratégia pedagógica que gera reflexão e consciência crítica, em torno da questão de gênero, raça, classe social e outros fatores interseccionais, algumas mais especificamente focadas na mulher na sociedade, em um esforço de abranger as complexidades das experiências femininas da Maré. Elas fazem isto não só através do ensino, mas também no processo de contemplação, decisão da abordagem de temas. Neste sentido, podemos considerar as ações destas mulheres “em movimento”, ações dirigidas a construir novas representações sobre a mulher da periferia e sobre Maré em geral. Na linha de Sacramento e Neiva (2011, p.85) a “cartografia teórica de gênero” no universo de mulheres da periferia, dá uma contribuição única à cultura suburbana, já que, tal como os sujeitos subalternizados, essas mulheres passam a ser sujeitos da própria história, conduzindo suas vidas, de acordo com valores redescobertos, num contínuo processo de autoconhecimento e transgressão. O seguinte trecho de entrevista exemplifica esta noção de autoconhecimento e transgressão:

*Eu penso que o conhecimento é adquirido, mas ela aprendeu que o corpo dela quem manda é ela, elas aprendem a empoderar. Tem a parte do sentimento e a parte do conhecimento. Eu acho que a gente não pode se sentir fracassadas, ou qualquer coisa do tipo, porque mesmo que elas tivessem conhecimento, elas têm o direito das próprias vidas e das próprias escolhas.*

Segundo Hooks (1999), educar é sempre uma vocação enraizada na esperança. Na perspectiva de Freire (1989), ensinar é um ato político que implica na consciência crítica, a apreciação das experiências vividas, a potência da combinação do diálogo com a ação, necessidade de desconstruir pensamentos e atitudes eurocêntricas. Questões de justiça e democracia não são distintas de práticas de ensino e aprendizagem. Freire (1989), na sua obra da Pedagogia do Oprimido sublinha o papel da consciência crítica no processo de emancipação da opressão. Conseguir a consciência crítica encoraja indivíduos a afetar a mudança no seu mundo, sociedade e comunidade através da crítica social e ação política. Algo que todas as ações das mulheres entrevistadas têm em comum é a priorização que colocam no diálogo coletivo, na ação coletiva, na criação do pensamento crítico. Desta forma, dialogar, conversar e ensinar se tornam

atos políticos. Não se trata de implementar uma forma de pensar ou substituir as ideias já formadas pelos sujeitos, mas sim de fomentar um olhar e um pensar crítico que faça com que considerem outras questões e fatores na formação de suas ideias, neste caso ideias sobre o que significa ser um ser humano, ser uma mulher, pensar sobre as identidades e refletir sobre o papel da mulher na sociedade. Uma entrevistada expressou a seguinte percepção com respeito ao processo de aprendizagem dos participantes:

*Na verdade, a gente coloca na mesa as questões cotidianas e passamos a questionar a mulher ter que assumir diversos papéis. Então ela não naturalizar que o trabalho de casa e o trabalho de fora são da mulher, apenas da mulher. A mulher que é responsável pela educação do filho. A gente passa a questionar todas essas presenças do cotidiano e aos poucos elas começam a se posicionar de outro jeito dentro de casa, e se posicionar de outro jeito dentro de casa passa a influenciar ao marido, que vai ter que se qualificar de outro jeito com ela como esposa ou como mulher e ao próprio filho ou filha que também observa que a mãe acaba se empoderando ou que acaba se colocando de outro jeito e o filho passa a ter uma educação que diminui essa cultura machista que faz parte da cidade, do Brasil.*

Outra entrevistada forneceu a seguinte perspectiva com respeito ao processo de aprendizagem das participantes:

*Olha, eu acho que o programa de gênero é importante porque talvez coloque alguma luz na cabeça dessas meninas. Às vezes, é o que elas precisam é de alguma coisa que deem um estalo na cabeça delas: “Será que é isso que eu quero pra vida? Eu quero apanhar, estar vivendo numa relação opressiva? Será que eu quero passar dificuldades, passar dificuldades com um filho? É isso que eu quero?” Então é por isso que eu acredito na teoria da mudança que é o que o projeto prega.*

Em outras palavras, estas mulheres não propõem a perspectiva de “educá-los, mas como se educam, nem como ensina-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se afirmam e se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são.” (ARROYO, 2012, p.27).

A ênfase que estas mulheres colocam na relação entre a teoria e a prática em termos de ensinar, enfatiza a noção mencionada anteriormente. Uma grande quantidade de mulheres entrevistadas comentou sobre o papel específico do ensino superior na sua perspectiva de vida e visão do mundo. Destacavam como acesso ao ensino superior abriu oportunidades, em alguns casos para a família e em outro para o indivíduo. No entanto, a relação entre ensino superior e acesso a oportunidades que as diferenciam de muitos outros da Maré e da periferia foi um fator identificado pelas mulheres entrevistadas que elas apontaram que cumpriu um papel na sua posição, inserção, criação de ações educativas voltadas a questão de gênero e especificamente na Maré. Por exemplo, uma entrevistada explicou:

*Eu nasci aqui na Maré e diferente de uma realidade comum da maioria dos moradores aqui na Maré, o meu pai teve acesso à universidade. Ele emergiu economicamente e socialmente porque teve essa oportunidade de fazer engenharia.... Ele fez um curso, vestibular e passou para engenharia. Ele continua nesse processo de rompimento dessa lógica, porque através dos trabalhos que ele começou a ter acesso, ele fez concurso público para engenharia na prefeitura e é um funcionário público até hoje. A minha mãe terminou o segundo grau somente. Ela não teve acesso à universidade. Ela nasceu aqui na Maré e hoje em dia é uma comerciante daqui. Nesse contexto eu e meus irmãos tivemos acesso à universidade, o meu irmão fez UERJ (odonto), a minha irmã fez turismo na Estácio e eu fiz gastronomia na Estácio porque era a única universidade que oferecia o curso na época.*

Nesse trecho, a entrevistada destaca o papel que teve o ensino superior na vida do pai e na vida dela mesma, sublinhando a relação entre acesso à educação formal e oportunidades. Similarmente, outra entrevistada aponta o papel que teve o acesso a processos educativos, ensino superior, mas destacando como esse acesso a ajudou, como a primeira da família a procurar o caminho para ir à faculdade. Ela descreve sua experiência de vida no seguinte trecho:

*E eu acho que o que me fez chegar a graduação de dança foi sim o meu contato com uma ONG, um projeto social que tinha a ligação de todas as áreas da arte, então nessa ONG, nesse projeto social eu pude entender como seria interessante se a gente pudesse dialogar dança, circo, teatro, música, e isso me fez querer ir pra uma universidade, até então eu nunca tinha pensando que poderia estar. Até porque eu venho de família que nunca ninguém se formou, nunca ninguém teve graduação, então nunca soube direito como seria chegar em um caminho desse. Foi apenas dos projetos sociais que participei que eu pude enxergar um além de acreditar na arte e ver que através disso a gente pode mudar alguma coisa na sociedade.*

O acesso à educação descrito pelas entrevistadas evidencia como o entendimento de si próprio e de outros pode adaptar e transformar suas concepções de si própria e do mundo-realidade em que habita. Neste sentido, do território e de suas dinâmicas por meio de reflexões teóricas somadas ao processo de autoconhecimento/autoidentificação como ser, como mulher, como sujeito histórico. A questão de identidade também é ressaltada por mulheres entrevistadas sobre o papel de cotas e o acesso ao ensino superior. Uma mulher entrevistada comentou:

*Ainda mais dentro do tempo que a gente vive, de tantos retrocessos educacionais a gente tem vivido retrocessos e eu to aqui pra afirmar o quanto importante foram as cotas das universidades, o quanto importante são as bolsas universitárias oriundas de alunos de espaços populares, alunos negros, o quanto isso fez diferença na minha vida, porque se não fossem as cotas, dificilmente a gente estaria em uma universidade.*

A maioria das entrevistadas tinha completado ensino superior ou estavam cursando ensino superior. Algumas haviam tido alguma aproximação com teoria crítica feminista e afirmavam isto. Embora destaquem que, apesar de estarem na faculdade, seu contato com a teoria crítica de

feminismo ou o tema de gênero foi limitado. Por exemplo, uma entrevistada descreveu a sua experiência na faculdade com a teoria crítica feminista:

*O pouco que eu debati sobre gênero, foi quando eu fazia parte do centro acadêmico de ciências sociais da UERJ, que a gente organizava os estudantes e na época que eu militava PSTU como partido, que aí a gente tinha o CONLUTAS (Comitê Nacional de Lutas), que era um sindicato, que era como se fosse uma cisão da CUT, que é a central única sindical e a CONLUTAS é um outro sindicato de trabalhadores que não envolve só trabalhadores, como estudantes. Dentro da CONLUTAS tinha as divisões, tinha o pessoal do LGBT, tinha o pessoal de Mulheres, então tinha o Movimento de Mulheres da CONLUTAS. Eu participava do Movimento de Mulheres da CONLUTA porque eu era do partido, foi aonde eu tive a proximidade, que eu fui pra congresso em São Paulo, que a gente participou de eventos, que a delegação votava quais eram as diretrizes, quais eram as lutas que a gente ia passar aquele ano.*

Outra entrevistada expressou o seguinte com respeito à sua experiência com os temas de gênero e feminismo na faculdade:

*Fiz disciplinas na faculdade, mas um curso específico de gênero nunca fiz. Fiz só coisas pontuais, fiz um curso de extensão, direitos sexuais e reprodutivos, na pós-graduação trabalhamos a questão de gênero e sexualidade, mas foi módulo, na própria faculdade houve disciplina de gênero, mas curso específico nunca fiz não.*

A maioria das entrevistadas destacou o processo do educador que aprende junto com seus alunos. Enfatizaram muito a importância da teoria associada à prática, particularmente apontando a inerente dependência entre os dois para a construção de uma práxis atenta ao mundo-realidade dos educandos. Uma entrevistada comentou o seguinte sobre o papel da prática no ensino focado em questões de gênero:

*É sempre um aprendizado, não só com a equipe, mas quando aplicamos a atividade, as vezes nós temos só a experiência teórica enquanto os alunos têm na prática, então é uma troca bem positiva. É fácil falar de um tema quando você domina teoricamente, mas é complicado você abordar esse tema quando se vive na prática, essa troca acaba complementando nosso trabalho.*

Conforme a análise de Arroyo sobre a contribuição da teoria de educação de Paulo Freire é apontada a necessidade de:

Destacar que os próprios oprimidos têm suas pedagogias de conscientização da opressão e dos processos de desumanização a que são submetidos já aponta que eles afirmam outras pedagogias em tensão com as pedagogias de sua desumanização que roubam sua humanidade. Por outro lado, ao reconhecer suas pedagogias reconhece que os oprimidos são sujeitos pedagógicos não destinatários de pedagogias de fora, nem sequer críticas progressistas, conscientizadoras e menos bancárias. A diversidade de coletivos, sujeitos em ações e movimentos radicalizam e repolitizam a Pedagogia do Oprimido em pedagogias de emancipação em movimento (2012, p. 28).

Neste sentido, as pedagogias desenvolvidas por estas mulheres funcionam de acordo com o que Arroyo (2012) afirma em relação ao fato dos movimentos sociais coletivos na educação apontarem que as teorias pedagógicas não são estáticas, mas participam dos tensos processos históricos de humanização/emancipação, de reação à desumanização/subordinação. Ensinar como ato político pode fazer que se manifestem novas perspectivas sobre identidade, experiência e formas de conhecimento. É uma forma de reescrever a história, mobilizar para um futuro e desfazer estereótipos prejudiciais. O seguinte trecho de entrevista representa o pensamento de umas das entrevistadas conforme o papel da iniciativa na Maré, *“Desmistificar os valores que são construídos na sociedade, repensar o nosso lugar e qual o nosso papel na sociedade.”*

Os métodos implementados pelas mulheres entrevistadas fundamentam-se no diálogo, discussão coletiva que pode cumprir um papel na fomentação de consciência crítica e a transformação social. As mulheres entrevistadas criam espaços, lugares para compartilhar histórias, debater questões de gêneros que desde a perspectiva delas são necessários e imprescindíveis para a reconstrução de identidades, pensamentos, subjetividades.



## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que as mulheres criadoras destas pedagogias estavam conscientes de como suas identidades como mulheres, particularmente como mulheres negras da periferia, moldaram as estratégias e práticas pedagógicas que utilizam para abordar temas relacionados à igualdade de gênero. Também expressavam abertamente que estão cientes do sistema em que trabalham em termos do papel da sociedade civil, considerando as distintas instituições com suas perspectivas, ações e interesses diferenciados que compõem a sociedade civil destas comunidades. Além disso, foi observado que as mulheres encarregadas por estas iniciativas entendem suas identidades como mulheres nestas instituições, particularmente as que se identificaram como mulheres negras ou mulheres da periferia, como formas de ação política. As preocupações expressas pelas mulheres a respeito da igualdade de gênero estão profundamente conectadas a questões referentes a reconstrução, transformação e reimaginação das comunidades da Maré, onde residem muitas destas mulheres. “A teoria retórica de mulheres, por necessidade, surge não só dos espaços políticos, públicos, acadêmicos, mas também da realidade material das vidas de mulheres” (HOOKS, 1990, p.45). Cada uma das mulheres entrevistadas possuem histórias, identidades, experiências de vida, trajetórias e representatividades políticas na comunidade da Maré em que atuaram, além de uma responsabilidade para com a função que exercem.

As experiências das mulheres, inseridas em distintos espaços organizacionais na Maré, que utilizam a ação coletiva para promover iniciativas educacionais focadas na igualdade gênero e que de fato centram-se no diálogo como ferramenta pedagógica, proporcionam exemplos e práticas utilizadas por mulheres da periferia na descolonização de saberes e na elaboração de discursos que promovem suas ideias sobre representação e identidade. Ao mesmo tempo, mostram uma grande articulação entre os movimentos sociais, a educação popular, em especial a Pedagogia Freireana, o pensamento feminista e a teoria pos-colonial. Produtoras de conhecimentos, as mulheres entrevistadas são sujeitas pedagógicas produzindo outras pedagogias criativas que consideram a realidade de mulheres em contextos de periferias urbanas; que surgem da reflexão entre a teoria e a prática, e da realidade de mulheres que enfrentam e combatem diferentes formas de violência presentes em suas comunidades. Neste sentido, elas são

sujeitas de conhecimentos, valores, culturas, processos de humanização, emancipação e descolonização sendo, portanto, produtoras de uma perspectiva de feminismo de base comunitaria.

Sobre os dados disponíveis acerca da realidade da VDG e VCM é preciso ressaltar a importância de empreender um esforço para, sempre que possível, cruzar as informações obtidas por meio dos índices com os dados revelados por outras pesquisas afim de produzir uma base mais confiável para compreender tais contextos. Além disso, destaca-se que determinados índices apresentam limitações referentes a análise de dados subjetivos, o que poderia ser complementado por meio de pesquisas que considerem a subjetividade como um elemento importante para mensurar e entender tais eventos. Assim como, é preciso levar em conta que muitas vezes tais índices são construídos a partir de informações provenientes de registros de ocorrência e entradas no sistema de saúde, o que revela apenas uma dimensão do problema, apresentando somente as informações referente aos casos que chegaram ao sistema oficial.

A categoria *mulher* para estas sujeitas entrevistadas implica em diversidade e pluralismo, mostrando que diferentes fatores precisam ser considerados quando pensamos no lugar da mulher na sociedade brasileira. Suas ações apoiam-se na pedagogia crítica, que envolve processos de desaprender, reaprender, pensar e agir. Através de suas ações educativas e coletivas, as mulheres entrevistadas afirmam sua presença e as distinções que caracterizam as vidas de mulheres na periferia que precisam ser levadas em conta quando trabalhando questões relacionadas à igualdade de gênero e os feminismos. Em parte, a experiência das mulheres entrevistadas, junto com as características de cada iniciativa destaca a observação compartilhada por todas da necessidade de outras pedagogias, outros saberes, além de outras maneiras de trabalhar questões de gênero e feminismo com mulheres da periferia. As iniciativas, implementadas em distintos locais, demonstram diferentes formas de organização, onde se afirmam outras pedagogias de emancipação. As pedagogias criativas destas mulheres permitiram uma compreensão mais aprofundada sobre a contínua realidade vivida por estas comunidades com respeito ao poder colonial, dominação e racialização. Assim, tais estratégias educativas podem ser entendidas como “Pedagogias [...] [voltadas a] romper, transgredir, interromper, deslocar e inverter conceitos e práticas herdadas, essas metodologias psíquicas, analíticas e organizacionais possibilitam diferentes conversas e solidariedades.” (ALEXANDER, 2005, p.7). Assim, considero que tais iniciativas de Feminismo de Base Comunitaria se aproximam de uma perspectiva freireana de

Educação Crítica e Transformadora (1994) que pretende transformar, de forma específica, a VDG e VCM, entendidas, neste caso, como Situações-limites que precisam ser transformadas em nome da melhoria das condições de vida destas comunidades.

Foi observado que no caso da Luta pela Paz existe uma configuração interna que expressa uma hierarquia racializada, que poderia representar uma situação de colonialidade do Poder (QUIJANO, 2010), que foi apontada por mulheres negras que participaram de tais atividades e destacaram que os cargos superiores da hierarquia interna da iniciativa são ocupados por pessoas brancas e identificadas como pertencentes a uma elite.

O feminismo decolonial e o pós-colonial foram duas das diretrizes epistemológicas utilizadas nesta tese. O feminismo pós-colonial destaca a necessidade de apontar as lacunas que surgem quando a categoria de mulher é fundamentada em noções de universalização. Feministas pós-coloniais destacam a complexidade e as fraturas nas maneiras de conceber gênero e sexualidade a partir do feminismo ocidental e como estas são categorias centrais para as questões de nacionalismo, colonialismo e racismo. A perspectiva decolonial apresenta um caminho de luta contínua e persistente que objetiva visibilizar e incentivar a construção de categorias representativas das vidas, realidades, pensamentos e “re-existências” das mulheres do sul global.

Sobre as estratégias de enfrentamento e combate à Discriminação de Gênero, entendo que, somente as ações classificadas como transformadoras e decoloniais poderiam ser enquadradas como produtos de uma perspectiva de Feminismo de Base Comunitária, considerando que esta abordagem propõe a superação de uma Situação-Limite a partir de um Ato-Limite, ou seja, uma ação transformadora capaz de alterar uma condição naturalizada de opressão-invisibilização-subalternização que, neste caso, assume uma influência da colonialidade e das lutas de classes presentes na América Latina. Portanto, entendo que uma perspectiva de Feminismo de Base Comunitária desenvolvida com comunidades das periferias da América Latina, deve considerar, por levar em conta as especificidades históricas deste território, não apenas a dimensão da luta de classes, mas também a dimensão da decolonialidade, por entender que a própria divisão de classes neste contexto é perpassada pelos reflexos da colonização.

Sobre o que tais mulheres consideram como Igualdade de Gênero, o estudo revelou que a maioria associa tal concepção com a ideia de igualdade de direitos entre os gêneros - independente da concepção binária hegemônica -, além disso, mencionaram a igualdade de gênero como uma igualdade de oportunidades e equidade salarial, assim como expressaram com

certa frequência o entendimento de que Igualdade de Gênero se encontra diretamente associado à ideia de garantir o respeito e direitos iguais entre os gêneros. É importante destacar que, a partir das observações participantes e das falas das mulheres entrevistadas foi possível identificar que o conceito de Gênero ainda é muito associado à Mulher no imaginário destas sujeitas.

Esta pesquisa, ao investigar uma realidade de Direitos das Mulheres que está diretamente relacionado à discussão sobre Direitos Humanos, deve atentar para algumas críticas levantadas às ações desenvolvidas em torno de direitos humanos, como: a ideia de universalidade dos Direitos Humanos que envolve uma dificuldade em estabelecer um padrão unico de direitos humanos para diferentes culturas em distintos contextos e realidades históricas; a noção de que os Direitos Humanos estão baseados em uma concepção de Democracia Liberal, onde, supostamente todos deveriam ter direitos equivalentes; a dimensão da interseccionalidade, revelada sobretudo pela ação de feministas negras, que revelaram condições internas de invisibilização, opressão e exclusão de acordo com as identidades específicas das mulheres envolvidas em situações de discriminação e violência, evidenciando um pluralismo de identidades dentro das próprias lutas feministas que demanda pautas e ações específicas.

Com relação a algumas questões respondidas por este trabalho, destaco, em primeiro lugar, o que tais esperiencias podem informar sobre a Educação de Gênero em contexto de periferia urbana no Rio de Janeiro que, neste caso, destaca a inexistencia/insuficiencia de espaços formais para realizar discussões de gênero, bem como ressalta que este debate é entendido por tais mulheres como um tema relevante para suas vidas. Do mesmo modo, as falas de tais mulheres evidenciaram a existencia de um abismo entre as teorias acadêmicas feministas e as práticas produzidas nos territórios, o que reforça a necessidade de se integrar a teoria à prática, no sentido de produzir uma práxis feminista atenta a necessidade de produzir ações, conhecimentos e práticas contextualizadas às especificidades dos territórios e identidades locais. Ainda neste sentido, destaca-se que determinados pontos da teoria acadêmica feminista foram empregados para fundamentar determinadas ações destas iniciativas.

Outra questão respondida por esta tese se refere a que medida o discurso se aproxima ou se distancia da fala e da realidade de mulheres da localidade e que compreensão isto pode nos fornecer com respeito ao feminismo contemporâneo no Brasil. A partir das entrevistas e das observações participantes foi possível concluir que o feminismo contemporâneo no Brasil necessitaria considerar a importancia de “dar ouvidos” para as vozes presentes em espaços *outros*

e desbravar novas fronteiras, incluindo os contextos de periferias do Sul Global. Neste sentido, entendo que o feminismo contemporâneo reflete as lutas e práticas que já vem sendo produzidas por mulheres em seus territórios, que consideram as especificidades locais e representam um verdadeiro legado produzido por tais mulheres para suas comunidades que deve ser reconhecido, valorizado e estudado pelas universidades. Além disso, foi possível entender a partir deste estudo que as mulheres de periferia já vem produzindo o que poderia ser encarado como um feminismo Decolonial, construído numa lógica de “baixo para cima”, adaptando não apenas as ações, mas também os discursos, às realidades locais, numa estratégia de comunicação-contextualização que aproxima as temáticas de gênero da realidade das comunidades. Sobre esta característica de aproximar o discurso à realidade do território, o estudo também revelou que costuma haver uma maior aproximação com as comunidades quando o discurso parte de uma organização de base, mas que isso tende a variar de acordo com os posicionamentos, ideologias e concepções de quem organiza e ministra as atividades, assim como variam de acordo com o local onde as atividades são desenvolvidas. Por fim, também foi possível perceber que a presença de serviços de assistência social (incluindo serviço social, psicologia e assistência jurídica) auxiliam na aproximação entre as instituições e as comunidades.

A pesquisa constatou que a relação entre o neoliberalismo e a sociedade civil diminuiu a autonomia dos projetos desenvolvidos localmente, pois muitas vezes limitam as ações às exigências dos editais de órgãos de financiamentos, que muitas vezes decidem os caminhos e os focos das ações a serem financiadas. No entanto estas mulheres estão conscientes do sistema que fazem parte e das limitações que tal sistema apresenta com relação a direitos sociais e entendem que a luta institucional não substitui a ação direta, corroborando o posicionamento de Souza (2010), mas isto não as impede de tentar mudar os sistemas da sociedade moderna, atuando criticamente diante do impacto da decisão entre realizar uma ação direta ou uma luta institucional.

Este trabalho revela ainda uma relação direta entre o nível de educação formal destas mulheres e suas condições para organizar as lutas e movimentos de resistência em suas comunidades. O estudo destaca que tais mulheres apresentam níveis de escolaridade superiores a média das mulheres de suas comunidades, mas ressalta que, embora a educação formal tenha representado um papel fundamental na organização destas iniciativas, possibilitando a estas mulheres uma melhor compreensão das regras e formas de atuação da sociedade civil com base

nas condições impostas pelo próprio sistema neoliberal, onde, por exemplo, tais mulheres puderam fortalecer suas práticas e discursos e adequá-los às expectativas de editais para obtenção de recursos. Por outro lado, o estudo reforça a perspectiva de que, independente do nível de educação formal destas mulheres, historicamente, as populações de periferias sempre se organizaram, lutaram e resistiram em torno da melhoria das condições de vida de suas comunidades, de modo que podemos concluir que, embora a educação auxilie no fortalecimento de tais iniciativas, ainda assim, a falta de educação formal não impede que mulheres se organizem em torno da produção de pedagogias de resistência e da construção de estratégias de feminismo de base comunitária, como demonstrado pelo próprio exemplo da Chapa Rosa. Além disso, a pesquisa também revelou, sobretudo com base nos resultados das entrevistas que: em um primeiro lugar, estas mulheres, embora tenham acessado o ensino superior, é preciso destacar que em sua grande maioria, só chegaram à graduação em idades mais avançadas, bem como relataram uma série de dificuldades relativas a esta inserção no ambiente acadêmico; somado a isto, também é preciso ressaltar que, no caso das mulheres entrevistadas o acesso ao ensino superior não representou uma forma de ascensão social, embora tenha contribuído para uma melhoria nas condições de vida destas mulheres, ainda assim não foi o suficiente para garantir ganhos salariais expressivos.

Independente de possuírem nível superior ou não, em particular no caso das ONGs, foi possível observar que tais mulheres não são pagas de acordo com suas formações, sendo que algumas nem tiveram aumentos em seus salários após concluírem o ensino superior ou pós-graduações. Neste sentido, foi possível notar que embora tenham consciência das limitações e falhas do sistema, da própria hierarquia interna das instituições e das desigualdades estruturais observadas, ainda assim, permanecem trabalhando em tais iniciativas por entenderem que: primeiro, que o trabalho é próximo do local onde residem; segundo, pois permitem uma maior proximidade com suas comunidades, bem como possibilitam realizar ações para melhoria das condições de vida locais; terceiro, por estarem atuando com algo que gostam de fazer; além de representar um ganho econômico, em um contexto de alto desemprego, desigualdade e pobreza. Portanto, este estudo reforça o papel das histórias de vida e trajetória pessoal combinado à formação de nível superior como fatores que auxiliaram estas mulheres a organizarem e manterem tais iniciativas. Deste modo, destaco que o envolvimento com movimentos sociais e

organizações de base representou, no caso destas mulheres, um papel tão fundamental quanto à educação formal na formação destas lideranças locais.

Muitas vezes tais mulheres se submetem a ganhar menos por medo de perderem o emprego ou, por não terem consciência de quanto deve ganhar um funcionário ocupando tal cargo, ou ainda por ocuparem cargos não relacionados à suas formações específicas, sendo que, foi possível comprovar, em alguns casos, em especial nas ONGs que mulheres negras dentro destas instituições recebem menos que mulheres brancas, assim como mulheres recebem menos que homens, independente do cargo que ocupam ou do tempo em que trabalham em tais instituições. Além disso, também foi possível constatar por meio das falas dos participantes das iniciativas que dentro de tais instituições os funcionários que residem nas próprias comunidades tendem a ganhar menos que aqueles que moram em outras regiões da cidade (em especial da Zona Sul), assim como os funcionários que moram na zona sul costumam assumir cargos de destaque nas instituições e, conseqüentemente, receberem melhores salários.

Algumas das mulheres investigadas parecem demonstrar consciência de que estas instituições não serão suficientes para promover a transformação radical da realidade local, porém, ainda assim, reconhecem que tais iniciativas são capazes de produzir melhorias concretas nas condições de vida de suas comunidades. Deste modo, embora tais instituições tenham um papel de ocupar lacunas deixadas pelo poder público, é importante destacar que, somente uma mudança estrutural do sistema, alinhada à perspectiva apontada por Brenny Mendoza (2010) de que, no contexto da América Latina, experimentamos, para além da colonialidade do poder, do ser e do saber, uma colonialidade da democracia, que reflete os resultados da colonização na esfera do poder político, reforçando que as decisões políticas muitas vezes são tomadas por pessoas das elites econômicas locais, que estão desvinculadas dos interesses, das histórias e das necessidades das comunidades de periferias. Portanto, entendo que um caminho para a superação desta condição de colonialidade da democracia destacada por Mendoza poderia ser revelado ao considerar os três elementos apontados por Frazer (2007) como essenciais para a transformação das relações de gênero (representação política, redistribuição e reconhecimento) somados a uma perspectiva decolonial que questione, resista e lute pela transformação das realidades da discriminação e violências de gênero vivenciadas nestes contextos específicos, que são entendidos como resultados da imposição do sistema patriarcal moderno a partir do processo colonizador. Além de uma dimensão da colonialidade da democracia, os relatos destas mulheres

também permitiram produzir ponderações acerca da existência de uma colonialidade da justiça, que atua de forma distintiva com base nas colonialidades do ser (e de gênero), do poder, do saber e da democracia.

Com relação às razões que levam tais mulheres a trabalharem nestas instituições, independente de estarem vinculadas a serviços públicos, ONGs ou organizações de base, a pesquisa revelou duas situações principais: razões pessoais, no sentido de circulação no território<sup>160</sup> (ex: querer trabalhar perto de casa por uma questão de praticidade, por serem mães ou apresentarem outras questões familiares, para evitar a violência e para estarem junto de suas comunidades, etc), por trabalharem com aquilo desejam trabalhar ou por trabalharem com algo dentro de suas áreas de formação, ou ainda para dar um “retorno” para suas comunidades; e socioeconômica, pois muitas estão dependentes do trabalho por questões financeiras. Todas as mulheres entrevistadas apontaram a intenção de “dar retorno para as comunidades” como uma razão fundamental para desenvolverem seus trabalhos, além disso, as sujeitas vinculadas às organizações de base apresentaram, além disso, a intenção de trabalhar em suas comunidades com aquilo que estudaram, com temas que consideram relevantes ou assuntos que acreditam precisar serem mais divulgados em meio ao contexto da Maré.

Outra grande diferença identificada entre as iniciativas investigadas por este estudo diz respeito às diferentes formas pelas quais as organizações lidam com eventos de violência nas comunidades. Neste sentido, foi possível reconhecer diferentes protocolos de segurança de acordo com os tipos de serviços ofertados, além de características específicas das iniciativas. Entre as situações identificadas como fatores que interferem nestes protocolos de segurança, destaco: a presença de funcionários que residem dentro ou fora das comunidades (ex: no caso de ONGs em que os funcionários moram fora da Maré, em muitos casos, durante operações e tiroteios tais funcionários externos costumavam ser liberados); a consciência das dinâmicas de violência do território (ex: dependendo das condições de proximidade ou distancia de tiroteios ou de operações militares do local onde as atividades estão sendo desenvolvidas); a presença de jovens nas atividades (ex: nestes casos tais atividades costumam ser interrompidas para não expor tais jovens a situações de violência); autonomia da organização (ex: é possível citar o caso das Mulheres ao Vento que, por estar vinculada às Redes de Desenvolvimento da Maré, acatam as

---

<sup>160</sup> Essa circulação no território, não apenas nas comunidades que fazem parte da Maré, é facilitada na medida em que tais instituições promovem ações em outras localidades e, muitas vezes, incentivam ou até mesmo disponibilizam transporte e acesso à outras realidades, informações e contatos.



recomendações e protocolos de segurança estabelecidos pelas Redes); estratégias de comunicação (ex: mantém os canais de comunicação abertos ou fechados durante episódios de violência como forma de alertar os participantes e funcionários sobre as condições de acesso e circulação no território); interrupção de atividades por precaução (ex: identificado, sobretudo, no caso das ONGs e, em especial, em casos em que suspendem as atividades durante as ocasiões em que havia uma expectativa para episódios de violência, como, por exemplo, em casos em que ocorreram muitos tiroteios ou operações durante a semana).

Sobre a hipótese levantada pela pesquisa de que as estratégias variam de acordo com os tipos de organizações foi possível identificar dois tipos de estratégias em particular, uma entendida como integrada, praticada pelas organizações de base e outra considerada semi-integrada, produzida pelas ONGs. A estratégia integrada apresenta os conteúdos articulando momentos teóricos e práticos ao longo das oficinas, normalmente conectando as discussões de gênero com uma atividade, que pode ser artística, relacionada ao corpo feminino ou com saúde da mulher, meditação entre outras, sempre partindo de uma atividade que se apóie nas concepções, reflexões e memórias das mulheres das comunidades. Assim, este tipo de estratégia se caracteriza por ser menos formal e apresentar maior grau de autonomia e liberdade, por não estarem submetido a regras institucionais. Também foi possível observar que nestes casos, ao articular a ação com a teoria as atividades apresentavam a tendência de mobilizar diferentes sentidos (tato, audição, paladar, olfato e visão) das participantes, o que, em certa medida, foi reconhecido como uma estratégia educativa capaz de auxiliar na absorção dos conhecimentos por parte das educandas. É importante destacar que as iniciativas institucionalizadas também produziam estratégias que articulam diferentes sentidos, porém, foi possível notar que a integração da teoria às atividades realizadas pelas organizações de base estimulou de forma mais intensa o emprego de múltiplas experiências sensoriais durante suas práticas educativas.

As estratégias pedagógicas produzidas pelas ONGs tendem a seguir roteiros de forma estrita, partindo de uma discussão teórica, para então demonstrar de forma prática a aplicação dos conceitos com uma atividade para aprofundar as reflexões geradas e atingir os objetivos da ação. A partir das observações participantes foi possível reconhecer que tais iniciativas estão submetidas a regras institucionais que as obrigam a atuar de forma mais formal e limitam a autonomia, por exemplo, no sentido de serem mais impactados pelas burocracias, regras e hierarquias internas da instituição.

Ainda em relação à hipótese levantada por esta pesquisa, também possível perceber que os movimentos de base não condicionam suas ações aos financiamentos no mesmo grau em que foi observado nas instituições. Neste sentido, foi possível perceber que tais movimentos de base realizam suas ações independente de terem recursos disponíveis para desenvolver tais projetos, pois se baseiam em ações coletivas e parcerias com outros movimentos sociais. Por outro lado, é preciso destacar que as instituições (ONGs) contam com diversas ações, incluindo temáticas para além da Discussão sobre Gênero, no caso da LPP, por exemplo, é possível perceber que não havia um interesse original para trabalhar estas questões, mas sim, foi um tema absorvido a partir dos esforços pessoais de indivíduos. Com relação à Maré de Sabores, o projeto conseguiu se destacar dentro de outras ações desenvolvidas pelas Redes da Maré após receber um financiamento por meio de um edital proveniente de uma parceria com uma instituição privada.

Em relação às semelhanças identificadas nas diferentes iniciativas investigadas, considerando seus contextos organizacionais distintos, foi possível demonstrar que todas assumem um papel na criação de redes de apoio e proteção as mulheres, que estimulam a formação de laços interpessoais que de fato servem para reduzir o impacto do isolamento social como um fator de vulnerabilidade que pode impedir as vitimas de procurarem ajuda, informações e proteção. Considerando o trabalho de Paz (2016) destacam-se duas formas de isolamento como fatores que contribuem para a vulnerabilidade de mulheres em situações de violência: o social e o geográfico. O isolamento social pode ser entendido como a ausência de relações afetivas e contatos interpessoais aos quais a vitima poderia recorrer em caso de necessidade, por outro lado, o isolamento geográfico seria associado à ideia de um distanciamento, de estar longe de pessoas que poderiam prestar auxilio caso necessário. No caso específico da Maré, observou-se o isolamento causado por relações de gênero marcadas pela dominação, onde o parceiro impede a vitima de circular no território, em muitos casos exigindo que esta permaneça dentro de casa e também podendo restringir seu acesso a outros indivíduos. Em casos de mulheres em condições de migrantes esta situação tende a se agravar pela ausência de laços afetivos, nestes casos tal migrante embora não se encontre isolada geograficamente de seus vizinhos da comunidade, em muitos casos pode não se sentir intima o suficiente para procurar ajuda. Deste modo, concluímos que o papel destas iniciativas na formação de grupos/redes de apoio e proteção às mulheres representa uma estratégia relevante para a prevenção da violência, redução e combate à vulnerabilidade de mulheres.

Algumas das mulheres entrevistadas aparentam ter aprendido através de suas atividades profissionais e/ou envolvimento com movimentos de base sobre o funcionamento do sistema neoliberal, conhecendo os limites e as consequências, positivas e negativas, dos serviços serem oferecidos através de ONGs. Das mulheres entrevistadas, com exceção de uma informante, todas desempenharam funções em outras ONGs fora da Maré, estiveram envolvidas com movimentos sociais ou em instituições públicas. Dentre as mulheres entrevistadas, algumas eram participantes de movimentos sociais que decidiram montar suas próprias iniciativas inspiradas em sua atuação com o movimento de base, outras participaram destas atividades e permaneceram depois vinculadas às mesmas iniciativas, ou ainda passaram a atuar nas instituições por conta de suas trajetórias de lutas ou mesmo por conta de experiências profissionais que as conduziram à estas instituições.

De um modo geral, foi possível identificar que a visão crítica destas mulheres sobre as formas de atuação da sociedade civil dentro do sistema neoliberal está para além das experiências destas sujeitas com a educação formal, estando diretamente relacionado com suas experiências profissionais, trajetórias de vida e envolvimento com movimentos de base e projetos sociais. Assim, é possível notar que a visão crítica e o processo de tomada de consciência destas mulheres se encontra diretamente associado a suas atuações com as bases, com a prática, com o dia-a-dia e com as lutas específicas vivenciadas por estas atrizes. Sobre os pontos positivos desta relação estabelecida entre a sociedade civil e o sistema neoliberal, as mulheres destacaram a possibilidade de ampliação do olhar, melhoria no acesso à oportunidades (incluindo o acesso à educação formal) e possibilidades de circular no território etc. Como principais pontos negativos foram destacados a percepção da precariedade dos serviços da própria comunidade, a urgência de lutar contra as formas de violência presentes no território e a necessidade de agir para suprir o descaso/insuficiência do poder público. Mas de um modo geral, tais mulheres, em especial as que atuam em organizações de base, apresentam a visão de que tais ONGs representam um “mal necessário”, ou seja, representam uma possibilidade de fazer algo, mas ao mesmo tempo consistem em uma forma de manutenção do sistema vigente.

Por outro lado, o estudo também revela uma relação entre a autoidentificação destas mulheres como feministas e o grau de escolaridade destas sujeitas, demonstrando que o olhar crítico destas mulheres não é um resultado de terem concluído um curso do ensino superior, mas sim fazem parte de um processo individual da construção das subjetividades destes indivíduos.

Foi possível reparar que tais mulheres entram em contato com as discussões feministas em diferentes contextos, tanto a partir do ensino superior, de uma forma mais teórica, como na prática, no contato com os movimentos sociais, mas que, tendem a refletir sobre tais discussões com base, sobretudo, em suas práticas cotidianas.

Assim como algumas mulheres passaram a se autoidentificar como feministas após seus envolvimento com as iniciativas, do mesmo modo, foi possível perceber, entre as participantes das iniciativas, relatos de mulheres que se identificaram como vítimas de violência ou mesmo passaram a reconhecer situações de VCM a partir do contato com as discussões promovidas pelas instituições investigadas, revelando o papel de tais iniciativas para a conscientização da população local diante do reconhecimento de situações de opressão naturalizadas ou invisibilizadas no contexto da Maré.

Diante de tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho entendo que o Feminismo de Base Comunitária consiste em um feminismo desenvolvido com/pelas comunidades para as próprias comunidades, um feminismo que se constrói a partir de exemplos concretos provenientes das experiências de vida de mulheres que foram vítimas ou que tiveram contato com outras mulheres passando por situações de VDG e outras dificuldades. Deste modo, o Feminismo de Base Comunitária representa uma forma de organização local que pode contribuir para a luta contra a VCM ajudando a articular redes de apoio e estratégias de proteção para tais mulheres, servindo, portanto, como uma proposta decolonial que visa resistir e combater as injustiças, invisibilidades e formas de opressão que são fruto de uma realidade colonial-patriarcal. Destaco ainda a característica do Feminismo de Base Comunitária de se construir a partir de uma articulação entre diferentes correntes do feminismo, incluindo influências diretas dos feminismos negro, autônomo, comunitário, LGBT, entre outros. Portanto, trata-se de um feminismo plural.

## BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca & VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, vol. 3, nº 28, pp. 52-84, 2011.

ACHINTE, Adolfo Alban. Capítulo XIII Pedagogias de La Re-existencia artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine (Ed). *Pedagogias Decoloniales praticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I, Ed Abya Yala, Quito, Equador, 2013.

ADAMS, Telmo & STRECK, Danilo. América Latina. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. Editora Autêntica, 3ª ed. Belo Horizonte, 2016.

AGUIAR, Diana. As redes feministas transnacionais e as organizações internacionais: diferentes visões do processo de desenvolvimento. *Cena Internacional*, v. 9, n. 1, p. 140-165, 2007.

ALEXANDER, M. J. *Pedagogies of Crossing: Meditations on Feminism, Sexual Politics, Memory, and the Sacred*. Durham and London: Duke University Press, 2005.

ALVAREZ, Sônia E. *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press. 1990

\_\_\_\_\_. Feminismos Latino-americanos reflexiones teoricas y perspectivas comparativas. In: RIOS, Marcela Tobar (org). *Reflexiones teoricas y comparativas sobre los feminismos en Chile y America Latina*. Santiago, Notas del Conversatorio, p. 4-22, 1998.

\_\_\_\_\_. Advocating Feminism the Latin American Feminist NGO “BOOM”. *International Feminist Journal of Politics*, vol 1, nº 2, p. 181-209, 1999.

\_\_\_\_\_. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na américa latina. *Revistas Feminismos*, Vol.2, n.1, p. 57-77, 2014.

\_\_\_\_\_. Para Além da Sociedade Civil: Reflexões sobre o Campo Feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 43, p. 13-56, 2016.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVAREZ, Sônia; FRIEDMAN, Elizabeth; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), p. 541-575, 2003

ALVAREZ, S; RUBIN, J.; THAYER, M.; BAIOCCHI, G.; LAÓ-MONTES, A. *Beyond Civil Society: Activism, Participation, and Protest in Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2017.

ALVIM, Simone & SOUZA, Lídio de. *Homens, mulheres e violência*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

AMIN, Samir. *Imperialism and Unequal Development*. New York, Monthly review press, 1977.

ANDRADE, Keli Rodrigues de. *Violência Conjugal uma Análise exploratória das potencialidades dos surveys de vitimização*. Dilemas, vol 1, p-81-94, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands, La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, CA, 1987.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Brazil: Picking up the Pieces: Women's Experiences of Urban Violence*. Acesso em 20 de agosto de 2011, [disponível em <http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR19/001/2008>]

AQUINO, María Pilar; MACHADO, Daisy L.; RODRÍGUEZ, Jeanette (org.). *A reader in Latina feminist theology: Religion and justice*. Austin: University of Texas Press, 2010.

ARAUJO, Clara Maria de Oliveira. *Cidadania democrática e inserção política das mulheres*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, V. 9, p. 147-168, 2012.

ARROYO, Miguel. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petropolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.

AVELAR, Lúcia. *Movimentos, redes, Feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras*. *Cadernos Adenauer XIV*, N 3, p.72-87, 2013.

BAHRI, Deepika. *Feminismo e/no pós-colonialismo*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, V.11, p. 89-117, 2013.

BANCO MUNDIAL. "O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs." Rio de Janeiro: Banco Mundial. Pdf. 2013.

BANDEIRA, Lordes & BATISTA, Analia. *Preconceito e Discriminação como expressões de violência*. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), p.119-120, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.

BARRAGÁN, M; LANG, M; CHAVEZ, D; SANTILLANA, A. Pensar a partir do Feminismo: Críticas e Alternativas ao Desenvolvimento in: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. Descolonizar o Imaginário. Debate sobre Pós-extratativismo e alternativas ao Desenvolvimento. Elefante Edital, Fundação Rosa Luxemburgo, 1ª edição, São Paulo, 468 p, 2011.

\_\_\_\_\_. Development Critiques and Alternatives: A Feminist Perspective. In book: Beyond Development. Alternative Visions from Latin America, Publisher: Rosa Luxemburg Stiftung; Transnational Institute, Editors: Miriam Lang, Dunia Mokrani, pp.41-60, 2013.

BARSTED, Leila Linhares. O progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In: PITANGUY, Jaqueline & BARSTED, Leila. O Progresso das Mulheres 2003-2010. Rio de Janeiro, Sepia/ONU Mulheres, 2011.

BARTHOLL, Timo. *Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas*. 452 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2016.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

BEM, Arim Soares do. A Centralidade dos Movimentos Sociais na Articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos Séculos XIX e XX. Educ. Soc. , Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da Modernidade. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BORTOLUZZO, Adriana Bruscati; MATAVELLI, Ieda Rodrigues; MADALOZZO; Regina. Determinantes da Distribuição da (Des)igualdade de Gênero entre os Estados Brasileiros. Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.1, p. 161-188, 2016.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2007

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., São Paulo. *Proceedings online...* Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092008000100007&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100007&lng=en&nrm=abn)>. Acessado em: 14 Aug. 2017.

BURTON, Leone. Confounding Methodology and Methods. *British Journal of Sociology of Education*, Taylor & Francis; Vol. 22, No. 1, March 2001, pp. 171-175.

BRYSON, Valerie. Perspectives on Gender Equality: Challenging the Terms of Debate. In: BROWN, Jude (ed). *The Future of Gender*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, p. 35-53, 2007.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York, 1999.

\_\_\_\_\_. The End of Sexual Difference. In: BUTLER, Judith . *Undoing Gender*. Routledge, New York, p. 174-207, 2004.

CADORE, Nathália Boni. As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990. *Anais do XV Encontro Estadual de História: “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”* Florianópolis, UFSC, p. 1-13, 2014.

CAMARGO, Daniel Renaud. *Lendas, Rezas e Garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes Locais no Vale do Jequitinhonha* (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culture and Power: The State of Research. *Media Culture and Society*, 10:467-497, 1988.

CANO, Ignacio (coord). “Os Donos do Morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CARDOSO, Claudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas: Florianópolis*, 22(3), setembro-dezembro, p. 965-986, 2014.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015.

CARRASCO, L. A Mulher vítima de violência conjugal: uma perspectiva transgeracional (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Porto Alegre, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



CARVALHO, José Raimundo & OLIVEIRA, Victor Hugo de. Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF). Relatório Executivo 1, Primeira Onda, 2016.

CARVALHO, Monique Batista. Uma Maré de Lutas: Memória e Mobilização Popular na Favela Nova Holanda – RJ (dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2006.

\_\_\_\_\_. A política de pacificação de Favelas e as Contradições para produção de uma cidade segura. In: O social em questão, ano XVI, nº 29, p. 285-308, 2013.

CELETANI, Francesca Gargallo. Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, Primera edición digital, enero de 2014

CESARIE, Aime, [obra não informada] 2006 apud CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica. In: Feminista Siempre: Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala. ACSUR-LAS SEGOVIAS, p. 11-22, 2015

CHAVEZ, Daniel. Capítulo XVII, notas para Corazonar La performance como uma prática pedagógica decolonial. In: WALSH, Catherine (Ed). Pedagogias Decoloniales prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II, Ed Abya Yala, Quito, Equador, 2017.

CISNE, Mirla & GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: Desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *SER Social Brasília*, v. 10, n. 22, p.69-96, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. Autodeterminação nacional. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

CORREIA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: *Cadernos Pagu*. v. 16, p. 13-19, 2001.

CORREA, Eliane Godinho & SILVA, Marcia Alves da. *Contributos da pedagogia feminista: um olhar freireano sobre saberes e poderes problematizados em oficinas de criação*. IX Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire: Utopia, Esperança e Humanização. Faculdades Integradas da Taquara (FACCAT), 2015.

Disponível em: < [https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/correa\\_silva.pdf](https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/correa_silva.pdf)>. Acessado em: 14/08/2017.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo e Tradução Cultural: Sobre a Colonialidade de Gênero e a Descolonização do Saber. *Portuguese Cultural Studies*, p. 41-65, 2012.

COSTA, Milena; SERAFIM, Marcia; NASCIMENTO, Aissa. Violência contra a Mulher: Descrição das Denúncias num centro de referência de atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010-2012. *Epidemiol. Saúde*, Brasília, v. 24, nº 3, p. 551-558, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color." *Stanford Law Review* 43 (6): 1241–99, 1991.

CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica. In: *Feminista Siempre: Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. ACSUR-LAS SEGOVIAS, p. 11-22, 2015

\_\_\_\_\_. Descolonizando el feminismo: Una Perspectiva desde America Latina y el Caribe. *Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista*: Buenos Aires, 2009.

CRUZ, Suélen; AZEVEDO, Mario; GONÇALVES, Helen. Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil. *Revista Brasileira Epidemiologia* 14(1), p. 15-26, 2011.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, n 5, p. 139-164, 2004.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. Anthropology in the Margins of the State. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 30, n. 1, p. 140-144, 2004.

DEBERT, Guita & OLIVEIRA, Marcella. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica", *Cadernos Pagu*, 29, p. 305-337, 2007.

DINIZ, E.; BELFORT, M.; RIBEIRO, P. Memoria e Identidade dos Moradores do Morro do timbau e Parque Proletario da Maré. *Redes De Desenvolvimento da Maré*: Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. Memoria e Identidade dos Moradores de Nova Holanda. *Redes De Desenvolvimento da Maré*: Rio de Janeiro, 2012.

DOWINDING, Keith; GOODIN, Robert; PATEMAN, Carole. Introduction: between justice and democracy. In: *Justice & Democracy*, DOWINDING, Keith, GOODIN, Robert e PATEMAN, Carole (orgs.) Cambridge: Cambridge University, 2004.

DUSSELL, Enrique. 2491: O Encobrimento do Outro-A Origem do Mito da Modernidade (Tradução Jaime A. Clasen)-Petropolis, Rio de Janeiro. *Vozes*, 1993.

ELIAS, Miriam Freitas & GAUER, Gabriel José Chittó. Violência de gênero e o impacto na família: Educando para uma mudança na cultura patriarcal. *Sistema Penal & Violência*, v. 6, n. 1, p. 117-128, 2014.

ESCOBAR, Arturo. *La invencion del tercer mundo: construccion y desconstruccion del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

\_\_\_\_\_. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. Em *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*, coord. Daniel Mato, 17-31. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31, 2005.

\_\_\_\_\_. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political geography*, v. 20, n. 2, p. 139-174, 2001.

ESPINOSA, Yuderlys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Feminismo latinoamericano, Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Vol. 14 N° 33 jul/dic 2009.

FALCKE, Denise & WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da Transgeracionalidade: Definição e Conceitos. In: WAGNER, A. (org). *Como se Perpetua a Família? A Transmissão dos modelos familiares*. Ed PUC-RS, Porto Alegre, p. 25-46, 2005.

FALCKE, Desine; WAGNER, Adriana; MOSSMAN, Clarisse. The Relationship between family of origin and Marital adjustment for couples in Brazil. *Journal of Family, Psychotherapy*, vol 19, p. 170-186, 2008.

FANON, Frantz. *Condenados da Terra*, 1977 Apud CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica. In: *Feminista Siempre: Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. ACSUR-LAS SEGOVIAS, p. 11-22, 2015.

FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de Gestão do Homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, vol 6, n° 2, p. 232-255, 2012.

FERGUSON, J. Power Topographies. In D. Nugent & J. Vincent (Eds.), *A Companion to the Anthropology of Politics* (pp. 383–399). Malden, MA: Blackwell, p.383-399, 2007.

FERGUSON, James & GUPTA, Akhil. Beyond “Culture”: Space, Identity, and Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, vol. 7, n. 1, Space, Identity and Politics of Difference, Feb, p.6-23, 1992.

FERREIRA, Carolina Barcellos. “*Isso é coisa da macumba?*”: elaboração de um material pedagógico de História sobre as religiosidades afro-brasileiras em museus do Rio de Janeiro. 2016. 135 f. (dissertação de mestrado em Ensino de História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo/Rio de Janeiro, 2016.

FORST, Rainer. *Contextos da Justiça*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Radical Justice: On Iris Marion Young's Critique of the “Distributive Paradigm”. *Constellations*, v. 14, n. 2, p. 260-265, 2007.

FRANCESCHET, Susan. Explaining domestic violence policy outcomes in Chile and Argentina. *Latin American Politics and Society*, v. 52, n. 3, p. 1-29, 2010.

FRANCO, Marielle. UPP – A Redução da Favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Administração, Rio de Janeiro, 2014.

FRASER, Nancy. From Redistribution to recognition? Dilemmas of Justice in a Post Socialist Age. *Journal New Lefts Review*, vol 212, nº 212, 1995.

\_\_\_\_\_. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, 2007.

\_\_\_\_\_. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

\_\_\_\_\_. How feminism became capitalism's handmaiden—and how to reclaim it. *The Guardian*, v. 14, n. 10, 2013.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 5ª Ed, Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Educação atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Educação Como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 32 ed, 2009.

FRIAS, Sonia M. Measuring Structural Gender Equality in Mexico: A State Level Analysis. *Social Indicators Research*, Vol. 88, No. 2; Sep., pp. 215-246, 2008.

FRIES, Lorena. Justicia de Género: un asunto de reconocimiento y de redistribución. *Anais do 7º Encontro de gênero de altas corporações de justiça en Colombia*, 2010.

GADONI-COSTA, Lila & DEL'AGLIO. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização coping. *Gerais Revista Interinstitucional de Psicologia*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 151-159, 2010.

GADREY, J. & JANY-CATRICE, F. *Les Nouveaux Indicateurs de Richesse*. Patis, La Découverte, 2005.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. *Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant*, p. 1-11, 2005.

GEBERT, Lizbeth Paravisini. Decolonizing Feminism: The Homegrown Roots of Caribbean Feminism. In: SPRINGFIELD, Consuelo López. *Daughters of Caliban: essays on 20th Century Caribbean Women*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sociology. A Brief but Critical Introduction*. New York : Harcourt, 1982.

GOETZ, Anne Marie. Gender justice, citizenship and entitlements: core concepts, central debates and new directions for research. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; SINGH, Navsharan. *Gender justice, citizenship and development*. Ottawa: International Development Research Centre, p. 15-57, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. *Meta: Avaliação*, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009.

\_\_\_\_\_. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; FILHO, Claudio Claudinho da Silva; SANTOS, Jéssica. Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher a partir da Interdisciplinaridade e Intersetorialidade. *Revista Enfermagem, UERJ*, Rio de Janeiro, 17(1), p. 14-17, 2009.

GONZALEZ, Lelia. O movimento negro na última década. In: \_\_\_\_\_; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GUTTMAN, Michelle; MOWDER, Barbara A.; YASIK, Anastasia E. The ACT Against Violence Training Program: A preliminary investigation of knowledge gained by early childhood professionals. *Professional Psychology: Research and Practice*, v. 37, n. 6, p. 717, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero para um dicionário Marxista: A política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.

HAYWARD, Clarissa & LUKES, Steven. Nobody to shoot? Power, structure, and agency: A dialogue. *Journal of Power*, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2008.

HAWKEN, A. & MUNCK, G.L. Cross-National Indices with Gender-Differentiated Data: What Do They Measure? How Valid Are They? *Social Indicators Research*, Volume 111, Issue 3, May, p. 801–838, 2013.

HOOKS, Bell. HomePlace (A-Site of Resistance.) in: HOOKS, Bell. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. South and Press, Boston, p. 382-390, 1990.

\_\_\_\_\_. *Teaching to Transgress*. Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. *On Self Recovery*, In HOOKS, Bell: *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston, MA: South End Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *El Feminismo es para todo el mundo* (tradução Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofia Moreno, Maira Puertas Romo, Sara Vega González). De la Edición *Traficantes de Sueños*, Madrid, 2017.

HTUN, M. Puzzles of women's rights in Brazil. *Social Research*, V.69, N.3, p.733-751, 2002.

HURTADO, Aida. *Relating to Privilege: Seduction and Rejection in the subordination of white women and women of color*. *Signs*, 14, n4, p.833-855, 1989.

HUTCHINGS, Kimberly, *Speaking and Hearing Habermasian Discourse Ethics. Feminism and IR review of International Studies*, Cambridge, Cambridge University Press, vol 31, nº 1, p. 155-165, 2005.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira*. Editora IBGE, nº 36, Rio de Janeiro, 2016.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995-2015*. 5ª Ed. Brasília, 2017.

ISASI-DÍAZ, Ada Maria & MENDIETA, Eduardo (org.). *Decolonizing Epistemologies: Latina/o Theology and Philosophy*. Nova York: Fordham University Press, 2012.

ISOKE, Zenzele. *Urban Black Women and the Politics of Resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

KECK, Margaret & SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University, 1998.

KISS, L.; D'OLIVEIRA, L. A.F.; ZIMMERMAN, C.; HEISE, L.; SCHRAIBER, L.B.; WATTS, C. Brazilian Policy response to violence against women: Government strategy and the help seeking behaviors of women who experience violence. *Health and Human Rights*, 14(1), 1-14, 2012.

KOROL, Claudia. La educación como práctica de la libertad: Nuevas lecturas posibles. In: \_\_\_\_\_. *Hacia una pedagogía feminista: géneros y educación popular pañuelos en Rebeldía*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo: América Libre, p.9-22, 2007.

LAGE, Allene. Orientação epistemológica para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. *Anais do IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: Diferenças nas Políticas de Currículo*. João Pessoa: UFPB, 2009.

LAMAS, Marta. Género, Diferencias de sexo y diferencia sexual. *Debate Feminista*, ano 10, vol. 20, Outubro de 1999.

LATHER, Patricia Anne. *Getting Smart: Feminist Research and Pedagogy With/in the Postmodern*. New York: Routledge, 1991.

LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: UNESP, p.53-58, 2009.

LEMOS, Rosalia O. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Christiane Cauduro. A Utilização da Participação Observante e da Entrevista Semi-Estruturada na Pesquisa em Enfermagem. *R. Gaucha Enferm.*, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p.130-142, 1999.

LOPES, Paulo Victor & LEITE, Fabiana. *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à Política Pública*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

LORDE, Audre. The Transformation of Silence into Language and Action. In: BYRD, Rodolph; COLE, Johnnetta; GUY-SHEFTEALL, Beverly. *I AM your Sister: Collective and Unpublished Writings of Audre Lorde*. Oxford University Press, New York, p. 38-43, 2009.

LOSEKANN, Cristiana & BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. *colomb.int.*, Bogotá, n. 78, p. 181-210, May 2013.

LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petropolis, Vozes, 2001

LUGONES, Maria. "Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System". *Hypatia*, 22(1):186–209, 2007.

\_\_\_\_\_. María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2014

MACHADO, Lia Zanotta. Onde não há igualdade. In: MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila (orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MACKINNON, Catherine A. The Liberal State. In: *Women Gender & Politics: · Reader-Oxford*, Oxford University City, Ch34, PP.293-297, 2010.

MALDONATO-TORRES, Nelson. Sobre La colonialidad Del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R (Orgs). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más Allá Del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana – Instituto Pensar, Universidad Central – IESCO, Siglo Del Hombre Editores, p 127-167, 2007.

\_\_\_\_\_. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento – modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do sul Global? *Ver. Sociol. Polit*, Curitiba, v.18, n 36, p.67-92, jun, 2010.

MATTOS, Carla dos Santos. Parado na Esquina: Performances masculinas e identificações entre bondes juvenis na Nova Holanda, Maré, RJ. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol 7, n 4, p.643-663, 2014.

\_\_\_\_\_. "Humildade" no "desenrolo": força, autoridade e autonomia nas interações entre traficantes e moradores em uma favela carioca. 38º Encontro anual da ANPOCS, Agosto, 2012.

MENDOZA, Breny. "The Undemocratic Foundations of Democracy: Na Enunciation from postoccidental Latin America". *Signs*, vol, 31, nº 4, p. 932-939, 2006.

\_\_\_\_\_. "La Epistemologia Del Sur, La Colonialidad Del Genero y El Feminismo latinoamericano". In: ESPINOSA, T. (coord). *Aproximaciones críticas a las practicas teórico-políticas Del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires, Em La Frontera, 2010.

MENEZES, Jaileila.; COSTA, Mônica; MOURA, Renata; PEDROS, Tábata. Entre Fronteiras e Trincheiras: Conflitos Políticos e Antagonismo de Gênero no Movimento Hip Hop. *Revista Ártemis*, Vol. XX; ago-dez, pp. 160-170, 2015.



MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. El Pensamiento Decolonial: Dependimiento y apertura. Um manifesto. In: CASTRO GOMES, Santiago., Gosfoguel, Ramon (Orgs). El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistêmica mas aya del capitalismo global. Siglo del Hombre Editores, Instituto Pensar, 2007.

\_\_\_\_\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n.34, p. 287-324, 2008a.

\_\_\_\_\_. Hermeneutica de La democracia: el pensamiento de los Limites y La diferencia colonial. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n9, Julho-Dezembro, 2008b.

MINAYO, Maria. Cecília Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira.; CRUZ NETO, Otávio. GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 21 ed., 2002.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. NIEM / UFRGS, 2009.

Disponível em:

<[http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas\\_cyntia.pdf](http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf)>

Acesso em: 14 de agosto de 2017.

MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. (tese de doutorado). Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MOGHADAM, Valentine M. *Globalizing Women: Transnational Feminist Networks*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2005.

MOHANTY, Chandra. \_\_\_\_\_. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *boundary 2*, Vol. 12, No. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism. Spring - Autumn, pp. 333-358, 1984.

\_\_\_\_\_. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. North Carolina: Duke University Press, 2003a.

\_\_\_\_\_. “Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. *Signs*, Vol. 28, No. 2, pp. 499-535, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Transnational Feminist Crossings: On Neoliberalism and Radical Critique*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*: Chicago Press, vol. 38, no. 4, p.967-991, 2013.

MOHANTY, Chandra & MARTIN, Bidy. *Whats Home Got to do With It*. In: *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. North Carolina: Duke University Press, 2003.

MOLYNEUX, Maxine. Chapter 2: Mobilization Without Emancipation? Women's Interests, The State, and Revolution in Nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah. *Women, Gender, and Politics*. Nova York, Oxford University Press, p.21-28, 2010. (A)

\_\_\_\_\_. Justiça de Gênero, cidadania y Diferença em América Latina. *Stud. hist.*, H. <sup>a</sup> cont., 28, p. 181-211, 2010 (B)

MOREIRA, Nubia. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2011.

MORENO, Rafael & MARTINEZ, Rafael. Causality as validity: some implications for the social sciences. *Quality & Quantity*, Amsterdam, v. 42, p. 597-604, 2008.

MORGADO, R. Mulheres em Situação de Violência Doméstica: Limites e Possibilidades de Enfrentamento. In: GONÇALVES, H & BRANDÃO, E. *Pedagogia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro, NAU, 2004.

MOSIER, C.I. A critical examination of the concepts of face validity. *Educational and Psychological Measurement*, 7, p. 191-205, 1947.

MOTTA-NETO, João Colares da. *Educação Popular e Pensamento Decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda (tese de doutorado)*. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Belém, 2015.

MOURA, T. *Rostos Invisíveis da Violência Armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Riode Janeiro: 7 Letras, 2007.

MURACA, Maria Teresa. *Praticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em santa catarina*. 2015. 402f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NASCIMENTO, Marcos. Masculinidade, juventude e violência contra mulher: articulando saberes, práticas e políticas. In: BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher*. São Paulo: Cultura acadêmica, p.21-225, 2014.

NASCIMENTO, M. & SEGUNDO, M. Hombres. Masculinidades y políticas públicas: aportes para la equidad de género. In: AGUAYO, Francisco; SADLER, Michelle. *Masculinidades y políticas públicas: involucrando a los hombres en la equidad de género*. Santiago: Universidad de Chile, p.50-62, 2011.

NOGUEIRA, O. O objeto das Ciências Humanas. In: HIRANO, S. Pesquisa Social: Projeto e Planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

OAKLEY, Ann. Science, Gender and Womens Liberation; an argument against postmodernism. *Women's Studies International Forum*, vol. 21, no.2, p. 133-146, 1998.

\_\_\_\_\_. Experiments in knowing. Gender and method in the social sciences. Polity Press, Cambridge, 2000.

OLIVEIRA, Anna Cynthia & HADDAD, Sergio. As organizações civis e as ONGs de educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 61-83, 2001.

ORTIZ, Marielsa & BORJAS, Beatriz. La Investigación Acción Participativa: Aportes de Fals Borda a La Educación Popular. *Espacio Abierto*, vol 17, nº 4, out/dez, 2008.

OSTERNE, M. Violência nas Relações de Gênero e Cidadania Feminina: Análise das Ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher em Fortaleza (tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil, 2005.

PASSOS, Aurilene Cristina dos. O que os Olhos não vêem o coração não sente: um estudo sobre a violência psicológica contra a mulher (dissertação de Mestrado). Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PAZ, Potiguara de Oliveira. Femicídios Rurais: Uma análise de gênero. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 30, n. 2, p 1-11, 2016.

PEREIRA, A. C. J. *Proteção ou emancipação?* Questões sobre a promoção dos direitos das Mulheres pelo governo brasileiro. (Apresentação de Trabalho/Simpósio), 2008.

PÉREZ, Laura E. Enrique Dussel's ética de la liberación, US women of color decolonizing practices, and coalitionary politics amidst difference. *Qui Parle: Critical Humanities and Social Sciences*, v. 18, n. 2, p. 121-146, 2010.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio e Janeiro: Paz e Terra, p. 167-234, 2001.

PINAR, William F. *La Teoria del Curriculum*. Madrid: Varcea, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. . *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006 .

\_\_\_\_\_. "Nota sobre a controvérsia Fraser-Honnoth informada pelo cenário brasileiro". Lua Nova, São Paulo, n. 74, p. 35-58, 2008.

\_\_\_\_\_. Feminismo, História e Poder. *Dossiê Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PITANGUY, Jaqueline. Advocacy e Direitos Humanos. In: PITANGUY, Jaqueline & BARSTED, Leila. O Progresso das Mulheres 2003-2010. Rio de Janeiro, Sepia/ONU Mulheres, 2011.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafias. Mexico, Siglo XXI, 2001.

\_\_\_\_\_. Apresentação da Edição em Português. In: LANDER, Edgard (org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências Sociais – perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. Mulheres na Política retrato da Subrepresentação Feminina no Poder. Brasília, 2016a.

\_\_\_\_\_. Equidade de Gênero na Política. Brasília, 2016b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema de pesquisa e escolha de técnicas: algumas reflexões. Caderno CERU, N 3, 2ª série, 2.ed, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

QUEIROZ, Daniela; VAL, Janaína; SOUZA, Angela; VIEIRA, Neiva. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área de Saúde. *Revista de Enfermagem, UERJ*, Rio de Janeiro, p. 276-283, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Silvia. Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. *Boletim Segurança e Cidadania*. Boletim 13, Ano 8. Dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. "Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas". *Trivium (on-line)*. Vol.3, n.2, pp. 41-57, 2011a.

\_\_\_\_\_. Violência Contra Mulheres e UPPS - O que esta mudando nas favelas cariocas, quais são os desafios? O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010. Brasília (ONU Mulheres) e Rio de Janeiro (CEPIA), 2011b.

ROCHA, Lia de Mattos. Capítulo XIV – O “Repertório dos Projetos Sociais”: Política, Mercado e Controle Social nas Favelas Cariocas. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes. Ordens e Resistências*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1ª Ed, 2015.

ROMIO, Jaqueline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física segundo raça-cor no Brasil in: *Dossiê Mulheres Negras – Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 183-158, 2013.

SACRAMENTO, Maria P, & NEIVA, Luciano S. Mulheres da periferia: feminismo e transgressão em Guerreira de Alessandro Buzo. *IPOTESI, JUIZ DE FORA*, v.15, n.2 - Especial, p. 81-92, jul./dez. 2011.

SADER, Emir. Toward New Democracies. In: SANTOS, Boaventura Sousa. *Democratizing Democracy: beyond the liberal democratic canon*. London; New York: Verso, p.447-468, 2005.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAGOI, Montserrat (coord). *La Ruta Critica de Las Mujeres Afectadas Por La violencia intrafamiliar en America Latina*. Programa Mujer, Salud y Desarrollo de La OPS, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalism*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

SANDELL, Renee. The Liberating relevance of Feminist Pedagogy. *Studies in Art Education*, Vol.32, No. 3, p. 178-187, 1991.

SANTOS, B.S. & GARAVITO, A.R. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: *Another production is possible. Beyond the capitalist canon*. London: Verso, p. xvi-1xii, 2006.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Democratizing Democracy: Beyond the Liberal Democratic Canon*. London; New York: Verso, 2007.

\_\_\_\_\_. Para Além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais à Uma Ecologia de Saberes. In: SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paulo (orgd). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 2009.

SANTOS, Cecilia Macdowell. Da delegacia da mulher a Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, 89, Junho , 153-170, 2010.

SANTOS, Cecília MacDowell & IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil*. E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios em América Latina y Caribe. Vol 16, nº 1, 2005

SANTOS, F. O Fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e Mudança Social. In: CAMPOS, Taiane L. C. (org). *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais*. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 13-75, 2005.

SANTOS, Keila Meireles dos. As minas do movimento hip hop do Distrito Federal: a apropriação do conhecimento como o quinto elemento. 2011. viii, 92 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Luna Borges Pereira dos. Dialogos entre Feminismos e Poder Judiciário: A implementação da Lei Maria da Penha no DF como política Pública de reconhecimento de direito das mulheres a não violência. (apresentação de trabalho). 2013.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.

SANTOS, Sonia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SANTOS, Rita; ROQUE, Silvia; MOURA, Tatiana. Conexões perdidas: Representações de gênero, violência (armada) e segurança na Resolução 1325. In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, 96, Marco: 165-196, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. \_\_\_\_\_. ONGs na América Latina: Seu Papel na Construção da Sociedade civil. São Paulo em Perspectiva: *Revista da Fundação Seade*, vol.8, n.3, 1994.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória. *Caderno Crh*, v. 21, n. 54, 2008.

SCHILD, Veronica. Feminismo e neoliberalismo na America Latina. *Outubro Revista*, ed. 26, 2016.

SCIAMMARELLA, Ana Paula & Taylor, Alice. (In) Segurança das Mulheres em Comunidades Cariocas com UPP. *Comunicação do ISER*. Publicação Sazonal, Dez 2012.

SCOTT, Joan. Capítulo I: Relendo a História do Feminismo. In: SCOTT, Joan. *A Cidadã Paradoxal as Feministas Francesas e os Direitos do Homem* (Tradução Elvio Antônio Funck). Mulheres, Florianópolis, 2002.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Plano Nacional de Políticas para Mulheres, 2013-2015. Brasília, 2013. Acessado em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> dia 25/06/2014 às 14:30h.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y Patriarcado modern: Expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA, Miñoso; YUDERKYS; COREAL, Diana Gomez; Muñoz, Karina Ochoa (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Decoloniales en Abya Yala*. Cali, Colombia, Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEGUINO, Stephanie. The Great Equalizer? Globalization Effects on Gender Equality in Latin America and Caribbean. Munich Personal Research Paper and Economics Archive. University Library of Munich, Germany. Nº 6509, 2006.

SILVA, Márcia Alves da. Feminismo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs). Dicionário Paulo Freire. Editora Autêntica, 3ª ed. Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. O Pulo do Sapo: Gênero e a Conquista da Cidadania em Grupos Populares. 1 ed, Curitiba. Expoente, v.1, 2000.

SOARES, Barbara. “A Violência Doméstica e as Pesquisas de Vitimização”. (Documento apresentado para discussão). II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. A “Conflitualidade” conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. In: dilemas, revista de Estudos de Conflito e Controle Social-Vol.5, N 2, Abr, pp 191-210, 2012.

SOARES, Bárbara; Lemgruber, Julita; Musumeci, Leonarda; Ramos, Silvia. CESEC - O Que Pensam os Policiais das UPPS. In: *Ciência Hoje*, Vol. 49/ 294, pp. 34-39. 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos avançados*, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, M. V.; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Bruna Tavares de. Reflexões sobre os Aspectos Sociais da Violência Doméstica contra a Mulher (monografia), Universidade Federal Fluminense, Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Curso de Serviço Social, 2013.

SOUZA, Luisa. A Mensuração da Desigualdade de Gênero: Um Índice para os Estados brasileiros (monografia). Orientador: Carlos Alberto Ramos. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades: Revista Científica, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos*, v. 7, n. 11, 2010.

\_\_\_\_\_. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades: Revista Científica, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos*, v. 6, n. 9, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Teaching for the times. *The journal of the midwest modern language association*, v. 25, n. 1, p. 3-22, 1992.

\_\_\_\_\_. Pode o Subalterno Falar? (tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa). Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *An Aesthetic education in the Era of Globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

STRECK, Danilo Romeu & ADAMS, Telmo. Research on education: social movements and epistemological reconstruction in a context of coloniality. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 243-258, 2012.

TAYLOR, Alice. “‘Transições Parciais’: (In) Segurança urbana da mulher carioca em quatro comunidades com UPP no Rio de Janeiro.” ONU Habitat, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Capítulo V. Nas dobras do Legal e Ilegal: Ilegalismos e Jogos de Poder. In: TELLES, Vera da Silva (org). *A Cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal*. Editora Argumento, Belo Horizonte, 2010.

TORRES, Lia. *La Educación Popular. Trayectoria y Actualidad*. Editorial El Buho, Bogotá, 2007.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, nº 63, p. 153-155, 2007.

VIEIRA, Vera & CHARF, Clara (org.). *Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica*. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Simon Bolivar, Quito, 2009a.

\_\_\_\_\_. Interculturalidad y (de) colonialidad: perspectivas críticas e políticas. In: Congreso Da Association Pour La Recherche Interculturele (ARIC). Florianópolis, UFSC, 2009b.

\_\_\_\_\_. Lo Pedagógico y lo Decolonial entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (Ed). *Pedagogias Decoloniales praticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I, Ed Abya Yala, Quito, Equador, 2010.

WALSH, Shannon Drysdale. Not Necessarily Solidarity: dilemmas of transnational advocacy networks addressing violence against women. *International Feminist Journal of Politics*, v. 18, n. 2, p. 248-269, 2015.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 3ª ed, belo horizonte, autentica, p. 35-82, 2010.



WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. World Bank, 2017.

Disponível em -

<[http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=NY.GDP.MKTP.CD&id=af3ce82b&report\\_name=Popular\\_indicators&populartype=series&ispopular=y#](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=NY.GDP.MKTP.CD&id=af3ce82b&report_name=Popular_indicators&populartype=series&ispopular=y#)> acessado dia 12 de Junho de 2017.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Representação política, identidade e minorias (tradutor Alexandre Morales). *Lua Nova*, n. 67, 2006.

ZANATTA, Luiz Fabiano; GREIN, Maria Izabel; ÁLVAREZ-DARDET, Carlos; MORAES, Silvia Piedade de; BRÊTAS, José Roberto da Silva; RUIZ-CANTERO, Maria Teresa; ROSES, Mirta. Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 8, p. 1-4, 2016.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em Resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

## ANEXO

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Duas vias deste documento vão serão impressas: uma para o pesquisador e outra para o entrevistado.

Declaro que estou ciente de estar participando da pesquisa **Feminismo de Base Comunitária em Contexto de Periferia Urbana: Iniciativas que Discutem questões de gênero na Maré (RJ)**. Que tem como objetivo compreender as experiências e opiniões dos indivíduos que participam na implementação e execução de iniciativas voltadas para a questão de gênero na comunidade da Maré (Nova Holanda, Parque União, Morro do Timbau, Vila do Joao) .

Estou ciente de que se trata de uma atividade voluntária, que posso desistir a qualquer momento e que a participação não envolve remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

Fui informado que a pesquisa não envolve riscos ou danos à saúde e que o pesquisador garantirá a confidencialidade e o anonimato.

Minha participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões orientadoras formuladas pelo pesquisador durante a entrevista, mas a proposta é que seja livre seu relato. A entrevista será gravada para posterior transcrição - que será guardada por cinco (04) anos e destruída após esse período.

Fica acordado que as informações por mim fornecidas não serão utilizadas para outro fim além deste e a assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Caso ainda haja dúvidas, tenho direito de tirá-las agora, ou, em surgindo alguma dúvida no decorrer da entrevista, esclarecê-las, a qualquer momento. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é:

**Patricia Elisa Rivera Prosdocimide (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UERJ)**

Telefone de contato: (21)99894-7686 email: p.elisarivera@gmail.com

Após ter lido e discutido com o entrevistador os termos contidos neste consentimento esclarecido, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a pesquisa.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

**Entrevistador** - assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo do entrevistador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICES

### Roteiro de Entrevistas

Instituição /Grupo/Organização Social\_\_\_\_\_

1. Nome Completo\_\_\_\_\_
2. Cargo \_\_\_\_\_ -
3. Qual é a sua idade? \_\_\_\_\_ anos
4. Qual a sua cor ou raça?  
1 ( ) branca; 2 ( ) preta; 3 ( ) parda; 4( ) amarela; 5 ( )indígena; 6 ( ) outr\_\_\_\_;9 ( ) Não respondeu
5. Qual é sua formação?  
1 ( ) sabe ler e escrever; 2 ( ) ensino fundamental incompleto (1a. a 4a. série); 3( ) ensino fundamental completo(1a. a 4a. série); 4( ) Fundamental incompleto (5a.. a 8a. série); 5 ( ) Fundamental completo (5a. a 8a. série); 6( ) ensino médio incompleto(2.º grau); 7 ( ) ensino médio completo (2.º grau); 8 ( ) ensino superior incompleto; 9( ) ensino superior completo; 10 ( ) Pós Graduação; 11 ( ) Mestrado ; 12 ( )Doutorado
6. Atualmente você frequenta alguma escola de primeiro, segundo grau ou universidade?  
1 ( ) sim 2( ) não

Administradores Lista de Perguntas

Experiência

7. O que motivo você trabalhar na [nome da organização]?
8. Quanto tempo você leva trabalhando aqui? 3 anos, nas redes anteriormente, já trabalho vila são jorge
9. Qual é seu papel ou função aqui [nome da organização/grupo]?
11. ¿Quais são os mensagens principais que querem fazer a chegar as pessoas sobre a prevenção da discriminação de gênero feitas por sua organização/grupo?
12. À quem vocês consultam sobre o conteúdo/desenho/lançamento dos programas ou projetos voltados a questão da igualdade de gênero?
14. Fizem revisões no conteúdo? Se sim, quais foram ascircunstancias e qual o resultado?

### Indivíduos Que Participam dos Programas de Gênero

15. Qual setor da população interessa vocês e por que? O mais necessitado mesmo as pessoas mais humilde da comunidade
16. Como você se envolveu com o projeto de gênero aqui na (nome da instituição)?

17. Você recebeu algum treinamento na área de gênero, se sim por favor descreve? Estou aprendendo ouvi muito com o trabalho da vivi
18. O que você aprendeu sobre gênero através de seu envolvimento com o projeto/programa?
19. Que tipos de iniciativas colaborativas ou atividades feitas em coordenação com outras organizações ou grupos vocês fizeram com outras pessoas, grupos, organizações voltadas a questão de gênero?
20. Como pensa que os participantes respondem aos cursos/seminários/discussões?
21. Descreva os principais pontos positivos e negativos para a realização do programa/projeto voltado a questão da igualdade de gênero. Positivo participação do jovem e as pessoas, negativos as pessoas que desconhecem mais fazem críticas-não se abre para possibilidade dessa fala
17. Qual tipo de impacto pensa que o programa voltado a questão de gênero tem trazido para as pessoas da Maré?
19. Que papel você pensa que este programa/iniciativa/projeto voltada a questão de gênero tem aqui na Maré? Pode dar um exemplo de uma vivência ou experiência que você observou.
21. Como você vê o desenvolvimento, avanço ou regresso aqui na [nome organização] com respeito a promoção da igualdade de gênero?
22. O que é mais gratificante acerca de seu envolvimento com o Programa/iniciativa voltada a questão de gênero aqui na [nome da organizaçã]?
23. Quais são os desafios que você encontra mais difícil com o desenvolvimento da iniciativa/programa/projeto voltado a questão de gênero?

Figura 21 - Informações Sobre As Mulheres Entrevistadas

Idade	Raça	Local onde mora	Escolaridade	Instituição/grupo	Cargo	Anos trabalhando com a inst/grupo
49 anos	Negra	Parque Rubens Vaz (Maré)	Pós-graduada	Luta pela Paz	Acompanhamento de jovens	3 anos
28 anos	Negra	Marcehal Hermes	Pós-graduada	Luta pela Paz	Assistente Social	8 anos
33 anos	Parda/Branca (não sabe)	Parque Maré	Esino Superior	Luta pela Paz	Recepcionista	1 .5 anos
28 anos	Negra	Nova Holanda (Maré)	Ensino Superior (Cursando)	Grupo Mulheres ao Vento	Fundadora/Professora	4 anos
26 anos	Negra	Madureira	Ensino Superior (Cursando)	Grupo Mulheres ao Vento	Fundadora/Professora	4 anos
30 anos	Negra	Vila Cruzeiro (Complexo da Penha)	Ensino Médio Completo	Grupo Mulheres ao Vento	Percucionista	1 mês
29 anos	Branca	Penha	Doutorado	Maré de Sabores (REDES)	Coordenadora	7anos
35 anos	Negra	Nova Holanda (Maré)	Pós-graduada	Luta pela Paz	Assistente Social	5 anos
31 anos	Negra	Nova Holanda (Maré)	Ensino Superior (Cursando)	Luta pela Paz	Coordenadora de Projeto	10 anos
45 anos	Negra	Maré	Ensino Superior	Luta pela Paz	Assistente Social	9 anos
52 anos	Branca	Zona Sul	Ensino Superior	Maré de Sabores (REDES)	Coordenadora	5 anos
30 anos	Branca	Flamego	Superior Completo	Luta pela Paz	Coordenadora Liderança Infantil	4 anos
35 anos	Negra	Ilha do Governador	Pós-graduada	Luta pela Paz	Advogada	8 meses
59 anos	Negra	Nova Holanda (Maré)	Ensino Médio Completo	Luta pela Paz	Mentora	17 anos
39 anos	Negra	Marcílio Dias (Maré)	Ensino Superior (Cursando)	Luta pela Paz	Supervisora	5 anos
33 anos	Negra	Morro do Timbau	Superior Completo	Casulo	Fundadora	2 anos
37 anos	Branca	Morro do Timbau	Pós-graduada	Casulo	Fundadora	2 anos

Fonte: A Autora.